



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A RECICLAGEM E SUA DINÂMICA REPRODUTORA DE UMA SITUAÇÃO DE
LUMPEMPROLETARIADO**

Cesar Augustus L.L. de Freitas

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus

Goiânia 2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

F862r Freitas, Cesar Augustus Labre Lemos de.
A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma
situação de lumpemproletariado [manuscrito] / Cesar
Augustus Labre Lemos de Freitas. - 2010.
248 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,
Instituto de Estudos Socioambientais, 2010.
Bibliografia.

1. Reciclagem 2. Lumpemproletariado. I. Título

CDU : 316.343-058.14

CESAR AUGUSTUS LABRE LEMOS DE FREITAS

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.
Área de Concentração: Natureza e produção do espaço.
Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus

CESAR AUGUSTUS LABRE LEMOS DE FREITAS

A RECICLAGEM E SUA DINÂMICA REPRODUTORA DE UMA SITUAÇÃO DE
LUMPEMPROLETARIADO

GOIÂNIA-GO-2010

Tese defendida em ____ de _____ de 2010

Prof. Dr. João Batista de Deus – Presidente da Banca

Prof. Dr. João Claudino Tavares – Examinador Externo

Prof. Dr. Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho – Examinador Externo

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – Examinador Interno

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese é um trabalho árduo e penoso, mas que de forma alguma é um trabalho solitário. As leituras, os trabalhos de campo e as disciplinas cursadas, obrigam o pesquisador a dividir suas reflexões com outras pessoas que se tornam muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Se eu fosse citar todas as pessoas importantes neste meu caminho, com certeza teria que escrever um livro. Mas não posso deixar de citar algumas que foram fundamentais para que eu pudesse finalizar esta pesquisa.

Antes de tudo, agradecer a minha querida mãe pelo seu apoio e dedicação. A meu grande e querido irmão Marcus Vinícius por me acompanhar há 37 anos, e meus filhos (os de sangue e os de coração), por suportarem a distância. Também a minha querida sogra, pela sua ajuda nos diversos momentos que precisei.

Me lembro dos longos debates com o Marcelo Moreira (66) que sempre terminavam com uma cerveja gelada. A Marivane também não pode ser esquecida, porque mesmo no acirramento de nossos conflitos ideológicos (são muitos) não deixou de contribuir para minha formação.

Os meus orientandos na graduação, que depois se tornaram grandes amigos, Glauber, Simone e Rafinha. Os dois primeiros enveredaram pelos caminhos muitas vezes nebulosos da academia: Glauber no doutorado e Simone no mestrado. Além disso, não tem como esquecer aqueles alunos que também se tornaram grandes amigos, José Henrique (Zé Preto), Luciano (Negão) e Márcio (Burns) que me ajudaram a relaxar com suas brincadeiras, em diversos momentos de descontração no “Escritório”.

Os camaradas Robson e Antônio que muito contribuíram com suas reflexões apesar de estarmos um pouco afastados. Eles ainda acreditando na forma tradicional de partido, enquanto eu procurando novas alternativas que possam superar o capitalismo.

Todos os antigos companheiros de luta do Fórum de Defesa da UEG (Nelson, Santana, Marcão, Eliane Anderi, Virgínia, Felipe, Natália e muitos mais) que me fizeram refletir sobre a necessidade de uma práxis transformadora.

As queridas companheiras Noelma, Cinthia, Gisleide e Lara que em nossos estudos me ajudaram a entender algumas leituras. Um carinho especial para a Lara e Jailson pela confecção dos mapas, e ao Joca pela ajuda no abstract.

Devo citar também os novos amigos e companheiros que ganhei com minha vinda para São Luis. A todos os colegas do Departamento de Economia da UFMA. Agradecer pela liberação quando precisei e pela confiança em mim depositada. Não posso deixar de citar nominalmente o Welbson, a Danielle (que sofrimento aquele concurso) e Menezes.

Ao camarada e amigo João Claudino. As nossas longas reflexões em sua sala me ajudaram a derrubar alguns dogmas. Me fizeram pensar na minha tese não como mais um trabalho acadêmico, mas como elemento que possibilite a construção de alternativas para emancipação dos trabalhadores.

Agora vale um agradecimento especial. Este é para o meu orientador, que ao longo dos últimos oito anos se tornou um grande amigo. Quero agradecer pela confiança e pela ajuda em duas situações difíceis: no mestrado e no doutorado. Nos dois momentos, me recebeu como seu orientando e a sua confiança em mim foi de uma importância fundante. Muito obrigado por todo o seu companheirismo, meu grande amigo.

E por último, homenagear todos os trabalhadores que labutam cotidianamente, mesmo que a imensa maioria não consiga ver o resultado de seu esforço. Estes trabalhadores no capitalismo tem duas opções: ou morrer de fome ou morrer de trabalhar. Por isso a necessidade de superação deste estado de coisas.

DEDICATÓRIA

Em 2006 uma grande mulher apareceu em minha vida, a minha companheira Helen. Além de ser uma mulher belíssima (como Helena de Tróia), tem sido uma importante parceira em todos os momentos de construção de minha pesquisa. O seu amor, seu respeito e dedicação me deram forças para superar todos os meus momentos difíceis. Dedico este trabalho para você minha amada.

RESUMO

As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo têm passado por significativas mutações, cujo significado para a organização social tem sido profundamente determinantes. A dimensão desta importância pode ser percebida no cotidiano, em que o processo de transformação do ambiente tem se processado de forma cada vez mais intensa. Isto tem contribuído para intensificar o grau de descartabilidade da produção contemporânea, característica inerente à formação social capitalista. Esta descartabilidade não é só das mercadorias produzidas, mas também do próprio trabalhador, pois uma parte considerável das classes trabalhadoras tem se tornado refugo, e os catadores estão inseridos neste processo. É perceptível também uma reestruturação do espaço a partir da criação/remodelação de atividades produtivas. Isto surge como resposta as necessidades de construção/reconstrução de uma nova geografia do trabalho sob a formação social capitalista no século XXI. Aparece de forma significativa também uma nova divisão técnica do trabalho, que tem como ponto central o redimensionamento espacial das classes trabalhadoras. Esta reespecialização fragmentária do trabalho, garante uma menor resistência a exploração e consequentemente a manutenção da lucratividade do capital. Assim, aparecem diversas maneiras de absorver trabalho vivo, formas cada vez mais precárias como na cadeia produtiva da reciclagem. Existe a reprodução de uma situação de lumpemproletariado, que se materializa em territórios cada vez mais precários. Esta precariedade se dá essencialmente pela perda da capacidade das classes trabalhadoras em controlar sua dinâmica de produção/reprodução social. Amplas parcelas das classes trabalhadoras ficam então espoliadas inclusive de seu direito à vida. Estamos vivenciando uma realidade de extrema desumanização pelo trabalho, e o catador expressa de forma bastante evidente este processo.

Palavras-chave: Situação de lumpemproletariado, trabalho precário, território e valor.

ABSTRACT

Labor relations in contemporary capitalism has undergone significant changes, whose significance for social organization has been deeply determinants. The size of this importance can be seen in everyday life, in the process of transformation of the environment has been fostered in an ever more intense. This has contributed to intensify the degree of disposability of contemporary production, characteristic of the capitalist social formation. This disposability is not only the goods produced, but also of the worker, because a considerable portion of the working class has become dross, and the recycling material pickers are entered into this process. It is also a noticeable restructuring of the space from the creation / renovation of productive activities, which appear as responses to the needs of building and rebuilding of a new geography of labor under the capitalist social formation in the nineteenth century. Appears significantly also a new technical division of labor, which has at its core the spatial scaling of the working classes. This respatialization piecemeal work, ensures a lower resistance to exploitation and therefore maintaining the profitability of capital. Thus, we have several ways to absorb labor force in ways increasingly precarious as in the productive chain of recycling. There is thus of reproduction a lumpenproletariat situation that materializes in territories increasingly precarious. This instability, occurs mainly by loss of the ability of the working classes to control the dynamics of production/social reproduction. Large portions of the working classes are then robbed even of their right to life. We are experiencing an extreme dehumanizing reality of the work, and collector expresses quite clearly this process.

Keywords: lumpenproletariat situation, precarious work, territory and value.

LISTA DE SIGLAS

MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro-Empresa
ABAL	Associação Brasileira da Indústria de Alumínio
ABIPET	Associação Brasileira da Indústria PET
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
ACOP	Associação de Catadores Ordem e Progresso
COMURG	Companhia de Urbanização de Goiânia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Cadeia produtiva da reciclagem.....	33
Foto 1	– Catadores no lixão de Anápolis - Goiás.....	72
Figura 2	– Mapa de distribuição dos PEVs na Cidade de Goiânia.....	111
Foto 2	– Habitação de trabalhadores do “lixo” no Bairro Santa Cecília em Anápolis - Goiás.....	119
Figura 3	– Distribuição de catadores por Regiões em Goiânia.....	123
Figura 4	– Bairros em Anápolis com maior incidência de catadores.....	124
Figura 5	– Localização do Bairro Senador Albino Boaventura em Goiânia.....	126
Figura 6	– Localização da Vila Felicidade em Anápolis.....	127
Foto 3	– Parte externa de catador no Jd. Esperança em Anápolis - Goiás.....	134
Foto 4	– Modernidade x Atrasos nas moradias urbanas.....	139
Foto 5	– Trabalhadores disputando material no lixão de Anápolis Goiás.....	153
Foto 6	– Trabalhadores em seu processo de “limpeza”.....	155
Foto 7	– Convivência de homens e animais no lixão de Anápolis - Goiás.....	156
Foto 8	– “Residência” de um morador do lixão de Anápolis- Goiás.....	159
Foto 9	– “Residência” numa área de risco no Bairro Anápolis City em Anápolis.....	159
Foto 10	– A conexão do espaço da reciclagem com o resto da cidade.....	167
Figura 7	– Cadeia da Reciclagem segundo o Instituto ETHOS.....	197
Quadro 1	– Resultados da Indústria Brasileira de Alumínio.....	213
Quadro 2	– Resultados da Indústria de Papel e Celulose no Brasil.....	215
Quadro 3	– Municípios com coleta seletiva, residências atendidas, “lixo” coletado (Ton) dia.....	226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição geográfica da reciclagem no Brasil por Forma de organização e por tipo de material reciclado.....	76
Tabela 2 – Preço do material reciclável (preço da tonelada em Real).....	183
Tabela 3 – Faturamento do mercado de reciclagem de alumínio no Brasil – 1995–2000.....	209
Tabela 4 – Resultado da Indústria Pet no Brasil.....	216
Tabela 5 – Porte das empresas pela capacidade de processamento.....	216
Tabela 6 – Produção diária de “lixo” (ton) Brasil, Goiás e municípios selecionados	222
Tabela 7 – Relação entre “lixo” domiciliar urbano gerado por dia, produção per capita de “lixo” urbano por dia e classe de população dos municípios brasileiros.....	226

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A INSERÇÃO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL NA DINÂMICA DO CAPITALISMO: UMA FORMA PRECÁRIA DE EXISTÊNCIA.....	19
2.1	Capitalismo e suas dinâmicas recentes: a formação do novo como reestruturação do antigo.....	19
2.2	Trabalho e dinâmicas contemporâneas das classes trabalhadoras.....	24
2.3	As mutações do trabalho contemporâneo.....	36
2.4	O trabalho do catador na dinâmica da sociedade.....	42
2.5	Capitalismo e produção de necessidades: um eterno vir a ser e vir a ter nos “sonhos” das classes trabalhadoras.....	55
3	PRECARIZAÇÃO, POBREZA E REPRODUÇÃO DA SITUAÇÃO DE LUMPEMPROLETARIADO: A EXISTÊNCIA DOS CATADORES.....	65
3.1	As formas de expressão da pobreza no capitalismo.....	65
3.2	As formas organizativas da reciclagem: capital e trabalho e suas contradições	73
3.3	A pobreza e suas formas de contextualização histórica.....	86
3.4	Marginal, excluído ou em situação de lumpem: qual a realidade do catador na configuração social capitalista?.....	100
3.5	O Catador e sua condição de classe como elemento de reprodução das relações sociais capitalistas.....	113
3.6	As territorialidades do “lixo” em Anápolis e Goiânia.....	121
4	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM A AMPLIAÇÃO DA POBREZA E MISÉRIA DO TRABALHADOR.....	129
4.1	Reestruturação produtiva e novos paradigmas para o desenvolvimento.....	129
4.2	Miséria do trabalhador como condição para o desenvolvimento capitalista....	132
4.3	O conceito historicamente construído de desenvolvimento.....	136

4.4	As limitações que o desenvolvimento capitalista impõe ao bem-estar das classes trabalhadoras.....	140
4.5	A situação das classes trabalhadoras: os catadores de materiais recicláveis como expressão da dinâmica exploratória e predatória no capitalismo.....	151
4.6	Espaço urbano e reprodução das classes sociais no capitalismo contemporâneo.....	160
4.7	A precariedade nas formações socioespaciais e a formação de valor.....	165
5	RECICLAGEM E CAPITALISMO: UMA NOVA FACE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....	180
5.1	O papel do setor de reciclagem na dinâmica do capitalismo contemporâneo	180
5.2	A reciclagem na perspectiva da construção da “dignidade” no trabalho ou reprodução da miserabilidade do trabalhador?.....	191
5.3	Situação da indústria da reciclagem no Brasil.....	212
5.4	Reciclagem e desenvolvimento capitalista.....	217
5.5	Estrutura produtiva do “lixo” no Brasil.....	225
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
	REFERÊNCIAS.....	236
	ANEXOS.....	248

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta pesquisa, tem como base teórico-metodológica os pressupostos do materialismo dialético. O objetivo geral é estabelecer a relação entre a cadeia produtiva da reciclagem e a reprodução de uma situação de lumpemproletariado. O catador de materiais recicláveis expressa de forma muito clara esta situação.

Para entender esta realidade, vão ser utilizadas algumas categorias que considero como fundamentais para a geografia, a saber: espaço, território e formação socioespacial. Ademais, a discussão é enriquecida com o acréscimo das categorias trabalho e valor, sobretudo o conceito de lumpemproletariado, que obedece necessariamente a uma contextualização temporal.

O debate central parte do pressuposto de Marx (1977) que o concreto existe como resultado de múltiplas determinações. O que norteia a pesquisa são as seguintes questões:

- Em que parte da cidade se encontra o catador? Como ele se territorializa?
- Porque de ser catador?
- Ainda é válida a categoria classe social para a análise da sociedade atual?
- Ele está inserido como trabalhador produtivo?
- Como este catador se insere nos quatro processos: Produção, troca, circulação e distribuição.
- Qual a importância da reciclagem para o comércio internacional?
- Qual o papel da reciclagem no aumento da velocidade do tempo de rotação do capital?

A orientação da pesquisa partiu então destas questões, descrevendo a materialidade do catador a partir das diversas determinações que o produzem. Mas é necessário fazer também uma conexão com algumas categorias que permitam entender a realidade do catador de materiais recicláveis.

É importante para isso o resgate da categoria território. É um momento em que o debate sobre a importância das redes e as verticalidades (SANTOS, 1996b) passa a reforçar a ideia de desconstrução dos territórios. Um outro aspecto, se refere ao desenvolvimento de um processo que pode levar à perda da identidade dos grupos com relação a seu território.

Neste sentido, é fundamental pensar como o espaço se relaciona com o território, uma vez que exerce papel fundamental na interdependência de categorias. O espaço ao ser pensado como produto social, deve ser considerado também como um produto de um determinado contexto histórico e social, ou seja, a forma como a sociedade se organiza para produzi-lo.

Ao analisar o espaço como produto, Santos (1980, p. 163) afirma:

Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, dessa forma, aquilo que Teillard de Chardin chama de “ecossistema selvagem”. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço.

Em outra obra, Santos (1996a) considera também o espaço como sendo a conjunção de distintos objetos naturais e sociais que são colocados em inter-relação pelas distintas formas sociais. Para Santos (1996a, p. 27) “O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento” .

Aqui entra como importante elemento de análise, a categoria formação socioespacial. Esta se apresenta como a conjugação dos distintos tempos que se conectam sob o poder de um tempo hegemônico.

Esta forma de análise do espaço, vem favorecer a compreensão sobre

a relação espaço-território. O momento específico da organização social é também o momento crucial da organização territorial. Decorrem desse movimento, a configuração e a desconfiguração de vários pedaços do espaço em distintos territórios. As diversas partes do espaço fragmentado se relacionam, fortalecendo as possibilidades dos fluxos mediante o estabelecimento das trocas de mercadorias.

O território neste sentido, pode ser considerado como o uso do espaço em determinada perspectiva funcional (Santos, 1994). O território é visto a partir de seu uso e não ele por si mesmo. A significação do território vem a ser determinada pelas suas formas hegemônicas de uso.

É importante pensar então como as diversas mutações nos “mundos” do trabalho estão diretamente relacionadas com a maior fluidez do espaço e território. No entanto, a categoria trabalho aparece ainda como elemento fundante na materialização das relações socioespaciais. Nesta interdependência entre as categorias é fundamental o desenvolvimento da categoria valor, que expressa como os territórios são utilizados no sentido de garantir a valorização do capital.

Este processo de valorização do capital contrasta com o intenso grau de precarização das classes trabalhadoras, que está expresso em territórios cada vez mais dilapidados. Esta precariedade se dá também pelo não controle destas classes trabalhadoras sobre sua existência material.

O território aparece também como resultado das interações do espaço com as técnicas, além de servir como elemento onde se materializam as diversas heterogeneidades no espaço.

Expressa as diferenças culturais, econômicas e políticas, ou como os espaços se distinguem a partir da implementação da divisão do trabalho. Os indivíduos são identificados enquanto pertencentes às classes sociais, considerando o processo histórico de formação do capitalismo como um período de constantes redefinições e mutações socioespaciais.

É necessário também abordar sobre uma última e necessária categoria de análise, que entendo como essencial para a compreensão das outras categorias acima citadas: o de classe social. As classes devem ser identificadas segundo a posição assumida dentro do processo de produção (LUKÁCS, 2001), isto é, como condição estabelecida pelas formas em que os homens se diferenciam diante da organização do trabalho.

A ordenação estrutural dos capítulos deste texto obedece uma lógica que delinea a organização socioespacial do capitalismo embasada na análise de algumas categorias geográficas – espaço, território e formação socioespacial – as quais servem de subsídio para análise de outras categorias explicativas (trabalho e valor) da realidade material.

Isto é necessário para entender a relação destas categorias com as transformações em voga no capitalismo. Além disso, são importantes na organização de novas formas de organização/desorganização das classes trabalhadoras, mais especificamente dos catadores de materiais recicláveis.

Como forma de desenvolver a pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa empírica que consistiu em entrevistas e aplicação de questionários com catadores que atuam nas ruas de Goiânia e Anápolis, bem como aqueles que atuam no lixão da cidade de Anápolis. Esta pesquisa empírica foi realizada no período de Julho de 2008 a Junho de 2009.

Além disso, foi utilizado de relatos jornalísticos que descrevem algumas situações envolvendo os catadores de materiais recicláveis. Procedimento que foi importante no sentido de conhecer a realidade destes trabalhadores em outras cidades. Ao longo da elaboração do trabalho escrito, houve a preocupação de não criar uma clivagem entre os elementos empíricos e teóricos, mas sim organizar um texto que apresentasse uma sinergia entre estes mesmos elementos.

O primeiro capítulo estabelece um debate sobre a relação entre as mutações no capitalismo e a situação existencial das classes trabalhadoras. No

entanto, o debate central está consolidado na não mudança de uma situação inerente ao capitalismo; criar e recriar as condições que garantam a extração da mais-valia social. Aqui se estabelece uma relação entre precariedade existencial das classes trabalhadoras e ampliação de suas necessidades.

No segundo capítulo, realiza-se uma análise das condições históricas da pobreza na ordem social burguesa, relacionando isto com o debate sobre o que seria a condição do pobre no capitalismo. Este capítulo, estabelece como parâmetro de análise a reprodução de uma situação de lumpemproletariado, como termo que se contrapõe a ideia de marginalidade e exclusão.

No terceiro capítulo, será abordado a relação entre desenvolvimento capitalista e ampliação da miséria das classes trabalhadoras. Para isto, faz-se uma necessária contextualização do conceito de desenvolvimento e como isto interfere nas formações socioespaciais. Ainda nesta parte da pesquisa, se estabelece um debate sobre a relação entre precarização e produção de valor.

No quarto capítulo, procura-se identificar o papel da indústria da reciclagem no capitalismo contemporâneo, além de pensar na formação de uma “estrutura produtiva do “lixo”. Em todos os capítulos estão demonstrados através de depoimentos de vários catadores, o seu papel na cadeia produtiva da reciclagem. Estes depoimentos procuram evidenciar dois aspectos: a sua condição de classe e a sua percepção enquanto classe.

2 A INSERÇÃO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL NA DINÂMICA DO CAPITALISMO: UMA FORMA PRECÁRIA DE EXISTÊNCIA.

O tema deste livro é a descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome.

Homens e Caranguejos

Josué de Castro

A condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, do mesmo modo que a condição de libertação do Terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os Estados e de todas as ordens. A classe trabalhadora substituirá no decorrer do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e já não haverá então poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.

A Miséria da Filosofia

Karl Marx

2.1 Capitalismo e suas dinâmicas recentes: a formação do novo como reestruturação do antigo.

A formação social capitalista tem sofrido uma série de transformações qualitativas e quantitativas (HARVEY, 2004a). No entanto, não mudou sua característica fundante, a contínua e crescente necessidade de absorção de trabalho excedente. É uma forma de garantir sua sobrevivência enquanto formação social específica (debate que será ampliado ao longo da pesquisa).

O desenvolvimento das forças produtivas nos últimos dois séculos, criaram os mecanismos necessários que permitem a potencialização de forças emancipatórias à sociedade do capital, bem como a ampliação da miséria de grande parte das classes trabalhadoras¹.

Uma das formas que considero mais didáticas e interessantes para o entendimento deste processo foi a utilizada por Hobsbawm (1994, 2000, 2001, 2002). O mesmo estabelece uma periodização, na qual identifiquei três elementos: a esperança (período da burguesia revolucionária), a construção da hegemonia burguesa (proletariado traído) e finalmente, a desesperança (o dilema entre revolução ou barbárie) no século XXI.

O primeiro pode ser identificado com o momento da derrubada da “velha ordem”, como a materialidade de uma “nova era” burguesa sob as perspectivas da igualdade, liberdade e fraternidade.

A cidade moderna expressa uma nova realidade que se desenvolveu sob o mito do trabalho livre. É uma outra forma de vida que rompe com a servidão e representa a chance de mobilidade social. Um espaço luminoso (SANTOS & SILVERA, 2001), que absorveu durante mais de dois séculos, vidas de trabalhadores desapropriados dos meios de produção. Estes encontram na cidade o espaço de sua emancipação.

O segundo, é quando a burguesia perde seu caráter revolucionário (HOBSBAWM, 2000). A ordem e consolidação do capitalismo se constituíram como elementos necessários à sobrevivência da burguesia enquanto classe hegemônica. Mas ao mesmo tempo, ocorre a consolidação do proletariado como força potencialmente revolucionária. No entanto, não consegue efetivar a sua ação emancipatória, principalmente depois da derrota da Comuna de Paris.

É um período que se caracteriza pela organização dos Estados Nacionais e do imperialismo, elementos que contribuíram para a expansão do capitalismo em

¹O termo está no plural pelo caráter cada vez mais multifacetado e heterogêneo das classes trabalhadoras, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

nível global. Nem mesmo o advento da revolução bolchevique e a “fundação” do Estado soviético impediram um gradativo processo de dissolução do potencial revolucionário do proletariado.

O terceiro elemento a ser considerado, está sintetizado no que Hobsbawm (2001) denomina três grandes eras - “Era da Catástrofe” , Era do Ouro” e “Era do Desmoronamento” - representando o século XX. As duas grandes guerras se apresentam como uma grande catástrofe para a humanidade. No pós-guerra, o desenvolvimento do fordismo e keynesianismo favoreceram o processo de emancipação social e atrasaram a perspectiva de emancipação humana. São instrumentos de ordenamento social que garantem avanços pontuais para uma parte “privilegiada” das classes trabalhadoras (HARVEY, 1992).

O terceiro momento está identificado na reestruturação produtiva e na completa mundialização do capital. Neste contexto, ocorre finalmente a perda de hegemonia do proletariado sobre o conjunto das classes trabalhadoras.

É um momento que as classes trabalhadoras ganham uma nova forma, ou mesmo uma “não forma”, pois se apresenta em seu caráter multifacetado e cada vez mais precária. Os dilemas e incertezas das classes trabalhadoras estão na ordem do dia e suas indefinições quanto aos rumos tomar, estão postas. É o momento da desesperança, em que a grande questão para os trabalhadores é qual caminho seguir.

Segundo Hobsbawm (2001, p. 537):

O Breve Século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do fin-de-siècle só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais.

É um momento de incertezas, que se dá principalmente pela dificuldade em se identificar na transição do Século XX para o Século XXI, quem seria o sujeito revolucionário. O proletariado, identificado por Marx e Engels no século XIX não se

apresentava nas mesmas condições de condução deste processo no limiar do século XXI.

O trabalho produtivo² não passa a ser mais uma característica apenas do proletariado, mas também de uma ampla parcela das classes trabalhadoras. Assim, o trabalhador coletivo (MARX, 1988a) é ampliado no atual momento histórico.

Grande parte das classes trabalhadoras se apresentam cada vez mais disformes e precarizadas em sua situação, o que dificulta inclusive seu processo de reconhecimento enquanto classe (classe para si). No entanto, as condições de existência do capitalismo no século XXI não podem ser consideradas como novas. As “novas” condições do capitalismo, são resultado de uma série de mutações que se ordenam no sentido de ampliar seu escopo de exploração.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o novo surge como resultado da degeneração do velho. A ordem cria sua própria desordem e a sociedade burguesa também cria os elementos de sua própria superação. Segundo Marx e Engels (s/d), a burguesia só pode continuar existindo se manter de forma contínua o revolucionamento das forças produtivas. Mas a burguesia cria também os seus próprios coveiros, o que de acordo Marx e Engels (s/d) seria uma função prioritária do proletariado enquanto classe.

Mas diante de todas estas mutações, o proletariado além de não apresentar mais as mesmas condições de conduzir o processo revolucionário, uma parte dele se aproxima cada vez mais de uma situação de lumpemproletariado (O debate sobre o termo será feito no capítulo 3).

Mas não é exatamente o lumpemproletariado que Marx identifica no Século XIX, pois este lumpemproletariado não está representado apenas nas prostitutas, trapaceiros e uma gama de sujeitos desqualificados para as atividades

²Trabalho produtivo segundo Marx (1980) é o que está baseado em uma relação que possibilite a produção de capital. “Trabalho produtivo portanto é o que – no sistema de produção capitalista – produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital” (MARX, 1980, p. 391).

produtivas (MARX,1986). De forma contrária, estes são cada vez mais reaproveitados na produção do capital.

Por outro lado, o incessante revolucionamento das forças produtivas como condição de existência da burguesia segundo Marx e Engels (s/d), podem também transformar o seu papel enquanto classe dirigente. O desenvolvimento de novas relações de produção, podem criar como afirma Engels (1978; s/d), a não necessidade de uma classe que exista com a função de direção dentro da ordem societária.

Segundo Engels (s/d, p. 122-123):

Graças precisamente a essa revolução industrial a força produtiva do trabalho humano alcançou tal nível que, com uma divisão racional do trabalho entre todos, há a possibilidade – pela primeira vez desde que existem os homens – de produzir o suficiente, não só para assegurar um abundante consumo a cada membro da sociedade e constituir um considerável fundo de reserva, mas também para que todos tenham o suficiente repouso, de modo que tudo quanto oferece um valor verdadeiro na cultura legada pela história – ciência, arte, formas de convívio social, etc. - possa ser não somente conservado, mas transformado de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade e, além do mais, possa ser enriquecido. E chegamos com isso ao ponto essencial. Quando a força produtiva do trabalho humano alcançar esse nível terá desaparecido todo pretexto para explicar a existência de uma classe dominante.

A análise de Engels leva ao seguinte questionamento: Qual a importância de uma classe cada vez mais abstrata – se considerarmos que a gerência do capital se dá hoje pela predominância da sociedade por ações e não por capitalistas individuais – na condução da sociedade contemporânea? A resposta só pode ser dada de forma concreta, quando um processo de organização autônoma das classes trabalhadoras permitir uma autodeterminação de sua própria existência.

Em outra passagem, Engels (s/d, p. 123) ainda afirma que:

A razão última para defender as diferenças de classe foi sempre a de que era necessário existir uma classe que não se extenuasse na produção de sua subsistência diária a fim a fim de dispor de tempo para preocupar-se com o trabalho intelectual da sociedade. Essa fábula, que encontrou até agora uma copiosa justificação histórica, teve as suas raízes cortadas pela revolução industrial dos últimos cem anos. A manutenção de uma classe

dominante é cada dia mais um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas industriais, assim como das ciências, da arte e, em particular, das formas elevadas de convívio social. Jamais houve palermas maiores que os nossos burgueses modernos.

As afirmações de Engels ajudam a compreender a necessidade das classes trabalhadoras em fortalecer o processo de autogestão, mas não como indicados pelo SEBRAE, CEMPRE³ e demais organismos vinculados ao capital⁴. É necessário desenvolver formas de autogestão em que os próprios trabalhadores se dêem conta da sua capacidade de controle social da produção.

Mas como estratégia para manter viva esta “fábula” (ENGELS, s/d), a ordem social burguesa em suas diversas expressões, procura manter discursos e práticas que fortaleçam a ideia de convívio harmonioso entre classes. Além de manter a aparência da necessidade de uma classe dirigente, que tem a “competência” que as classes subalternizadas não possuem.

2.2 Trabalho e dinâmicas contemporâneas das classes trabalhadoras

As relações de trabalho no capitalismo têm passado por significativas mutações, cujo significado para a organização social tem sido profundamente determinantes. A dimensão desta importância pode ser percebida no cotidiano, em que o processo de transformação do ambiente se processa de forma cada vez mais intensa.

³O Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) é uma associação que trabalha com reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo. Fundado em 1992, o Cempre é mantido por empresas privadas de diversos setores que procuram divulgar a ideia da reciclagem/coleta seletiva de lixo como um aspecto que representa uma emancipação do trabalhador, não levando em consideração as condições estruturais negativas para o trabalhador na reciclagem. Nos últimos anos, as entidades empresariais tem-se esforçado no convencimento do importante papel que a reciclagem possui no sentido de garantir um desenvolvimento sustentável baseado em princípios de responsabilidade ambiental.

⁴São orientações baseadas na iniciativa empreendedora, na formação de homens e mulheres que se pautam na busca de seu “espaço” dentro do mercado competitivo.

Isto tem contribuído também para intensificar o grau de descartabilidade da produção contemporânea (Mészáros, 2002), característica inerente a formação social capitalista. Esta descartabilidade não é só das mercadorias produzidas, mas também do próprio trabalhador - como discutiremos a situação dos catadores – pois uma parte considerável das classes trabalhadoras tem se tornado refugio na produção capitalista.

É perceptível também uma reestruturação do espaço a partir da criação/remodelação de atividades produtivas. São reestruturações que se materializam na construção/reconstrução de uma nova geografia do trabalho no Século XXI. Aparece de forma significativa também uma nova divisão técnica do trabalho, que tem como ponto central o redimensionamento espacial das classes trabalhadoras. Esta reespecialização fragmentária do trabalho, garante uma menor resistência a exploração e consequentemente a manutenção da lucratividade do capital.

A técnica também tem sido utilizada cada vez mais como elemento normatizador da natureza (SANTOS, 1996b) e como instrumento de submissão do trabalho ao capital. É construída uma relação de submissão das classes trabalhadoras para com os instrumentos técnicos que ela mesma produz (MARX, 1988a, 2006).

Sobre esta característica da técnica como meio de ordenamento social, Carvalhal (2001, p.2) aponta que :

As redefinições técnicas do capital desdobram-se em novos paradigmas qualificativos da força de trabalho, cuja dialeticidade aponta para o aumento da qualificação de alguns setores (principalmente um novo tipo de qualificação, que redimensiona a especialização fordista, por uma especialização flexível) e desqualificação de outros setores. Ainda em relação às transformações no mercado de trabalho podemos citar, como mecanismo de preservação da lucratividade do capital, a terceirização como estratégia de diminuição dos custos de mão-de-obra, que na verdade expressa três objetivos básicos do capital, conforme enunciado por THOMAZ Jr. (1994):

- 1) Econômico: principalmente redução de custos;
- 2) Organizacionais: através do aumento da flexibilidade demandada pelo mercado consumidor;

3) Políticos: redefinição da atuação sindical no *chão da fábrica*, provocando o desmantelamento da organização sindical, com a extinção de setores e/ou departamentos inteiros. Mas isso ocorre também através da diminuição de postos de trabalho formais e de redução salarial, em que parte substancial dos trabalhadores são deslocados para categorias menores e desmobilizadas.

Dos objetivos que nos fala Carvalho (2001), os políticos talvez sejam os mais significativos. São eles que dão a materialidade ao processo, principalmente por significarem também a criação de novos setores de atividade. Estes se apresentam como elementos de absorção não só de capital excedente, mas também como absorvedor da parcela da mão de obra que não está incluída nos setores tecnologicamente de ponta. A reciclagem enquanto cadeia produtiva apresenta estas características.

Para Marx (1988b), a dinâmica do desenvolvimento tecnológico industrial apresenta o descarte do trabalhador como seu elemento principal.

Segundo Marx (1988b, p. 46):

Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a máquina transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor [...]. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela.

O que Marx afirma, pode muito bem ser evidenciado na cadeia produtiva da reciclagem, pois reproduz um enorme contingente de trabalhadores pauperizados. Além de dificultar inclusive o seu processo de organização, significa também a reprodução de seres humanos cada vez mais degradados.

São apresentadas novas perspectivas para as classes trabalhadoras atuar em outros ramos de produção. Porém, estas perspectivas mostram uma

realidade de ampliação da miséria, enquanto seres humanos depauperados no ritmo da produção capitalista. Isto fica evidenciado, quando se observa de forma mais cuidadosa o que acontece com o trabalho na catação de materiais recicláveis.

Segundo Marx (1988b, p. 54), isto ocorre porque os trabalhadores se tornam:

Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres diabos têm pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados.

As perspectivas colocadas para os catadores são extremamente limitadoras em seu processo de reprodução enquanto seres humanos. Isto também acontece porque na produção capitalista contemporânea, o chão de fábrica já não é o ponto de referência.

Este fenômeno produz uma reestruturação espacial decorrente da fragmentação do processo produtivo. Diversas atividades que antes precisavam reunir os trabalhadores em um mesmo local, agora podem exercer o processo de cooperação necessária, mesmo acontecendo de forma espacialmente dispersa.

Neste momento do capitalismo, as relações se tornam hegemonicamente verticalizadas, principalmente se considerarmos o revolucionamento dos meios de comunicação e transportes. O processo de alienação se intensifica consideravelmente, pois fica cada vez menos perceptível para o trabalhador o resultado de sua participação no produto social do trabalho.

A alienação se intensifica pelo afastamento cada vez maior entre o trabalhador e sua criação. Na produção social capitalista, o produto do trabalho causa um estranhamento ao trabalhador (MARX, 2006), pois neste estágio do desenvolvimento social é rompido qualquer vínculo entre o trabalhador e seu produto.

Segundo Kosik (1985, p. 109-110):

No renascimento, a criação e o trabalho ainda estão unidos, porque o mundo humano nasce na transparência, como a Vênus de Botticelli nasce na concha marinha da natureza primaveril. A criação é algo de nobre e elevado[...]. O capitalismo rompe este vínculo direto, separa o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho numa fadiga inciativa e extenuante[...]. Com a perda do domínio sobre o mundo material criado, o homem perde também a realidade.

Esta perda da realidade é um dos aspectos da alienação, pois o não domínio da realidade representa também o não domínio sobre as suas condições de existência. É uma dispersão que se caracteriza pela formação de verticalidades, se apresentando como elementos de contraposição a relações de contiguidade ou proximidade física.

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades [...]. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades são, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 1996b, p. 225).

As relações que o mercado capitalista tem imposto a partir da década de 1980, tem se pautado por estas características de verticalidades, por relações “informais”⁵. Estas se apresentam como “excluídas” da relação fundamental no capitalismo, a compra e venda de força de trabalho (MARX, 1987).

Os trabalhadores em vários setores – dentre eles o setor da reciclagem – tem se estabelecido exatamente desta forma, baseados em uma relação “informal”. Caracteriza não só pela perda de direitos sociais, mas principalmente por serem

⁵A palavra se encontra entre aspas pelo fato de considerar o seu uso uma distorção da realidade sob o capitalismo, pois sendo assim, estaria aparentemente fora das relações capitalistas de produção. A rejeição ao termo vem de Santos (1978) quando afirma que a informalidade não teria razão de ser, pois da mesma forma que o setor “formal” da economia, esta “tem sua própria organização e suas próprias leis operacionais e de evolução” (SANTOS, 1978, p. 38).

setores caracterizados pela absorção de uma parte da força de trabalho, que não está mais como exército industrial de reserva.

Ela faz parte da superpopulação relativa que Marx (1988b) denominou de supérflua e muitas vezes próxima de uma situação de lumpemproletariado. O capitalismo regula a dinâmica demográfica como forma de controle da oferta de força de trabalho.

Segundo Marx (1988 b, p. 190):

No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

Estas frações das classes trabalhadoras – dentre elas os catadores de materiais recicláveis – se tornam supérfluas, mas ainda constituem uma fonte inesgotável de aproveitamento por parte do capital. São frações de classe que encontram grandes dificuldades em seu processo de organização, dificultando também um processo de construção identitária. Isto dificulta a organização de espaços de resistência ao processo de exploração capitalista.

A fragmentação da força de trabalho não permite – pelo menos em sua aparência – a formação de territorialidades que se contraponham às territorialidades de exploração do capital. Estes trabalhadores estão muitas vezes aliados inclusive do seu “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991). Este não direito à cidade se apresenta como o não acesso das classes trabalhadoras ao efetivo uso das cidades no capitalismo, o que representa para o MNCR (2005), uma conquista essencial.

Segundo Freitas (2004, p. 64-65):

A produção e o consumo das cidades fazem parte do mesmo mecanismo, isto é, o espaço na cidade capitalista divide-se em diferentes frações, decorrentes das diversas formas de apropriação do espaço pelos diferentes grupos sociais. Configura-se, assim, a diversidade de formas do espaço que refletem as condições materiais de cada classe social e mesmo das frações dentro dessas mesmas classes, respeitando uma dinâmica interna na formação da sociedade dentro do capitalismo.

É o fortalecimento das horizontalidades que se contraponham de forma sistemática ao processo de integração vertical, imposta na fase monopolista do capital. Isto porque “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado” (SANTOS, 1996b, p. 227). Esta obediência e disciplina do cotidiano, representam sobremaneira o não acesso das classes trabalhadoras ao uso efetivo da cidade capitalista.

Estes vetores de que fala Santos (1996b) produzem uma realidade que obedece a uma lógica, a da produção de valor. E esta nova dinâmica que se estabelece de maneira “informal”, permite maiores facilidades no deslocamento e fragmentação da força de trabalho.

O termo não condiz necessariamente com uma menor subordinação ao processo de circulação capitalista (SANTOS, 1978; BOSI, 2008). Estas atividades tidas como “informais”, se constituem como uma intensificação da exploração da força de trabalho, ou como uma organização capitalista do trabalho informal (BOSI, 2008).

O capitalismo, enquanto formação social consegue de forma muito dinâmica subordinar relações tipicamente não capitalistas a seu processo de reprodução. É um elemento necessário como condição de sua própria reprodução.

Esta condição de existência do capitalismo é colocada por Luxemburgo (1983, p. 317) da seguinte forma:

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. Não se trata porém de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão de obra para seu sistema assalariado.

Nesta forma de análise, o capitalismo se encontra necessariamente produzindo e reproduzindo não só relações, mas também espaços não capitalistas. Áreas que estão subordinadas às necessidades do capital, mas que mantêm

elementos de formas sociais anteriores, o que Santos (1996b) denomina de rugosidades.

São espaços que atuam como elementos importantes na absorção dos excedentes produzidos. São formações socioespaciais, que garantam uma massa de trabalhadores disponíveis para sua utilização no momento em que o capital necessitar.

Por isso, o aumento da “informalidade” não implica necessariamente uma alteração de forma substancial nas formas de subordinação do trabalhador ao capital. Pressupõe muitas vezes o aumento do trabalho excedente, o que significa exatamente o aumento de produção de mais-valia.

O aumento da informalidade no trabalho (e nas relações que o regem) não implicou sua retirada do circuito de acumulação capitalista, nem tampouco alterou substancialmente sua subordinação ao capital. Muitos estudos vêm apontando isso em relação à chamada “reestruturação produtiva” que atingiu muitas profissões consideradas “estáveis” tais como bancários (Laranjeira, 1997; Segnini, 1999), operários calçadistas (Navarro, 1998) e metalúrgicos do setor automotivo (Marcelino, 2004). Revelando uma dinâmica diferente, a articulação entre “formal” e “informal” nesse processo levou a que certas funções produtivas fossem externalizadas, terceirizadas e recontratadas sem encargos sociais, vínculo empregatício direto e isonomia salarial (Martins e Ramalho, 1994), sem perderem sua finalidade de gerar valor para o capital. Essa articulação foi ainda mais acentuada no contexto das mudanças na legislação trabalhista brasileira, realizadas durante a década de 1990, que suprimiram e relaxaram muitos direitos ligados ao trabalho (Bosi, 2003). Até certo ponto, essas medidas foram responsáveis pela introdução de traços da informalidade no setor considerado formal (Hirata, 1993; Antunes, 1999; Alves, 2000), ao mesmo tempo em que formalizaram antigas relações de trabalho consideradas ilegais. Tem razão, neste sentido, Francisco de Oliveira, quando observa que “hoje, o trabalho informal – que já perdeu como conceito sua capacidade heurística – não é o ‘outro’ do trabalho formal ou com carteira: ele é agora o modelo para o que ainda resta de trabalho com relações formalizadas” (Oliveira, 2004, p.11) ANTÔNIO BOSI (2008, p. 105).

O aspecto mais interessante elencado por Bosi é o fato do mesmo considerar que as mudanças nas formas que se estabelecem nas relações de trabalho, não alteram em nada seu conteúdo: produção de capital.

O trabalho na reciclagem pode ser citado como exemplo, pois a quase totalidade dos trabalhadores inseridos nesta atividade são “informais”. Além disso, é

uma atividade inserida dentro de uma cadeia produtiva mais ampla, que pressupõe não só a coleta seletiva e o reaproveitamento limpo dos materiais consumidos.

O determinante é o reaproveitamento de matérias-primas para setores como alumínio, plástico e papel em que um dos elementos mais importantes é a função desempenhada pelo catador (Figura 1).

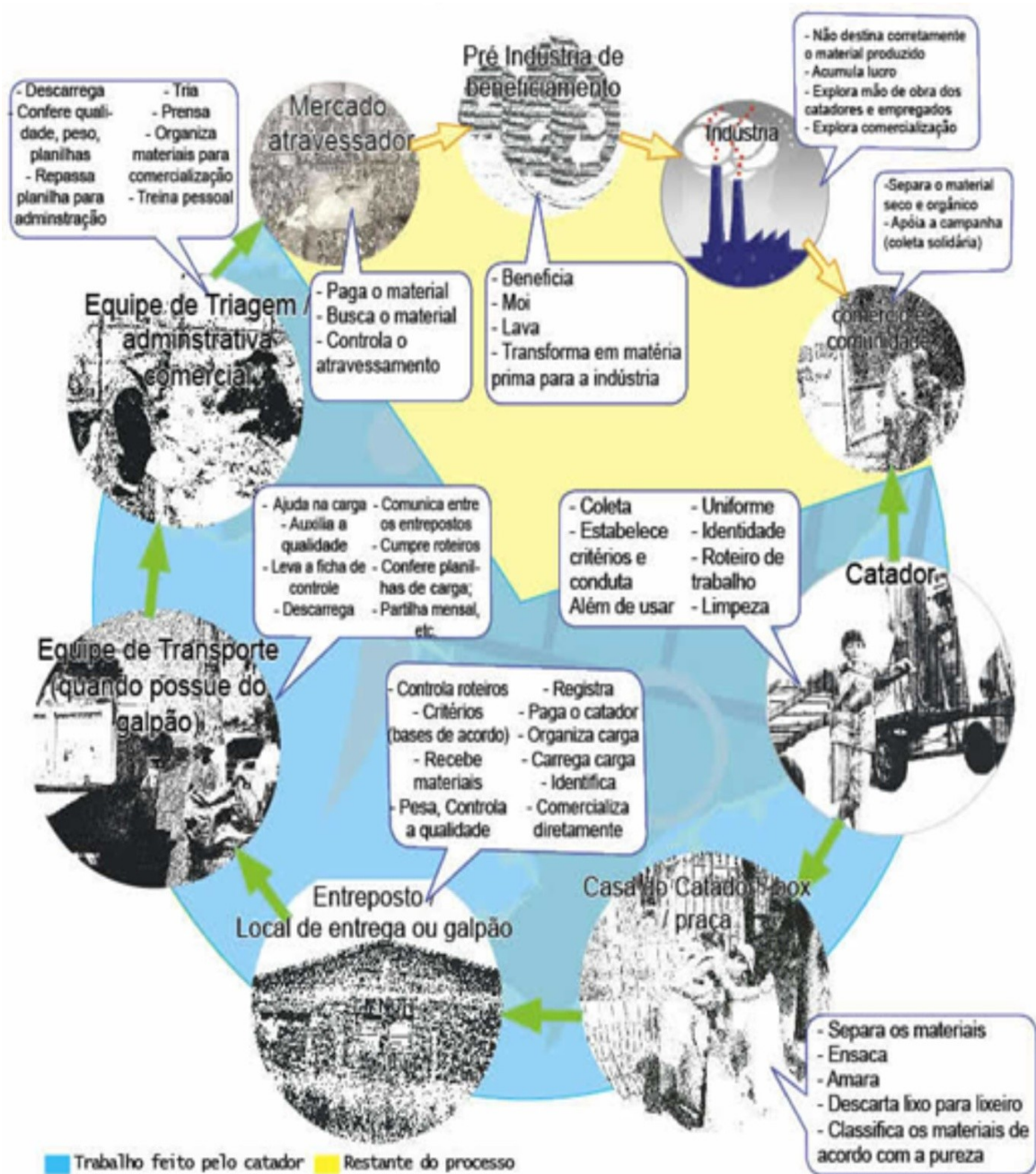
Isto se deve ao fato que esta atividade está inserida em um rol de atividades de caráter flexível, que apresenta condições mínimas de segurança para o seu exercício. Isto sem contar a intensa jornada de trabalho em que estão submetidos estes trabalhadores.

A atividade de catação nas cidades pode ser analisada de duas formas. Em primeiro lugar, a cadeia produtiva da reciclagem se apresenta como um espaço em que a fluidez é elemento determinante (Figura 1). A produtividade do catador depende de uma série de deslocamentos no tempo e espaço.

Os deslocamentos são induzidos principalmente pelo não controle social da cadeia produtiva, o que cria uma territorialidade imposta de fora. Na cadeia produtiva da reciclagem ocorre a formação de um território que não é controlado pelo seu principal agente produtor; o catador. Os seus deslocamentos devem obedecer a uma hierarquia imposta e alheia aos interesses e necessidades dos catadores.

De acordo com Santos (2005), isto é resultado do que ele entende como um acontecer simultâneo ou solidário na produção da sociedade contemporânea. São acontecimentos que se distinguem pelas formas sociais de controle que são criadas, e diante disso, como o território é hegemonicamente usado. A análise de Santos (2005) distingue este acontecer solidário ou simultâneo em três formas no território.

Figura 1 - Cadeia Produtiva da Reciclagem



Fonte: MNCR, 2005.

Sobre estas formas de desenvolvimento do território na sociedade contemporânea, Santos (2005, p. 257) afirma que:

Na realidade, esse acontecer solidário apresenta-se sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. No caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar, isto é, nas áreas de produção homóloga no campo ou de produção homóloga na cidade, o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente. Trata-se, nesse caso, do uso de informação que tende a se generalizar. Quanto ao acontecer hierárquico trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e no acontecer complementar, temos o domínio de forças que são localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas. Há, sem dúvida, um centripetismo, neste último caso, mas é um centripetismo do outro.

Em segundo lugar, na cadeia produtiva da reciclagem o uso do território não é o do catador, pois como afirmado anteriormente este uso do território é pressuposto pelo controle sobre sua produção. O catador não possui o domínio da informação, que segundo Santos (2005) é “segredo e é poder”. No caso da reciclagem, este poder que determina o uso do território não está ao alcance do trabalhador que atua na catação.

O trabalho do catador obedece exatamente ao que Santos define como um “cotidiano imposto de fora”. A sua sobrevivência depende do que os recicladores e sucateiros definem como o preços pagos ao material coletado. Quanto mais baixos os preços, maior disponibilidade ao trabalho é necessário para garantir um mínimo para sua sobrevivência.

A necessidade de coletar a maior quantidade possível de material, está ligada diretamente a capacidade do catador em se deslocar de forma mais rápida na cidade. Esta fluidez se caracteriza também como resultado de um processo de “desregulação” (SANTOS, 1996b, p. 219), o que pressupõe uma ideia de velocidade (fluidez) nos processos como forma de garantir sustentação da cadeia.

Só que a velocidade está determinada pela capacidade do catador em se esforçar ao máximo para garantir uma maior quantidade possível de material. Ele não determina a sua velocidade, mas é a rapidez com que a indústria da reciclagem necessita de matéria-prima para a rotação de seu capital que determina o ritmo de trabalho do catador.

Sobre a fluidez que é necessária para o desenvolvimento do capitalismo, Santos (1996b, p. 219) afirma que:

Tudo se passa como se a economia dominante devesse, incansavelmente, entregar-se a uma busca desatinada de fluidez. Aqueles que reúnem as condições para subsistir, num mundo marcado por uma inovação galopante e uma concorrência selvagem, são os mais velozes. Daí essa vontade de suprimir todo obstáculo à livre circulação de mercadorias, da informação e do dinheiro, a pretexto de garantir a livre-concorrência e assegurar a primazia do mercado, tornado um mercado global.

Na cadeia produtiva da reciclagem, o catador se comporta como um elemento determinante nesta fluidez, apesar de não dominá-la. O aumento no tempo de rotação do capital se dá a partir da sua maior dedicação a atividade. O catador consegue garantir o movimento suficiente para que a cadeia produtiva se consolide sob o comando do capital. Todo o processo obedece a uma estrutura hierárquica, que tem como pressuposto a produção de um novo valor em mercadorias que foram desvalorizadas como “lixo”⁶.

Existe uma hierarquia na reciclagem que se consolida a partir das dificuldades de construir formas de organização que rompam com este processo. É uma hierarquia que “se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema” (SANTOS, 1996, p. 226). Além disso, existe uma recusa a participar de qualquer forma organizativa, tais como as diversas associações ou cooperativas.

⁶O termo se encontra entre aspas porque considero que quase a totalidade do material descartado no processo de produção tem sido aproveitado como matéria-prima, sendo esta a função prioritária do setor de reciclagem. O termo lixo sem aspas, significa algo que não pode ser mais reaproveitado.

Dentre os motivos para esta resistência em se organizar, existem as dificuldades que grande parte destes trabalhadores tem em se submeter a determinadas regras de funcionamento das associações e cooperativas.

Segundo V. (Outubro de 2008) - Presidente de uma associação de catadores na cidade de Goiânia, hoje com aproximadamente 7 trabalhadores atuando - considera a dificuldade no cumprimento de regras e a maior flexibilidade no trabalho isolado, os motivos da recusa em participar do trabalho organizado de forma coletiva. “O pessoal num que vir pra cá, pois aqui nós tem regra e norma e ninguém quer seguir. É mais fácil viver na cata na rua, sem horário, sem regulamento, sem ninguém pra dar ordem” (Outubro de 2008).

Esta resistência às formas de organização, podem ser consideradas também como uma contra-racionalidade, no sentido de que se mostra como um momento de não compreensão de seu papel enquanto sujeito histórico.

O catador não consegue se perceber como elemento ativo do processo social, e que suas formas organizativas podem se contrapor ao estabelecimento de uma racionalidade hierarquicamente superior. Para Santos (1996b, p. 227), esta contra-racionalidade pode se estabelecer como “o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

Esta “cegueira” e “complacência”, como afirma Milton Santos, pode ser um dos fatores que contribuem para a não compreensão da sua realidade enquanto explorado. São criadas as condições objetivas e subjetivas que favoreçam uma situação de lumpemproletariado, o que será discutido de forma mais completa no capítulo 3.

2.3 As mutações do trabalho contemporâneo

Os “mundos” do trabalho tem passado por uma série de modificações e reestruturações a partir da década de 1980. Uma das alternativas mais viáveis encontradas pelo capitalismo em nível global, tem sido o de intensificar a mobilidade das classes trabalhadoras de um ramo de produção para outro. Entretanto, isto não é um fenômeno novo no capitalismo, mas faz parte de diversos movimentos do capital no sentido de ampliar seu processo de valorização.

Marx (1988 b, p. 54) identifica este processo, quando afirma que:

Os fatos verdadeiros, transvestidos pelo otimismo econômico, são estes: os trabalhadores deslocados pela maquinaria são jogados da oficina para o mercado de trabalho aumentando o número de forças de trabalho disponíveis para a exploração capitalista [...]. Assim que a maquinaria libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, o pessoal de reserva também é redistribuído e absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais em grande parte decaem e perecem no período de transição.

Estas constantes “liberações” das classes trabalhadoras induzem a criação de setores que possam absorvê-las. Isto explica uma série de novas atividades que aparecem nas últimas décadas, como atividades que tem se tornado predominantes no capitalismo. São atividades que aparentemente não estão mais diretamente submetidos ao controle do capital industrial.

São apresentadas então uma série de conclusões que nestes setores estaria ocorrendo um movimento de superação das relações capitalistas. Esta confusão, ocorre pelo fato de uma série de atividades não representar pelo de forma aparente, uma das condições fundamentais da produção capitalista: a formação de valor.

Isto é, a centralidade do trabalho na criação do valor hoje, ainda que esteja sendo intensamente alterada, não só não invalida a teoria do valor, mas nos põe a pensar por meio da regulação espacial, o que o trabalho tem de igual e de diferenciado e em que medida ainda ele tem possibilidades emancipatórias, que não se resumem ao trabalho em si, mas que tem nele seu ponto central. Entendemos o trabalho nas suas múltiplas formas de internalização, e as metamorfoses que recaem sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, e ainda as diferentes formas de

expressão (material e/ou subjetiva) com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 13-14).

Diante desta nova realidade dos “mundos” do trabalho uma questão merece atenção especial: Quais as condições objetivas das classes trabalhadoras e em especial do proletariado (seja da cidade ou do campo), em garantir não só as condições mínimas de sua existência social, mas principalmente os instrumentos necessários no processo de superação da sociedade do capital?

Esta questão se torna pertinente, se considerarmos que as novas faces dos “mundos” do trabalho se materializam principalmente em um processo de fragmentação. Isto constrói grandes barreiras ideológicas e materiais no sentido de não permitir uma construção identitária de classe (THOMAZ JÚNIOR, 2005). No entanto, Kosik (1976, p. 182) afirma que “no processo de trabalho se revela ao mesmo tempo a especificidade do ser humano”.

Afirmando esta característica do trabalho, Lessa (2007, p. 142) indica que:

O trabalho é pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já se apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.

O trabalho em sua característica fundante se apresenta também como uma metamorfose geral em que é criado o elemento novo da realidade (KOSIK, 1976). Isto se torna um elemento importante para o debate, porque todos estes processos de fragmentação das classes trabalhadoras nas últimas décadas, tem criado algumas confusões conceituais.

Para garantir os níveis de exploração, é de fundamental importância que não se construa uma solidariedade orgânica das classes trabalhadoras. É uma situação que garante a construção de um discurso que o trabalho perde a característica de elemento fundante na organização da vida em sociedade. Isto dificulta consideravelmente o processo de organização nos moldes que o MNCR propõe.

A defesa da perda não só da centralidade do trabalho, mas do mesmo enquanto elemento fundante da vida social (SCHAFF, 1990; GORZ, 1980, 2003; HABERMAS, 1987) desconsidera dois aspectos: primeiro o caráter duplo do trabalho que se apresenta na sua forma concreta e abstrata (MARX, 1988a). Além disso, manutenção da relação de compra e venda da força de trabalho, aliada a outras formas de subordinação do trabalho ao capital, se mantém como condições básicas para a dinâmica da produção social capitalista (MARX, 1987).

Disso poderíamos sintetizar que o trabalho não está acabando, o emprego sim é que está moribundo. A afirmação que se repete de forma equivocada, que se caminha para o fim do trabalho, tem que ser repensada, pois, o que está em questão é a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc (THOMAZ JUNIOR 2006, p.10).

A multiplicidade de atividades criadas representa tão somente a ampliação e não redução das classes trabalhadoras. Só que esta ampliação se apresenta de forma cada vez mais precária, vulnerável e multifacetada, como resultado de um intenso processo de dispersão espacial (HARVEY, 1992; BENKO, 1999).

Além disso, não podemos deixar de citar que no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, tem surgido uma série de atividades tipicamente não capitalistas. Estão baseadas nos negócios familiares, trabalhos domésticos e artesanal, ou mesmo na formação de “economias subterrâneas” (HARVEY, 1992, p. 145).

Sobre a absorção de formas não capitalistas no circuito do capital - no capítulo que descreve sobre a grande maquinaria - Marx (1988b) já identificava como uma forma necessária de garantir a perpetuação no processo de acumulação.

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se na manufatura moderna, mais desavergonhada do que na fábrica propriamente dita [...]. Ela se torna ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua dispersão; toda uma série de parasitas rapaces se coloca entre o trabalhador propriamente dito e o trabalhador, o trabalho domiciliar luta em toda parte com empresas mecanizadas ou ao menos manufatureiras no mesmo ramo de produção, a pobreza rouba do trabalhador as condições mais necessárias ao trabalho, como espaço, luz, ventilação etc.[...] (MARX, 1988b, p. 70).

Se prestarmos atenção na afirmação de Marx, podemos perceber o mesmo processo na cadeia produtiva da reciclagem (MNCR, 2005), onde “uma série de parasitas rapaces se coloca entre o trabalhador e o empregador propriamente dito”. Existe a figura dos diversos agentes que atuam como intermediários entre o catador e a indústria, o que mistifica inclusive a relação entre o catador e a indústria da reciclagem.

O depoimento de um catador vinculado ao MNCR em Goiânia, demonstra a insatisfação com o que acontece na reciclagem. Segundo ele, são os atravessadores que se aproveitam da fragilidade dos catadores para se apropriar de uma grande parte de todo o valor produzido na reciclagem.

Segundo E. (33 anos, há 4 atuando como catador em Goiânia) “Os catadores não tem noção, o que interessa é eles ganhar o dinheiro, mas não sabe que quem está por trás está ganhando muito mais do que eles” (Maio de 2009).

Todas estas situações colocadas nos parágrafos anteriores, demonstram um dos aspectos de inserção das classes trabalhadoras na dinâmica produtiva do capitalismo. Marx identifica como um intenso processo de pauperização das classes trabalhadoras que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo.

Além disso, no atual momento do capitalismo, as formas de organização das classes trabalhadoras se alteram significativamente, porque segundo Harvey (1992, p. 145):

As formas de organização da classe trabalhadora (como os sindicatos), por exemplo, dependiam basicamente do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, sendo peculiarmente difícil ter acesso aos sistemas de trabalho familiares e domésticos.

Levantando também um importante questionamento sobre o caráter e alcance das mudanças ocorridas no capitalismo entre os séculos XIX e XXI, Harvey (2004a) não nega um aspecto qualitativamente novo na estrutura social capitalista. Mas o autor afirma que no fundamental das relações capitalistas, houve um processo de recrudescimento da exploração do trabalho vivo. Considera ainda como elemento pertinente para esta questão, um amplo processo de mercantilização das relações socialmente estabelecidas. O capitalismo em sua dinâmica totalizadora, se aproveita de forma conjuntural de tudo e de todos para garantir a sua reprodução.

Sobre estas mudanças no capitalismo, Harvey (2004a, p. 98) afirma que:

Assim sendo, houve uma transformação qualitativa a partir dessas mudanças quantitativas? Minha própria resposta é um “sim” qualificado a essa pergunta, seguido imediatamente da asserção de que não houve uma revolução fundamental do modo de produção e das relações a ele vinculadas e de que, se há alguma tendência real qualitativa, seu rumo é no sentido da reafirmação dos valores capitalistas do início do século XIX associada a uma inclinação típica do século XXI no sentido de jogar todos (e tudo que possa ser trocado) na órbita do capital, ao mesmo tempo que se tornam grandes segmentos da população mundial redundantes no tocante à dinâmica básica da acumulação de capital.

Na afirmação acima, o que mais chama atenção é o caráter de redundância de parte da população mundial. O capitalismo em sua dinâmica totalizadora se aproveita de forma conjuntural de tudo e de todos para garantir a sua reprodução.

A dinâmica de funcionamento do capitalismo não se alterou de forma significativa, porque pode ser considerado como válida a ideia de que o capitalismo,

apesar das mudanças qualitativas e quantitativas, se baseia ainda na exploração sistemática do trabalho vivo (HARVEY, 2004a).

2.4 O trabalho do catador na dinâmica da sociedade

Ao se falar do trabalho em seu sentido ontológico uma questão se coloca como de fundamental importância: ele se apresenta como elemento central no processo de socialização humana ou como elemento fundante da construção do ser social?

No sentido de ajudar na elucidação desta questão, Engels (1991, p. 215) afirma que:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é de fato, ao lado da natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho por si mesmo criou o homem.

Diante disso, podemos considerar que o trabalho não é apenas central como propõe Antunes (1995; 2003), pois a centralidade de qualquer elemento pode ser substituída, dependendo dos sujeitos hegemônicos. Mas quando se coloca o trabalho como fundante, isto quer dizer que a existência de toda a vida social é essencialmente resultado do trabalho⁷. O caráter fundante também representa que através do mesmo, se constrói não só uma relação identitária, mas principalmente a existência do homem enquanto ser social.

É necessário estabelecer discursos que permitam construir este processo fora dos “mundos” do trabalho. E dentre as formas mais eficientes para que isto

⁷Segundo Marx (1988 a) o processo de trabalho como elemento de mediação necessária entre o Homem e Natureza independe da forma social hegemônica, pois este representa um elemento inerente ao Homem em seu processo de existência, na produção de valores de uso que permitam a reprodução da espécie. Entretanto, sob a forma social capitalista segundo Marx, o processo de trabalho é submetido ao processo de valorização, momento este em que a produção social não tem como objetivo o atendimento das necessidades humanas, mas sim a valorização do capital.

aconteça, é o fortalecimento da noção de que atividades como a da catação se apresentam como alternativas à economia de mercado e à produção capitalista.

Segundo Bosi (2008, p. 102) este discurso reforça a ideia de que:

A despeito desse questionamento, a cata de recicláveis geralmente tem sido apreendida como uma modalidade de trabalho 'autônomo', uma 'invenção' do próprio trabalhador, uma "oportunidade" em meio às reconhecidas mudanças no mundo do trabalho responsáveis pelo encolhimento do número de empregos 'formais'.

Além disso, um outro fator importante no fortalecimento destas propostas, é que este tipo de trabalho aparece também como uma forma de empreendedorismo social. Surge como alternativa de sobrevivência (Reynals, 2002) ou vindo na atividade econômica, possibilidade de ser um elemento formador de novos sujeitos sociais.

Segundo Abramovay et alli (2003, p.9):

Porém, a identificação de processos embrionários de organização social de empreendedores populares urbanos mostra a potencialidade de formação de sujeitos sociais e de processos de desenvolvimento nestes setores. Os catadores de materiais recicláveis começam a se organizar através de fóruns que têm sido importantes articuladores de reivindicações, como a da regulamentação da atividade, conquistada em 2001. Alcançou resultados práticos – como será visto adiante, neste relatório, a luta para ampliar a participação destes trabalhadores na formulação de políticas públicas, no município de São Paulo. A ação articulada da Prefeitura de Belém, do Banco do Povo e da Agência de Desenvolvimento Solidário, deu origem a um representativo Fórum de Microempreendedores de Belém, que atua na capacitação, na organização dos empreendedores e na negociação de projetos com órgãos públicos

Algumas ideias afirmam também a necessidade do reconhecimento social dos catadores, tendo como ponto de partida uma atitude dos mesmos de buscar este reconhecimento. A busca pelo reconhecimento partiria de princípios que necessariamente criam uma distinção entre outros setores desprivilegiados ou vulneráveis dentro da sociedade. São segmentos que precisam provar que são úteis

dentro da ordem social estabelecida, e não com pretensões de transformação desta mesma ordem.

Significa dizer que a situação precária do catador seria resultado da falta de atitude e iniciativa dos indivíduos, no sentido de buscar o reconhecimento social. Esta nova atitude poderia certamente lhes trazer melhorias significativas em sua existência material.

Neste sentido, Silva e Michelotti (2007), afirmam que em sociedades muito desiguais como a brasileira, o central seria a disputa entre os diversos grupos sociais subalternizados por recursos (simbólicos e materiais) que são escassos.

São criados os efeitos de distinção entre si, como forma de garantir o acesso a estes recursos, e segundo os autores, as características empreendedoras se apresentariam como um destes atributos.

Silva e Michelotti (2007, p. 15) afirmam que:

Retomando os argumentos que orientaram este artigo, observa-se que a construção do reconhecimento social em contextos de desigualdades profundas, tal como o brasileiro, carece de princípios igualitários e universalistas nos quais possa ancorar sua justificação. Na falta deste fundamento igualitário, a acirrada disputa por recursos escassos entre os subalternos tende a produzir um contexto favorável à busca do reconhecimento através de estratégias de distinção, que destacam positivamente determinados atributos possuídos por alguns segmentos subalternos, ao mesmo tempo em que se (re)produz a desqualificação daqueles segmentos carentes destes atributos. Especificamente no caso dos catadores, menos que uma luta pelo reconhecimento do conjunto dos catadores enquanto brasileiros portadores dos direitos de cidadania e, no limite, iguais a todos os outros enquanto seres humanos, o que se observa é a necessidade de produção de argumentos que demonstrem a utilidade destes indivíduos e, assim, justifiquem seu acesso a determinados bens e “direitos”. Assim, foram identificados diversos – e, alguns, concorrentes – esforços de valorização dos catadores que apresentavam atributos que os distinguiam entre si e lhes ofertavam chances de reconhecimento: atuação em organizações formalizadas legalmente e não nas ruas, consciência militante, espírito empreendedor, utilidade ambiental, etc.

Este discurso tem sido muito bem aceito inclusive no seio de representantes das classes trabalhadoras. O senhor J.C., presidente da Cooperativa

de Recicladores Profissionais do Recife (Pró-Recife), organização vinculada ao Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (“Um outro Olhar” in www.mncr.org.br)- acessado em 10 de Setembro de 2008) afirma que:

E importante que os empresários, as grandes empresas olhem esse lado, não hoje mais como coitadinho, ou bêbado ou drogado como a gente era tachado antigamente, mas como empreendedores, como homens e mulheres trabalhadoras que buscam o seu sustento dignamente.

Isto demonstra que mesmo no seio de um movimento que pressupõe uma contraposição as formas exploratórias – não significando portanto o rompimento com o capitalismo - existem segmentos internos que apresentam o discurso de inclusão. Acreditam nas ações empreendedoras, como de fundamental importância para serem reconhecidos dentro de uma sociedade cuja lógica é a exploração do trabalho.

Segundo A (65 anos, 10 anos de catador), vinculado a uma cooperativa em Anápolis afirma que:

Nós que fizemos um curso pelo SEBRAE, somos capacitados para trabalhar com reciclagem, enquanto o pessoal do lixão é tudo um bando de gente sem estudo, drogado e bebum e por isso nós conseguimos montar a cooperativa e uma chance de ser alguém na vida (Agosto de 2008).

Alguns destes trabalhadores dão muita importância para as chances oferecidas pelo mercado para capacitação. Seria exatamente a forma de serem “incluídos” e “reconhecidos” socialmente, mesmo que para isso tenham que desqualificar outros segmentos. Segundo R. (Apoiador do MNCR na cidade de Goiânia), a formação política do movimento deve se dar em contraposição a esta perspectiva. Segundo R. a formação deve privilegiar o processo de construção da autogestão social, e também a crítica as formas empreendedoras e economia solidária.

O empreendedorismo vai contra a nossa luta, pois uma cooperativa ou associação baseada nisto formaria patrões de catadores e não é isto que queremos. Não adianta inserir dentro do processo como empresa, pois isso

vai criar uma elite de catadores para explorar catadores desorganizados (Janeiro de 2009).

Já C., presidente de uma cooperativa de catadores em Anápolis afirma que é contra a vinculação ao MNCR, pois “não acho que o conflito seja a solução, o pessoal do MNCR é muito radical e eu prefiro partir para negociar com paz e calma” (Novembro de 2008).

Dona A., catadora do lixão de Anápolis durante 3 anos e meio afirma em contraposição a isto que “a nossa sobrevivência depende de nós nos organizar e o movimento foi muito importante para isso, por isso precisamos fazer de novo” (Janeiro de 2009), citando o papel que o MNCR teve em Anápolis entre os anos de 2004 e 2007.

Diante de todas estas afirmações contraditórias, é importante evidenciar o caráter geral do movimento, em que seus princípios e objetivos contrastam com o discurso do empreendedorismo. Propõe uma forma de organização social que parte do entendimento que a formação se dá no conflito cotidiano, e que a perspectiva de organização deve se dar como perspectiva de classe (MNCR, 2005).

Estas diferentes perspectivas e afirmações nascem do caráter multifacetado das classes trabalhadoras, bem como do processo de criação de novas atividades produtivas. Além disso, uma maior mobilidade geográfica destas atividades, apresenta como aspecto determinante a construção de ajustes espaciais, que garantam melhores condições de funcionamento para o capital (HARVEY, 2005). Isto permite que os diversos setores capitalistas possam garantir uma taxa de média de lucro, que consiga garantir a sua sobrevivência no mercado (MARX, 1988 c).

Isto faz com que a construção da identidade a partir do trabalho se torne cada vez mais complexa e difícil, contribuindo na formação de uma “paisagem geográfica do capitalismo” (HARVEY, 2004a) definida pelos “novos movimentos sociais”. São criados a partir de novas relações identitárias, que aparentemente não

são mediadas pelo trabalho enquanto categoria de construção coletiva de ação, inclusive na tentativa de superação da sociedade do capital.

Diante disso, Thomaz Júnior, (2006, p. 10) afirma que:

Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Ou ainda, se não consideramos as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassa as demarcações preconcebidas, se nos campos ou se nas cidades não nos é possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito.

A dificuldade em se compreender a dimensão deste processo está no fato de não se compreender ou não se perceber o caráter dialético do trabalho, ou mesmo os aspectos contraditórios da sociedade capitalista. Isto cria uma série de confusões conceituais, principalmente as relacionadas com a dificuldade no entendimento do caráter duplo do trabalho.

Há, portanto, uma dialética do trabalho (negatividade/positividade) que se ignorada ou negligenciada, redimensiona radicalmente o debate em torno da centralidade do trabalho e, conseqüentemente, da potência emancipadora do trabalho. Por suposto, seria praticamente impossível imaginar a eliminação do trabalho, ou até em certo limite, a classe trabalhadora enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital. Por meio da perspectiva marxiana, recolocamos essa questão nos seguintes termos: superação do trabalho abstrato, e em seu lugar a vigência do trabalho concreto, vinculado à produção de valores de uso ou de bens para a satisfação das necessidades, sendo que o produto disso possibilitaria o tempo livre, a materialização de uma vida cheia de sentido e a emancipação humana (THOMAZ JUNIOR 2005, p. 13).

São criadas novas categorias de trabalhadores, mas as pessoas que assumem estas novas funções no mercado de trabalho muitas vezes não são identificados como trabalhadores, mas como uma nova geração de “empreendedores”.

O aspecto principal de sua existência social não se daria mais pela venda de sua força de trabalho, mas sim pela sua capacidade de criar e inovar dentro das

modernas formas de gestão do trabalho. Estas formas modernas prezam principalmente pela “iniciativa individual”, além de absorver novas fórmulas e métodos gerenciais que garantam a sua sobrevivência no mercado⁸.

É uma forma de entender a realidade que desconsidera a conexão entre os diferentes setores de atividade na produção social capitalista. Significa uma necessária ordenação espacial das atividades produtivas sob o controle do capital. A este processo Marx denominou de cooperação⁹.

Segundo Marx(1988a, p. 244):

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual, ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativamente muito maior que antes.

Segundo Marx, o processo de cooperação capitalista é de fundamental importância na transição da manufatura simples para a grande indústria. No Século XXI, o capital industrial agora muito mais complexo em seu funcionamento, cria novas formas de atividades que não precisam estar próximas, mas ainda sobre o controle do capital, o que significa uma expansão da escala produtiva.

Portanto, é exatamente na criação de espaços flexíveis (HARVEY, 1992), que o capitalismo supera os entraves que dificultam o seu processo de valorização.

Esse padrão de racionalidade capitalista se estende para todo o tecido social,efetivando-se territorialmente com especificidades, e capitaneado por procedimentos e rotinas que negam qualquer outra possibilidade de forma de inserção do trabalho na atividade laborativa que não tenha vínculos diretos com a reprodução do capital, mas sobretudo que seja guiada e comandada por esses objetivos (THOMAZ JUNIOR, 2006 p. 9).

⁸Por isso, uma das questões centrais colocadas atualmente, é que o problema do desemprego está menos no fato do capitalismo gerar necessariamente um surpreendente exército de reserva, do que a falta de vontade e iniciativa de qualificação por parte das classes trabalhadoras. Isto significa responsabilizar pela situação de miserabilidade do trabalhador, o próprio trabalhador, uma espécie de criminalização da miséria.

⁹“A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (Marx, 1988, p. 246). O conceito apresentado por Marx reforça a ideia de que mesmo em atividades realizadas de forma espacialmente dispersa este processo pode ocorrer, como é o caso da indústria da reciclagem.

O significado desta reestruturação garante uma racionalidade que é fundamental para que ocorra a reprodução ampliada do capital. Os vínculos com o capital não precisam se estabelecer necessariamente como relações formais, mas sim estar sob o controle e comando do capital.

O trabalho se torna cada vez mais estranhado no atual estágio de desenvolvimento social, estranhamento este que se torna muito mais velado do que no trabalho assalariado propriamente.

A reestruturação produtiva do capital produz novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Assim, a precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista (THOMAZ JUNIOR, 2006, p.10).

Segundo (Marx,1988a), este processo cria um conjunto de forças produtivas combinadas, que se apresentam como resultado uma força produtiva social média.

Portanto, a lei geral de valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio (MARX, 1988a, p. 245).

O ato de empregar muitos trabalhadores ao mesmo tempo não quer dizer necessariamente que todos devem possuir um vínculo formal com o capital, mas devem participar direta ou indiretamente de seu processo de reprodução. Na fase flexível do processo de acumulação (HARVEY, 1992), as atividades como a reciclagem mantêm as necessárias formas de cooperação.

As atividades do setor de reciclagem mantêm formas de cooperação subordinadas ao capital, pois todo o “lixo” recolhido nas cidades tem como destino final a grande indústria, que comanda a sua transformação.

Ocorre a criação de novas territorialidades das classes trabalhadoras, que garantam ao mesmo tempo, o isolamento das atividades sem quebrar a relação de simultaneidade e complementaridade nos processos.

Isto encobre uma situação de exploração que se estabelece em diversas atividades econômicas, principalmente no setor de serviços (catadores de recicláveis, telemarketing, autônomos de vários tipos de atividades, etc.), que muitas vezes é apresentado como o “fim do emprego” e “emancipação” social. Muitas vezes, a perspectiva de formação de novos empreendedores impõe uma degradante condição de trabalho e de vida.

O produto social do catador, contribui de forma significativa no processo de valorização. Como parte integrante do trabalhador coletivo, este trabalhador contribui também no barateamento da força de trabalho de todos os outros setores.

Existe a necessidade de incluí-lo no trabalho social médio, uma força de massas, como afirma Marx (1988 a, 247), que “Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva social que tem de ser, em si e para si, uma força de massas” .

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos [...]. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas. Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também a sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria prima de sua exploração (Marx, 1988, p.250).

A partir da citação acima, dois elementos merecem ser considerados. Em primeiro lugar, Marx expressa a capacidade que o capital tem de articular diferentes

atividades individuais – no caso, o trabalho isolado dos catadores – em que todos eles devem estar vinculados a um ou mais atravessadores.

Em segundo lugar, a formação social capitalista contemporânea tem privilegiado o desenvolvimento de atividades autônomas e isoladas, que aparentemente estão fora do circuito de reprodução capitalista (BOSI, 2008). É uma forma de reduzir a capacidade de resistência e as possibilidades dos trabalhadores em assumir o controle social da produção, como já citado em parágrafos anteriores.

Com relação a este aspecto, Marx (2004, p. 92) identifica que:

As forças produtivas sociais do trabalho, ou por outra, as forças produtivas do trabalho diretamente social, socializado(coletivizado) por via da cooperação, da divisão do trabalho no interior da oficina, da aplicação da maquinaria e, em geral, da transformação do processo produtivo em aplicação consciente das ciências naturais, mecânicas, química, etc., e da tecnologia, etc., com determinados objetivos, assim como os trabalhos em grande escala que a tudo isto correspondem (só esse trabalho socializado está a altura de empregar no processo direto da produção os produtos gerais do desenvolvimento humano, como a matemática, etc.; por outro lado, também o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível de produção material); este desenvolvimento da força produtiva do trabalho objetivado, por oposição à atividade laboral mais ou menos isolada dos indivíduos dispersos, etc., e com ele, a aplicação da ciência – esse produto geral do desenvolvimento social – ao processo imediato de produção; tudo isso se apresenta como força produtiva do capital e não como força produtiva do trabalho, ou apenas como força produtiva do trabalho na medida em que este é idêntico ao capital e, em todo o caso, não como força produtiva do operário individual nem dos operários combinados no processo de produção. A mistificação implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que se teria podido e pudera desenvolver na caso da subsunção puramente formal do trabalho no capital. Além disso, é aqui o significado da subsunção puramente formal do trabalho no capital. Além disso, é aqui que o significado histórico da produção capitalista surge pela primeira vez de maneira gritante (de maneira específica), precisamente mercê da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.

O ciclo da cadeia produtiva da reciclagem expressa este processo, pois no trabalho da catação, 89% são executados pelo catador (MNCR, 2005). A produtividade neste setor depende basicamente da disponibilidade maior ou menor do trabalhador em se dedicar a sua atividade (carregar mais peso e trabalhar um maior tempo durante o dia). Todo o desenvolvimento do setor representa o

desenvolvimento do capital investido, que se apropria da força produtiva do trabalho dos catadores.

É uma relação, contudo, que não se apresenta claramente, pois o catador por não possuir um vínculo formal com a cadeia produtiva da reciclagem, se apresenta muitas vezes como um autônomo que se emprega a si mesmo.

Segundo Medeiros e Macêdo (2006, p. 65):

Birbeck(1978) denominam os catadores de “self-employed”, pois, segundo o autor, o auto-emprego não passa de ilusão, pois os catadores se auto-empregam, mas na realidade eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem contudo terem acesso a seguridade social do mundo do trabalho.

Esta relação de trabalho é muito pouco perceptível, principalmente pelo fato dos catadores não terem acesso ao “mundo formal” do trabalho, o que de forma geral é que define a situação de vínculo com o capital. Trabalhadores que não apresentam este vínculo formal, são enquadrados na ideia de autônomos que a princípio para sua sobrevivência, não dependem de vender a sua força de trabalho ao capital. Aparentemente, são indivíduos que dominam as suas próprias condições de trabalho.

Muitas vezes são identificados sob o termo “trabalhadores por conta própria”, indicando inclusive que estão fora do circuito de reprodução capitalista. São vistos como atividades alternativas ao processo de circulação do capital.

Sobre este aspecto, Bosi (2008, p. 101) afirma que:

Notadamente, as reflexões geográficas registradas em revistas e livros acadêmicos têm considerado os catadores como parte de três temas mais amplos, relacionados a debates sobre (a) formas alternativas de geração de renda para trabalhadores ditos “excluídos” (Santos, 2002; Dias, 2002), (b) construção de “novos sujeitos” (Couto, 2000; Adissi, 2003; Gorbán, 2004) e (c) saúde pública (Ferreira, 2001; Porto *et al.*, 2004). No campo das ciências humanas e sociais, as duas primeiras abordagens têm sido predominantes e, não raras vezes, são apresentadas articuladamente a partir de uma visão que percebe o trabalho dos catadores como “marginal” ao processo de acumulação de capital (Cesconeto, 2002). Essa interpretação geralmente tende a apreender o catador como um “trabalhador por conta própria” que

negocia livremente o produto de seu trabalho. Algumas dessas abordagens, quando lidam com o trabalho dos catadores organizados em cooperativas, chegam a conceituá-lo como alternativo à economia de mercado e à lógica da produção capitalista, enxergando-o como uma nova expressão da resistência e da sobrevivência de uma numerosa população trabalhadora socialmente excluída e que vive na informalidade (Rodrigues, 2002).

Um elemento importante para entender a dinâmica do trabalho no capitalismo contemporâneo, é que aparentemente a relação de exploração da força de trabalho no capitalismo deixa de existir.

O ponto determinante para o atendimento das necessidades, não seria mais a venda da força de trabalho, mas sim a capacidade de gerenciar a sua vida com o objetivo de auferir ganhos cada vez mais crescentes. É incoerente a partir deste tipo de análise, admitir uma relação entre produção/acumulação do excedente baseado na expropriação das classes trabalhadoras, se esta perde o seu caráter central enquanto portadora de trabalho vivo.

Também a relação entre trabalho necessário/excedente perde seu sentido a partir desta análise. Isto porque para esta corrente de pensamento, a sobrevivência neste momento, depende basicamente da entrega de corpo e alma as suas atividades de trabalho. Seria um resgate da ética emancipadora do trabalho (WEBER 2002) como única forma de garantir “dignidade” às pessoas.

O atual estágio do desenvolvimento capitalista reflete sobretudo a intensificação da produção de mais-valia – considerando os seus dois aspectos: a “subsunção do trabalho no capital” seja sob seu aspecto formal (mais-valia absoluta), bem como seu aspecto de subsunção real (mais-valia relativa) Marx (2004) - decorrente da extensa jornada de trabalho do catador, aliada a sua pouca capacidade no atendimento de suas necessidades básicas.

O significado é um aumento intensivo do trabalho excedente, demonstrando como este “novo” tipo de trabalhador está totalmente inserido na lógica da exploração capitalista.

Neste sentido, Marx (2004, p. 93-94) mostra que:

Do mesmo modo que se pode considerar a relação de produção da mais-valia como expressão material da subsunção formal do trabalho no capital, também a produção de mais-valia relativa se pode encarar como a da subsunção real do trabalho no capital. Seja como for, as duas formas da mais-valia, a absoluta e a relativa – se se quiser considerar cada uma de per si, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) – correspondem a duas formas separadas de subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira sempre precede a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos de produção.

O trabalho então se apresenta exatamente sob estas características, pois o catador passou a ser considerado como um “empreendedor” social¹⁰. Entretanto, o que acontece é exatamente o contrário, pois este trabalhador faz parte de uma cadeia produtiva em que o mesmo se apresenta como o elo mais fraco deste processo (MNCR, 2005). A força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor (pelo tempo socialmente necessário para sua reprodução), mas sempre produz um valor maior do que o seu (MARX, 1988a).

Diante do pressuposto acima, a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável, pois depende da relação entre trabalho necessário e trabalho excedente. Entretanto, a variação da jornada de trabalho depende segundo Marx (1988a) de limites físicos e morais, pois a mesma é determinada pelo conjunto de necessidades espirituais e físicas que por sua vez dependem do nível geral de cultura de cada sociedade.

2.5 Capitalismo e produção de necessidades: um eterno vir a ser e vir a ter nos “sonhos” das classes trabalhadoras.

¹⁰São vários os discursos, principalmente de organismos ligados ao Capital como o SEBRAE que identificam o trabalho do catador como uma atividade que permite a garantia de uma renda e emprego, além de se constituir em um sujeito diferenciado que depende do seu próprio esforço para se garantir no mercado. Diante disso, são oferecidas várias atividades de “qualificação” dos catadores em que o tema empreendedorismo está muito presente.

O capitalismo enquanto ordem social, tem como um de seus pilares fundamentais a sua capacidade de se tornar plenamente aceitável por todas as classes sociais. No imaginário social, oferecem uma ampla gama de possibilidades de evolução, principalmente por ser uma formação social baseada na perspectiva de mobilidade. Estas condições se baseiam principalmente nos conceitos de liberdade e igualdade, que se estabelecem como pilares fundamentais da sociedade capitalista.

No entanto, o conceito de liberdade no capitalismo não se fundamenta no pleno exercício das faculdades humanas, mas sim no que Marx (1988b, p. 252) denomina de duplo sentido quando afirma que:

Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo, etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles.

Além disso, a igualdade pressuposta no capitalismo está diretamente ligada a capacidade dos indivíduos em fazer contratos. As duas classes fundamentais (capitalistas e trabalhadores) são portadoras de mercadorias: meios de produção e força de trabalho. A igualdade se dá através dos contratos entre iguais – no sentido que são portadores de mercadorias – que criam o mecanismo necessário para que ocorra a produção social.

Estes conceitos se tornam fetichizados, pois os mesmos criam a ilusão de que todos tem plenas condições de se desenvolver e “evoluir” como seres humanos na ordem capitalista.

Surgem um conjunto imenso de necessidades – resultado das possibilidades apresentadas para todos – criadas e que precisam ser atendidas e só o mercado existe como principal elemento mediador. As necessidades socialmente produzidas são ampliadas com o desenvolvimento do capitalismo, pois

a intensificação da divisão social do trabalho (um aspecto determinante para o aumento da produtividade) cria o trabalhador unilateral, mas com necessidades multiplicadas (MARX, 1988a).

Segundo Heller (1978, p.23) :

El desarrollo de la division del trabajo de la productividad crea, junto com la riqueza material, también la riqueza y la multiplicidad de las necesidades; pero las necesidades se reparten siempre em virtud de la división del trabajo: el lugar ocupado el seno de la division del trabajo determina la estructura de la necesidad o al menos sus limites. Esta contradiccion alcanza su culminacion em el capitalismo, donde llega a convertirse (como veremos) em la maxima antinomia del sistema.

A antinomia citada por Heller é de fundamental importância para se compreender a relação entre necessidades e produtividade no capitalismo. O trabalhador procura se esforçar ao máximo, como forma de garantir necessidades cada vez mais longes e difíceis de serem atendidas. Por outro lado, o trabalhador se esforça também muitas, vezes para atender as necessidades mais simples e básicas.

Esta relação se dá porque “Com a multidão de objetos, cresce de forma igual o império das entidades estranhas a que o homem se encontra sujeito” (MARX, 2006, p. 149). Esta forma como as necessidade são criadas e estabelecidas no capitalismo, cria então uma hostilidade do homem com os objetos que deseja.

Os sonhos de consumo passam a existir de forma cada vez mais distante dos seus desejos. “O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, necessita cada vez mais de dinheiro, para tomar posse do ser hostil” (MARX, 2006, p. 149).

A realidade socialmente produzida no capitalismo, cria uma relação ao mesmo tempo de expectativa e desânimo por parte dos indivíduos. Expectativa, pois desde o momento em que se tornam sociabilizados, estão presentes nos indivíduos uma condição de que em algum momento de suas vidas poderão alcançar. Ao mesmo tempo, ocorre também desânimo e frustração, pois ao longo de seu

processo de desenvolvimento e inserção na sociedade, não conseguem atender as expectativas que lhes foram socialmente impostas.

No capitalismo a situação das classes trabalhadoras se pauta por um “vir a ter” e um “vir a ser”, o que alimenta inclusive o processo de estabilidade social e isto precisa ser constantemente introjetado no imaginário social.

O trabalho aparece então como um elemento de importância fundamental na construção deste processo, pois a ideia é “quanto mais o esforço”, maiores as chances de conquistas. Para o trabalhador, a sua inserção no mercado de trabalho e um necessário aumento de sua produtividade aparecem como formas únicas de atingir seus objetivos.

D. (catador, 35 anos, há 7 na atividade em Goiânia) demonstra isto quando afirma que:

Se tiver material para trabalhar, a gente trabalha até 48 horas. A única coisa que eu tenho é o lixo para catar. A gente está apenas contribuindo com a limpeza do meio ambiente, o que a sociedade já jogou fora. Quem gera o lixo não é nós, é a sociedade. Uma coisa que eu tenho vontade é de ter um registro, até hoje eu não tenho” (Março de 2009).

Além disso, D. afirma ter três desejos: “Vortá pra Pernambuco, ver meus fio formado e conhecer a Disney, Mas eu já to realizado, já tenho uma casa que a Prefeitura deu para nós” (Março de 2009).

Este depoimento demonstra também outras questões que merecem uma atenção especial. Em primeiro lugar, quando afirma que “Quem gera o lixo não é nós, é a sociedade”, o mesmo não se sente pertencente a ordem social estabelecida, mas demonstra uma vontade de pertencer, pois considera como um aspecto negativo de sua vida a falta de uma certidão de nascimento. Ou seja, considera muito importante a sua inserção a partir de um documento que prova a sua existência para toda a sociedade.

Em segundo lugar, demonstra também um certo desprezo pelo conjunto social, pois faz um serviço que considera de extrema importância para a sociedade (limpeza do Meio Ambiente) não é reconhecido o seu papel.

Ainda sobre o depoimento acima, é fundamental comentar o desejo de visitar a Disney que se apresenta como algo distante. Mas ao mesmo tempo não esconde uma realidade, que na ideia do trabalhador se estabelece como um efetivo vir a ter. Representa também uma situação de impotência diante das condições sociais de sua existência.

Significa também um aspecto objetivo – o desejo de conhecer a Disney - que se transforma no capitalismo em uma objetividade alienada (KOSIK, 1976). Os fundamentos históricos desta necessidade que é subjetiva, é submetido a uma espécie de ilusão. A situação do catador o afasta consideravelmente das possibilidades e potencialidades dos desejos que possam satisfazer suas necessidades.

Segundo Kosik (1985, p. 113):

O homem não existe sem “condições” e só é criatura social através das “condições”. O contraste entre o homem e as “condições”, o antinomismo da consciência impotente e das onipotentes “condições”, consiste no contraste entre as “condições” isoladas e o íntimo obscurecimento do homem isolado.

Este obscurecimento de que fala o autor pode ser relacionado com a impotência do catador em atender um sonho, um desejo criado pela ordem social. Contudo, se apresenta como elemento de difícil condição para ser realizado em sua plenitude.

D. é um militante do MNCR, trabalha com a mulher em média 13 a 14 horas por dia, carregam aproximadamente 400 kg diariamente e ganham os dois juntos aproximadamente R\$ 300,00 mensais. Ele possui cinco filhos, e trabalha há três anos na catação de materiais recicláveis. Ele já trabalhou como servente em Pernambuco, artesão em Anápolis e Goiânia e por não saber ler e escrever, o

mesmo afirma que “A única chance que a vida me deu para dar o de comer para meus filhos, foi o trabalho com lixo” (Março de 2009). O mesmo afirmou ainda que o pai era andarilho e vivia da catação em Pernambuco.

Todas as afirmações deste catador demonstram também uma angústia existencial, porque dentro da ordem social burguesa o trabalhador é condicionado a desejos ilimitados, mas a sua capacidade de atendimento se torna bastante limitada.

O trabalhador se entrega ao máximo pelo mínimo necessário a sua sobrevivência. Porque as necessidades dos trabalhadores, são estabelecidas pelos limites das necessidades naturais (SMITH, 1988). Entretanto, Heller(1978) relaciona as necessidades naturais com um determinado limite para a satisfação das necessidades sociais.

Heller (1978, p. 33) afirma que:

A nuestro criterio las “necesidades naturales” no constituyen un conjunto de necesidades, sino un concepto limite: limite diferenciable según las sociedades – superado en cual la vida humana ya no es reproducible como tal; dicho en otras palabras, el limite de la simple existencia (la muerte masiva de hambre en la India o en el Pakistán, expresa precisamente esa superación). Seria puro aristocratismo – en nuestro mundo al menos – eliminar esse concepto limite de la discusión sobre las necesidades. Por ello no hablaré de “necesidades naturales” sino de limite existencial para la satisfacion de las necesidades.

Neste sentido, os desejos expressos por D. representam quais os limites que o trabalhador no capitalismo possui para o atendimento de suas necessidades, pois a sua condição material demonstra a contradição entre necessidades e possibilidades de atendê-las.

Diante disso, Marx (2006, p. 149) demonstra que “Cada homem especula sobre a maneira como criar no outro uma nova necessidade para o forçar a novo sacrifício, o coloca em nova dependência, para o atrair a uma nova forma de prazer e, dessa forma, a destruição”

Outra catadora, M.J. (23 anos) afirma que entre seus desejos estão “Conseguir uma casa própria pra mim e respeito e dignidade” (Março de 2009). M.J. Só trabalha há dois meses como catadora e também militante do MNCR. Não trabalha nas ruas, mas no galpão localizado no conjunto Albino Boaventura na cidade de Goiânia, fazendo a separação do material que é coletado por outros catadores.

Mesmo com pouco tempo atuando, as necessidades da catadora se expressam também em necessidades extra-econômicas (dignidade e respeito). Mas isto também se torna instrumento de compra e venda no capitalismo (MARX, 2006). Entretanto, por auferir uma renda média de R\$ 200,00 mensais, o seu desejo de dignidade e respeito se apresenta cada vez mais distante. A posse do dinheiro no capitalismo é a única forma de atender estas necessidades (MARX, 2006).¹¹

M. (28 anos) há dois anos trabalhando como catadora, expressa dentre seus desejos que: “Meu marido consiga comprar uma carroça, uma vida digna para nós e que Deus dê saúde pra nós continuar trabaiano” (Março de 2009). São desejos que expressam uma simplicidade, mas que se tornam reflexo da própria vida que levam.

A catadora deseja condição para desenvolver o trabalho (a aquisição da carroça), mesmo que isto signifique se inserir de forma mais intensa no processo de exploração. A aquisição da carroça possibilita carregar mais peso, pois os seus rendimentos dependem consideravelmente da quantidade de horas trabalhadas e da quantidade de material que conseguem coletar nas ruas.

Ela e o marido juntos carregam aproximadamente 400 kg diariamente, perfazendo uma renda mensal média de R\$ 300,00. Nunca teve profissão definida (é

¹¹Marx nos Manuscritos (2006, p. 169) afirma que: O poder de perversão e de inversão de todas as qualidades humanas e naturais, a capacidade de entre coisas incompatíveis estabelecer a fraternidade, a força divina do dinheiro, reside no seu caráter como ser genérico alienado e auto-alienante do homem. Ele é o poder alienado da humanidade”. Os catadores então por ganharem tão pouco (menos que um salário mínimo em média) sentem este poder cada vez mais estranhado, pois as necessidades, mesmo as básicas para a sua sobrevivência animal estão difíceis de ser plenamente atendidas, como demonstram as entrevistas realizadas até este momento.

dona de casa), mas foi obrigada a se dedicar ao trabalho de catação pelo fato de não ser qualificada para atuar em outro tipo de atividade, pois esta atividade também lhe permite uma melhor flexibilidade no tempo, segundo ela, para cuidar dos dois filhos. A necessidade primeira neste caso, é a de se entregar ao trabalho.

O Sr. A. (66 anos) que se dedica há 6 anos a catação, afirma que: “A única coisa que eu quero é trabaio e cumida” (Março de 2009). O catador de idade avançada também expressa em seus desejos, o mínimo necessário para sua sobrevivência. O mesmo trabalha em média 12 horas por dia, carrega em torno de 250 a 300 kg (diariamente) e recebe aproximadamente R\$ 400,00 por mês.

Uma reportagem do jornal Hoje Notícia (www.hojenoticia.com.br)¹² mostra o sofrimento de uma catadora em Aparecida em sua existência como trabalhadora.

Catadores de materiais recicláveis vivem de maneira subumana em barracos a poucos metros do Aterro Sanitário de Aparecida de Goiânia, no bairro Vale do Sol, desprovidos de saneamento básico, asfalto e energia nas residências. A alimentação dos moradores não é adequada, o lugar fica a mais de 10 quilômetros de qualquer mercado. Ela começa sua lida no aterro as 17 horas, com os outros moradores do bairro e, segue noite adentro, até as 5 da manhã. É a catadora Alcimar Cristina Amorim de Souza, 34 anos. Consegue bons materiais. Nas noites generosas, ganha até 20 reais, mas o período é de chuva, o material pesa e o preço cai, é época de ganhar menos. Ela não trabalha todo dia, geralmente um dia sim, um não. Quando está animada, não acha o serviço tão pesado. Seus dois filhos a ajudam. O sonho da catadora é ter uma casa fora daquele lugar, porque a vida lá é difícil, é preciso andar quilômetros para comprar alguma coisa, e não existe linha de ônibus na região. Todos sobrevivem com a renda da venda dos materiais recicláveis que catam no aterro. Ela deseja morar num bairro melhor de Aparecida de Goiânia. Seus filhos estão estudando, espera que eles se formem, a escolha da profissão é deles. Porém, se esforça para que não sejam catadores. Apesar disso, diz gostar da profissão [...]. Mas, se acabarem com o único trabalho das pessoas que moram ali, prevê que alguns virariam mendigos e outros ladrões. No bairro Vale do Sol moram pelo menos 60 pessoas. (DANIEL, janeiro de 2009).

Todos os relatos retratam uma extrema precariedade nas condições sociais de existência dos catadores. O relato desta catadora demonstra uma preocupação em que os filhos não se tornem catadores, pelas dificuldades de

¹²Acesso em 20 de Janeiro de 2009.

condições que o trabalho apresenta. C. (37 anos) há 7 anos trabalhando na catação, afirma que na sua atividade estão sujeitos a todo tipo de calamidades, pois ele afirma que “É urubu, é cavalo, é porco, é povo vivendo junto com isso” (Março de 2009).

C. trabalhou na terra do pai em Tocantins até os 14 anos, e desde que saiu de casa, trabalhou em rede de restaurantes e hotéis, sempre com serviços gerais. Segundo ele “A vida não deu muita chance não, por isso estou aqui” (Março de 2009). O rendimento de sua família gira em torno de R\$ 300,00 por mês, trabalhando ele e a mulher em torno de 12 a 14 horas por dia.

O que acontece é exatamente o contrário, pois este trabalhador faz parte de uma cadeia produtiva em que o mesmo se apresenta como o elo mais fraco deste processo.

Sobre a relação entre a necessidade imposta pela sobrevivência e a inserção dos catadores na atividade econômica da reciclagem, BOSI (2008, p. 113) afirma que:

Desse modo, o árduo e prolongado trabalho dos catadores encontra sua principal razão de ser na composição de uma renda mensal que seja suficiente à sua sobrevivência. Esta conexão entre jornada e renda revela que a organização dessa modalidade de trabalho obedece a uma lógica que tem sido historicamente determinada, em larga medida, pelos compradores e pelas recicladoras que se apropriam indiretamente do trabalho dos catadores. Este fato garante, do ponto de vista do capital que controla o negócio de recicláveis, o sistemático e cada vez mais intenso retorno dos catadores para as ruas em busca de papel, papelão e alumínio.

Neste sentido, Marx (1985, p. 37) afirma que “Após o que dissemos, verificamos que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade indispensáveis para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho”. A situação dos catadores de materiais recicláveis demonstra que a perpetuação de sua força de trabalho está acontecendo de forma bastante precária¹³.

¹³A precariedade da força de trabalho não está relacionada exatamente as condições dos contratos, se existe ou não uma relação formal, mas sim pelo fato de que a venda da força de trabalho no

O principal conflito que se estabelece no capitalismo é pelo lado do capital em garantir o maior tempo de trabalho excedente e pelo lado dos trabalhadores é limitar ao máximo este tempo (Marx, 1985, 1988a, 2004). De uma forma mais ampla, podemos considerar isto como a disputa pelo domínio do tempo, o que aparece como algo essencial para a ordem socialmente estabelecida.

Sobre isto Dobb (1983, p. 186) afirma que:

Nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de que o produtor trabalhava em seu próprio tempo e à sua própria maneira, independentemente de outros, enquanto as ferramentas ou os implementos simples que usava pouco mais eram do que uma extensão de seus próprios dedos.

Esta relação com o tempo está diretamente relacionada com a produção de suas próprias necessidades, pois o desenvolvimento capitalista não tira do produtor apenas seus meios de produção. O capitalismo expropria também a capacidade plena que o mesmo tem em decidir sobre as suas próprias condições de existência.

Em formas sociais não capitalistas, o sobretrabalho se caracteriza principalmente pela obtenção de valor útil para os proprietários dos meios de produção, enquanto no capitalismo o objetivo prioritário passa a ser produção de valor de troca.

Por isso, no capitalismo existe o impulso o prolongamento da jornada de trabalho, e a capacidade de sobrevivência do trabalhador está justamente no fato de sua capacidade em se inserir no tempo do capital. Deve se inserir no tempo da produção, pois a medida da sua existência se pautará pela medida de sua produtividade.

Por fim, vale ressaltar uma citação de Marx (2003a, p. 48-49) quando o mesmo afirma que:

Considerar unicamente a quantidade de trabalho como medida de valor, sem ter em conta a qualidade, supõe, por sua vez, que o trabalho simples se converteu em fulcro da indústria. Implica que os trabalhos se equiparam mediante a subordinação do homem à máquina. Ou pela divisão extrema do

capitalismo está se dando abaixo das suas necessidades básicas para sua reprodução.

trabalho; que os homens se esfumam ante o trabalho; que o balançar do pêndulo se tornou a medida exata da atividade relativa de dois operários, do mesmo modo que é o da velocidade de duas locomotivas. Então, é preciso dizer que uma hora de um homem equivale à hora de outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada; é quando muito a carcaça do tempo.

Esta reflexão de Marx nos ajuda a compreender que a relação no capitalismo não se estabelece mais entre homens, mas sim entre os diversos tempos, entre as diversas formas de concorrência que imprimem a humanidade. O tempo que aparece como um *deus ex machinna*, ou seja, algo que está fora de seu controle, mas que se apresenta como elemento determinante de sua existência.

O desenvolvimento capitalista faz com que o trabalhador perca o domínio sobre as condições de sua própria existência, o que significa uma total submissão as necessidades do capital. Para Marx (1975, p. 65), em formas pré-capitalistas “O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como senhor das condições de sua realidade”. Esta relação se dissolve com o pleno desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo.

3 PRECARIZAÇÃO, POBREZA E REPRODUÇÃO DA SITUAÇÃO DE LUMPEMPROLETARIADO: A EXISTÊNCIA DOS CATADORES

Ô Josué eu nunca vi tamanha desgraça. Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça. Peguei um balaio fui na feira roubar tomate e cenoura. Ia passando uma véia e pegou a minha cenoura. “Aê minha véia deixa a cenoura aqui, com a barriga vazia não consigo dormir”. E com o bucho mais cheio comecei a pensar. Que eu me organizando posso desorganizar. Que eu desorganizando posso me organizar. Que eu me organizando posso desorganizar.

Da lama ao Caos.

Chico Science e Nação Zumbi

3.1 As formas de expressão da pobreza no capitalismo

O estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas tem apresentado uma contradição cada vez mais intensa. Tem ocorrido um gradativo aumento da riqueza, em contraste com a elevação dos níveis de desumanização das classes trabalhadoras. É um processo que aprofunda o estágio de barbárie social.

A barbárie se apresenta de forma cada vez mais evidenciada pela contradição entre o pleno desenvolvimento da produtividade do trabalho, e o aumento crescente de uma massa pauperizada no seio das classes trabalhadoras.

Segundo Menegat (2007, p. 42):

A crise da sociedade burguesa revela-se também pela sua potencialidade de dar origem a uma outra forma de emancipação social muito superior a esta. O impressionante crescimento da produtividade do trabalho somente terá um destino civilizatório se for socializada. Portanto, a barbárie é um resultado da incapacidade de se criar esta outra destinação das bases objetivas da produção social. A compreensão do sentido histórico do capitalismo não está mais posta na valoração positiva do desenvolvimento das forças produtivas e no progresso econômico entendidos como ampliação da capacidade de produção, mas, ao contrário, em como suprimir este seu mecanismo atávico de seguir se desenvolvendo a despeito dos desastrosos resultados sociais e ecológicos que cada vez mais se tornam evidentes. Este processo de desenvolvimento destrutivo adquire sua

validação na esfera econômica, e se impõe à política como um dado natural a se preservar, ou seja, a função desta não passaria muito desse limite.

O que temos visto é que a crescente opulência da sociedade contemporânea vem acompanhada também de uma aumento considerável de uma “pobreza relativa” (Marx 2006, p. 73). Segundo Marx, esta se estrutura pelo fato de que o trabalhador se insere cada vez mais no processo social da riqueza, mas que decresce as suas perspectivas de sua apropriação. Quanto mais riqueza produzida, menos alcançável para a maior parcela das classes trabalhadoras.

Sobre esta condição do trabalho no capitalismo, Marx (2006, p. 71) afirma que:

Entretanto, na condição crescente da sociedade, a decadência e o empobrecimento do trabalhador é o produto do seu próprio trabalho e da riqueza produzida por ele. Consequentemente, a miséria surge de forma espontânea da essência do trabalho presente.

A essência do trabalho no capitalismo, mantém e aprofunda as formas de miséria existentes, o que agudiza intensamente as condições de miserabilidade das classes trabalhadoras.

Um fato que Marx constantemente chama a atenção é o da desumanização pelo e no trabalho, o que significa que a pobreza e miséria não são resultado da falta de trabalho. A sua existência é fruto da ampliação das relações de trabalho capitalistas.

Em uma das críticas que faz a Adam Smith, Marx (2006, p. 70) demonstra que:

Ele nos afirma que na origem e em primeiro lugar todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador. Mas em seguida acrescenta que, na verdade, o trabalhador recebe apenas a parte mínima e absolutamente indispensável do produto; exatamente tanto quanto precisa para subsistir como trabalhador, não como homem, e para originar a classe aprisionada dos trabalhadores, não a humanidade. O economista nos diz que tudo que é comparado ao trabalho e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado, mas acrescenta logo a seguir que o trabalho, longe de ter

possibilidade de comprar tudo, deve antes se vender a si mesmo e a sua humanidade.

Neste ponto da análise vale atentar para uma sutileza do capitalismo, que apresenta como condição necessária e suficiente da existência humana a sua submissão ao trabalho. Significa também a submissão a uma ética pré-determinada que apresenta o trabalho como uma situação de humanização. O trabalho é considerado como forma determinante para se obter a riqueza e dignidade no capitalismo (WEBER, 2002).

Em contraposição a esta forma de perceber o trabalho, Marx afirma também sobre o aprisionamento do trabalhador, porque isto significa que fora dos “mundos” do trabalho se configura uma “não existência” do indivíduo. A recusa ao trabalho no capitalismo significa também a recusa a participar ativamente da sociedade. Por isso, se tornou necessário ao longo do desenvolvimento histórico, um processo social de condicionamento dos homens às situações impostas pelo capitalismo.

Além disso, a questão da pobreza tem sido objeto de preocupação, pois isto interfere diretamente no processo de estabilidade social. Os indivíduos que não se encaixam na ordem social do trabalho se tornam um risco para o equilíbrio social. Este risco precisa ser “enfrentado” no sentido de não criar desequilíbrios a ordem social estabelecida.

Sobre isto Codes (2008, p. 7) afirma que:

O problema emerge em função do fato de que a estabilidade do conjunto da sociedade se encontra ameaçada pela pressão de indivíduos que não se encaixam na organização social do trabalho. Desde aquela época, distintas concepções de pobreza têm surgido ao longo do tempo e inspirado políticas e ações de enfrentamento da questão, vindo a culminar na atual noção de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo.

O “combate a pobreza” não acontece de forma a se contrapor a dinâmica de acumulação, pois Marx (1988b) identifica que existe uma relação direta entre o

processo de acumulação de capital e o que ele chama de aprisionamento do trabalhador.

Marx (1998b, p. 201) afirma que:

Segue, portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tende a piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia de acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo.

A alusão feita ao mito de Prometeu¹⁴ nos remete as situações que o capitalismo imputa as classes trabalhadoras, que são pressupostas por um processo de liberdade condicionada. Isto porque ou se submete aos ritmos de exploração – se considerarmos que a exploração se dá de forma distinta entre os diferentes níveis hierárquicos entre os trabalhadores – ou não existe enquanto ser socialmente aceito (Marx, 2006).

Isto pode ser evidenciado em vários momentos do desenvolvimento histórico capitalista, tanto na “Legislação sanguinária” (MARX, 1988b, p. 265) na Inglaterra entre os séculos XV e XVI quanto no processo de “modernização” da sociedade brasileira no início do século XX. Os escravos libertos se tornam “negros e mulatos” em uma ordem social inferior (IANNI, 1988), em suas diversas expressões socioculturais.

São dois momentos históricos distintos, mas que representam o mesmo processo. É o condicionamento dos trabalhadores para que eles tenham sempre que necessitar vender a sua força de trabalho como única alternativa aparente para sua reprodução enquanto espécie.

¹⁴ Prometeu (Ésquilo em “Prometeu Acorrentado), foi acorrentado aos rochedos por ter roubado o fogo para dá-los aos mortais. O que seria o fogo senão a liberdade, liberdade esta de definir sua própria condição e seu próprio destino. Entretanto, isto não é permitido ao conjunto das classes trabalhadoras, pois estas estão sempre submetidas às condições impostas pelo “Deus” capital, no sentido de satisfazer seus desejos de lucro.

O desenvolvimento do capitalismo pressupõe também a construção de um imaginário da riqueza através do trabalho (SMITH, 1988), degenerando moralmente os grupos que não se adequam as rotinas de “etiqueta” do trabalho. Marx ao descrever a acumulação primitiva, demonstra o aspecto moral do trabalho na formação da sociedade burguesa. Segundo Marx (1988 b), a economia política constrói uma relação entre miséria e uma menor disposição que os indivíduos tem em se entregar as atividades laboriosas.

Neste sentido, Marx (1988b, p. 215) afirma que:

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio a humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela que há gente que não tem necessidade disto (MARX, 1988b, p. 251).

Mesmo que este processo de acumulação primitiva descrita por Marx já tenha em grande parte sido superado, esta “anedota” ainda serve para explicar as diferenças existentes entre os indivíduos. É como se a inserção na situação de miséria estivesse diretamente relacionada a não disposição de sobreviver a partir do “suor de seu rosto”.

Esta importância que se dá ao trabalho como elemento de acumulação de riqueza esconde justamente a principal característica do capitalismo, a existência de uma classe que vive não do seu trabalho, pois só existe a partir da exploração do trabalho de outros.

Constitui-se então uma negação do trabalho para si e afirmação do trabalho enquanto elemento de positividade para outras classes, aquelas que se apropriam da menor parte do produto social do trabalho. É uma realidade na indústria da reciclagem, pois aqueles que dependem do “suor do seu rosto” são

exatamente os que menos ganham em todo o processo de produção e reprodução na cadeia produtiva.

A ideia da pobreza no capitalismo se configura exatamente da “incapacidade” das classes trabalhadoras em se apropriar de seu próprio produto e também de uma “incapacidade” do controle de sua existência.

Diante desta “incapacidade”, o conceito de pobreza se associa a um não gosto pelo trabalho, pois só os que não tem este gosto perdem a capacidade de acumular. Sobre esta relação, Challoub (1990, p. 6) afirma:

Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Mas como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, conclui-se, seguindo essa lógica, que no pobre – que é pobre porque não trabalha – grassam os vícios.

Esta “incapacidade” se dá de forma exógena, às expensas das vontades dos trabalhadores. Sempre cria uma necessidade de se entregarem de forma cada vez mais intensa a sua atividade de trabalho, como única maneira de garantir “dignidade” em sua existência.

A “dignidade” conseguida no e pelo trabalho elimina qualquer vestígio de humanidade (MARX, 2006). Estas condições, definidas aqui como inerentes ao capitalismo, são resultado da maneira como as forças produtivas ao se desenvolverem, desenvolvem também relações antagônicas.

Sobre este aspecto contraditório do desenvolvimento histórico Marx (2003 a, p. 55) afirma que:

No próprio momento em que a civilização começa, começa a produção a basear-se no antagonismo das ordens, dos Estados, das classes, enfim no antagonismo do trabalho acumulado e do trabalho imediato. Sem antagonismo não há progresso [...]. Até o presente, as forças produtivas desenvolveram-se graças a esse regime de antagonismos de classes. Dizer agora que estando satisfeitas todas as necessidades de todos os trabalhadores, os homens podiam dedicar-se à criação de produtos de uma ordem superior, às indústrias mais complicadas, seria abstrair do antagonismo de classes e subverter todo o desenvolvimento histórico. É como se quisesse dizer que como se alimentavam moréias em piscinas

artificiais, no tempo dos imperadores romanos, havia com que alimentar abundantemente toda a população de Roma; a verdade é que pelo contrário, faltava ao povo romano o necessário para comprar pão, ao passo que aos aristocratas romanos não faltavam escravos para serem dados de alimento às moréias.

A abundância produzida no capitalismo não significa necessariamente abundância para toda a sociedade. Esta abundância é historicamente construída em cima do aumento da condição de miserabilidade das classes trabalhadoras. É uma relação que representa o antagonismo que move o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. As diversas formas que a pobreza se expressa no capitalismo, demonstram na realidade do século XXI o que Marx afirma no século XIX.

E mesmo que não tenhamos mais escravos jogados às moréias, temos diariamente trabalhadores jogados em uma condição de degradação material e moral. Não são apenas os que estão desempregados, mas também uma grande parte – como os catadores de materiais recicláveis – que estão nas ruas e nos lixões. Estes se reproduzem de forma que não aparentam mais enquanto seres humanos, mas sim verdadeiros “farrapos” (Foto 1) que ainda se consideram humanos.

Para demonstrar esta realidade, é importante observar o depoimento de vários catadores sobre as suas condições de trabalho.

W. (51 anos, há quatro catando em Anápolis) demonstra isto quando afirma que “Meu sonho é largar aqui e trabalhar num depósito, estou cansado de ficar o dia inteiro andando no sol e na chuva, carregando 100 a 200 kg por dia, meu sonho é arrumar outra profissão” (Abril de 2009).

J. M. (68 anos há 3 anos trabalhando como catador em Anápolis) afirma que:

A gente trabalha, por que a gente, é obrigado, eu trabalho doente, com dor nas colunas, com muita dor nas pernas. Eu saio de casa todo dia as três da manhã e chego em casa as cinco, seis horas da tarde. Nesse mundo, a

gente morre de trabalhar e não consegue nada na vida não, só quem ganha é o empresário” (Junho de 2009).

M. F. (41 anos, há quatro catando em Anápolis) afirma que “Eu ganho mais ou menos 600, 700 por mês. Começo a trabalhar por volta das seis, sete horas e vou até o final do dia. Carrego mais ou menos 200 a 300kg por dia” (Maio de 2009).



Foto 1 - Catadores no lixão de Anápolis - Goiás

Fonte: 15 Promotoria da Comarca de Anápolis. 2009.

R. (38 anos, há nove como catador em Goiânia) afirma que “Eu carrego mais ou menos uns cem quilos por dia, começo a trabalhar sete horas e vou mais ou menos até nove horas da noite, mas ganho uma micharia” (Maio de 2009).

Segundo A. (39 anos, há dez anos trabalhando como catador em Anápolis) “Começo a trabalhar as seis da manhã e vou até a noite. Ganho mais ou menos 600 reais e carrego mais ou menos 300 a 400 kg por dia” (Maio de 2009).

São depoimentos que demonstram exatamente a condição dos catadores, que Marx chama de “anedota”, ou seja, quem vive do suor de seu rosto é quem consegue acumular riquezas.

Estas situações vividas pelos catadores, submetidos as piores condições possíveis de trabalho servem para evidenciar o aspecto desumanizante do trabalho na catação. A realidade do catador cria todas as condições para que não se perceba o processo de exploração em que está inserido.

3.2 As formas organizativas da reciclagem: capital e trabalho e suas contradições

O setor de reciclagem enquanto atividade econômica está se consolidando de forma muito rápida no Brasil, estruturada principalmente em uma grande massa de pessoas desempregadas (BOSI, 2008) e disponíveis como mão de obra barata.

Existe também um número considerável de pessoas que tem a reciclagem como uma atividade esporádica, que se aproveitam do lixo doméstico como uma forma complementar de renda.

Além do catador - que tem na reciclagem a sua principal e na grande maioria das vezes, única fonte de renda e que se encontra inserido em um amplo processo de exploração - a indústria da reciclagem também é beneficiada pela expansão da “consciência ecológica”. Esta forma de “consciência” induz um contingente enorme de pessoas (donas de casa, crianças, escolas, etc.) a contribuir com a coleta seletiva de “lixo”.

Este estímulo dado pela “consciência ecológica” para que todos participem da coleta seletiva, pode ser considerado também uma espécie de coerção extra-econômica. A população de forma geral participa de forma intensa do trabalho de separação do material, não por necessitarem deste tipo de trabalho para

sua sobrevivência, mas sim por uma espécie de “exercício de cidadania” e “responsabilidade ambiental”.

É uma prática muito utilizada por Ongs, escolas, empresas e estimulada pelos meios de comunicação. Ela cria uma concorrência desleal com o trabalho dos catadores, pois o material coletado vai direto para a reciclagem sem necessariamente passar pelo catador.

Segundo Layrargues (2002, p. 191):

Uma possível interpretação lógica para esse fato é a existência de uma correlação positiva entre o aumento da “consciência ecológica” do consumidor a respeito da necessidade da reciclagem e a diminuição da participação dos catadores no ciclo da reciclagem, pois o consumidor que recicla voluntariamente acaba por suprimir a tarefa do catador. Se o apoio preferencial da indústria da reciclagem não é o apoio a criação de cooperativas de catadores e sua justa remuneração, mas sim a “troca” de equipamentos por latas de alumínio vazias, é porque essa é provavelmente a opção mais econômica.

A afirmação acima merece uma análise cuidadosa, como forma de evitar uma possível confusão como este texto vem entendendo o teor da reciclagem. Para isso, algumas considerações merecem ser feitas.

Em primeiro lugar, o autor demonstra uma preocupação de que a possível supressão do trabalho do catador pode estar acompanhada de uma prática da indústria em não garantir uma “justa remuneração ao catador”. Isto de certa forma entra em contradição com o entendimento dado no texto de que a questão principal não é uma justa remuneração. O elemento central de preocupação, é o de como criar alternativas para que não só os catadores, mas as classes trabalhadoras de forma geral possam criar as condições de assumir o controle social da produção.

Esta análise está em consonância com Marx (1985) quando considera que um dos aspectos determinantes no embate entre capital e trabalho não é pela luta por melhorias salariais, mas sim pela supressão do trabalho assalariado. Neste sentido, Marx (1985, p. 56) afirma que “ Em vez da palavra de ordem conservadora

“um salário justo por um dia de trabalho justo”, devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: ‘abolição do salariado’”.

Além disso, um dos elementos de análise que o texto se propõe a estabelecer, está na crítica as formas como os empregos são gerados no capitalismo, que tem apresentado um caráter cada vez mais exploratório e degradante.

Em segundo lugar, considero que a supressão do trabalho vivo é uma tendência do capitalismo de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, a produção de mais-valia só se mantém justamente pela exploração do trabalho vivo (MARX, 1988a), seja em qual atividade estiver empregado.

Portanto, a preocupação central não é a manutenção ou não de rendimentos justos ou do emprego do catador, mas sim as condições que a indústria – a indústria da reciclagem – cria para intensificar o processo espoliativo nas relações de trabalho. O que interessa na citação é justamente que ela demonstra como a indústria constrói alguns mecanismos que facilitam justamente este processo.

A Tabela 1 mostra as diversas formas de organização no setor de reciclagem. O papel dos sucateiros que exercem um papel de “atravessadores” entre os catadores e os recicladores é determinante, se considerarmos a quantidade expressiva que estão no cadastro do CEMPRE. Isto aparece de forma visível no ciclo da cadeia produtiva da reciclagem (MNCR, 2005).

Tabela 1 – Distribuição geográfica da reciclagem no Brasil por forma de organização e por tipo de material reciclado.

UF	Recicladores (1)			Cooperativas			Sucateiros compradores de sucatas (2)		
	Metal	Papel	Plástico	Metal	Papel	Plástico	Metal	Papel	Plástico
AC	2	2	2	-	-	-	2	1	1
AL	-	-	4	1	1	1	3	3	4
AM	-	1	1	3	4	4	2	1	1
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	7	7	25	21	24	24	35	29	19
CE	11	7	31	7	7	7	1	2	4
DF	-	-	1	7	7	7	56	17	19
ES	1	4	12	9	9	9	11	6	8
GO	2	3	23	4	5	6	6	4	6
MA	-	-	3	1	1	1	6	2	6
MG	13	11	68	26	29	30	16	17	25
MS	2	2	1	3	3	3	2	2	3
MT	4	2	8	2	2	2	7	6	6
PA	2	3	4	8	8	8	1	2	2
PB	-	-	5	1	1	1	9	14	9
PE	4	3	9	10	15	14	12	10	12
PI	-	1	2	1	1	1	5	1	1
PR	8	10	65	21	21	22	26	22	24
RJ	6	12	68	25	27	27	31	32	34
RN	1	2	5	4	4	4	5	5	6
RO			2	2	2	3	1	3	3
RS	10	8	81	40	41	42	15	17	15
SC	4	6	46	14	15	15	14	18	14
SE	-	-	2	1	1	1	-	-	-
SP	57	55	327	132	143	147	167	165	163
TO	-	1	1	2	2	2	1	1	1
TOTAL	134	140	796	345	373	381	434	380	386

(1) Entende-se por indústria recicladora a empresa que recebe a sucata já selecionada para fins de transformação do material usado em material possível de nova reutilização

(2) Empresas e micro-empresas, geralmente informais que se dedicam a compra e venda de materiais recicláveis

Fonte: Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE) - 2008

Uma das propostas do MNCR é o de garantir que o controle social da produção seja dos catadores. Para isso é de vital importância que seja construído um processo de organização consistente, que permita quebrar esta cadeia. Mas existe um número considerável de cooperativas que não fazem parte do movimento,

apesar do mesmo estar conseguindo pequenos avanços em suas diversas formas de mobilização.

Segundo informações do MNCR, o número de catadores no Brasil se aproxima dos 500 mil trabalhadores, mas destes, apenas 85.000 são vinculados ao movimento. Em Goiás, segundo o MNCR são aproximadamente 300 trabalhadores vinculados. São números que demonstram o baixo nível de organização, que compromete inclusive as perspectivas de ação.

Segundo R.(apoiador do MNCR em Goiânia).

Quanto maior o número de catadores, maiores são as perspectivas de ganho e pressão não só sobre os atravessadores, mas também sobre o Governo e para isso é de fundamental importância a organização do movimento em cooperativas só que a perspectiva não é a de criar empresas, mas sim a de garantir o controle social da cadeia produtiva da reciclagem, como forma inclusive de formar uma consciência da necessidade de mudança (Janeiro de 2009).

A ênfase do depoimento na ideia do controle social da produção está em contraposição à concepção de transformar o processo de organização em empresas que possam sobreviver no mercado. É uma perspectiva que parte do processo organizativo como algo de essencial importância, mas não para garantir a inserção competitiva no mercado, mas superar o processo de exploração e espoliação que os catadores sofrem na cadeia produtiva da reciclagem.

As informações na Tabela 1 ajudam a entender o porque da baixa capacidade de pressão que os catadores conseguem, pois o número de cooperativas organizadas ainda é pequeno com relação aos recicladores e sucateiros. Contudo, só o fato de constituição das cooperativas não se apresenta como condição *sine qua non* para que este processo se reverta. O determinante para isto é a concepção com que o movimento vá se organizando.

Por outro lado, as propostas que privilegiam a luta (acirramento dos conflitos de classe) como forma de garantir ganhos para os trabalhadores, tem se apresentado cada vez menos atrativas. As diversas opções que tem sido tomadas

principalmente pelos setores mais organizados, tem sido o de políticas conciliatórias de classe.

A ideia hegemônica que tem se estabelecido é a necessidade de conciliação de classes como um pressuposto básico para a construção de um amplo entendimento social, o que esconde o caráter espoliativo das relações de trabalho no capitalismo.

O depoimento da presidente de uma cooperativa em Anápolis evidencia isto quando afirma que:

Não acho que é interessante se vincular ao MNCR, pois eles gostam muito de brigar e acho que briga não resolve nada. O que nós precisamos é conversar com as autoridades e fazer eles tomar consciência da importância da coleta seletiva para a cidade, porque se não for assim não adianta. Nós queremos é ter condições de competir no mercado e podermos ter um dinheiro no final do mês que possa nos dar uma vida melhor, é isso que queremos (Novembro de 2008).

A afirmação da catadora reflete uma postura de negação do conflito de classe, o que tem sido uma atitude cada vez mais comum na dinâmica do capitalismo. Os trabalhadores de forma geral estão muito mais preocupados em garantir melhorias pontuais do que propriamente construir alternativas de superação do processo exploratório. Estes, muitas vezes ficam a espera que o poder público – principalmente municipal – possa resolver as contradições que são inerentes ao próprio capitalismo.

Na proposta de atuação do MNCR estão definidos os movimentos táticos e estratégicos no trabalho de catação (MNCR, 2005). Estes movimentos são importantes quando fica evidenciado o descaso do poder público para com esta parcela das classes trabalhadoras. São duas notícias acessadas no site do MNCR que desmistificam a não necessidade de conflitos como forma de garantir melhores condições aos catadores.

A primeira delas se refere ao não cumprimento de um acordo por parte da Prefeitura de Goiânia com os catadores na cidade, que afirma que “ Prefeitura não cumpre promessa e coleta seletiva fica ameaçada”

Ontem, 22-07-09, os catadores de materiais recicláveis de Goiânia se mobilizaram em frente a SEMAS –Secretaria de Assistência Social para reivindicar o convênio prometido pelo Secretário Walter Pereira da Silva desde dezembro do ano passado. Até hoje o convênio não foi assinado pelo secretário. Já se passaram sete meses e as cooperativas de catadores precisam desta verba para pagar aluguel, água e energia. Muitas das cooperativas estão sob o risco de fecharem as portas. O Secretário Walter recebeu os catadores e a imprensa convidada pelo MNCR afirmando que as cooperativas estavam irregulares, que não prestavam contas, que tinha informações de que as cooperativas usava de formas obscuras de venda do material e de repartição entre os cooperados [...]. Enfim, como o secretário não tinha como explicar o fato de passar sete meses sem repassar o convênio, atitude que só precisa de vontade política e disposição de trabalhar, ele partiu para inventar fatos mentirosos contra os catadores [...]. E publicamente estamos todos dispostos a apresentar os documentos que comprovam a regularidade das cooperativas e provar que este secretário enganador não merece estar à frente de uma pasta de Assistência Social, já que as cooperativas de catadores de Goiânia tem sido um exemplo de como trazer dignidade para catadores que estavam nas ruas da cidade, morando de baixo de marquises, sem renda alguma, muitas vezes viciados no álcool. Olhem para os catadores organizados das cooperativas e verão como a organização das cooperativas trouxe dignidade senão financeira, posto que o ganho ainda é muito baixo, ao menos a dignidade de se sentir um trabalhador e lutador do povo (www.mncr.org.br).¹⁵

A outra notícia se refere a cidade de Ourinhos no interior paulista que afirma que “Catadores de Ourinhos correm o risco do fechamento da Associação”

Catadores da ‘Associação Recicla Ourinhos’, no Estado de São Paulo, receberam no dia 15 de janeiro um notificação do Ministério do Trabalho (MTE) requerendo informações sobre o funcionamento da organização que trabalha a 17 anos na usina de triagem municipal e dentro do lixão da cidade. A parceria com o poder público é precária e os equipamentos da usina estão deteriorados, além de faltar transporte e um programa de coleta seletiva na cidade. Apenas 30% da coleta realizada pela Associação é feita diretamente nas residências, 70% da renda obtida pelos catadores é retirada na coleta de materiais dentro do lixão, trabalho realizado em condições precárias e melhores perspectivas para o aumento de sua renda. A associação não pode paralisar suas atividades, que garantem a única fonte de renda para os catadores. “Nós colocamos para ele (técnico do MTE) que o único documento que temos em mãos era o comodato ou o

¹⁵Acesso em 07 de Agosto de 2009.

contrato de uso do espaço da usina de triagem”, disse a companheira Matilde Ramos, representante da Associação e membro do MNCR. Ela ressaltou que, apesar da necessidade de adequação de exigências trabalhistas e ambientais solicitada pelo MTE, os catadores não podem parar suas atividades nem por um dia. Os materiais são retirados do lixão e levados para a usina de triagem, onde fica a sede e referência da Associação que tem 43 catadores, dos quais 20 deles trabalham todos os dias no lixão, que existe há 20 anos, em cujo local os catadores organizados trabalham há 17 anos. “Ainda não saímos do lixão porque nossa renda depende totalmente dos materiais recicláveis coletados nele”, disse Matilde. Segundo ela, se o trabalho ali for impedido, as famílias dos catadores sofrerão as consequências. Somado à recente crise global, esse fator poderia se agravar (www.mncr.org.br).¹⁶

Os catadores dependem de um processo de organização consistente que garanta uma resistência as diversas formas de descaso que o poder público, em seus vários níveis tem com os catadores. O programa de formação do MNCR (2005) se apresenta com o objetivo de intensificar uma forma de organização que atinja estes objetivos. O programa faz uma separação entre o trabalho propriamente dito do catador e suas necessidades de atuação.

O programa (MNCR, 2005, p. 27), define uma rotina de atuação (Táticas de atuação), mas sem perder de vista um horizonte de transformação social (Estratégia Geral). Os seus princípios e objetivos, demonstram a importância da construção de um projeto que dê conta de fornecer a perspectiva da formação política do trabalhador.

A proposta está em acordo com a perspectiva de formação política na práxis cotidiana do catador, não desvinculando a rotina do trabalho como um momento de formação político-ideológico e como forma de melhor entendimento de sua condição.

A maneira como o programa de formação estabelece seus critérios de atuação se dá no sentido da construção de uma relação entre sentir a realidade e fazê-la (MNCR, 2005). A ideia central é de construir uma concepção de movimento

¹⁶Acesso em 07 de Agosto de 2009.

em que a práxis cotidiana se torna o elemento central de aprendizagem, os sujeitos sentem a necessidade de transformação a partir da sua experiência histórica.

Esta relação seria segundo Gramsci (1999, p. 221) uma “Passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber”

Um programa de formação que apresenta como convergência dos objetivos, a construção de um projeto político que delineie a superação da realidade social estabelecida. O Caderno de Formação Nacional do MNCR (2005, p. 48) pressupõe esta transformação quando propõe que:

Com uma história social tão rica, plena de generosas entregas de vida e luta por parte do nosso povo, é obrigação de todos nós estarmos a altura das lutas populares brasileiras. Como força política organizada dos catadores, queremos contribuir nesse imenso mutirão para construirmos uma luta de longo prazo, brigando para termos a chance de começar um processo de Revolução Social Brasileira. A tarefa é dura, árdua; o caminho é difícil, perigoso

A proposta de formação do movimento passa pela construção de um “saber”, transformado em “compreender” a realidade do catador. O que define como “táticas de atuação”, está diretamente relacionado às rotinas de trabalho desenvolvidas diariamente que delineiam a consecução de uma “Estratégia Geral” (MNCR, 2005, p. 27).

Esta constrói uma relação direta entre os objetivos pretendidos – Coleta feita por catadores; Pagamento pelos serviços de coleta; Controle da cadeia produtiva pelos catadores; Moradia, saúde, educação e creches - com os princípios estabelecidos como norteadores – Autogestão, Ação Direta, Independência de Classe, Solidariedade de classe (MNCR, 2005, p. 27).

A leitura em detalhes sobre os princípios organizativos do movimento dá a medida para compreensão deste processo de formação (Caderno Nacional de Formação do MNCR, 2005, p. 28).

Artigo Primeiro – O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, trabalha pela auto-gestão e organização dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a “participação” de todos os (as) catadores (as) que pretendem ajudar a construir a luta pelos seus direitos, é algo internamente garantido, juntamente com o dever do catador com a Base Orgânica, que é apoiado por um critério de democracia direta em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

Artigo Segundo – O MNCR tem na “ação direta popular” bem como em outras formas de organização um princípio e método de trabalho que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros (as). Este princípio deve partir desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, assim como em mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores;

Artigo Terceiro – O MNCR busca garantir a “independência de classe” em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a sua execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos, o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem;

Artigo quarto – No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o “apoio mútuo” entre os companheiros (as) catadores (as), e praticando no dia a dia das lutas a “Solidariedade de Classes” com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando “o direito a cidade”, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, além do fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

Os princípios estabelecidos condizem então com a perspectiva não apenas de uma simples forma “digna” de inserção dos catadores no mercado. São princípios – mesmo que não estejam sendo potencializados - que norteiam formas de atuação, que construam uma realidade em que os próprios catadores tenham plenas condições de interferir.

Isto está evidenciado principalmente no que afirma o artigo segundo na proposta de “ação popular direta”. A luta é colocada como um elemento central na organização e na conscientização de classe. No artigo quarto está afirmado categoricamente os objetivos que estes trabalhadores tem de participar da cidade, adquirindo seu pleno direito.

E o mais importante é que apesar da participação de intelectuais como apoiadores do movimento, o direito de interferir é apenas dos catadores.

Segundo R. (32 anos e apoiador do MNCR em Goiânia):

Na coordenação e em qualquer tipo de instância decisória, só faz parte quem é catador. Os apoiadores, muitos intelectuais vinculados ao anarquismo e ao socialismo libertário participam apenas quando são convidados pelos catadores. A ideia central disso é criar mecanismos que não permitam a criação de uma vanguarda que conduza o movimento, por isso a independência com relação a sindicatos e partidos políticos, o que não descarta a aliança com todos os movimentos sociais que se colocam como resistentes ao processo de exploração no capitalismo (Janeiro de 2009).

A preocupação expressa não só nos princípios norteadores do movimento, representam a preocupação do movimento na construção de uma vanguarda. Segundo J. (28 anos, apoiador do movimento em Anápolis), é no “processo de emancipação que se educa” (Dezembro de 2008).

As ideias apresentadas fazem parte de um conjunto de ações que tem como pressuposto garantir que o saber cotidiano – apreensão da realidade na catação de materiais recicláveis com todas as situações que lhes são particulares – seja um elemento formador e educador, a partir da ideia que se coloca como identidade de classe.

Gramsci (1999) ao pensar esta relação considera que um dos aspectos mais importantes no processo de construção da realidade, é a sinergia entre o sentir e o saber que se completam de forma dialética. Na concepção do movimento, este processo se apresenta diretamente como resultado da percepção da realidade construída na práxis cotidiana.

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. Os dois extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo [...]. O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem essa paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1999, p. 221-222).

A compreensão que Gramsci dá para o processo é que a sinergia entre o momento de abstração e ação é necessária no sentido de construção de uma práxis transformadora. Esta permite que a consciência se desenvolva como resultado da materialidade das ações.

Na formação da consciência, devem estar presente os elementos que expressam a materialidade desta mesma consciência: luta pela moradia, escolas e creches para as crianças, alimentação, transporte e lazer. São reivindicações que devem aparecer como resultado de lutas e conquistas, enquanto classes trabalhadoras.

Segundo o depoimento de J. (21 anos, há 11 como catador e quatro no lixão de Anápolis), a dignidade da sua existência depende da capacidade de mobilização e resistência dos trabalhadores.

Se nós for transferido do lixão, ali tem um monte de pessoas que não ganham nada. Aí vai por mais 150 pessoas lá e ficar dependendo de cesta da Prefeitura. Só que a ideia nossa é trazer o lixo pra dentro do galpão, mas construir aqui. Eu não quero cestas deles não, nem casa, eu mesmo ralando aqui construí a minha casinha sem depender de Prefeitura. Não é orgulho nem nada, eu não quero cesta, nem nada, só quero trabalhar de forma decente. E tem que ver como isto aqui tá organizado. Antigamente, a polícia chegava e todo mundo corria, agora nós enfrenta, ninguém corre mais (Junho de 2009).

Construir os elementos objetivos para a construção da mobilização, que organize a resistência às formas de exploração não é uma tarefa fácil. Deve ser considerado a precariedade em que se encontram estes trabalhadores, o que de certa forma não favorece ações de longo prazo, mas sim as de caráter imediatista.

O processo de organização do MNCR a partir de 2001, tem como pressuposto a formação da resistência ao processo de exploração e degradação dos catadores. O mais importante é a ideia de “solidariedade de classe” evidenciada nos princípios do movimento.

Segundo Gonçalves (2005, p. 73) este processo se dá:

Como forma de colocar em questão e criar instrumentos políticos para reverter esse quadro de exploração e de precarização, os catadores estão procurando organizar-se em diversas escalas territoriais, buscando apoio da sociedade para o reconhecimento, não só institucional, da atividade por eles desenvolvida. Assim, para o enfrentamento dessa situação vem crescendo a mobilização e a organização desses trabalhadores.

E isto é um dos objetivos mais difíceis a serem atingidos, principalmente pelo alto grau de fragmentação por que passam as classes trabalhadoras.

Dificultar os processos de organização é um fato de extrema necessidade para os interesses do capital. A essência do processo demonstra como uma nova organização flexível do trabalho contribui para reduzir os custos da produção social capitalista.

A organização é até estimulada, mas um processo de organização que obedeça os limites do capital. Está caracterizada em organizações que eliminem qualquer possibilidade de uma construção identitária de classe.

Esta realidade condiz com um aspecto “flexível” da produção social (HARVEY, 1992) que permitiu definir uma nova organização espacial do trabalho. Foram criadas as perspectivas para uma série de novas atividades complementares ao processo industrial, só que aparentemente inseridos em outros setores da economia.

A flexibilidade determina os ritmos de acumulação do capital, pois é um momento histórico que se apresenta como necessariamente flexível para facilitar a reprodução capitalista em escala ampliada.

Harvey (1992) define este momento do capitalismo, como o momento de “acumulação flexível” quando afirma que:

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...]. Ela também envolve um movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” (ver Parte III) no mundo capitalista – os horizontes temporais de tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda nos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1992, p. 140).

O trabalho na reciclagem possui várias características apontadas por Harvey. Com relação ao tempo, estas se apresentam de duas formas: na velocidade que estes trabalhadores tem que impor a seu ritmo de trabalho – apesar de formalmente não ter nenhum padrão obrigando a isso – bem como seu material de trabalho é resultado direto da redução do tempo de vida das mercadorias.

A compressão espaço-temporal pode significar também um maior desgaste das mercadorias produzidas, aliado a intensidade na redução do tempo de circulação. Esta nova realidade faz com que os trabalhadores tenham um domínio cada vez menor não apenas sobre seu ritmo de produção, mas essencialmente sobre seu ritmo de vida.

3.3 A pobreza e suas formas de contextualização histórica

A pobreza e suas formas de entendimento tem sido alvo de constantes preocupações – principalmente depois da revolução industrial – por parte de

pesquisadores e governos. São criados instrumentos de controle social que estabeleçam padrões de comportamento aceitáveis como garantia da ordem.

A relação entre pobreza e perigos para o ordenamento social esteve sempre presente na ordem do dia da sociedade burguesa (CODES, 2008). O depoimento de E. (34 anos, há quatro trabalhando como catador em Goiânia) demonstra uma preocupação com a imagem que a sociedade tem dos catadores, principalmente por causa de aparência “suja”.

A sociedade vê o catador, como ladrão, como lixo, a maioria deles é largado, quem vê, vê como lixo. As pessoas não entenderam que é uma profissão. Mas os policiais param porque talvez as pessoas sejam mal encaradas, porque eu tenho um ditado: preto parado é suspeito, correndo é ladrão. E muitas vezes os catadores andam com o boné tapando a cara e eles olham muito pra aparência, além disso, como a gente só trabalho sujo, é mal visto pela sociedade (Junho de 2009).

O que o trabalhador afirma não apresenta muitas mudanças com uma imagem que foi construída com o advento do capitalismo. A pobreza precisa muitas vezes ser combatida como ameaça e como patologia, devendo sofrer um processo de “higienização” (CHALLOUB, 1990).

O discurso sobre a pobreza e suas formas de expressão se repete em vários momentos do desenvolvimento histórico. A pobreza tem como um de seus aspectos o aparente perigo que representa para a sociedade como um todo.

Diante do que foi exposto, algumas questões são necessárias para se estabelecer o debate. Em primeiro lugar, o que seria a condição de pobre na moderna configuração capitalista?

Existem diversos conceitos que tentam explicar a mesma realidade a partir de entendimentos diferentes (lumpemproletariado, excluído, desfilado, desterritorializado, etc.). Em segundo, é importante questionar como se materializam as formas de ocupação espacial a partir de uma nova estrutura de classes?

As dificuldades na percepção da pobreza geram então uma série de conceitos que criam uma enorme gama de dificuldades na compreensão do fenômeno. Grande parte do entendimento está relacionado diretamente com as dificuldades do indivíduo em se inserir na “normalidade” (CODES, 2008). Para Marx (2003a), a pobreza aparece não pela falta de inserção na “normalidade” capitalista, mas justamente o contrário.

Um aspecto importante a ser evidenciado no fenômeno da pobreza no capitalismo é seu caráter de múltiplas dimensões, ou mesmo como resultado de múltiplas determinações (Marx, 1977). Portanto, para se definir e mesmo compreender a pobreza no capitalismo precisamos estar atentos para suas diversas manifestações.

Sobre esta multidimensionalidade da pobreza, Codes (2008, p. 24-25) afirma que:

Hoje, é consensual a noção de que se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. A multiplicidade de carências e penúrias impostas àqueles que vivem em situações de pobreza faz com que suas existências possam ser prematuramente encurtadas, além de duras, dolorosas e perigosas. Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimentos de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político. Além disso, como a pobreza não se esgota nos aspectos materiais e individuais, mas inclui as relações sociais, como o acesso ao trabalho e à assistência, as abordagens multidimensionais abarcam ainda dimensões sociais e mesmo políticas relacionadas a essa questão (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 113-114; UNITED NATIONS, 2002, p. 17; ANAND e SEN, 2003, p. 204) [...]. Assim, as dificuldades de abordá-lo recaem na sua complexidade e nas especificidades de contextos diversos: a pobreza manifesta-se distintamente em áreas urbanas e rurais, em cidades com diferentes graus de urbanização, em distintas condições climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e a outros recursos naturais, enfim, em sociedades que apresentam diferentes valores e condições de vida (ROCHA, 2003, p. 20; 27).

Alguns elementos elencados na análise acima merecem ser considerados. Em primeiro lugar, a pobreza expressa uma realidade em que os indivíduos se sentem impotentes perante sua condição.

O depoimento de C. (39 anos, há 10 anos trabalhando como catador em Anápolis) demonstra isto quando afirma que:

Eu trabalho pra mim e num depósito, trabalho de carteira assinada lá e trabalho por conta própria, às vezes eu viro a noite, porque tenho desejo de ter uma casa, pois essa aqui eu invadi, mas tem que trabalhar, pois tenho filho pra cuidar, é pesado, mas tenho que trabalhar (Maio de 2009).

Um trabalhador que tem carteira assinada, – o que significa que está dentro da “normalidade” capitalista - mas tem que trabalhar coletando material nas ruas para garantir um mínimo de sobrevivência. É uma “existência dura e dolorosa”, apesar do catador afirmar ainda que mesmo assim consegue manter o seu sustento e o de sua família.

Contudo, em vários momentos, esta multidimensionalidade da pobreza perde o sentido. Em uma forma social onde as coisas são valorizadas em detrimento dos homens, o fato de comer ou ter uma casa, muitas vezes esconde as diversas formas de empobrecimento dos trabalhadores no capitalismo.

De acordo com Marx (2006, p. 111):

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua riqueza aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

A relação entre riqueza e pobreza neste sentido, se estabelece no ato de possuir coisas. Não está perceptível que a luta pela posse de coisas, significa também a não posse da sua própria existência. A vida representa apenas um “meio de vida” (MARX, 2006, p. 116), o que significa a negação da plenitude da existência

em função da submissão ao ter ou no vir a ter (Conforme discutido na última parte do Capítulo 2).

O trabalhador se vê cada vez mais distante de seus objetos de desejo, o que é mostrado no depoimento acima. Mesmo trabalhando em uma dupla jornada, não consegue realizar seu sonho mais simples que é o de ter uma casa. Quando o catador executa a atividade de coletar material degradado nas ruas, faz com que a sua força de trabalho se torne também uma mercadoria degradada.

Sobre a relação entre trabalho e miserabilidade da força de trabalho, Marx (2006, p. 110) afirma que:

A partir da própria economia política, em suas próprias palavras, expusemos que o trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, conseqüentemente, um terrível restabelecimento do monopólio; e finalmente, que a diferenciação entre capitalista e proprietário agrário, bem como entre trabalhador rural e trabalhador industrial, deixa de existir, e toda a sociedade se deve dividir em duas classes, os possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade.

Mesmo que Marx considere que este processo atinja as classes trabalhadoras de forma geral, aqui nos interessa como este processo atinge os catadores. A realidade de sua existência (através dos depoimentos coletados) demonstra este processo de forma mais visível.

Em segundo lugar, o depoimento não só deste trabalhador, mas os outros depoimentos coletados mostram também que o acesso ao trabalho não é garantia suficiente de segurança para si e para sua família. A vulnerabilidade não está relacionada diretamente ao não acesso ao trabalho. Em atividades como a catação de materiais recicláveis, é no processo de realização do trabalho que se agudizam as penúrias dos trabalhadores.

Segundo Estenssoro (2003, p. 202):

Mendigos e vagabundos foram durante séculos alvo de políticas públicas frequentemente de inspiração repressiva, pois sempre se ignorou o fato de serem eles apenas um ponto extremo de uma “vulnerabilidade de massa” que afeta grandes camadas populares. Por isso, a pobreza é percebida no século XX como algo surpreendente pois, apesar do crescimento econômico registrado, ela persiste. Na verdade, o progresso e o trabalho podem criar a pobreza ao invés de suprimi-la.

Um terceiro elemento que merece destaque é o reconhecimento que Codes (2008) tem que a pobreza se apresenta de formas diversas. A sua materialidade obedece a um contexto sóciohistórico, reforçado pelo aspecto de complexidade e dificuldade para a compreensão da pobreza enquanto fenômeno social.

As questões colocadas convergem no sentido de que a busca para as possíveis respostas perpassam necessariamente pela predominância das formas precárias de trabalho no capitalismo. A precarização deve ser entendida não somente no sentido da informalidade nos contratos, ou mesmo de garantias pontuais das classes trabalhadoras conquistadas em determinado momento histórico de vigência do Welfare State.

A evidência está na percepção de que grande parte das classes trabalhadoras está vendendo sua força de trabalho abaixo de seu valor, ou seja, abaixo das necessidades mínimas necessárias para seu processo de reprodução. A ideia parte do pressuposto que o valor da força de trabalho está relacionado diretamente às condições sóciohistóricas construídas de reprodução das classes trabalhadoras (MARX, 1988a; 1988b; 1987).

Além disso, é de extrema importância considerar como a imagem da pobreza e sua reprodução vem sendo historicamente construídas dentro da ordem social burguesa. Esta imagem está diretamente relacionada com a imputação ao indivíduo de sua própria condição de miserabilidade, uma construção social de criminalização da pobreza.

Esta ideia se origina de um processo de naturalização da pobreza, em que o indivíduo e não a estrutura socialmente construída passa a ser o elemento

determinante da análise. Esta análise desconsidera o fato de que no capitalismo segundo Marx (1988b, p. 180):

[...] o próprio mecanismo de acumulação multiplica, com o capital, seus “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência com o próprio produto personificado no capitalista.

Esta relação entre pobreza e salário de que nos fala Marx contesta a ideia da “dignidade do trabalho” no capitalismo. Alguns mitos vão sendo construídos com o objetivo de explicar a produção da pobreza no capitalismo. São os estereótipos criados para justificar as políticas das classes dominantes que tentam justificar as desigualdades produzidas.

Estes estereótipos identificam que a origem da pobreza não está na própria dinâmica da ordem social hegemônica. Ela se consolida como resultado de políticas públicas mal feitas ou mal gerenciadas, como uma dificuldade inerente das populações “marginais” em se “integrarem” ao sistema.

Dentre os fatores de definição usualmente aceitos, para explicar a pobreza, podemos citar (RIBEIRO, 2000):

- a) Localização das moradias: aspecto “subnormal” das construções.
- b) Situação inferior na escala econômico-ocupacional.
- c) Dificuldades no processo de integração social.
- d) Falta de políticas públicas que consigam integrar a parte da população “vulnerabilizada” ao conjunto da sociedade.

Esta forma de analisar a produção da pobreza no capitalismo, de certa forma, confunde as causas com efeitos ou também reduz o fenômeno a sua aparência, e não a essência do processo social que o constitui. A acumulação de capital necessariamente não “exclui” os produtores, pelo contrário executa um

processo de integração que é de essencial importância para o funcionamento do capitalismo.

A reprodução da força de trabalho significa também necessariamente que o trabalhador só pode existir se estiver integrado ao processo de produção capitalista.

Para Marx (1988b, p. 179) isto acontece porque:

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento próprio da reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.

No caso do catador, a multiplicação acontece não do proletariado, mas a reprodução de uma situação de lumpemproletariado, da qual a indústria da reciclagem depende para conseguir seus objetivos de acumulação.

Harvey (2005, p. 119) reforça esta análise afirma que:

Numa determinada sociedade civil, vista como sistema fechado, a acumulação vai se acelerar até serem absorvidos todos os elementos latentes e serem alcançados todos os limites do crescimento natural da população. Então, progressivamente, devem se levar em conta as populações flutuantes como fonte de um exército de reserva industrial. A sociedade se livra do transtorno e alvoroço da acumulação primitiva e passa a sofrer o transtorno do desemprego tecnologicamente controlado.

A ideia de marginalidade é importante por se tornar uma explicação aceita para a existência da pobreza. Está baseada também na hipótese de que os “elementos marginais” sejam tratados como produtos de uma subcultura, na dificuldade de se adequar as normas sociais. A relação entre marginal/normal seria parametrizada pelo comportamento padrão definido pelas classes médias e altas.

A percepção da pobreza é introjetada no senso comum, reforçando alguns discursos que são continuamente repetidos no cotidiano social. A partir da década de 1990, começa a existir uma preocupação com a periculosidade que os níveis extremos de miséria e pobreza se configuravam contra a estabilidade da

sociedade mundial (apesar desta estabilidade ser construída de forma constante com base em conflitos armados de subjugação de sociedades inteiras).

Segundo Codes (2008, p. 7), a questão da pobreza passa a ser um tema em foco quando afirma que:

No final do século XX, o tema emergiu com maior força em outras partes da Europa e nos países em desenvolvimento. Naquele período, ficou evidente que questões relacionadas a desigualdades sociais e pobreza não estavam sendo equacionadas como frutos do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres. A preocupação com a pobreza ganhou, a partir de então, centralidade nas pautas de governos nacionais e nos debates acadêmicos e sociais.

Os organismos multilaterais como o Banco Mundial começaram a estimular projetos que amenizassem esta situação, embora fossem projetos que não atingissem o âmago do capitalismo, ou seja, seu processo de acumulação. Isto gerou também uma série de análises que identificam no “momento” neoliberal do capitalismo, um elemento determinante no processo de intensificação da pobreza mundial. Análises estas que não permitem identificar no capitalismo o elemento produtor desta realidade (ESTENSSORO, 2003).

Além disso, tem sido elaboradas ideias com um sentido de pensar na potencialização das estruturas de mercado e instituições democráticas no capitalismo. Os objetivos estabelecidos são o de construir uma nova sociedade baseada em princípios igualitários, mas sem o rompimento com os padrões de ordem burgueses.

A análise de Estenssoro (2003, p. 244) reflete isto quando afirma que:

O mercado e a democracia teriam como fundamento comum um contrato social baseado no pressuposto que os participantes tem o mesmo grau de liberdade e estejam em condições iguais. Ora, não é possível afirmar que isto seja uma realidade para a América Latina, onde 211 milhões de pobres, 43,8% da população da região segundo a CEPAL, não estão certamente em condições iguais nem usufruem a mesma liberdade que o restante. Segundo Hirano, trata-se de uma população de miseráveis duplamente excluída: do mercado econômico e do mercado político. O próprio processo de modernização teria provocado esta exclusão social, além da desintegração nacional, bem como a própria debilidade institucional do

Estado que impede a reconstrução da cidadania dos excluídos. A modernização estaria, então, desconstruindo a modernidade possível do mercado e da democracia.

As condições apresentadas se baseiam em uma estrutura conceitual que explique as condições dadas, como elementos de uma realidade que pode ser facilmente alterada. Isto depende basicamente de identificar espaços políticos que permitam determinadas mudanças.

Esta perspectiva de análise parte da premissa de que a crítica do capitalismo estaria fora de moda (WOOD, 2006). É uma ideia absorvida por amplos setores intelectuais, que não vêem na superação do capitalismo a condição necessária e suficiente para eliminar as condições de pobreza de bilhões de seres humanos.

Segundo Wood (2006, p. 13):

Há algo estranho de que o colapso do comunismo representa a crise terminal do marxismo. Podia-se esperar, entre outras coisas, que um período de triunfalismo capitalista devesse oferecer mais espaço, em relação a qualquer outra época, para o principal projeto marxista: a crítica do capitalismo [...]. Os intelectuais de esquerda, quando não abraçam o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, limitam-se a sonhar com pouco mais que um espaço nos seus interstícios e prescrevem apenas resistências locais e particulares [...]. Os intelectuais de esquerda, então, vêm tentando definir novas formas, que não a contestação, de se relacionar com o capitalismo.

O termo exclusão substituiu o termo marginalidade, pois o mesmo dá um tom mais ameno a realidade. O uso do termo possibilita criar diversos discursos de que o objetivo dos indivíduos e movimentos sociais é construir um processo de inclusão no capitalismo. Isto permite ao mesmo tempo, uma garantia da estabilidade social e construção de perspectivas futuras de “erradicação” da pobreza sob o capitalismo.

Diversos movimentos sociais, principalmente os representantes das “minorias excluídas” (negros, mulheres, homossexuais, etc.), passaram a ter como

foco a inserção no mercado, seja de trabalho ou de consumo. As contradições no capitalismo seriam resolvidas com políticas públicas “includentes”, que apresentam como uma de suas características principais um amplo processo de conciliação social (HARVEY, 2004a). Os movimentos sociais perderam sua perspectiva de classe, não conseguindo perceber inclusive o processo de exploração a que estão submetidos.

Um exemplo é o avanço do trabalho feminino que segundo Harvey não apresenta nada de progressista pois (HARVEY, 1992, p. 146) afirma que:

A transição para a acumulação flexível foi marcada, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento das mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria nas condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados.

Existe a construção de um discurso que tenta privilegiar “bens extraeconômicos” como sexo e raça, os avanços das “minorias” estariam relacionados diretamente a seu processo de inclusão nas estruturas sociais burguesas: mercado e democracia. A manutenção destas formas de inclusão se dariam como necessárias para ampliar o contingente de mão de obra disponível para exploração.

Segundo Wood (2006, p. 229) não existe antagonismo entre capitalismo e estes avanços, pois afirma que:

Mas não é tão evidente que igualdade racial e de gêneros sejam antagônicas ao capitalismo, nem que o capitalismo seja incapaz de tolerá-las, assim como é incapaz de garantir a paz mundial ou de respeitar o ambiente. Ou seja, cada um desses bens extra-econômicos tem uma relação específica com o capitalismo [...]. Na verdade, o capitalismo tem uma tendência positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica [...]. Quando os setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extra-econômicas como gênero ou raça, como acontece com frequência, pode parecer que a culpa pela existência desses setores é de causas outras que não a lógica necessária do sistema capitalista.

A deterioração de “garantias sociais”, é resultado da forma como acontece o desenvolvimento capitalista (o que será discutido no capítulo 4 desta pesquisa). Uma de suas prerrogativas básicas é a dinâmica de gradual solapamento de direitos sociais dos trabalhadores, intensificando a pobreza e violência (ESTENSSORO, 2003).

As contradições são reflexos do desenvolvimento capitalista, que alterna distintas formas de organização social, importantes para amenizar os conflitos de classe. O processo de acumulação para continuar de forma ininterrupta, cria formas políticas e sociais que se ajustem aos seus objetivos (HARVEY, 2005).

As análises empreendidas sobre a necessidade da construção de processos de inclusão social, se apresentam como alternativas de velar a perspectiva degradante do desenvolvimento capitalista.

A questão que coloco em evidência é pensar não como as formas sociais criam as condições para “inclusão social”, mas sim dentro de quais limites este processo ocorre. É importante considerar ainda o aspecto destrutivo do capitalismo, pois seu processo de desenvolvimento destrói, cria e reconstrói formas sociais.

Diante da questão sobre o conceito de marginalidade, é importante levantar uma outra questão. Este pode ser considerado um novo conceito para uma dinâmica que se estabelece na América Latina, desde o início de seu processo de modernização? Ou pode ser considerado também um fato novo, surge como resultado do abandono do Estado-Providência?

As lacunas apresentadas pelo Estado-Providência como resultado do processo de reestruturação produtiva criaram uma parcela abandonada da população.

Consideradas as análises empreendidas pelos diversos vieses da teoria da dependência - principalmente os elementos de análise marxista - pode-se partir do pressuposto de pensar a marginalidade na América Latina como reflexo das formas dependentes de desenvolvimento. A marginalidade nos coloca de frente à formação de um tipo de desenvolvimento periférico.

Para caracterizar a validade deste conceito, devemos considerar quais os processos sociohistóricos são determinantes na formação das desigualdades. As desigualdades apresentam particularidades geográficas e históricas e suas formas de territorialização são distintas. Os fenômenos, apesar de se vincularem à mesma origem, se estabelecem em formas territoriais diferentes.

Não podemos caracterizar os grupos marginalizados nas cidades brasileiras como resultado de desigualdades etnoraciais como acontece nos EUA e em menor medida na Europa. O aparente processo de marginalização das classes sociais facilita um amplo processo de subjugação histórica, principalmente dos setores mais fragilizados das classes trabalhadoras.

As políticas públicas nunca conseguiram ser eficazes em sua proposta de universalização de fato dos direitos sociais. Ocorreu a geração de uma parcela marginal da sociedade com dificuldades de se integrar por completo aos resultados mais positivos da modernização econômica.

Estas políticas públicas se apresentam como fetichismo historicamente construído nas relações burguesas (MARX, 1988a; KOSIK, 1976). É uma completa separação entre o político e o econômico que permite diferenciar “avanços” ou “conquistas” políticas das classes trabalhadoras, como elementos suficientes para superar as desigualdades.

Segundo Wood (2006, p. 241), isto acontece a despeito de toda a construção teórica crítica sobre o processo exploratório de classe, quando afirma que:

Tudo isso é muito conhecido, mas é necessário enfatizar que a exploração e a falta de liberdade capitalistas são de muitas formas menos, e não mais, transparentes que a dominação pré-capitalista. A exploração do camponês medieval, por exemplo, ficou mais, e não menos visível pelo reconhecimento jurídico de sua dependência por parte do feudalismo. Em comparação, a igualdade jurídica, a liberdade contratual e a cidadania do trabalhador numa democracia capitalista obscurecem as relações ocultas de desigualdade econômica, ausência de liberdade e exploração. Em outras palavras, a própria separação entre o econômico e o extra-econômico, que deveria desmascarar as realidades de classe no capitalismo, é o que, pelo contrário, mistifica as relações de classe capitalistas.

A existência de uma “ralé” ou “subcidadãos” na sociedade cria uma série de problemas para a consolidação de um processo democrático.¹⁷ É reforçada a ideia da existência de uma desigualdade social, baseada na distinção entre indivíduos/grupos incluídos com direitos garantidos e indivíduos/grupos excluídos.

As formas precárias de existência, reforçam a ideia de “naturalização da desigualdade” que se estabelece não só em sociedades “periféricas”, mas também em sociedades de capitalismo avançado. É preciso levar em conta que o principal foco gerador são as formas como a modernização capitalista se materializam.

Ocorreu uma mudança de foco nas lutas sociais que se estabelecem a partir do final da década de 1980. Estas formas de luta, que tinham um forte caráter de classe, mudam seu foco de ação, passando a objetivos de “inclusão” social, principalmente se considerarmos o papel que as ONGS vão propor neste sentido.

Seria uma forma de considerar como central nas lutas populares, fortalecimento da esfera pública. Estão incluídos os instrumentos de participação popular, como fóruns de debates e orçamentos participativos, que surgem como elementos determinantes na transformação para uma sociedade menos desigual.

A formação e consolidação do processo democrático – ver nota de rodapé página anterior - passam a ter como elemento dominante a universalização de políticas de caráter assistenciais. Ampliam os laços de solidariedade social, colocando isto como condição sine qua non que permita a universalização do processo democrático.

Segundo Wood (2006, p. 235):

¹⁷Não estou desconsiderando aqui a existência de duas situações de democracia: o que pressupõe uma ordem burguesa racionalmente controlada e repleta de limites para a classe trabalhadora e uma perspectiva de democracia ampla, que se baseia no princípio de “trabalhadores livremente associados” que seria uma alternativa à formas de democracia burguesa, quando os trabalhadores tiverem plenas condições de controle social de sua existência. Segundo Marx (2003b, p. 48-49) ao expressar sobre o caráter da democracia proletária na Comuna de Paris “Eis aqui seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política, enfim descoberta, para levar adiante a emancipação econômica do trabalho [...]. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em simples instrumento de trabalho livre e associado”.

Se, casos tão diversos tem em comum uma unidade de poder econômico e político que dá aos direitos políticos um valor especial, a desvalorização dos bens políticos no capitalismo se baseia na separação entre o econômico e o político. O status dos bens políticos há de ser reduzido pela autonomia da esfera econômica, pela independência da exploração capitalista em relação à execução de funções públicas, pela existência de uma esfera separada e puramente “política” distinta da “economia”, que torna possível pela primeira vez uma “democracia” apenas política, sem as implicações econômicas e sociais associadas à antiga democracia grega.

Permanecendo esta lógica de construção democrática como hegemônica, existe o risco de construir uma sociedade cada vez mais precarizada. O processo caminha no sentido de que a democracia enquanto instituição, garante a superação dos desníveis sociais.

Neste sentido, Wood (2006, p. 73) afirma que:

Na sociedade capitalista, os produtores primários estão sujeitos a pressões econômicas independentes de sua condição política [...]. A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe.

Temos uma organização societária baseada na ampliação de direitos, que não coloca em risco a condição de exploração de classe. Isto fundamenta a ideia de que no capitalismo, qualquer forma de organização que não se contraponha a este processo, tende a intensificar, e não superar as condições de miséria existencial das classes trabalhadoras. É a situação de miséria material que se amplia, em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo.

3.4 Marginal, excluído ou em situação de lumpem: qual a realidade do catador na configuração social capitalista?

Na perspectiva da análise desenvolvida nesta pesquisa, nem o termo marginal, muito menos exclusão dão conta de entender a realidade da miséria. Mesmo que os indivíduos continuem vendendo sua força de trabalho, não conseguem garantir condições mínimas para sua própria sobrevivência, e dentre estes, incluem os catadores de materiais recicláveis.

É importante também não esquecer a ampla parcela da população que tem encontrado dificuldades inclusive para vender sua força de trabalho. Como alternativas, passam a viver da mendicância, de ajudas sazonais de organismos governamentais ou civis, ou mesmo de atividades criminosas.

É importante ainda esclarecer sobre o uso dos conceitos de marginalização e exclusão social. Em primeiro lugar, devemos pensar que a marginalização não necessariamente cria uma massa disfuncional para o sistema econômico. Em segundo lugar, devemos pensar que o conceito de exclusão social é utilizado de forma equivocada, pois o que temos de fundamental nesse processo são constantes reinclusões de formas precarizadas de massas cada vez maiores da população (MARTINS, 2002).

Dentro do atual estágio de desenvolvimento capitalista, esta “massa marginalizada” deve ser entendida não como desvio no processo de organização social, mas sim como uma das características centrais em seu processo de formação (SANTOS, 2001; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA 2004).

Nas últimas duas décadas, o termo marginal foi sendo gradativamente abandonado e substituído pelo termo exclusão. Entretanto, o termo exclusão não consegue dar uma resposta consistente a situação de pobreza e miséria. Segundo Viana (2002), existem limitações teórico-metodológicas contidas no termo, que reduzem a sua capacidade de explicar a realidade social de forma satisfatória. Segundo Viana (2002, p. 6-7):

A mais grave limitação que observamos no termo exclusão social é de caráter teórico-metodológico. A ideia de exclusão não tem como pano de fundo uma teoria da totalidade da vida social enquanto unidade dinâmica e

contraditória e sim uma visão dualista: a sociedade estaria dividida em duas esferas: a dos “incluídos” e a dos “excluídos”, como se fossem duas unidades sociais que existissem independentemente uma da outra. Podemos observar outros problemas teórico-metodológicos em torno da ideia da exclusão social. Em primeiro lugar, tal concepção nos fornece uma falsa impressão que não há uma divisão interna entre os considerados “incluídos” e também entre os considerados “excluídos”. Em segundo lugar, não disfarça a sua preferência pelo mundo dos “incluídos” (seja ele qual for, se lembrarmos que este não é homogêneo), que passa a ser visto acriticamente e julgado como um mundo desejável pelos “excluídos” (o problema passa a girar em como “incluir” os “excluídos”). Em terceiro lugar, não trabalha de forma suficiente a razão de ser da chamada exclusão social, demonstrando, na maioria das abordagens sobre este tema, que é um processo sem agentes e sem contradição, sendo produto não se sabe do que, ou, em outras palavras, a ideia de exclusão social assume um caráter descritivo e não explicativo

A divisão interna na sociedade e o desejo de ser incluído, tem sido usada de forma muito constante como argumentos para eliminar qualquer possibilidade de resistência a exploração do trabalho. Significa que no intento de ser “incluído” os indivíduos se sentem na obrigação de superar as suas próprias limitações. Significa abdicar de seu tempo livre, fazendo que o seu tempo esteja totalmente disponível para o atendimento das necessidades impostas pelo circuito de reprodução do capital.

Isto apresenta como consequência imediata, a anulação de qualquer perspectiva de construção orgânica de solidariedade de classe, como alternativa de superação da sociedade do capital. A “inclusão” em sua dinâmica passa a ser um objetivo primeiro em todos os momentos da existência social.

O termo exclusão gera uma situação de incapacidade dos indivíduos, que ficam necessariamente a espera de políticas públicas que garantam a sua sobrevivência¹⁸. Isto gera então uma situação de anomia, principalmente se

¹⁸Existem dois bons exemplos de programas deste tipo, a Renda Mínima de Inserção (RMI) e o Bolsa-Família no Brasil, o que demonstra que isto acontece tanto no centro quanto na periferia do capitalismo. O RMI é um programa do Governo Francês que foi criado em 1988 como iniciativa do então presidente François Mitterrand, que beneficia toda pessoa acima de 25 anos de idade cuja renda mensal não atinge 2.600 francos mensais. No Brasil, desde 2003, foi criado o Programa Bolsa-Família que beneficia famílias com renda mensal por pessoa entre R\$ 69,01 e R\$ 137,00 ou famílias com renda mensal por pessoa abaixo de 69,00. Estes dois exemplos demonstram que independente do nível de desenvolvimento, o capitalismo enquanto formação social tem como dinâmica

considerarmos que a falência do Welfare State fez com que o Estado gradativamente abandonasse políticas universalizantes. A ênfase agora está em políticas focadas em determinados segmentos com o objetivo de incluí-los.

Mas a questão que se coloca é incluir em que? Ou onde? Porque o termo exclusão, bem como o termo informalidade, aparentemente demonstra que os indivíduos nesta situação estão fora do circuito do capital. Pode ser questionado também em qual nível da sociedade estes indivíduos devem ser incluídos e isto pressupõe uma série de limitações sociais.

A noção de pobreza por si só limita inclusive as formas de “inclusão” no capitalismo, se considerarmos que na própria relação de consumo vão sendo criados vários estratos de consumidores. Esta condição garante uma hierarquia social consolidada a partir da aceitação dos indivíduos em se colocar em determinados níveis sociais.

A pobreza então passa a ser considerada como um aspecto absoluto da realidade, que pode ser inclusive medido e comparado ao longo do tempo histórico.

determinante a criação de um contingente enorme de pobres, o que torna necessário que os Governos organizem programas de “combate à pobreza” que servem também como elementos de ordenação do equilíbrio social. O significado disto é que independente do espaço em que as relações sociais capitalistas se desenvolvem, a degradação humana, materializada no aumento da miserabilidade da existência social se configura de uma forma cada vez mais intensa no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas. Esta situação demonstra que a relação salarial como forma determinante de reprodução das classes trabalhadoras perde um pouco de sua capacidade, pois as classes trabalhadoras – entendido aqui o termo como todos aqueles que não dispõem de outra coisa para sobreviver, senão a sua capacidade de trabalho, incluindo os que vivem da mendicância ou vinculados as atividades criminosas – em seu processo de reprodução, passam a ter uma extrema necessidade de complementar seu salário com auxílios, sejam públicos ou privados, para garantir o mínimo necessário para sua sobrevivência. Esta realidade pode ser verificada pelas informações fornecidas pelos diversos organismos multilaterais como a ONU e o Banco Mundial que reconhecem em suas diversas publicações, a atual situação de precariedade de grande parte da população mundial. Entretanto, estas deixam evidente o caráter conjuntural deste processo, o que não pode ser diferente, pois a todo momento tentam demonstrar que estes problemas dependem da elaboração de políticas públicas que permitem a construção de conquistas sociais. A partir disso, são criados vários argumentos que tentam demonstrar a validade de todas estas propostas políticas, como por exemplo o conceito desenvolvido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) de Green Jobs (Ver o o documento: Green Jobs: Towards decent work in a sustainable, low-carbon world) que se enquadram na ideia de empregos decentes. Algumas atividades de trabalho degradantes estão incluídas neste rol de atividade que contribuem para a “melhoria do meio ambiente”, como a produção de energias alternativas(o trabalho nos canaviais com todas as condições de trabalho evidentemente degradantes) e também os trabalhadores envolvidos no setor de reciclagem.

Afirmo isto, levando em consideração a forma em que tem sido referendada a redução da pobreza nas últimas décadas, principalmente por organismos como a ONU e Banco Mundial. Estes, tem entendido a pobreza como um conceito abstrato que vale em toda parte e em todo tempo.

Um dos exemplos, é o conceito de linha de pobreza, que se estrutura a partir de noções parciais da realidade.

Segundo Santos (1978, p. 9) :

A questão da pobreza não pode, na verdade, ficar restrita a definições parciais. Já se tentou estabelecer um limiar estatístico exato da pobreza, tomando como ponto de referência, por exemplo, salários e horas de trabalho. Mas a noção “linha de pobreza”, avaliada dessa forma por organismos internacionais interessados em informações quantitativas, e por planejadores preocupados em oferecer informações quantitativas, e por planejadores preocupados em oferecer soluções contábeis, não constitui um parâmetro válido e não permite comparações.

Diante desta análise, medir o fenômeno da pobreza significa de certa forma distorcer a realidade que produz a própria pobreza, pois Bachelard apud Santos (1978) considera que é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo. A pobreza deve ser entendida então como uma “noção historicamente determinada” (SANTOS, 1978, p.9), pois esta depende de uma série de valores que se modificam no tempo e no espaço.

Sobre este entendimento de pobreza, Santos(1978, p.9) afirma que:

De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence.

As afirmações acima indicam que tanto a noção de marginalidade quanto a de exclusão reduzem consideravelmente a realidade. Qualquer um dos dois

conceitos não conseguem dar conta da totalidade do processo de formação da pobreza no capitalismo, pois se prendem a aspectos parciais da realidade.

Estes conceitos se constituem como resultado de entender a realidade a partir de seu aspecto dual. Como forma de contraposição a esta análise, Oliveira (2003) parte do pressuposto que, não existe superação do “atraso” pelo “moderno” a partir do processo de modernização capitalista. O autor sustenta a tese de que o “moderno” se alimenta das estruturas “arcaicas” da sociedade.

Considero que o melhor termo para explicar uma parte considerável dos pobres no capitalismo, é como uma situação de lumpemproletariado.¹⁹ O aumento da pobreza, a despeito das várias formas de políticas inclusivas, tem se ampliado no seio das classes trabalhadoras.

Mesmo as pessoas que dependem do salário para sua sobrevivência, não da mendicância ou vinculado a atividades criminosas, tem experimentado uma situação de piora em sua existência material (o caso dos catadores é paradigmático neste sentido).

O lumpemproletariado surge como resultado da extrema pauperização de uma parte das classes trabalhadoras (MARX, 1988b), mas de forma alguma surge como “excluído” da sociedade do capital.

Cito aqui algumas passagens em que Marx conceitua o lumpemproletariado:

- 1 Lumpenproletariat: Ao pé da letra: proletariado em farrapos. Elementos desclassificados, miseráveis e não organizados do proletariado urbano. (MARX & ENGELS, 2001, p. 108)

¹⁹Como forma de deixar claro a proposta do trabalho, considero de extrema importância explicar o termo apresentado. Quando Marx apresenta o conceito de lumpemproletariado, o mesmo não se aprofunda na análise para explicar de forma mais contundente como esta parcela da classe trabalhadora participa do processo de reprodução social. Pois Marx sempre fala do Lumpem de forma esparsa, não permitindo dizer que o mesmo desenvolve uma teoria do Lumpem. Considerando ainda que a própria análise que Marx faz da constituição das classes sociais no capitalismo precisa ser ampliada diante da nova complexidade da sociedade contemporânea, considero temeroso afirmar o catador enquanto lumpem e por isso prefiro usar o termo situação de lumpem. A partir das características encontradas nas entrevistas realizadas, revelam trabalhadores que se encontram literalmente em situação de farrapos humanos, mas que em determinados contextos podem sair momentaneamente desta situação.

- 2 Lado a lado com roués decadentes, de forma duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus (alcoviteiros), donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de faca, soldados, mendigos – em suma, tôda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohème; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro. “Sociedade beneficente” no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte que se erige em chefe do lumpen-proletariado, que só aqui reencontra em massa, os interesses que ele realmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotalho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte sans phrase. (Marx, 1986, p. 71)
- 3 “Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito [...]” (MARX, 1988b, p. 199).
- 4 O lumpen-proletariado, êsse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender a reação (MARX, s/d, p. 29-30)

A primeira definição é a que mais se aproxima da tese defendida neste trabalho, pois os catadores de materiais recicláveis estão realmente na condição de farrapos humanos, não só pelas condições de trabalho, mas pelas condições da sua reprodução existencial.

É importante deixar claro o que Marx (1988b, p. 179) entende por proletariado, como “o assalariado que produz e valoriza o 'capital' e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de 'Monsieur Capital', como Pecquer chama a esse personagem”.

Esta distinção é importante, pois existe uma grande confusão conceitual para esta importante categoria em que muitas vezes uma leitura enviesada de Marx nos leva a confundir o proletário como qualquer trabalhador que se assalarie.

Segundo Lessa (2007, p. 263):

Sob a relação de assalariamento há, em Marx, distintas inserções na estrutura produtiva da sociedade. Temos o trabalhador coletivo, os trabalhadores que são os “supervisores do trabalho” os trabalhadores manuais que não são parte do trabalhador coletivo (os camponeses e os artesãos por exemplo) e os trabalhadores intelectuais que não são encarregados da “superintendência” (professores, jornalistas, etc.), além dos executivos, administradores com elevados postos na hierarquia das empresas, etc. Argumentaremos, agora, que esta distinção no interior dos assalariados ganha em Marx maior precisão ao ele denominar de “proletário” os assalariados que operam o intercâmbio com a natureza.

Estes apontamentos são importantes para que se possa compreender que o capitalismo para se contrapor a redução do proletariado fabril, cria novas formas de aproveitamento das classes trabalhadoras. O objetivo é manter níveis de produção de mais-valia necessários para a sobrevivência do próprio capitalismo.

Para que o catador possa fazer parte do lumpemproletariado, o mesmo deve fazer parte do proletariado, isto porque a reciclagem executa este papel de metabolismo da natureza. O catador participa neste processo, como parte do trabalhador coletivo (MARX, 1988a).

É importante enfatizar porém que ele está na parte do proletariado urbano afirmado por Marx e Engels (2001), que não se organiza e se encontra em estado de miserabilidade. Por isso, a preferência em utilizar o termo situação de lumpemproletariado, pois o catador apresenta as condições necessárias para fazer parte do lumpemproletariado.

O lumpemproletariado surge da própria degradação de uma parte das classes trabalhadoras, o que contrasta tanto com a ideia de marginalidade, quanto de exclusão. Mas mesmo assim, surgem algumas confusões conceituais, que muitas vezes não dão conta de explicitar a validade do conceito na dinâmica do capitalismo.

Segundo Viana (2002, p. 7)

A ideia de lumpemproletarização, ao contrário, surge no interior de uma teoria das classes sociais e o lumpemproletariado não é um segmento social totalmente excluído se houvesse tal possibilidade pois ele pode estar momentaneamente afastado do mercado de trabalho, dos direitos sociais (da cidadania) e marginalizado no mercado de consumo, mas não está

definitivamente excluído de nenhum destes aspectos da vida social, pois existe tanto mudanças que alteram sua situação quanto uma mobilidade entre lumpemproletariado e proletariado, entre segmentos do lumpemproletariado etc. Por conseguinte, consideramos como mais adequado o uso da teoria do lumpemproletariado ao invés do uso da concepção da exclusão social e por isso lançaremos mão dela no presente trabalho.

A afirmação de Viana, se aproxima da proposta de análise empreendida nesta pesquisa, quando o mesmo identifica a característica do lumpemproletariado estar momentaneamente afastado de alguns direitos, além do mercado de trabalho.

O conceito apresenta uma situação que pode ou não se efetivar. As diversas propostas de “inclusão” destes trabalhadores na dinâmica do mercado e consumo capitalistas, podem amenizar pontualmente a sua situação.

Algumas análises como a de Estenssoro (2003), caem em uma contradição, pois ao mesmo tempo que afirma o lumpemproletariado como produto do capitalismo, afirma também que isto depende de alterações estruturais no capitalismo.

Esta perspectiva se contrapõe a análise deste trabalho, pois todo o referencial adotado, tem como pressuposto central não alterações pontuais no capitalismo, mas sim a sua superação como forma de também superar estas formas sociais criadas.

Estenssoro (2003, p. 10) afirma que:

Sustentamos aqui que o lumpemproletariado constitui-se também num produto do sistema capitalista, enquanto população economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída de seus direitos básicos. Mais ainda, a sua dinâmica social global revela as possibilidades de superação do sistema capitalista, na medida em não estaremos de fato avançando na questão sócio-econômica se não superarmos a condição de subcidadãos, ou lumpencidadãos, desses grupos excluídos. Sem dúvida que uma transformação na condição dessa pobreza estrutural implica numa mudança estrutural do capitalismo.

Neste caso, o autor indica uma relação entre marginalidade, exclusão e lumpemproletariado. Entretanto, os conceitos ao invés de se complementarem, são na verdade antagônicos. As características que os catadores de materiais recicláveis apresentam, principalmente os que trabalham nas ruas de forma isolada, representam um aspecto “atrasado” e “feio” da cidade.

Estes trabalhadores estão cada vez mais pauperizados não pela “exclusão” do mercado de trabalho, mas sim como trabalhadores que se encontram degradados pela própria atividade de trabalho. Além disso, ao viverem esta situação, são muitas vezes confundidos com o próprio material que coletam.

Esta realidade pode ser expressa no depoimento de G. (40 anos, há nove anos como carrinheiro em Anápolis) trabalha em média 12 a 13 horas por dia, quando afirma que as pessoas

Chamam a gente de lixeiro, né, aí um dia tava eu e a muié aí teve um home que chamou a gente de p. e mandou a gente tirar o carrinho do meio, é barão né, é ricão. Chamou a gente de lixeiro, o povo pensa que a gente é lixo. Só porque é catador e pobre, pensa que nós é bandido. A polícia, igual um dia que eu tava descansando, tava cansado, queria me dar um bacu né, aí viu minha muié vindo no carrinho atrás e aí ele falou empinado, espera um pouquinho pra nós conversar, mas ele viu a muié e foi embora, eu não tenho vício pra beber, não fumo cigarro, só um cafezinho né (Junho de 2009).

Este catador sustenta os sete filhos com o trabalho da catação, carregando segundo ele, 300 kg em média por dia. As suas afirmações demonstram uma preocupação de como a sociedade o enxerga. O catador demonstra uma preocupação em afirmar que não tem vício, o que significa que este trabalhador sente falta do respeito que a sociedade de forma geral não lhe dispensa. Esta falta de respeito é resultado justamente de como a pobreza é percebida pelo senso comum, ou seja, uma imagem que justifica o pobre também pela sua incapacidade de se integrar socialmente.

Segundo R. (32 anos, intelectual e apoiador do MNCR em Goiânia) “Existe um discurso de higienização da cidade, como forma de eliminar o catador, ou

também usam o discurso ecológico, de que os catadores maltratam os cavalos. Isso tudo é uma forma de tirar o catador da rua” (Janeiro de 2009).

Esse processo já está acontecendo em algumas cidades, como Porto Alegre e Foz do Iguaçu. O MNCR de Porto Alegre entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra Lei 10.531 de 10 de Setembro de 2008.

Segundo o MNCR, foi resultado de uma campanha de ong’s de proteção animal que prevê a retirada dos catadores do centro da cidade, lei denominada pelo MNCR como “lei anti-catador” (www.mncr.org.br)²⁰. Da mesma forma em Foz do Iguaçu a Prefeitura proibiu carroças de tração animal pela cidade, suscitando protestos por parte dos catadores na cidade (www.mncr.org.br)²¹.

Na cidade de Goiânia, a Prefeitura tem instalado na cidade os PEV (Programa de Entrega Voluntária), pequenos recipientes espalhados por toda a cidade e financiados pelo setor privado. A sua existência é justificada por manter a cidade mais limpa.

O “lixo” depositado ali só pode ser retirado pelos caminhões da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG), o que diminui consideravelmente a possibilidade que os catadores tem de encontrar o material que lhes garante a sobrevivência.

O depoimento de D. (41 anos, há três anos trabalhando como catador em Goiânia) demonstra uma indignação com esta ação da Prefeitura de Goiânia:

O prefeito tá contra nós, ele tá arrumando um lugar pra guardar o lixo e tirando nós da rua. Aí que eu queria falar, ele tá tirando nós, ele não podia fazer isso não, não deixa nós trabalha, aí nego vai ter que roubar, não tem como trabaia. Aí daqui a pouco ele coloca o caminhão do lixo apanhando e nós vamo sofrer. (Maio de 2009)

O catador demonstra uma preocupação com o futuro, pois a Prefeitura se utiliza de uma prática que dificulta o trabalho dos catadores. A afirmação do entrevistado, demonstra uma estratégia da Prefeitura para retirar os catadores das

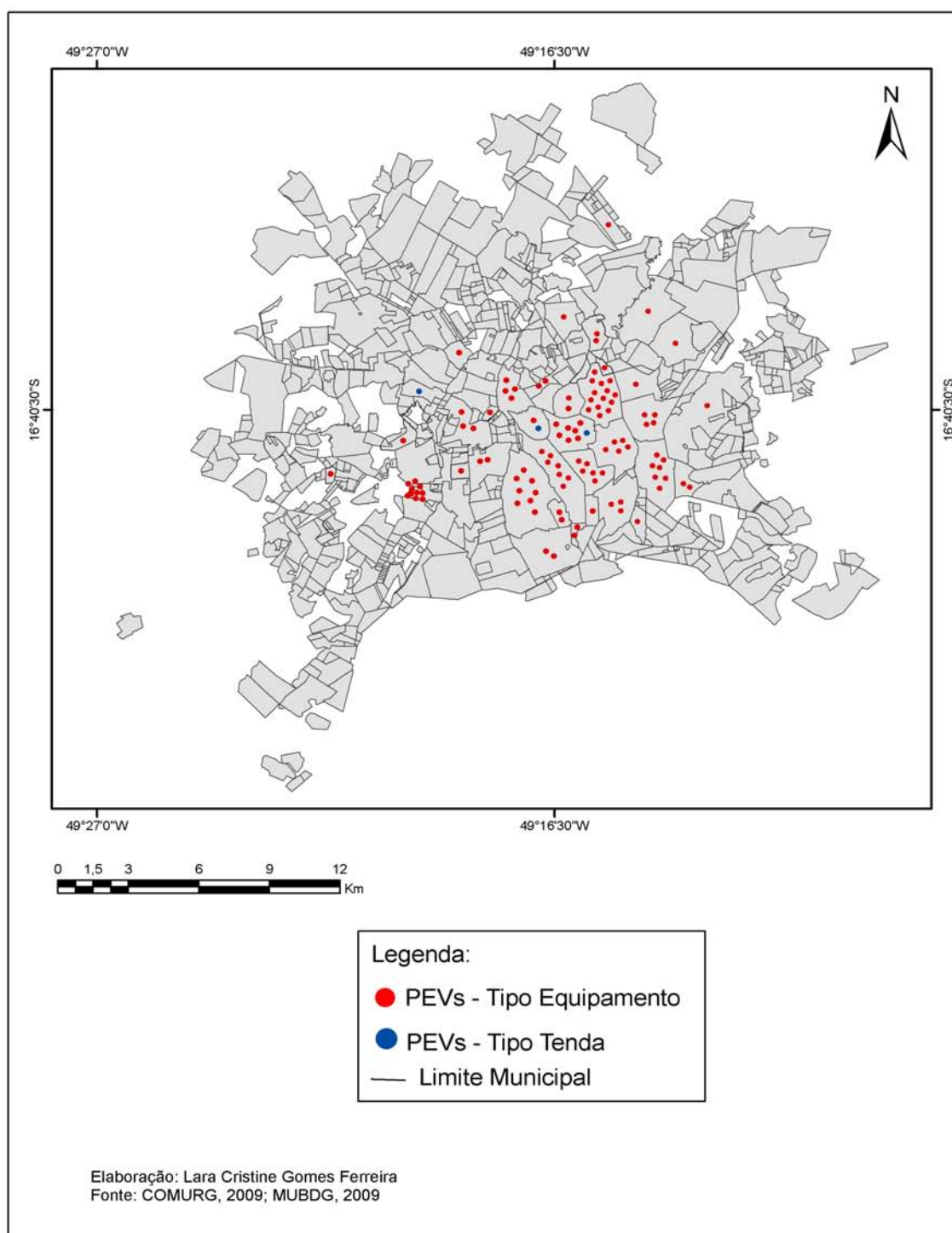
²⁰Acesso em 01 de Junho de 2009.

²¹Acesso em 01 de Junho de 2009.

ruas sem criar conflitos, evitando o que aconteceu em Porto Alegre e Foz do Iguaçu.

A figura 2 demonstra como estão espalhados os PEVs na cidade, o que cria dificuldades consideráveis para a atividade dos catadores em Goiânia.

Figura 2 - Mapa de distribuição dos PEVs na cidade de Goiânia



Estas situações colocadas nos depoimentos e nas reportagens evidenciadas no texto, indicam que a situação de existência precária dos catadores os fazem ser confundidos com o material que coletam. É uma relação muito próxima da que foi descrita por Castro (2001), ao relatar a realidade dos homens que vivem da cata de caranguejo, nos mangues da cidade do Recife.

Para Castro (2001), a relação entre Homens e Caranguejos é um dos aspectos mais dramáticos do que ele denomina como fenômeno da fome.

Segundo Castro (2001, p. 10):

O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capiberibe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos, pensando e sentindo com o caranguejo. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homem e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos.

Qual semelhança com os “homens do lixo”, que vivem do “lixo”, são confundidos com o “lixo” e se alimentam do “lixo”. A realidade descrita por Castro nos permite fazer uma analogia com a existência dos catadores, em seus trajes, suas habitações e até no seu alimento.

Além disso, uma outra situação é colocada por Castro (2001, p.11) quando afirma que:

É por isso que os habitantes dos mangues, depois de terem um dia saltado dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte e, assim, afundando-se para sempre dentro da lama.

Uma situação que lembra a situação dos lixões. Os catadores também encontram dificuldade em sair do seu ciclo, pois se tornaram refugos sociais que se afundam no “lixo”, da mesma forma como os homens do mangue se afundam na lama.

Elencadas todas as circunstâncias que constituem barreiras ao processo emancipatório dos catadores, defino como três as características de uma situação de lumpemproletariado:

- a) Imediatismo nas ações;
- b) Facilmente cooptáveis;
- c) Grande resistência a qualquer forma de organização, pois de forma geral priorizam o trabalho individual.

Esta realidade permite identificar como resultados de um mesmo processo, que junta aumento da exploração da força de trabalho com a piora das condições materiais de sobrevivência das classes trabalhadoras. A precarização deve ser percebida então não somente no processo de produção, mas também no processo de reprodução das classes trabalhadoras.

Isto se materializa principalmente nas formas de apropriação desigual dos espaços (CARVALHAL, 2001; THOMAZ JÚNIOR, 2003, 2005; IKUTA, 2005). Está relacionado à necessidade de construção de unidade orgânica, das diversas lutas sociais frente à exploração capitalista.

Compreender como a pobreza urbana se forma e como se dá seu processo de organização espacial, suas diversas territorialidades e quais as condições de sobrevivência, se pensarmos em habitação, emprego e acesso aos equipamentos coletivos.

Para isso, devemos levar em consideração como a divisão social do trabalho, e diante disso o recrudescimento de novas categorias (como é o caso dos catadores de materiais recicláveis) se estabelecem. Não deve ser desconsiderado também como as políticas públicas tem contribuído para favorecer este processo.

3.5 O Catador e sua condição de classe como elemento de reprodução das relações sociais capitalistas

A realidade espacial da cidade capitalista, cria espaços heterogêneos onde frações de classe distintas passam a conviver. Isso implica que as territorialidades a serem estudadas devem considerar como condição de classe, não só os aspectos econômicos.

Pensar o indivíduo enquanto inserido em uma determinada classe social, requer dois aspectos centrais, como processo e como relação. Deve ser admitido para esta análise a distinção de Marx de “classe em si”, enquanto objetividade histórica e “classe para si”, enquanto sujeito histórico ativo e consciente, da dinâmica de oposição entre classes sociais.

Marx (2003, p. 151) afirma sobre a condição de classe no capitalismo que:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política.

A proposição da análise passa necessariamente pelo entendimento desses sujeitos históricos e seu processo de organização perante o Estado e o capital. É como os trabalhadores se identificam, se “comunicam” entre si e como percebem seus interesses comuns. Mas o que é mais complexo nesta atual fase do desenvolvimento histórico, é justamente a percepção destes interesses comuns citados por Marx .

As suas formas de organização e disposição no território, são importantes enquanto elementos de identificação enquanto classe social. O processo de formação da consciência de classe está relacionada diretamente com a inserção do indivíduo nas relações de produção. O trabalho é um elemento essencial e necessário para o entendimento das relações entre os homens.

Em outra passagem, sobre a condição de classe, Marx (2001, p. 61) afirma que:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra uma outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência. Por outro lado, a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que estes têm condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição de vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe.

O trabalho do catador, por suas condições o coloca menos na condição de se organizar enquanto classe social, e mais na condição de atuar como “inimigos na concorrência”. Uma questão de extrema importância a ser trabalhada, é compreender dentro de todo o processo exposto anteriormente, a relação entre o trabalho do catador e a reprodução de um lumpemproletariado na sociedade contemporânea.

Devem ser consideradas as enormes dificuldades em seu processo de reconhecimento e pertencimento de classe. Alguns depoimentos demonstram esta dificuldade na organização. Esta é necessária no processo de contraposição a reprodução da situação de lumpemproletariado, bem como na percepção da condição de classe.

L. (45 anos, há quatro anos trabalhando como catador em Goiânia) não acredita em organização dos trabalhadores. “Não porque essas cooperativas falam uma coisa mas na verdade é outra. Eu nunca trabalhei numa cooperativa, mas elas não ajudam em nada” (Junho de 2009).

E. (33 anos, há quatro como catador em Goiânia) explica as dificuldades de organização dos catadores quando afirma que:

Olha, essa dificuldade de organização é uma coisa complicada. O carrinheiro está acostumado de viver de qualquer jeito, ele não tem regra e quando é para entrar num movimento eles encontram dificuldade em seguir regras. Também vai que o carrinheiro quer chegar, pesar e receber. Tem as vezes também que eles ganham até lugar para amorar dos donos de depósitos. Tem depósito que além de o cara ganhar um lugarzinho para

morar, tem a questão da liberdade. Não tem regra, cada um é dono do seu nariz e faz do jeito que quer da maneira que quer (Maio de 2009).

G . (52 anos, há 9 trabalhando como catador em Anápolis) afirma que:

Sabe o que é, esse negócio de juntar com outros catadores teve em Goianápolis e não deu certo. Venderam as coisas e não pagaram o que nós tinha direito. Eu prefiro trabalhar sozinho e vender direto para o depósito. Isto não dar certo, já tentei em Goianápolis e não deu certo, porque a gente inclusive ganha menos (Maio de 2009).

J.M. (68 anos, há três catando em Anápolis), também apresenta resistência a qualquer forma de organização, pois afirma que “Não compensa juntar com ninguém, esse trem tá barato demais. E outra coisa: eu gosto de trabalhar é sozinho” (Junho de 2009).

É necessário identificar como as classes dominadas se organizam, e como se dá a sua configuração nos espaços das grandes cidades. Com relação aos catadores de recicláveis, este tipo de organização se mostra em um estágio prévio de formação.

A questão está em como se materializa uma territorialidade urbana dos pobres (FREITAS 2004), que não significa necessariamente uma territorialidade de classe. É uma pobreza urbana decorrente das formas monopolistas do capital, de acordo com Becker e Egler (1998) e Santos (2001).

É preciso estabelecer que o conceito de pobres nos remete a Marx (1988b), enquanto elementos historicamente expropriados dos meios de produção. Ocorre um processo de alienação, porque não se percebem como produtores de mais-valia apropriadas pelo capital (MARX, 1988a).

Os movimentos sociais organizados, como o proletariado, vão sendo consideravelmente reduzidos. Existe um aumento considerável de parcelas da população, que não tem acesso às formas de organização tradicional das classes trabalhadoras.

São setores que se configuram como importantes no processo de reprodução capitalista, o que cria espaços definidos como marginais dentro da cidade capitalista. Ocorre uma desestruturação territorial (HAESBAERT, 2001) do ponto de vista da presença do Estado formal, sendo inclusive em determinados contextos, portadores de um poder territorial paralelo (SOUZA, 1996, 2001, 2002)²².

Estes espaços, em todos os seus aspectos passam a ser identificados como espaços da “escória”, espaços do “crime”. São espaços que absorvem uma parte da população, e o estímulo as forças produtivas acontece porque este novo “ramo” da economia, garante renda para seus trabalhadores e o consequente desenvolvimento do mercado.

O depoimento de C. (Novembro de 2008) de Anápolis e de Dona V. (Outubro de 2008), presidente de uma Associação de catadores na cidade de Goiânia, demonstra o envolvimento dos carrinheiros e do pessoal que se encontra no lixão de Anápolis com drogas e álcool. Estes são obtidos a partir do contato com elementos do crime.

De acordo com C. (38 anos há 3 como catadora do Lixão de Anápolis) “No lixão aqui em Anápolis, quase todo mundo vende a mercadoria por causa da pedra (crack)” (Novembro de 2008). Dona V. (Presidente de uma associação de catadores em Goiânia) afirma que “Aqui na associação, nós muita das vez faz um trabalho de juntar aquele pessoal drogado e bêbado, e tentar tirar esse povo dessas coisa” (Outubro de 2008).

Segundo Challoub, (1990, p. 5):

²²Sobre a relação entre o desenvolvimento do crime e capitalismo Marx (1980, p. 383) afirma que: O criminoso quebra a monotonia e a segurança cotidiana da vida burguesa. Por conseguinte preserva-a da estagnação e promove aquela tensão e turbulência inquietantes, sem as quais se embotaria mesmo o aguilhão da concorrência. Estimula assim as forças produtivas. O crime retira do mercado de trabalho parte da população supérflua e por isso reduz a concorrência entre os trabalhadores, impede, até certo ponto, a queda do salário abaixo do mínimo, enquanto a luta contra o crime absorve parte dessa população. O criminoso aparece como uma daquelas “compensações” naturais, que restabelecem um equilíbrio adequado e abre ampla perspectiva de ocupações “úteis”.

O pior de tudo é que essas ideias vazias, de que a pobreza de um indivíduo já é suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial, não deixaram de ter enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Por exemplo, elas têm servido como um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras, desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia passou a agir a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário. E, lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos que outros.

Um elemento importante que demonstra este processo, é um documento da 15 Promotoria de Justiça de Anápolis. O órgão entrou com um processo, na tentativa de desocupação do lixão da cidade solicitou e encaminhamento à Prefeitura, para tratamento de alguns trabalhadores do lixão que se tornaram dependentes químicos.

Diante disso, um relatório do CREAS - Centro de Referência Especial de Assistência Social - (Anexo1) da Prefeitura Municipal de Anápolis afirma que:

Realizou-se no dia 01/07/2008, visita institucional ao aterro sanitário de Anápolis-GO, onde constatou-se que vários catadores são usuários de drogas [...]. Constatou-se que além da vulnerabilidade em que se encontram, são também vítimas dos credores que lhes fornecem drogas.

É importante evidenciar que, grande parte das drogas consumidas pelos catadores, são fornecidas pelos atravessadores, como forma de criar uma relação de dependência. Segundo R. (32 anos), intelectual vinculado ao MNCR em Goiânia:

Os deposeiros (como são designados os donos de depósitos que compram material dos catadores) estimulam os caras além de roubar, usar drogas, porque isto barateia as mercadoria além de os cara ficar vinculado com os deposeiros. Eles fazem isso pra garantir que os catadores fiquem dependentes deles. Em Goiânia, diversos donos de depósitos agem como receptadores de material roubado. Eles colocam os catadores para vigiar algumas casas de dia e a noite eles roubam e repassam aos donos de depósitos. Além disso, alguns donos de depósitos trocam a mercadoria por pedra (crack). Assim, muitos catadores ficam nas mãos dos donos de depósito (Janeiro de 2009).

Além disso, apesar do importante papel exercido por estes trabalhadores, estes sofrem um forte preconceito. Isto acontece principalmente por se estabelecerem nas piores áreas das cidades, como nas proximidades dos “lixões”, ou pelas formas extremamente precárias representadas principalmente em suas habitações (Foto 2).

A existência dos catadores está permeada de penúrias e sofrimentos. A construção de sua “dignidade” no e pelo trabalho está cada vez mais distante, como demonstram não só os depoimentos mas as fotos coletadas na pesquisa. As formas como se apresentam as suas residências não lhes permite nenhum tipo de “dignidade” humana.



Foto 2 - Habitação de trabalhadores do “lixo” em Anápolis – Goiás.
Fonte: FREITAS, César Augustus Labre Lemos de. 2008.

Estes trabalhadores têm sofrido também um constante processo de agressão policial. Existe um intenso processo de vigilância, e qualquer ato se torna suspeito só pela sua condição de catador. Dois fatos expressam esta realidade. O primeiro foi uma situação sofrida por D. (37 anos) nas ruas de Goiânia, quando o mesmo afirma que:

Um dia a tarde, eu e meu cumpadre, nós tava catando no Setor Universitário quando uma viatura passou por nós e ficou filmando. Falei

para meu cumpadre fica esperto que eles ia voltar e num deu outra. Eles deram a volta na quadra, mandaram nós parar, deram baculejo e derramaram tudo o que tava no carrinho. Xingaram nós e depois foram embora e nós tivemos que catar tudim de novo para o carrinho. É muito humilhante ralar o dia todo e ainda ser tratado que nem bandido (Março de 2009).

Outro fato noticiado no site do MNCR (www.mncr.org.br) em 08 de Dezembro de 2008 sobre prisão e tortura sofrido por dois catadores. Tudo aconteceu por causa de uma desconfiança dos policiais, o que ocasionou uma situação de tortura para os dois trabalhadores.

Segundo noticiado no site do MNCR:

CATADOR É TORTURADO POR POLICIAIS MILITARES EM GOIÂNIA

No dia 03 de dezembro de 2008, o catador Daniel Ferreira Barbosa, 20 anos, associado da ACOP – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, estava reciclando o seu carrinho de papel em frente ao galpão da ACOP, Jardim América, quando foi abordado pela viatura n.o. 3562 da polícia militar por volta das 14 horas. O tenente e seu subordinado, de nome Inocêncio, ao ver os cartuchos de impressoras no carrinho de Daniel acusou-o de haver roubado uma empresa. Daniel explicou que aqueles cartuchos foram doados por uma gráfica. Os policiais colocaram Daniel na viatura e disse que o levaria até a gráfica para ele provar que havia sido doada. Entretanto Daniel, pressionado, não conseguia lembrar o local da gráfica e começou a ser torturado pelos policiais. Eles pararam em uma rua deserta, colocaram as algemas de forma bastante apertada. Começaram a enforçar Daniel de forma tão brutal que ele chegou quase a desmaiar. Davam coronhadas em suas virilhas, nos braços, no cotovelo. Os policiais ameaçavam levar Daniel para a beira do rio da T-9 e o matar. Ameaçavam também acusá-lo de tráfico implantado drogas em seus pertences. Depois de muita tortura física e psicológica, os policiais voltaram para o galpão com Daniel, os companheiros do MNCR, percebendo que Daniel havia apanhado dos policiais, afirmaram aos policiais que Daniel era inocente, que estava na associação há mais de um ano e que era trabalhador honesto e não ladrão. Na frente dos membros do Movimento, o policial puxou os cabelos de Daniel arrancando uma faca para cortá-los, os membros do Movimento protestaram e na tentativa de evitar a agressão Rafael Saddi Teixeira recebeu voz para ser detido. Foram levados os dois para o 7.o. DP, no Setor Jardim América, lá foram humilhados e acusados por policiais do distrito e também pelo inspetor que estava de plantão naquele momento. Daniel implorava para afrouxarem as algemas, mas os policiais caçoavam dele e afirmavam que o braço dele ainda não estava roxo. Os catadores do MNCR rapidamente foram até a empresa que havia doado o material para a associação e prontamente os donos e alguns funcionários da empresa se dirigiram até a delegacia. Lá, o dono da empresa admitiu ter doado o material para a cooperativa e explanou sua indignação com a ação da polícia que agiu sem legalidade nenhuma. Provada a inocência de Daniel, os catadores abriram acusação contra os policiais que o torturaram. O

Exame do IML – Instituto Médico Legal, conseguiu constatar algumas marcas de ação de tortura. O MNCR acusa estes policiais de tortura, calúnia e abuso de autoridade. (www.mncr.org.br)²³

Esta condição dos catadores, sujeitos não só a violência por efeitos econômicos, mas também por efeitos extra-econômicos desta violência: humilhação e degeneração humana. Aqui estão os elementos que permitem contestar inclusive o papel que o trabalho exerce com relação a “dignidade” das pessoas no capitalismo.

3. 6 As territorialidades do “lixo” em Anápolis e Goiânia

Os indivíduos formam estruturas espaciais a partir das necessidades materiais de sobrevivência, os limites territoriais se estabelecem de forma espontânea como consequência direta da união de “iguais”. Esta “igualdade” não se dá pelo sentimento de pertencer a uma classe, mas “iguais” no sentido de sofrerem as mesmas imposições das estruturas de poder vigentes.

Esta forma de existência elimina da perspectiva das classes trabalhadoras, a possibilidade de superação de suas formas de exploração. Desta forma, os movimentos sociais urbanos vão cada vez mais se afastando de seu caráter revolucionário (FREITAS 2004), pois perdem gradativamente sua identidade de classe, se aglomerando de forma imediatista. As demandas não se apresentam como perspectiva de contraposição à formação social que os priva da habitação. Mas simplesmente se agrega em torno de objetivos imediatos, como exemplo a aquisição de moradia, ou melhores empregos. A luta se torna então contra os efeitos, e não contra as causas (LUKÁCS, 2003), perdendo então seu caráter de classe.

A violência também passa a fazer parte do cotidiano da cidade, violência (que se expressa também nas precárias condições de vida de parte considerável

²³ Acesso em 20 de Dezembro de 2008.

das classes trabalhadoras, em especial dos catadores) que tem como elemento motivador, as formas como a divisão social do trabalho se estabelece na cidade. A divisão do trabalho baseada na propriedade privada, tem como característica principal a expropriação das classes trabalhadoras (MARX, 1988b).

Estes num primeiro momento são expropriados dos meios de produção, mas a partir da segunda metade do século XX, uma parte considerável das classes trabalhadoras tem sido expropriadas inclusive do seu direito à vida. Além das formas de expropriação ocorrerem não só no processo de produção, mas na reprodução das classes trabalhadoras (THOMAZ JÚNIOR, 2003, IKUTA, 2005).

No caso dos trabalhadores do “lixo” em Goiânia e Anápolis, este fenômeno se territorializa em diversos bairros das duas cidades. Os elementos de homogenização são: o nível de renda e as residências precárias. Os bairros em que existe uma maior incidência de catadores (Figuras 3 e 4), a maioria de sua população tem rendimentos mensais abaixo de dois salários mínimos, segundo informações do Plano Diretor de Anápolis e da Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia.

Com relação a isto, Marx (2001, 2004, 2006) afirma que o trabalho no capitalismo apresenta a característica principal de desumanização do homem. Com relação ao espaço, a partir do momento que o usufruto do mesmo é dificultado enquanto produto social, se privam também de alguns elementos fundamentais e necessários para o processo de reprodução social.

Esta parte da população, com poucas alternativas que não seja o uso de violência contra a sociedade formal não tem outra forma de garantir o seu espaço. O Estado então precisa criar espaços mínimos de sobrevivência, como forma de garantir tranquilidade para as outras classes que participam diretamente do “jogo do mercado”.

Figura 3 – Distribuição de catadores por Região em Goiânia

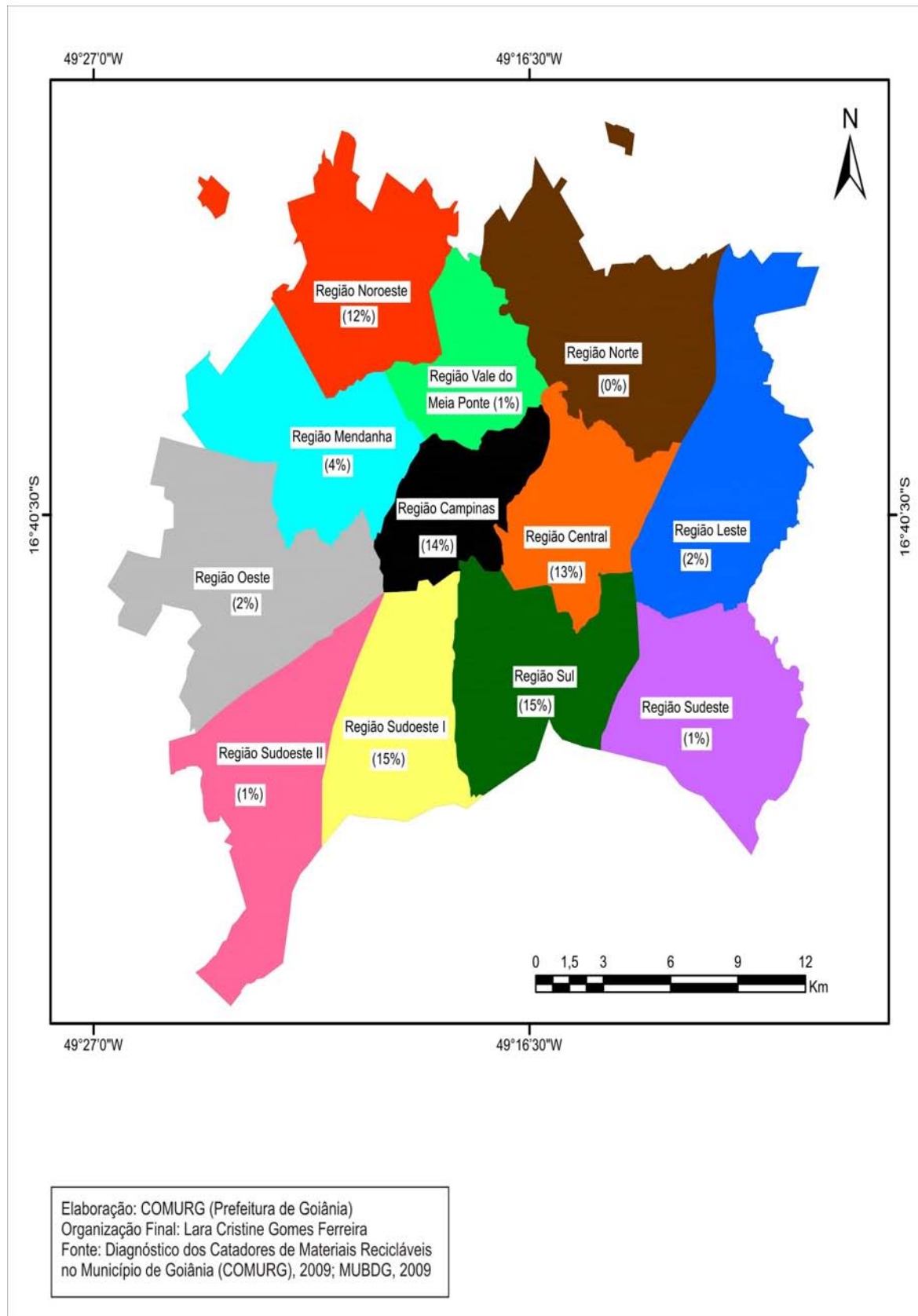
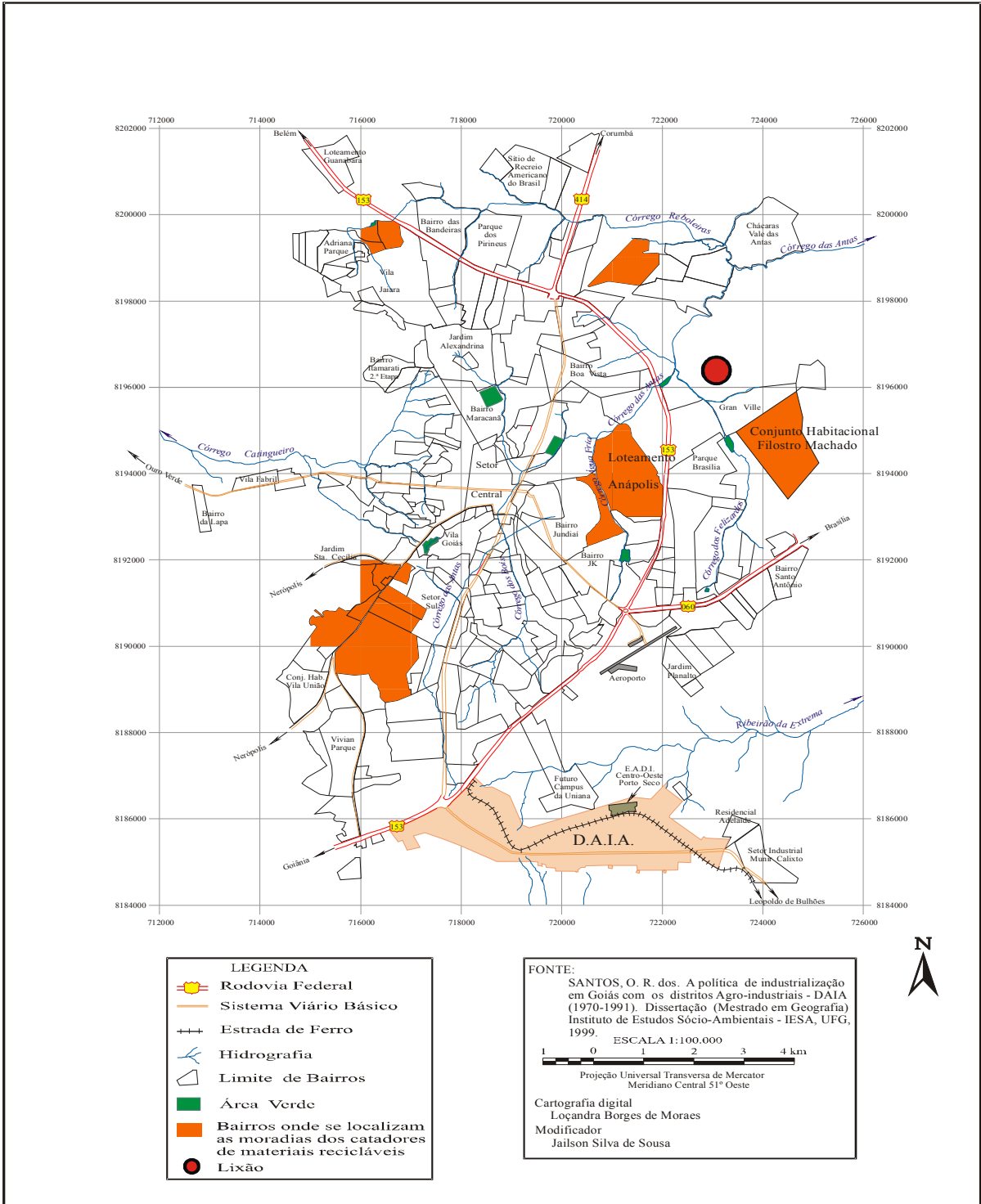


Figura 4 - Bairros em Anápolis com maior incidência de catadores



Como exemplo disto, a Prefeitura de Goiânia destinou uma área que deslocou alguns catadores de uma favela no Setor Norte Ferroviário (Favela dos trilhos) para um bairro (Albino Boaventura) identificado na figura 5. Neste local, existe um projeto de construção de um galpão de triagem da ACOP, cooperativa vinculada ao MNCR.

Entretanto, esta também é uma forma de territorialização que de certo modo cria um isolamento destes trabalhadores, o que poderia também facilitar o processo de organização. A proximidade entre os trabalhadores facilita este processo, mas também este isolamento é uma estratégia interessante utilizada pela Prefeitura. A sua proposta é a de que estes catadores fiquem dependentes dos caminhões que coletam o material nas ruas da cidade para realizar seu trabalho.

Na cidade de Anápolis existe um projeto parecido que é o deslocamento de famílias que se encontram em áreas de risco (onde habitam muitos trabalhadores catadores) para um loteamento denominado Vila Felicidade (Figura 6) – próximo ao lixão da cidade.

E neste sentido, o processo faz com que os catadores fiquem também dependentes da Prefeitura, pois o deslocamento para áreas centrais da cidade onde existe a possibilidade de coletar muito material fica dificultada.

Segundo o depoimento de L. (16 anos, há 2 trabalhando na catação em Anápolis) isto dificulta em muito a sobrevivência dos catadores, pois ele afirma que “Nóis vai morar muito longe do Centro, lá no Filostro e nessa cooperativa não dá pra gente ganhar muito, além disso, mesmo que tem animal eles não aguenta trabalhar nesta distância” (Junho de 2009).

Este catador mora em uma área de risco, e apesar de gostar da possibilidade de ter uma casa “decente para ele e a família” como afirma, acredita que este deslocamento dificulta em muito o trabalho dos catadores.

Figura 5 – Localização do Bairro Senador Albino Boaventura em Goiânia

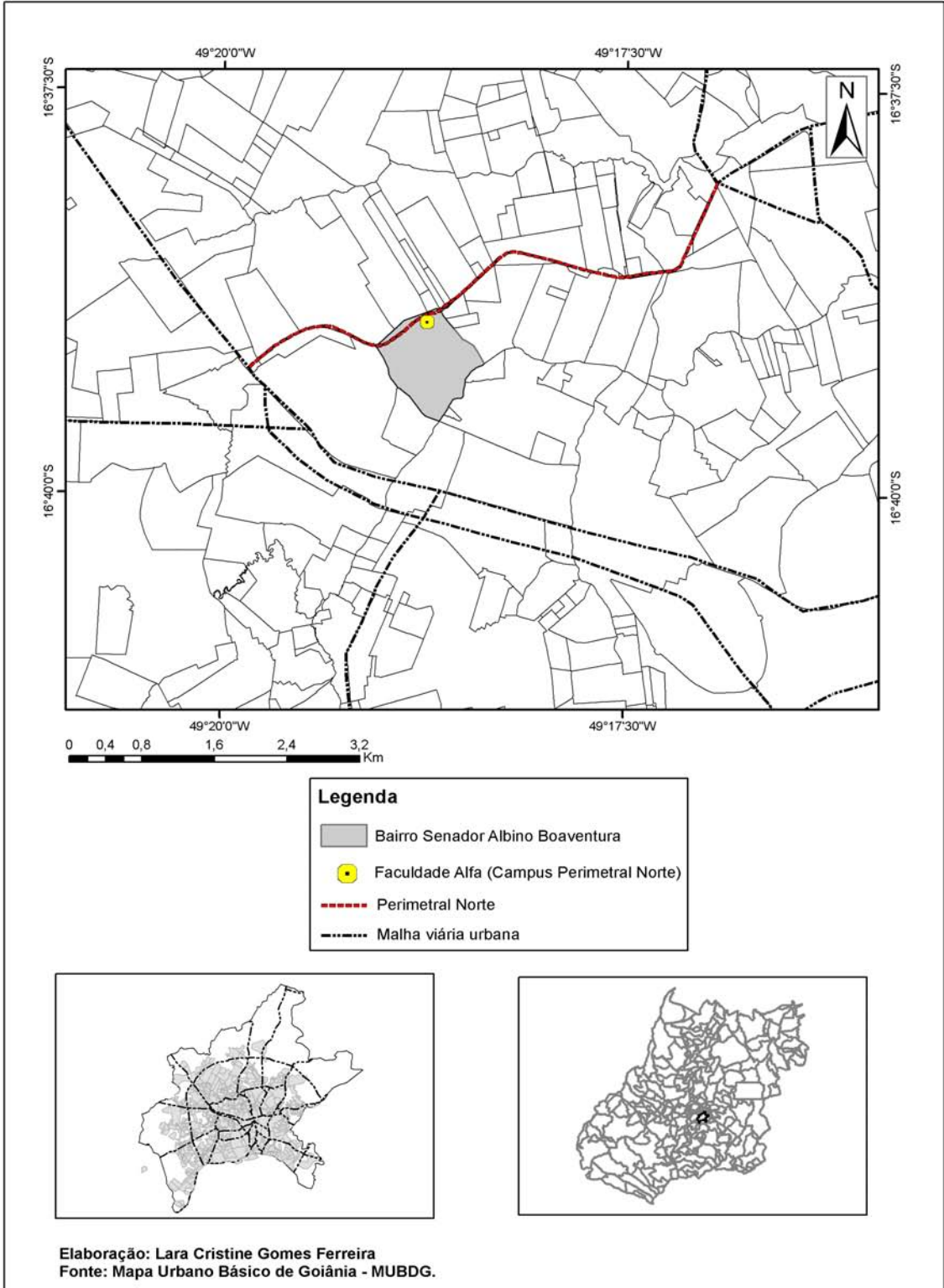
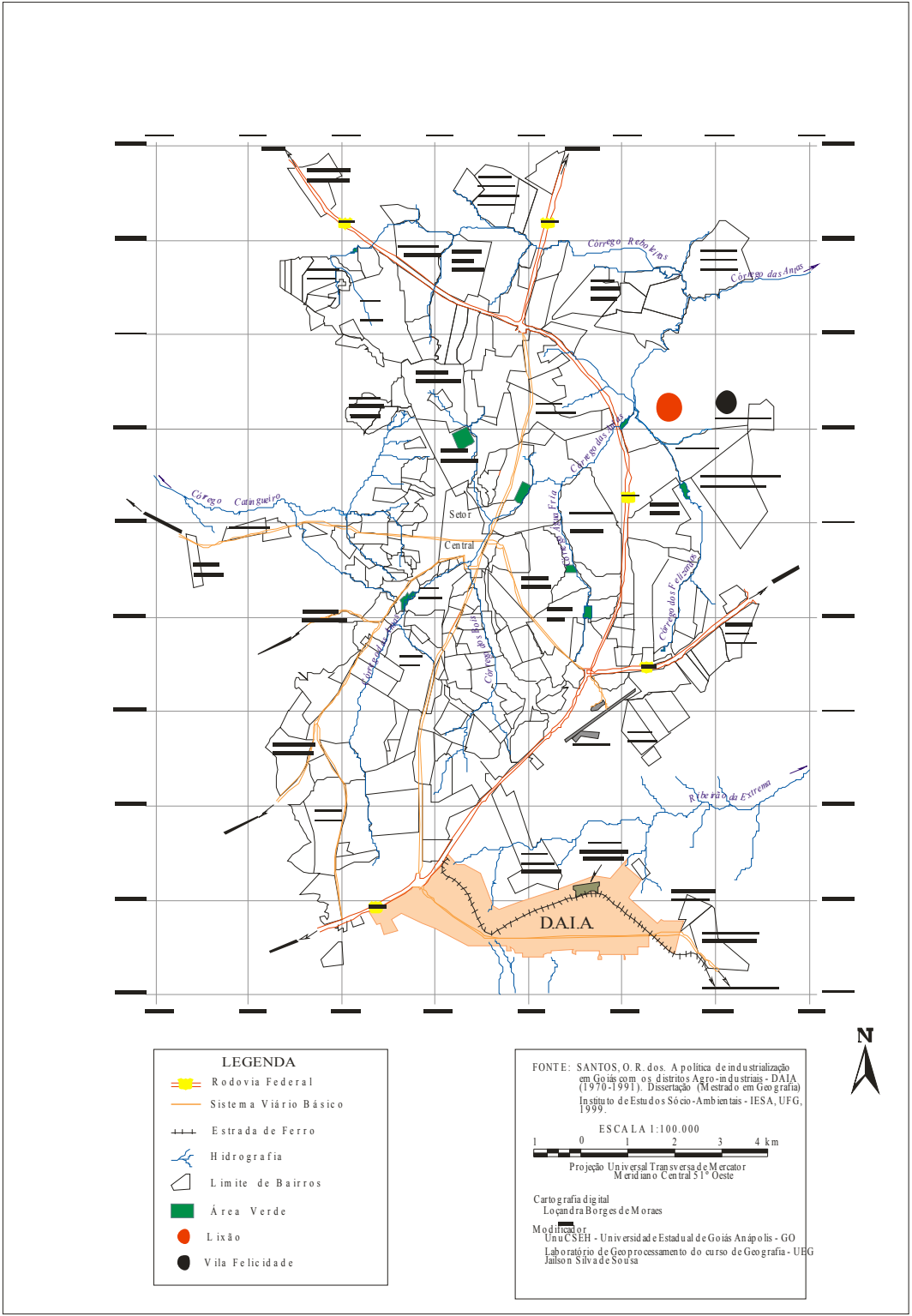


Figura 6 – Localização da Vila Felicidade em Anápolis



Podemos entender esse processo como uma territorialização de frações de classe não inseridas na dinâmica formal da sociedade. Entretanto, nestes espaços onde o Estado não consegue exercer um processo de configuração plena, existem todos os elementos necessários para a formação de organizações paralelas de poder.

São organizações que reúnem a população excluída da sociedade formal, mas que ao mesmo tempo se insere pela porta dos fundos, vinculados as novas formas de organização socioespacial (SOUZA, 2002).

A nova realidade espacial urbana que se configura no atual estágio do capitalismo, produz uma dinâmica desigual de apropriação dos espaços (HARVEY, 2004b; SANTOS, 1996b). É resultado de uma divisão territorial do trabalho que impõe um estranhamento do trabalhador com o produto de seu trabalho, e diante disso uma restrição a sua apropriação.

A cidade no capitalismo nos primórdios da formação capitalista se apresenta então como espaço de todos, ou espaço das oportunidades, enquanto o campo se constitui em seu acessório isolado e disperso, segundo Marx e Engels (2001). Os indivíduos estão dispostos livremente e sujeitos a todas as oportunidades para exercer sua liberdade de movimento e consciência.

De certa forma, isto muda na atual fase do capitalismo, pois a cidade com todos os seus dilemas passa a representar o espaço da desesperança, da miséria e sofrimento para grande parte das classes trabalhadoras.

Estas contradições e conflitos se materializam nas diversas formas de ocupação do território, que apresenta as formas como o espaço socialmente produzido se distribui entre as classes sociais. Dos vários elementos explicativos, pode-se afirmar que é o espaço, enquanto referencial na produção de mais-valia, a causa maior que determina as desigualdades.

4 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM A AMPLIAÇÃO DA POBREZA E MISÉRIA DO TRABALHADOR

O burguês não quer saber se os seus operários morrem ou não de fome, desde que ganhe dinheiro. Todas as condições de vida são avaliadas em função do lucro, e tudo aquilo que não dê dinheiro é idiota, irrealizável, utópico.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra

Friederich Engels

4.1 Reestruturação produtiva e novos paradigmas para o desenvolvimento.

A reflexão sobre o desenvolvimento capitalista, exige uma discussão prévia sobre como se estruturam a relação entre o Estado e as políticas de desenvolvimento implementadas nos distintos contextos históricos. É importante refletir também, como se estabelecem os novos paradigmas de organização territorial nesta nova etapa de acumulação capitalista, denominada acumulação flexível (HARVEY, 1992).

A análise se estrutura a partir de uma abordagem destas novas formas de organização, como a realidade das políticas de ordenamento territorial vão sendo implementadas. É necessário estabelecer uma conexão entre os aspectos teóricos e uma nova realidade que é redesenhada no território, como é expressa a materialidade das condições de existência das classes trabalhadoras.

Este novo contexto, relacionado com o advento da terceira revolução industrial é identificado a partir da configuração da sociedade técnico-científica e informacional (SANTOS, 1996b). É definido um novo papel desempenhado pelas redes, quando o fluxo de circulação de mercadorias se torna cada vez mais veloz.

Em consequência desta dinâmica, se desenvolve uma nova divisão internacional do trabalho em que o espaço mundial não mais se polariza em um

centro industrializado e uma periferia exportadora de matérias-primas. Ocorre a formação de vários centros dinâmicos ou dinamizadores do capitalismo global.

Benko (1999, p. 71) define esse novo momento da seguinte forma:

O que é novo na DIT atual é que ela já não se caracteriza por empresas capitalistas que possuem cada qual sua identidade nacional e tem por objetivo vender seus produtos no mercado internacional. A DIT é hoje mais determinada por companhias transnacionais que operam simultaneamente num número incalculável de países diferentes e também realizam frequentemente suas transações internacionais no seio de seu grupo, de modo que as grandes empresas têm a sua disposição uma rede internacional de departamentos de sua propriedade.

A relação orgânica entre as empresas nos diferentes territórios se torna mais importante do que propriamente a relação entre Estados. O papel dos Estados passa a ser o de organizar e orientar os novos fluxos de investimento.

Segundo Harvey (2004b, p. 79), existe “A formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem tido por conseguinte características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”

Não podemos deixar de relacionar com o fenômeno de flexibilização dos territórios, que acompanha o movimento de flexibilização produtiva. É uma nova dinâmica que permite maior agilidade no processo de circulação de mercadorias.

De acordo com Harvey (2004b, p. 111):

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalista dominantes que trabalha nesse âmbito.

Isto ocorre como resultado direto de um movimento global de “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 1992, p. 140), que possibilita a diminuição das distâncias entre os territórios. É um movimento que possibilita também a consolidação de novas desigualdades regionais.

Essa possibilidade nasce do fato de que o capital se configura de duas formas: volátil e escasso. Existe um mecanismo de seleção territorial para a implementação de novas atividades produtivas. O aspecto central de definição de novos investimentos, passa pela disposição do poder público em garantir facilidades para o deslocamento do capital de um território para outro.

Além disso, devemos pensar também em territórios que se desenvolvam com maior fluidez, permitindo um maior intercâmbio com as diversas regiões do planeta (BATISTA de DEUS, 2003). O aumento na velocidade do processo de circulação de mercadorias, produz também a formação de uma nova estrutura urbana.

O deslocamento industrial faz com que novas cidades surjam como nós na estrutura de produção, circulação e consumo (BATISTA de DEUS, 2003). Ocorre uma renovação de centros urbanos tradicionais, que ganham uma nova feição para atender aos requisitos de inserção na nova geografia do capital.

É interessante partir do pressuposto do desenvolvimento da economia mundial a partir da ideia de um “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1999), em que a modernização econômica acontece constantemente de forma polarizadora. Forma-se então uma nova geografia do capital, definida não só por aspectos econômicos, mas também por condições políticas e sociais favoráveis a nova organização produtiva capitalista (HARVEY, 2005).

A lógica construída de desenvolvimento das relações econômicas entre os territórios é baseada em diversidades entre as regiões. Estas diversidades aparecem como grandes desigualdades regionais, advindas dos diferentes graus de inserção dos territórios no contexto da economia global (HARVEY, 2004b; 2005).

Uma das ideias centrais que permitem uma compreensão mais clara desse processo é a teoria dos pólos de crescimento (PERROUX, 1968). Esta defende como aspecto central a premissa de que o desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas se dá de forma polarizada e centrífuga.

Perroux (1968, p. 164) resume da seguinte forma a sua tese:

O facto, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

O crescimento econômico não se distribui de forma eqüitativa por todas as regiões. Como exemplo disso, podemos citar os desiguais níveis de urbanização no Brasil nos últimos cinquenta anos, e em Goiás nos últimos vinte anos.

Segundo Perroux (1968, p. 201) o dinamismo regional gera as “zonas de desenvolvimento”, em que se concentram as economias de aglomeração. A conexão entre os pólos dinâmicos da economia geram os “eixos de desenvolvimento” no território. A urbanização aparece como resultado direto do movimento de capital e de força de trabalho que se concentra em uma região específica, possibilitando a modernização econômica.

4.2 Miséria do trabalhador como condição para o desenvolvimento capitalista

O processo de desenvolvimento capitalista, nem sempre apresenta uma relação direta com a melhoria das condições materiais de vida das classes trabalhadoras. As estruturas socioespaciais passam por diversos processos de transformação qualitativa, que são apropriadas pelas classes dominantes. Esta apropriação lhes permite o controle do processo de produção e reprodução social.

A produção da riqueza no capitalismo se orienta pela lógica segundo a qual quem a produz, se apropria da menor parcela. O desenvolvimento cria e recria novos espaços, e os espaços de uma parte considerável das classes trabalhadoras se tornam espaços degradados e dilapidados. Estes espaços simbolizam um verdadeiro processo de espoliação (KOWARICK, 1993).

Para que o desenvolvimento apresente uma democratização da riqueza socialmente produzida, depende das diversas formas de articulação dos movimentos sociais. A socialização da riqueza depende da capacidade de pressão das classes trabalhadoras sobre as estruturas hegemônicas de poder.

Mesmo porque, no processo de desenvolvimento das forças produtivas, se desenvolvem também os elementos que podem se tornar necessários e suficientes para a superação da realidade exploradora do capital. Mas para que estes se efetivem, é necessário que o processo organizativo das classes trabalhadoras dêem conta de apreender estes elementos.

O “progresso” que resulta do desenvolvimento favorece sobremaneira o processo espoliativo do capital. Sobre a relação entre o processo de espoliação e sua relação com o “progresso” capitalista, Kowarick (1993, p. 85) afirma que:

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama só pode levar a fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que o crescimento da metrópole, também desses locais tenderão a ser expulsos se porventura uma iniciativa política continuar bloqueada.

O progresso como elemento necessário do desenvolvimento capitalista cria uma interdependência entre as melhorias para uma parte privilegiada da população, e um intensivo processo de degradação para uma parcela significativa das classes trabalhadoras.

Esta é uma das formas como o desenvolvimento capitalista se materializa nas cidades. Um contingente enorme de trabalhadores não participa de forma mais ampla do pleno direito à cidade, e os catadores de materiais recicláveis sofrem intensivamente os efeitos deste processo.

No capitalismo, o progresso se apresenta segundo Hobsbawm (2000) como um drama e uma metáfora, desde o momento em que a burguesia assume o controle social da produção. Ele cria um mundo novo em que convivem, vitoriosos e

vítimas. Segundo Hobsbawm (2000), o progresso produz um drama que cria amplas dificuldades para as suas vítimas.

E quem são as vítimas do progresso, senão uma grande parte das classes trabalhadoras. Este drama se expressa na forma como os trabalhadores absorvem e principalmente são absorvidos pelo ritmo do progresso capitalista. A foto 3 mostra um pouco desta realidade, uma moradia de catadores de materiais recicláveis, uma das partes vitimadas do progresso capitalista.

O progresso aparece, como afirma Hobsbawm, como uma forma metafórica de descrever uma realidade que se torna muito penosa para vários segmentos das classes trabalhadoras.



Foto 3 - Parte externa da casa de catador em Anápolis - Goiás
Fonte: FREITAS, César Augustus Labre Lemos de. 2008.

Além disso, para o melhor entendimento da realidade material produzida pelo desenvolvimento capitalista, é de fundamental importância relacionar a sua percepção com os diversos estágios socioculturais.

É necessário também a construção de conceitos que dêem conta de elucidar esta realidade. Isto pode auxiliar na desmitificação de ideias que pretendam se estabelecer como hegemônicas, e como únicas formas de construção da realidade.

Esta hegemonia das ideias se expressa como mitos, ou “ideias-força” (CASTRO, 2003, p. 103), que não levam em conta os diversos momentos de organização socioespaciais.

A contextualização histórica do conceito deve identificar na práxis social quais interesses devem ser colocados como prioritários a ser atendidos. A ideia de desenvolvimento se apresenta como resultado de uma dinâmica das classes dominantes de acordo com Marx e Engels (2001).

Entretanto, mais do que em qualquer outra formação social, o capitalismo é permeado de contradições. Estas contradições para serem “resolvidas” precisam confundir aparência com essência (o que representa exatamente a metáfora do progresso). É preciso então entender que o desenvolvimento constrói uma realidade social reificada, o que não permite compreender o movimento real da sociedade.

E o conceito de desenvolvimento da forma como é hegemonicamente proposto, faz justamente esconder as contradições da sociedade capitalista, pois o mesmo é colocado como algo “esotérico”. É uma forma de identificar o desenvolvimento como algo que está acima dos interesses particulares de qualquer classe dentro da sociedade capitalista.

A construção de um conceito dominante de desenvolvimento, confunde os interesses particulares de uma classe como um conceito universal ou universalizante que a todo tempo procura dar conta – pelo menos na forma – dos anseios de todos os segmentos sociais. O conceito não distingue que os benefícios materiais se apresentam constantemente de forma desigual, pois o que determina esta dinâmica é a forma como se estabelece o processo de apropriação da riqueza no capitalismo.

Esta noção socialmente produzida, cria um processo de ordenação em que todas as classes passam a ter interesses mútuos. Os processos se estabelecem de forma que os interesses de classe perdem seu significado, perante os interesses globais de uma abstração ganham características concretas²⁴.

4.3 O conceito historicamente construído de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento como elemento não só norteador, mas principalmente como elemento ordenador da vida social, se apresenta ao mundo a partir do final da década de 1940.

O desenvolvimento se apresenta como algo de fundamental importância, na perspectiva de uma ampla democratização do modo de vida da sociedade mundial. O parâmetro está no “progresso” industrial como única forma de vida possível para a existência, procurando eliminar qualquer perspectiva de alternativa não capitalista de desenvolvimento.

Neste sentido Gómez (2005, p. 54) faz uma leitura do processo histórico de construção, do que seria o “mito” do desenvolvimento afirmando que:

No dia 20 de janeiro de 1949, em seu discurso de posse como presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman inaugura um poderoso instrumento de dominação: o “desenvolvimento”. De forma breve, mas contundente,

²⁴Sobre a relação entre o que é abstrato e parece concreto, Marx na Contribuição à Crítica da Economia Política (1977, p. 15) afirma que “ Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia a partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc. Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população - desta vez não teríamos uma ideia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações”. Tomar a noção de desenvolvimento sem se preocupar como este processo possa ser estabelecido de acordo com os interesses de cada classe social, é criar um falseamento da realidade, pois estaríamos confundindo os interesses de classe com o interesses de toda a população.

Truman estabelece os fundamentos de um instrumento que reforçará as estratégias de controle social existentes e estabelecerá uma nova geografia política: a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; a consolidação de um modelo de “desenvolvimento” à imagem e semelhança dos países desenvolvidos, que os subdesenvolvidos deveriam seguir; e, a direção de todo o processo nas mãos dos organismos internacionais de controle (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, etc.), dominados pelos países desenvolvidos (com os Estados Unidos na frente). De forma resumida, esses fundamentos, que aquele discurso seminal propunha, ainda hoje conformam as bases do mito/espectro/crença do “desenvolvimento”. Hoje, meio século depois, o discurso do “desenvolvimento” mantém sua capacidade para impor-se como descrição e desejo do “melhor mundo possível”, a fim de aglutinar os anseios de aumento da qualidade de vida, e a prática do “desenvolvimento” se mantém diretamente sob a hegemonia dos países centrais, ou mediante políticas de “desenvolvimento” implementadas pelos organismos internacionais de controle. No entanto, durante esse tempo, a mensagem de fé absoluta no capitalismo, que subjaz às estratégias de “desenvolvimento” e ao tipo de controle a que este se associa, precisou de contínuas reformulações em virtude dos fracassos e mudanças que foi acumulando no contexto socioeconômico.

Para Gomez (2005), além de se apresentar como fracasso na perspectiva de qualquer melhoria social, o desenvolvimento nos moldes capitalistas se apresenta também como forma de controlar a ordem social.

Segundo Gomez (2005, p. 57):

O “desenvolvimento”, fracassado como instrumento de melhora social consolida-se como instrumento de controle, num momento em que esse controle caracteriza-se por seu domínio de técnicas sutis, pela modulação de intensidades, pela economia de meios, pela construção de um discurso opaco e freqüentemente tergiversador, que utiliza uma ideia como a de “desenvolvimento”, relacionada com melhora e progresso, para promover a reprodução da ordem social capitalista, que restringe esses efeitos positivos para uma minoria.

As várias interpretações sobre o processo de desenvolvimento capitalista foram precedidas de estratégias políticas, econômicas e sociais; que permitissem a superação da situação denominada de subdesenvolvimento. A crença no desenvolvimento foi de fundamental importância para o avanço do capitalismo.

Diversas interpretações foram dadas no sentido de garantir uma estabilidade, que criasse as condições necessárias e suficientes para o estabelecimento dos padrões de desenvolvimento. Estes padrões são fundamentais para reproduzir a acumulação capitalista.

Acumulação de capital que significa também uma intensificação do grau de exploração e miserabilidade das classes trabalhadoras (MARX, 1988b). Não se pode desconsiderar também que algumas melhorias pontuais se estabelecem com o processo de desenvolvimento. Mas não servem de contraposição ao processo de exploração, que é a base do capitalismo enquanto formação social.

A superação do subdesenvolvimento parte do entendimento da realidade como dual. Segundo Oliveira (2003) e Santos (1978), em uma expressiva crítica a esta forma de teorização, definem que existe a contradição, mas não o antagonismo entre moderno e atrasado. São fenômenos que se estabelecem de forma interdependente e complementares entre si.

Oliveira (2003, p. 33) afirma que:

Em raríssimos casos – dos quais os mais conpíscuos são México e Peru –, trata-se da penetração de modos de produção anteriores, de caráter “asiático”, pelo capitalismo; na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina forma criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica [...] toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema se transformou assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.

Esta afirmação só vem corroborar a ideia de que o desenvolvimento não se apresenta nem de forma universal, nem mesmo como forma a superar uma possível situação de “atraso”. Este aparece como forma de garantir e perpetuar alguns “atrasos” na sociedade capitalista.

Reforçando a crítica ao antagonismo entre moderno e atrasado Santos (1978, p.18- 19) argumenta que:

Para os paladinos da tese do dualismo, a sociedade assim como a economia estariam divididas em dois setores: um, moderno, aberto às transformações baseadas na modernização e outro, tradicional, incapaz de assimilação e participação [...]. Em primeiro lugar, não há setor propriamente tradicional. Toda a economia e toda a sociedade estão penetradas por elementos de modernização, se bem que em diferentes níveis quantitativos e qualitativos. Em seguida, não se pode considerar os dois setores como se fossem separados, independentes ou autônomos. É antes a modernização, pela forma que assume em pleno período

tecnológico; que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade.

A modernização econômica da sociedade seria então uma consequência da produção dos setores atrasados, ou mesmo, das formas atrasadas que se materializam no cotidiano das grandes cidades. A presença de carrinheiros sujos e maltrapilhos nas ruas, recolhendo os resultados do desenvolvimento – o “lixo” – em contraposição aos ritmos modernos da sociedade burguesa.



Foto 4 - Modernidade x atraso nas moradias urbanas

Fonte: FREITAS, César Augustus L.L. de. 2008.

Neste sentido, Roberto Schwarz prefaciando Oliveira (2003, p. 21) afirma que “Assim, os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforo não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização.” Análogo a isto, é a situação dos catadores de rua, que são resultado direto da forma como a modernização capitalista se estabelece, e as formas de “atraso” que ela mesmo cria. As residências destes trabalhadores se contrastam de forma contundente com o resto do espaço da cidade capitalista (Foto 4).

Realidades que estão próximas e distantes. Estão próximas fisicamente, e distantes como resultado das desigualdades produzidas. Estas realidades são resultado não do antagonismo entre estruturas modernas e atrasadas, mas sim de estruturas que se completam na dinâmica urbana do capitalismo.

É uma dinâmica urbana que representa o quanto os catadores estão “envolvidos” com o material que coletam. A foto 4 mostra uma “residência” de catadores feita com o “lixo” que coletam nas ruas. Isto cria uma “sinergia” do catador com a atividade de seu trabalho. Os “atrasos” produzidos nos espaços urbanos estão em consonância com as formas modernas assumidas da dinâmica social capitalista.

4.4 As limitações que o desenvolvimento capitalista impõe ao bem-estar das classes trabalhadoras

Como afirmar que uma sociedade numa fase ascendente do ciclo há estagnação, ou seja, que a economia não está se desenvolvendo? Mesmo sob o ponto de vista especificamente da economia, as decisões tomadas coletivamente têm como fundamento, ações que danificam o ambiente, os relacionamentos sociais e culturais, como também as condições econômicas e climáticas.

Não podemos esquecer também que as propostas de desenvolvimento sempre vão passar por recortes territoriais específicos. Não podemos deixar de lembrar Gomes (2001), quando afirma sobre a importância da organização do território como forma de ordenar as relações sociais.

Gomes (2001, p. 136) afirma que:

Isto corresponde a dizer que o território é um conceito que atua como uma das chaves de acesso à interpretação de práticas sociais circunscritas a uma dada porção do espaço. O território é o limite dessas práticas, o terreno onde elas se concretizam e, muitas vezes, a condição para que elas existam.

O desenvolvimento capitalista se apresenta como um conjunto de técnicas que tem como objetivo a modernização do território (SANTOS, 1996b) e diante disso, como as relações socioespaciais são transformadas. São também por elas transformadas numa relação dialética, em que é de fundamental importância a transformação do ambiente e definições de novas configurações territoriais.

Estas seriam definidas pela “constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também os recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for” (SANTOS, 1996a, p. 75). Se apresentam como um conjunto de objetos técnicos, que representam sem dúvida alguma a organização imposta pela modernização capitalista.

Para entender a atualidade deste processo, precisamos nos reportar ao capitalismo em sua dinâmica mais recente. Uma série de reestruturações têm sido impostas em todas as partes do mundo. É uma reordenação socioeconômica que tem como base a imposição de padrões flexíveis de comportamento (HARVEY, 1992). É uma reconstrução dos modos de vida que devem mais do que nunca se submeter à lógica hegemônica do mercado.

A partir da leitura de Benko (1996) e Harvey (1992), podemos citar algumas características deste processo:

“Crise” do Fordismo enquanto elemento de organização produtiva e ordenação social, permitindo a construção de novos paradigmas que dêem seqüência ao processo de acumulação capitalista.

- a) Existe uma reordenação do pacto fordista que sustenta os trinta anos gloriosos que seria basicamente uma modalidade de aprofundamento das relações capitalistas, baseada principalmente na intensificação da exploração da força de trabalho. Entretanto, isto não elimina a forma produtiva baseada na linha de produção;

- b) Um novo pacto de classes ou “bloco hegemônico de classes” segundo Benko (1996), que coopta elementos da pequena burguesia;
- c) Necessidade de desvalorizar a força de trabalho (Momento de garantir a quebra de todos os entraves a liberdade de mobilidade da força de trabalho);
- d) As grandes corporações estabelecem novos padrões de economias de escala com objetivos de reverter a tendência na queda de produtividade e taxa de lucro;
- e) A emergência de práticas flexíveis que substituem a organização verticalizada do fordismo;
- f) Na transição a dinâmica espacial se baseia em três setores: Indústria de alta tecnologia, economia de serviços (Metrópoles) e atividades artesanais;
- g) Crise estrutural do modelo, principalmente com relação ao esgotamento da capacidade do Estado em financiar o processo de reprodução sócio-espacial;
- h) O fordismo como modo de regulação deve ser entendido menos com um processo de produção em massa e mais como um modo de vida total;
- i) Novo regime de acumulação e a economia espacial a partir dos novos paradigmas;

- j) A importância da proximidade espacial (horizontalidades) dá lugar a uma nova interatividade integrada verticalmente (verticalidades);
- k) Reordenação territorial cria uma fluidez no processo produtivo ao mesmo tempo em que define uma fluidez dos espaços. Diante disso, é construído um novo padrão territorial;
- l) Conceito de flexibilidade: horizontalização nos processos de trabalho, apropriação das competências e habilidades da mão de obra. Isto significa uma nova forma de gestão social do trabalho que faz com que o trabalhador se sinta “valorizado” e “importante” dentro do processo produtivo. Existe também um rompimento com a divisão sócio-espacial e técnica do trabalho proposta pelo fordismo;
- m) Mutações na produção e geografia: nova divisão do trabalho e intensificação do processo de comunicação. Quanto a Geografia é de fundamental importância o aparecimento de novos espaços de investimento, principalmente com a queda do bloco soviético;
- n) Mundialização: Expansão global da relação social capitalista;
- o) Devemos entender os pressupostos da mundialização como a interconexão global e local da exploração capitalista: O local deve se organizar endogenamente para se inserir na competição global. Por isso surge a força de perspectiva do desenvolvimento regional (Macro) para o local (Micro);
- p) Mobilidade do capital (rotação do capital) – Movimento de fragmentação ou desconcentração produtiva (na busca de vantagens comparativas, principalmente com relação ao valor da força de

trabalho) centralização do controle (formação de vastas estruturas de controle em nível global);

Todas estas reestruturações são induzidas por uma agudização dos processos de crise. Deve ser levado em conta, o esgotamento do modelo que deu suporte ao crescimento da economia mundial no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970.

As contradições do modelo tem se acirrado e diante disso se tornou necessário a imposição também de um reordenamento político e social. Existe a cooptação de setores que até então se mostravam resistentes ao avanço dos padrões de comportamento capitalista.

É uma nova estrutura societária que Harvey (2004a) define como a formação de diversas paisagens geográficas do capitalismo. Estas servem sobremaneira como forma de desviar o debate do conflito maior, ou seja, o da luta de classes. Esta se apresenta como um elemento ultrapassado que não consegue dar conta da nova realidade deste estágio da humanidade.

Como suporte a esta ideia, surge a concepção de que a própria crise no capitalismo seria um aspecto que poderia ser superada pelo consenso social. Mas segundo Lessa (2002), estas ideias da facilidade de superação da crise do capitalismo são elementos não tão novos assim.

Sobre esta questão Lessa (2002, p. 107) afirma que:

Lembremos que não são exatamente uma novidade teorias que procuram tornar mais palatável a atual crise estrutural do capital. Já na década de 1970 muitos pregavam que ela não duraria mais do que alguns meses e, logo em seguida, uns pouquíssimos anos. Mario Henrique Simonsen e Delfim Neto, os mandarins da economia do Brasil à época, não se cansaram de repetir que as turbulências seriam passageiras. Ao contrário das suas previsões, o aprofundamento e a extensão da crise tornaram inegável a alteração dos eixos do capitalismo mundial. Henry Kissinger foi o principal arauto do deslocamento da "bipolaridade" da Guerra Fria para a "multipolaridade" da "détente" entre EUA/URSS e da ascensão da China, Mercado Comum Europeu e Japão (com os seus "Tigres Asiáticos") na economia e na política mundiais. Ao invés da estabilidade à Metternich prevista por Kissinger, contudo, as crescentes tensões da "nova ordem

mundial" reduziram suas ideias a *flatus vocis*. Foi precisamente neste contexto que duas novas "interpretações otimistas" para a crise foram anunciadas, sempre com a previsão de que um período próspero se encontrava na próxima esquina. A primeira, generalizava indevidamente uma interpretação equivocada do Mercado Comum Europeu: a superação da crise dar-se-ia pela constituição de "blocos" que eliminariam as fronteiras nacionais e os entraves à livre circulação de mercadorias e de força-de-trabalho. A segunda "interpretação" otimista, a seu tempo tão popular quanto a anterior, foi a febre japonesa. A superação da crise e o crescimento econômico seriam decorrentes da adoção do "modelo japonês". Algumas das variantes dessa tese viam na robótica o "fim do trabalho" no sentido lato desta expressão; outros entendiam por "fim do trabalho" o fim do emprego com carteira assinada e com alguma estabilidade – uns e outros, contudo, viam no "fim do trabalho", o requisito a um novo período de crescimento econômico que deixaria para trás as mazelas do trabalho operário taylorizado. Tais interpretações otimistas, além de equivocadas, fazem, ao fim e ao cabo, um elogio da crise. Isto é, justificam-na como a passagem dolorosa, porém indispensável, à prosperidade econômica. A crise seria, por isso, fundamentalmente positiva, pois indispensável à remoção dos entulhos ao pleno desenvolvimento. A desumanidade do desemprego, a crescente periculosidade na produção e no consumo, a miséria de continentes inteiros e, por fim, o desequilíbrio ecológico, todos estes problemas (e mais alguns outros) nada mais seriam que o preço a ser pago para a passagem à prosperidade.

A forma hegemônica de pensamento se constitui então como a busca de alternativas conciliatórias para a superação dos momentos de crise. Os pactos socialmente estabelecidos entre os diversos grupos sociais, permitiriam uma maior democratização nas tomadas de decisões.

O “momento neoliberal”²⁵ reforça os princípios democráticos burgueses, como forma socialmente necessária e suficiente de emancipação humana. As ideias de desenvolvimento econômico, democracia, igualdade étnico-racial passam a tomar conta da cena sociopolítica da sociedade mundial. Qualquer discurso ou prática que se contraponha a esta dinâmica, são considerados atrasados e retrógrados. Uma

²⁵O uso do termo entre aspas é para deixar evidente que o neoliberalismo, como forma de ordenação do capitalismo é menos importante do que se coloca. Isto porque este processo não tem nada de novo, mas apenas um elemento de ajuste do capitalismo na transição do século XX para o século XXI. É preciso afirmar inclusive que as forças ditas “progressistas” no seio da moderna socialdemocracia (principalmente as forças de centro-esquerda que assumiram os diversos governos na América Latina e grande parte dos intelectuais) dão uma importância muito maior do que o tema merece.

ideia do crescimento como forma substancial da existência humana passa a ser o norte das políticas implementadas.

Sobre este processo de construção ininterrupta do crescimento, Harvey (2005, p. 130) faz a seguinte abordagem:

A continuidade da circulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas. Isso ocorre porque o valor das mercadorias produzidas no final da seqüência (C') é maior que o valor das mercadorias absorvidas na produção (C). Esse aumento no valor é capturado sob a forma monetária do lucro (Dm). Portanto, uma economia capitalista “saudável” é a que apresenta um índice de crescimento positivo. Quanto mais próxima do estado de estagnação (sem falar de declínio real), mais não saudável se considera a economia. Isso se traduz na ideologia do crescimento (“o crescimento é bom”), independentemente das conseqüências ambiental, humana e geopolítica.

Um fundamentalismo de mercado, passa a ser o elemento determinante na ideia e na condução da vida das pessoas. É uma sociedade onde tudo e todos devem se vincular de forma incondicional a lógica mercadológica.

Segundo Freitas, Silva e Xavier (2006, p. 181-182):

O mercado passa a ser assim um elemento fundamental na dinâmica social, dinâmica esta baseada no utilitarismo social em que todos os atos se pautam na definição de alguma utilidade na maximização das oportunidades. Não vale a pena estudar, se divertir, envelhecer se nestas atividades não tivermos como fundamento maior a nossa inserção na dinâmica da empregabilidade ou melhor do empreendedorismo social, eliminando assim qualquer vestígio de que algum dia existiu classe trabalhadora ou mesmo a luta de classes. Vivemos então uma completa alienação da realidade vivida ou mesmo uma total fetichização do movimento real das coisas o que nos conduz a um verdadeiro processo de anomia social.

O entendimento da realidade se estabelece a partir de uma relação fetichizada. A existência só ganha sentido para quem é participante da dinâmica social de produção de mercadorias. Esta dinâmica encobre a percepção de que a relação entre os homens, se torna submetida a relação entre coisas.

Segundo Marx (1988a, p. 71):

O misterioso da forma mercadoria, consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.

Diante disso, os desequilíbrios socioespaciais se apresentam como resultado de falta de políticas públicas que potencializem a integração dinâmica do território ao processo de modernização. Esta se baseia no crescimento do produto, (e não como resultado direto de uma relação social que reduz os homens a portadores de valores de troca) emprego e renda, como resultado direto da retenção de uma maior parte do excedente.

A superação das desigualdades e conseqüente desenvolvimento, seria resultado da adoção de vários mecanismos de atração do capital. Dentre eles, podemos citar uma agressiva política de incentivos fiscais como forma mais eficaz de dinamizar os espaços.

Este processo, denominado por Santos e Silveira (2001) como “guerra dos lugares”, é uma política extremamente prejudicial para o local. Os autores afirmam que “como um capital globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido”.

“O lugar, deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento” segundo Santos e Silveira (2001, p. 116). Seria a submissão completa aos interesses da acumulação capitalista, baseada em uma prática que Harvey (2004b) denomina de “A coerção consentida”.

O desenvolvimento surge como resultado direto do processo de modernização capitalista do território (SANTOS, 1996b). Este está inserido em uma nova divisão regional do trabalho, que cria as condições ideais que permitam novas formas de acumulação capitalista (COHN, 1976; OLIVEIRA, 1993).

Pode ser pensado também em uma dinâmica de reformulação das estruturas locais, que Santos (1996b) denomina como resultado da implantação de um meio técnico-científico-informacional. Esta reformulação contribui sobremaneira para a formação de desigualdades, pois segundo Santos (1996b), este processo não acontece de forma homogênea nos espaços.

Estas ideias consideram que os desequilíbrios são consequência do processo de modernização capitalista e não superados por este. A formação dos desequilíbrios obedece a dinâmica da lei do desenvolvimento desigual e combinado entre os espaços, denominado por Harvey (2004a) de “Desenvolvimentos Geográficos Desiguais”. Os territórios são utilizados conforme as necessidades de ajustes espaciais do capital (Harvey, 2005).

Existe uma relação entre a perspectiva do desenvolvimento socioespacial no capitalismo e o aumento das disparidades, como “o sinal do movimento diferencial da acumulação” (Oliveira, 1993, p. 78). Significa que a intervenção do Estado, como forma de garantir a redução das disparidades seria mera figura de retórica. O planejamento não teria a condição de eliminar ou superar as contradições decorrentes do processo de acumulação (OLIVEIRA, 1993; SANTOS, 2003).

O desenvolvimento pode ser pensado como resultado direto da acumulação, o que indica uma apropriação não eqüitativa da formação do excedente. Quanto maior a formação do excedente, mais se intensifica o empobrecimento das classes trabalhadoras.

Neste sentido, Marx (1988b, p. 201) afirma que:

A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.

Desenvolvimento então, teria relação direta com o crescimento do excedente, como resultado de uma intensificação da produção da mais-valia social.

O reflexo aparece na atual precarização socioespacial. São populações inteiras vivendo um intenso processo de degradação em várias partes do planeta.

O desenvolvimento também pode ser entendido como as mudanças estruturais nos espaços, o que implica também novas relações de poder (IANNI, 1989). Isto de certa forma contrasta também com a tese cepalina, de distribuição eqüitativa do excedente formado, criando não só a diversificação da estrutura produtiva, mas também o crescimento do mercado interno.

Não significa dizer que o modelo de desenvolvimento adotado no período compreendido entre 1945-1973, não tenha trazido melhorias nas condições materiais de sobrevivência das classes trabalhadoras. O capitalismo ainda mantém trabalho não como função prioritária para o atendimento das necessidades humanas, mas necessidades de reprodução do capital.

Sobre isto, Marx (1988b, p. 179) afirma que “As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista”, ou também que, “Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado” (MARX, 1988, p. 182).

Harvey (2004a) considera também que apesar das mudanças quantitativas ocorridas no capitalismo ao longo do século XX, o mesmo mantém ainda as mesmas qualidades de sua origem.

Neste sentido, Harvey (2004a, p. 97-98) afirma que:

Embora, todos reconheçam, creio, as mudanças quantitativas ocorridas, o que de fato precisa ser debatido é se essas mudanças quantitativas são, quando consideradas em seu conjunto, pronunciadas e sinérgicas o bastante para nos levar a uma era qualitativamente nova de desenvolvimento capitalista que requeira uma visão radical de nossos conceitos teóricos e de nosso aparelho político (para não mencionar nossas aspirações).

A retórica utilizada nos parágrafos anteriores, tem como objetivo dar sustentação a tese de que o desenvolvimento capitalista garante algumas conquistas materiais. Não pode deixar de ser citado que estes ganhos só ocorrem se não entrarem em choque com os ganhos do capital.

Esta leitura entende os territórios como mais flexíveis, se vinculando ao novo modelo de gestão imposto pelo binômio neoliberalismo/globalização. Esta nova estrutura, se comporta de forma a criar as melhores condições para atrair os diversos fluxos produzidos na “sociedade em rede” (CASTELLS, 2002).

Este novo momento é considerado por alguns, dentre eles Castells (2002), como uma nova forma de organização espaço-temporal, onde os “espaços de fluxos” substituem os “espaços de lugares”. Esta análise apresenta a nova realidade de ordenação espacial, como totalmente flexível e dependente cada vez menos dos referenciais fixos do território.

Existe uma superestimação do papel das redes em detrimento da estrutura territorial, embora esta continue tendo um papel decisivo no atual contexto socioespacial (SANTOS, 2005).

A nova estrutura produz também uma “compressão espaço-temporal”, que intensifica a alienação do tempo e espaço, e conseqüentemente a percepção que os lugares se tornam mais voláteis e ao mesmo tempo mais descartáveis. Por isso, Mészáros (2002) entende que existe uma relação intensa entre o atual estágio do desenvolvimento capitalista e o aumento da produção de “lixo”. A ideia de reciclagem se torna mais um elemento de retórica do que capaz de se contrapor a este processo de descarte.

Neste sentido, Harvey (1992, p.219) define esta compressão espaço-temporal “como processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”.

Deve ser considerado o atual momento de reconfiguração socioprodutiva porque passa o capitalismo, o que influencia consideravelmente na forma como se estrutura as relações de poder. É resultado direto de como as forças sociais se apropriam do tempo e espaço (HARVEY, 1992). São as novas formas de apropriação espaço-temporal, que vão dar o significado das transformações que acontecem de forma intensa, principalmente nas cidades.

4.5 A situação das classes trabalhadoras: os catadores de materiais recicláveis como expressão da dinâmica exploradora e predatória no capitalismo.

As formas sociais decorrentes da organização produtiva da sociedade passam por vários estágios. Sem cair no equívoco determinista, pode-se afirmar que são constantemente repetidas nos vários estágios do capitalismo, em momentos e lugares diferentes.

Um exemplo claro para isso é dado na descrição que Engels (1985) faz das condições de ocupação do espaço das classes trabalhadoras nas cidades inglesas, nos primórdios da primeira Revolução Industrial. Apesar das mudanças significativas - mas pontuais das condições materiais no século XX (principalmente nos trinta anos gloriosos do capitalismo) - não impediu que o processo de espoliação das classes trabalhadoras se intensificasse (KOWARICK, 1993).

Engels (1988, p. 37) afirma sobre a dilapidação por que passa a classe trabalhadora no auge da revolução industrial inglesa. Uma situação que não difere muito das condições que uma grande parte dos trabalhadores vive na atualidade do capitalismo. Como expressão deste processo, os catadores de materiais recicláveis podem ser citados.

Dado que o capital, a propriedade direta ou indireta das subsistências e dos meios de produção é a arma com que se luta nesta guerra social, é claro como a luz que o pobre suporta todas as desvantagens de tal situação; ninguém se preocupa com ele. Lançado neste turbilhão caótico, tem que se debater como puder. Se tem a felicidade de encontrar trabalho, quer dizer, se a burguesia lhe faz o favor de se enriquecer à sua custa, espera-o um salário que mal chega para o manter vivo; se não encontrar trabalho, pode roubar, se não temer a polícia; ou ainda morrer de fome, em caso que a

polícia velará para que morra de forma tranquila, e nem um pouco chocante para a burguesia (ENGELS, 1988, p. 37).

Os trabalhadores nos lixões tem realmente de se debater como puder, como afirma Engels. A sua sobrevivência depende de um esforço sobre humano para aguentar condições de trabalho, que lhe tiram quaisquer aspectos de humanidade. O “turbilhão caótico” do qual Engels fala está representado nos dilemas e sofrimentos para se manter sobrevivendo, além de perder seu aspecto de humanidade.

A descrição que Engels faz na citação acima pode ser muito bem entendida quando se observa a realidade de uma intensa “guerra social” disputada em diversos fronts no capitalismo. É uma guerra que acontece entre os trabalhadores, pois para sua sobrevivência é necessário se digladiar pelos despojos da sociedade burguesa. Os trabalhadores precisam disputar o refugio produzido pela sociedade para que possam sobreviver.

A afirmação de J. (21 anos, há 11 anos trabalhando na catação em Anápolis), sobre o trabalho no lixão reflete isto:

Aqui no lixão eu chego a tirar no mês por volta de R\$ 1.500,00 e por isso eu não quero e nem vou sair daqui, num adianta nem mandar a polícia. Mas tem um negócio, aqui pra sobreviver tem que ser homem, pois quando o caminhão chega com o material a disputa é feia e quem não entra como vontade não consegue ganhar nada, o cabra tem que ser macho pra ganhar dinheiro aqui dentro (Maio de 2009).

O depoimento deste catador reforça as afirmações de Engels. Apesar dos diferentes contextos temporais, o contexto sociohistórico produzido é o mesmo. Estão inseridos no contexto da formação social capitalista, que não consegue existir sem a criação de uma situação caótica para os trabalhadores.

A realidade dos catadores mostra também o quanto são penalizados em seu processo de trabalho. Fazem parte de uma ordem social que produz uma desordem na existência destes trabalhadores, um processo de penalização constante e contínua.

A foto 5 mostra o momento em que o caminhão que recolhe o lixo na cidade de Anápolis, chega ao lixão. É um momento onde existe uma grande disputa pelo material, pois é exatamente a capacidade de cada um de vencer ou não a disputa pelo material, o que lhe garante um melhor rendimento.



Foto 5 - Trabalhadores disputando material no lixão de Anápolis - Goiás
Fonte: 15 Promotoria de Justiça da Comarca de Anápolis. 2009.

Em outra passagem, muito se assemelha a situação que os catadores enfrentam em seu cotidiano de trabalho para garantir sua precária sobrevivência.

Reforçando as afirmações de J., Engels (1988, p. 36-37) afirma que:

Em toda parte, indiferença bárbara, dureza egoísta, de um lado, e miséria indestrutível, por outro, em toda parte, guerra social, a casa de cada um, em estado de sítio, em toda pilhagem recíproca com cobertura da lei e tudo com um cinismo e uma franqueza tais que nos assustamos com as consequências da lei e com as consequências do nosso estado social, tais como aqui nos aparecem na sua nudez e que já nada nos espanta, exceto que este mundo louco ainda não tenha se desmembrado.

A realidade se transforma em uma guerra de indivíduos contra indivíduos. É um modo de perceber a realidade, como se todas as relações tivessem origem no indivíduo e não no corpo coletivo da sociedade. Marx (1977) considera isto como “parte das ficções pobremente imaginadas do século XIX”, ficções estas que contribuem de forma significativa para desviar o foco das atenções. Um problema que é resultado direto da formação das desigualdades no capitalismo, para que as próprias vítimas se assumam como culpados.

Ao se falar em sociedade, não quero imputar também a responsabilidade a um coletivo abstrato (MARX, 1977), mas sim como uma coletividade que se expressa no tempo e no espaço.

Como forma de corroborar esta ideia me utilizo da assertiva de Engels (1988, p. 153) quando o mesmo afirma que:

Quando falo em sociedade, aqui e noutros locais, enquanto coletividade responsável com os seus deveres e direitos, deduz-se que quero falar do poder da sociedade, ou seja, da classe que atualmente possui o poder político e social, e que portanto também é responsável pela situação dos que não participam do poder. Esta classe dominante é na Inglaterra como nos outros países civilizados, a burguesia. Mas é desnecessário demonstrar aos meus leitores alemães que a sociedade e portanto a burguesia têm o dever de proteger cada membro da sociedade pelo menos na sua simples existência, velar para que ninguém morra de fome.

Este processo de construção de uma culpabilidade abstrata são necessários, pois desvia o foco de que a situação da pobreza é também resultado de uma situação de classe.

A foto 6 mostra alguns trabalhadores que atuam no lixão de Anápolis, usando um rio que passa próximo do lixão para a sua “higiene” diária. Esta situação está muito próxima também do que Engels (1988, p. 64) demonstra na Inglaterra do século XIX quando afirma que “Como se pode querer que as pessoas se lavem quando não possuem nas proximidades senão as águas sujas do Irk, e quando as canalizações e as bombas só existem nos bairros decentes?” O autor, ao terminar a frase com ideia de decência, que está relacionada com a condição que os pobres

em muitas das grandes cidades estão fora dos padrões de decência impostas pela ordem burguesa.



Foto 6 - Trabalhadores em seu processo de “limpeza”

Fonte: 15 Promotoria de Justiça da Comarca de Anápolis. 2009.

A “sujeira” em que vivem e com que convivem é um elemento necessário para sua sobrevivência, ou seja, para que possam sobreviver devem estar sempre “sujos”. Isto contrasta com a ideia proposta por Smith (1988) quando o mesmo afirma que pela lógica do mercado, os trabalhos mais difíceis e sujos seriam aqueles que necessariamente ofereciam uma melhor remuneração, pela dificuldade em atrair trabalhadores.

A realidade do “mercado de trabalho” capitalista demonstra o contrário, pois em algumas atividades como a catação de materiais recicláveis são aquelas em que os rendimentos tem sido os menores (em média R\$ 200,00 mensais). Estes trabalhadores são em sua grande maioria rejeitados por outros setores, como afirma D. (41 anos, há 3 trabalhando como carrinheiro em Goiânia):

Eu sou pedreiro, tenho vontade de voltar a trabalhar como pedreiro, mas como não tenho casa e moro no carrinho, onde eu paro, eu durmo, não tem como eu arrumar emprego, mas eu tenho profissão, mas eu não posso mentir (Abril de 2009).

Trabalhadores rejeitados por outros setores de atividades muitas vezes não tem nem endereço, como é o caso deste trabalhador. Ele afirmou morar em seu carrinho, pois segundo ele não tem condições de pagar aluguel com o rendimento obtido na atividade de catação.

Os trabalhadores no lixão disputam o material não só entre si, mas também com outros animais (Foto 7), o que deixa evidenciado mais uma vez uma condição não só sub humana, mas também uma condição de refugio social, como situação de lumpem, conforme argumentado no capítulo 3.

Além disso, as pessoas envolvidas neste trabalho, não só no lixão, mas também nas ruas das cidades se apresentam como verdadeiros farrapos humanos. Estes trabalhadores se contrastam com o resto da cidade pela sua aparência e pela atividade que executam. A situação de lumpemproletariado aqui merece algumas considerações.



Foto 7 – Convivência de Homens e animais no Lixão de Anápolis – Goiás
Fonte: FREITAS, Cesar Augustus L.L. de. 2008.

Em primeiro lugar, isto pode ser caracterizado como um elemento importante de redução da perspectiva de vida destes trabalhadores. Os mesmos estão sujeitos a uma série de contaminações – isto não só por trabalharem desprovidos de equipamentos de segurança – mas inclusive por se alimentarem muitas vezes do material encontrado no “lixo”.

Sobre esta situação, R. (32 anos intelectual vinculado ao MNCR) afirma que “Quando ia em reuniões com o pessoal do lixão em Aparecida de Goiânia, o pessoal quando ia para trabalhar falavam que iam para o shopping, pela quantidade de material que eles aproveitavam para consumo próprio” (Junho de 2009).

Além disso, J. (21 anos, trabalhando na catação há 11 anos e há três no lixão de Anápolis) afirma que “ Uma das vantagens de estar no lixão é que o dinheiro que a gente recebe é livre de algumas despesas, porque tem muita coisa que a gente acha por aqui mesmo” (Maio de 2009).

Um segundo elemento a ser considerado é o fato de que estes trabalhadores ficam desvinculados e desligados inclusive da própria cidade. A reportagem a seguir, mostra uma relação de rejeição da cidade com estes trabalhadores.

É difícil imaginar que o centro de Goiânia esconda tanta miséria. No local que ficou conhecido como invasão da linha de trem — que fica em um vão onde um trecho da linha do trem de ferro foi desativada, moram cerca de 15 famílias. Moram no sentido de viver, não de ter moradia. São pessoas que sobrevivem daquilo que a cidade expurga — o lixo. Eles próprios foram expulsos da sociedade, como é o caso da ex-doméstica Maria da Conceição Barbosa da Silva, de 31 anos, que há cinco meses vive com seus quatro filhos na invasão — Elaine, de 6 anos; Naison, de 8; Natanael, de 10, e Natália, de 13 (BAHIA, Julho de 2009).

A reportagem denota um caráter de desalento dos catadores, pois apresenta uma situação de desprezo da cidade por estes trabalhadores. As considerações sobre a situação dos catadores pode ser considerada como o aspecto criminoso da sociedade definido por Engels (1988). São condições impostas e vividas pelas classes trabalhadoras, que servem de analogia com as situações com que estão sendo descritas neste trabalho.

Segundo Engels (1988, p. 115):

Quando um indivíduo causa a outros danos que lhe provocam morte, chamamos ao seu ato um assassinio. Mas quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam necessariamente expostos à morte prematura e anormal; a uma morte tão violenta como a morte pela espada, ou a bala; quando retira a milhares de seres os meios de existência indispensáveis, impondo-lhes outras condições de vida com as quais lhes é impossível subsistir; quando os constrange, com o forte braço da lei, a permanecerem nesta situação até que a morte surja, o que é a consequência inevitável disso; quando sabe, quando está farta de saber, que estes milhares de seres serão vítimas dessas condições de existência, e contudo as deixa persistir, então é de fato um assassinato, idêntico ao cometido por um indivíduo, só que neste caso, mais dissimulado, mais perverso, um assassinato do qual ninguém se pode defender, porque não parece um assassinato porque o assassino não se vê, porque o assassino é toda gente e não é ninguém, porque a morte da vítima parece natural, e o pecado é cometido mais pela ação do que pela omissão.

Esta forma de assassinato pode muito bem ser evidenciado para os catadores, pelas suas condições de trabalho e de uma existência sub-humana. Quando Engels faz a relação entre ação e omissão, a grande questão não está exatamente na falta de investimentos no setor que gerem emprego e renda, ou mesmo na “melhoria” das condições de trabalho (estímulo à formação de cooperativas ou oferecimento de cursos de capacitação que “qualifique” melhor esta força de trabalho). A crítica se estabelece na forma como os empregos são gerados no capitalismo e mais especificamente no setor de reciclagem.

Como uma forma de crítica às propostas de qualificação do SEBRAE, E. (33 anos há 4 trabalhando na catação e militante do MNCR em Goiânia) afirma que:

Até hoje o SEBRAE falou e falou e não deu resultado não. Eles devem falar menos e agir mais. Na verdade no lugar de ficar ensinado a como fazer a reciclagem o que eles deviam ensinar é ao catador como ser cidadão (Junho de 2009).

Existe portanto uma descrença e resistência de alguns setores das classes trabalhadoras às propostas de qualificação como forma de inserção no mercado. Este processo de qualificação da força de trabalho pode ser visto também como uma forma de adestramento ou controle social (THOMAZ JÚNIOR, 2000).



Foto 8 - “Residência” de um morador do lixão de Anápolis - Goiás
Fonte: FREITAS, Cesar Augustus L.L. de. 2009.

A foto 8 apresenta uma realidade muito comum nos lixões, pois alguns dos catadores ficam praticamente durante toda a semana no local, sujeitos as piores condições. O frio e principalmente a falta de higiene os deixam sujeitos a todos os tipos de infecções e doenças. Mesmo os catadores que trabalham nas ruas, não conseguem obter avanços significativos em suas moradias (Foto 9).



Foto 9 - “Residência” numa área de risco no bairro em Anápolis – Goiás
Fonte: FREITAS, Cesar Augustus L.L. de. 2008.

A descrição que Engels faz das ruas das cidades britânicas no Século XIX, são análogas à realidade dos bairros em que os catadores sobrevivem. A diferença é que agora não se constituem em bairros de operários industriais, mas sim de trabalhadores que se encontram em situação de lumpemproletariado. A sua situação material, não permite que abandonem a perspectiva imediatista para garantir sua sobrevivência.

Segundo Engels (1988, p. 38):

Todas as grandes cidades possuem um ou vários “bairros de má reputação” - onde se concentra a classe operária. É certo que é frequente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas em geral, designaram-lhe um lugar à parte, onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de safar sozinha, melhor ou pior. Estes bairros de “má reputação” são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casa na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com porões habitados e quase sempre irregularmente construídas [...]. Habitualmente as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos.

A descrição das ruas dos bairros operários ingleses no século XIX se assemelha em muito as fotos e descrições apresentadas. São espaços caracterizados por uma extrema precarização da vida de parte das classes trabalhadoras, exemplo comum em várias cidades contemporâneas.

4.6 Espaço urbano e reprodução das classes sociais no capitalismo contemporâneo

A maior complexidade do capitalismo no século XXI se dá com relação à maior diversidade entre as classes sociais, no que diz respeito ao processo de luta e dominação pelo espaço nas cidades. Nas duas últimas décadas, as mudanças no capitalismo afetaram diretamente não só a estrutura econômica, mas também as formas organizativas da sociedade.

Tal luta se estende a vários fronts, e a cidade passa a ser o palco principal dessa disputa. O consumo e a produção do espaço é que servem de

parâmetros para medir o conflito de classes dentro do capitalismo (SANTOS, 1980; LEFEBVRE, 2002; CASTELLS, 2000).

A formação dos lugares também passa a ser resultado de uma integração ao global, pois as cidades e mais especificamente as metrópoles ganham uma centralidade. Castells (2002) denomina este fenômeno de “espaço de fluxos”, considerando principalmente o novo papel desempenhado pela cidade como “meios de inovação” em substituição aos antigos espaços industriais.

Esta análise parte do pressuposto que a hierarquia entre os centros, depende da capacidade que os lugares tendem em atrair e estabelecer a direção para os fluxos na “sociedade em rede” (CASTELLS, 2002). Este processo de hierarquização, origina uma linha argumentativa que defende o aparecimento da cidade global que segundo Castells (2002, p. 470):

[...] não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-a-vis a rede global.

Esta forma de interpretação leva a uma intensa competição entre as cidades. A consequente busca pela competitividade, segundo Harvey (1992, p. 267), é um processo paradoxal, pois afirma que:

Aproximando-se assim do paradoxo central: quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital.

Isto se dá pela capacidade de influência dos organismos internacionais – ou Governo Mundial como afirma SANTOS (2005) – o que cria uma dinâmica que intensifica a degradação social e ambiental de diversas partes do planeta.

É, portanto, no contexto da anatomia da sociedade, em seus aspectos marcadamente estruturais, que a cidade surge como substrato da vida social.

Nesta perspectiva, devemos compreender o processo de urbanização menos como causa do que consequência da modernização econômica do território. Esta forma de urbanização deriva portanto, das novas necessidades de uso do território, no sentido de favorecer o fluxo de mercadorias e atração de capital.

Toda a estrutura desenvolvida a partir do processo de urbanização, tem como objetivo primordial a organização do território. Este deve ser “preparado”, para absorver os processos engendrados pela nova dinâmica econômica.

Uma nova divisão do trabalho é implementada, e as mutações no território vão ocorrendo de forma intensa e rápida. As transformações ocorrem de forma radical, modificando as estruturas socioespaciais vigentes que permitam a implementação eficaz da economia de mercado (LUXEMBURG, 1983; LENIN, 1985; HARVEY, 2004b).

A urbanização como resultado destas transformações no território, traz consigo uma série de consequências negativas para a maior parte das populações locais. O progresso técnico como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, está diretamente ligado ao acirramento da miséria das classes trabalhadoras. O processo de expropriação das classes trabalhadoras acompanha o movimento de modernização capitalista.

A cidade passa a concentrar também o centro de comando político e as funções burocráticas do Estado burguês. Estas funções criadas exercem um papel central na manutenção da exploração do sobretrabalho, gerador de mais-valia (SAES, 1994). O controle político permite criar as estruturas jurídicas e burocráticas, que servem para consolidar e manter a estrutura de exploração social.

As formas de organização das cidades, deve partir do entendimento de como se estabelecem os ordenamentos sociais e políticos dos espaços urbanos. As formas como se configuram as diferentes classes nos núcleos urbanos, permitem a construção de alternativas de apropriação do excedente produzido.

A reestruturação produtiva ocasionou num crescente aumento dos índices de pobreza e indigência nas cidades. As contradições estabelecidas a partir de um

tipo de organização capitalista, intensificam a marginalização de grandes camadas da população, além de acirrar os conflitos entre classes nos espaços urbanos.

É preciso entender então, como as mutações socioespaciais do final do Século XX têm afetado a organização das cidades. Estas mutações se apresentam como resultado direto das novas formas de organização de classes, que se estabelecem nos espaços urbanos.

Existe uma tendência a negação desse processo de oposição de classes, nos debates estabelecidos sobre a organização social das cidades. As tendências apontadas por Ribeiro (2000) indicam que a realidade urbana “é descrita como crescentemente polarizada entre 'ricos' e 'pobres', 'incluídos' e 'excluídos', desaparecendo as oposições de classe como centro da segmentação social” (RIBEIRO, 2000, p. 64).

A partir desses elementos apontados como centrais na estruturação dos espaços, surge uma perspectiva tecnocrática como resposta imediata aos problemas urbanos. Os termos como gestão, planejamento estratégico/ democrático e gerenciamento/empresariamento urbano (HARVEY, 1996; SOUZA, 2002), são apresentados como novas formas de organização e reestruturação dos espaços.

Os objetivos seriam a eliminação dos problemas urbanos, sendo desta forma caracterizados menos como resultado das contradições engendradas pelas formas de acumulação capitalista, e mais como deficiências técnicas e burocráticas das administrações locais.

E como forma de solucioná-los, tem sido propostas medidas gerais que apresentam como princípio básico, à intensificação do planejamento urbano. Este é apresentado como uma forma de racionalizar os espaços e reduzir as desigualdades sociais.

Algumas questões merecem ser elencadas. Em primeiro lugar, até que ponto o planejamento urbano (como instrumento de racionalização capitalista do espaço), estabelece parâmetros de organização que amenizem as contradições de classe?

A resposta a esta questão pode apresentar uma conotação negativa, se for considerado que os dilemas apontados são resultado direto das formas que a acumulação capitalista assume. O planejamento urbano se apresenta diante dessa realidade, como elemento normatizador e racionalizador da acumulação (SANTOS, 2003).

Em segundo lugar, o conceito de cidadania surge como elemento norteador de novas formas de gestão socioespaciais. Entretanto, Gomes (2001) afirma que não dá para entender conceitos de cidadania e democracia sem inseri-los na lógica espaço-territorial.

Marx se refere ao paradoxo da produção do crescimento da produção de riqueza, em detrimento da condição do trabalhador. “Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 1988a, p. 271).

A divisão social do trabalho, estabelece a cidade pós-revolução industrial como uma cidade baseada na separação entre classes sociais (LEFEBVRE, 2001). Divisão social, que segundo Marx aparece como um “meio de exploração civilizada e refinada” (MARX, 1988a, p. 273).

Existe uma contradição que se materializa em grande parte na violência urbana, ultrapassando os limites de civilidade. Surge uma nova forma de contrato social baseada em dinâmicas territoriais fragmentadas (GOMES 2001).

Os grupos que se identificam a partir da sua inserção em territorialidades específicas, se digladiam de forma cada vez mais feroz na disputa pelos espaços urbanos. O uso do espaço é dificultado enquanto consumo social e a dificuldade de acesso à moradia e uso dos equipamentos coletivos é um exemplo desta realidade.

Ao mesmo tempo, existe uma ampliação dos territórios marginalizados. São territórios que favorecem dinâmicas que não se encaixam na dinâmica social dominante, pois constroem dinâmicas próprias.

As transformações resultantes das novas dinâmicas econômicas são mais perceptíveis no espaço urbano, especialmente nas áreas metropolitanas.

Logicamente, as metrópoles constituem-se em "terreno fértil" para a territorialização das novas dinâmicas, por se apresentarem estratégicas à reprodução do capital (maior concentração de capitais, onde já estão localizadas as grandes instituições e empresas: nacionais, multinacionais e transnacionais).

Como resultado, temos a espoliação urbana e a periferização (Singer,1998). Esses dois conceitos são percebidos a partir do prisma de segregação social e residencial aos efeitos da detenção da renda.

A tendência da “espoliação urbana” dá destaque a dimensão política da urbanização, e proliferam os estudos sobre a dupla espoliação sofrida pelas classes populares. A força de trabalho subjugada pelo capital, são cidadãos submetidos à lógica da expansão metropolitana, que lhes nega o acesso aos bens de consumo coletivos.

4.7 A precariedade nas formações socioespaciais e a formação de valor

Os processos de trabalho, e sua desigual evolução no tempo e espaço se dão em um processo contraditório, que apresenta sua concretude na produção espacial. Segundo Santos (1980, p. 161) “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, o que nos leva a refletir sobre o papel do capitalismo na organização de novas relações socioespaciais.

Por outro lado, segundo Moraes (1984) o espaço aparece também como uma condição universal e pré-existente do trabalho. É um processo que demonstra uma constante reelaboração das formas espaciais no decorrer dos processos históricos.

Segundo Moraes (1984, p. 123–124)

Sendo o espaço (e tudo o que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral. A produção sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é condição geral de produção. Daí ele possuir um valor intrínseco, não necessariamente produto do trabalho humano, uma “riqueza natural”.

Daí, também, ele ser o receptáculo fundamental e geral do chamado “trabalho morto”. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento histórico é também uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra. Essa acumulação, que desnaturaliza o espaço vai também complexizá-lo. As desigualdades naturais da superfície da terra, sobrepõem-se as desigualdades de alocação de trabalho.

Esta condição de pré-existência do espaço é um indicador importante para entender a relação entre espaço e processo de trabalho quando Marx (1988a, p. 146) afirma que:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as formas sociais.

O espaço só pode ser compreendido em sua totalidade, se for analisado a partir da conexão entre seus diversos elementos constitutivos. São os diversos tempos de ação que constituem a dinâmica das formações socioespaciais (SANTOS, 1996b).

Mesmo que o “processo de trabalho seja considerado de início, independente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1988a, p. 142), este sofre diversas mutações. Estas se dão de acordo como se dá a organização do processo produtivo, pois para Marx (1988a, p. 144):

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento econômico da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha”. Isto permite identificar que para cada combinação destes conceitos apresentará como resultado uma ordenação espacial diferenciada que tem a ver justamente como as forças produtivas estão espacializadas.

As formações socioespaciais são definidas por Santos (1996b), como resultado da cooperação entre diversos tempos concorrentes (Foto 10). É representada em sua materialidade, por diversos processos de trabalho atuando de forma conjunta (divisão territorial do trabalho). Por isso, não se pode pensar a formação social capitalista como um espaço monolítico, mas sim como um conjunto integrado de processos de trabalho.



Foto 10 - A conexão do espaço da reciclagem com o resto da cidade.

Fonte: FREITAS, Cesar Augustus L.L. de. 2008.

O processo de acumulação permite identificar uma gama de ações, que possuem um caráter intencional. É uma necessária forma de organização, que se estabelece com o objetivo de explorar a natureza de forma produtiva.

Segundo Batista de Deus (2003, p. 31):

O espaço como produto social deve ser analisado como algo criado na relação entre a sociedade e a natureza. É formado à medida em que o homem intervém sobre o meio natural, através de sua experiência acumulada ao longo do tempo. Percebemos que o espaço – estrutura social – ganha significado através da intencionalidade dos grupos sociais, ou ainda, este é o resultado dos processos produtivos que se acumularam ao longo do tempo.

O aspecto produtivo não se dá no sentido de criação de valores de uso socialmente necessários. Mas sim, na apropriação de um excedente que tem origem no trabalho abstrato. É a produção de valor, que submete a produção de valor de uso às necessidades de valorização do capital (MARX, 1988a).

Marx (1988b, p. 184) afirma que:

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo o decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço de trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existente, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão.

Portanto, para entender a formação socioespacial e suas diversas categorias derivadas, dentre elas o território, é necessário partir do conhecimento de quais padrões estabelecem o funcionamento da estrutura social. Estes padrões, derivados diretamente de estruturas pré-existentes, precisam constantemente ser transformadas por processos de trabalho das quais são resultado.

Animais e plantas, que se costumam considerar produtos da Natureza, não são apenas produtos talvez do trabalho do ano passado, mas, em suas formas atuais, produtos de uma transformação continuada por muitas gerações, sob controle humano e mediada pelo trabalho humano (MARX, 1988a, p. 144-145).

O que Marx denomina de processo de trabalho, deriva da organização de um conjunto de técnicas que vão definir uma regulação social sobre a natureza (SANTOS 1996b). É uma dinâmica social imposta à natureza, ou que pode ser

definida também como a construção de uma natureza socializada. O pressuposto da interação entre espaço e sociedade é a relação mediada pelo trabalho e pelas suas formas assumidas nos diversos momentos históricos.

É destas relações e mediações estabelecidas, que podem ser percebidas as diversas formas e usos do espaço, retratadas em seus diversos territórios.

Segundo Santos (1996b, p. 67):

A ação é própria do homem. Só o homem realiza a ação, porque só ele tem objetivo, finalidade [...]. As ações resultam das necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou outra, vão desembocar nos objetos.

Por isso o espaço aparece como resultado de diversas formas, processos, estruturas e funções. A análise do espaço só pode se tornar viável, se tratarmos estes conceitos de forma conectada (SANTOS, 1992). O seu uso e suas funções, também se modificam a partir do desenvolvimento de necessidades sociais específicas. No capitalismo, estas necessidades são norteadas pelos princípios da acumulação.

De acordo com Batista de Deus (2003, p. 37) “O trabalho é histórico e como consequência carrega um conteúdo técnico-científico daquele momento”. Isto constrói uma dinâmica socioespacial em que a produção de valor de uso submete-se a produção de valor de troca. O espaço-mercadoria surge como elemento permeado de determinações, e a mais importante delas, se orienta para organizar o espaço para a produção de mais-valia.

O próprio conceito de modo de produção pode ser melhor entendido não só nos seus percursos históricos, mas também em seus percursos espaciais. Ocorre uma adaptação das formas e na ordenação espacial das atividades produtivas, aos diversos momentos de organização social.

Marx (2001, p. 106-107) expressa esta relação quando afirma que:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

E o que é esta vida material senão o substrato espacial que organiza o conjunto social e garante a sua sobrevivência. Quando Marx fala da “própria consequência de sua organização corporal”, pode-se interpretar isto como a organização de um espaço carregado de ações e intenções (BATISTA de DEUS, 2003). É a produção de objetos e sua dinâmica de ordenação espacial que permitem a perpetuação da existência social.

Santos (1980) demonstra uma relação de interdependência entre formas espaciais e modos de produção, demonstrando uma interatividade dinâmica entre estas duas categorias.

Assim, quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações, correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subseqüentes da produção (SANTOS, 1980, p. 139).

O que Santos (1980) denomina de condição eficaz e concreta, Marx (1988a) identifica na apropriação do ambiente natural, e porque não poder dizer na produção de diversas espacialidades. De acordo com a evolução dos processos de trabalho, os objetos vão necessariamente sendo produzidos para a construção de intencionalidades (SANTOS, 1996 b; BATISTA de DEUS, 2003).

O processo de apropriação do natural e sua posterior transformação em concretude social, representa também uma simbiose. O limite entre o que é social

fica muito difícil de ser percebido, a natureza se torna um prolongamento da atividade humana.

Assim, mesmo o natural torna-se órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural, apesar da Bíblia. Do mesmo modo, como a terra é sua despensa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho [...]. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho (MARX, 1988a, 143).

Neste sentido, Santos (1996b, p. 106) afirma que “Primeiro, o 'social' ficava nos interstícios; hoje é o 'natural' que se aloja ou se refugia nos interstícios do social.” As duas afirmações acima, indicam em primeiro lugar a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a produção de uma natureza socializada. Em segundo lugar, a perspectiva de entender esta apropriação do natural, na construção de um espaço socializado.

Apesar de Marx não ter o espaço como categoria privilegiada em sua análise (HARVEY, 2005), o autor não deixa de demonstrar a preocupação de como o capitalismo necessita de verdadeiros “ajustes espaciais” (HARVEY, 2005).

Esta preocupação aparece no debate sobre a relação entre acumulação primitiva e expropriação da base fundiária (MARX, 1998b). Nesta relação, está identificada a produção de novas espacialidades, representadas pela nova organização e função de novos espaços (como no caso das cidades) na formação do capitalismo. Com relação ao conceito de espacialidade, Moraes (1984) apresenta o mesmo, como uma mediação para compreender uma manifestação histórica concreta.

Com relação a este entendimento de como o modo de produção capitalista se organiza espacialmente, Harvey (2004b, 2005) propõe uma reformulação do método marxiano de análise. Harvey apresenta a categoria de “materialismo histórico-geográfico”, em que um dos principais elementos de análise é denominado de teoria dos “Desenvolvimentos Geográficos Desiguais”. Esta tenta

dar conta de estabelecer os vínculos espaciais distintos no modo de produção capitalista.

Mesmo a expressão “materialismo histórico”, observo, apaga a importância da geografia, e se venho me empenhando nos últimos anos para implantar a ideia do “materialismo histórico geográfico” é que a mudança dessa terminologia nos prepara para olhar com mais flexibilidade e, espero, mais coerência a significação em termos de classes de processos como a globalização e o desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004a, p. 81-82).

Além disso, Harvey (2005, p. 153) procura verificar “as condições geográficas gerais sobre as quais ocorre a acumulação”. Isto é determinado por diversos ajustes espaciais que o capital cria, para garantir sua dinâmica reprodutiva.

Demonstra uma preocupação em como o espaço produzido socialmente, é organizado para criar/recrutar formas sociais, que garantam este processo. São considerados os diversos processos de trabalho, que atuam de forma articulada, a partir da ordenação de uma divisão territorial do trabalho.

Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade, enquanto os seus aspectos se tornam outros. Nessa versão geográfica, as expressões “entidades” e “elementos naturais” da tese de Whitehead devem ser lidas como “lugares” em nossa versão disciplinar (SANTOS, 1996b, p. 105).

O processo de ordenação espacial a partir do trabalho, determina os ritmos da produção espacial. Tempo e espaço vão ser conjugados de forma sistemática, para produzir uma estrutura racional de organização societária. A formação do espaço, obedece a este processo, pois este não se apresenta como um elemento exterior à organização socioprodutiva. Surge como elemento refletor e refletido, em uma interação dialética que constitui diversos momentos de uso e apropriação.

Segundo Santos (1980, p. 122):

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Em outro momento, Santos (1980, p. 126 -127) afirma ainda que:

[...] o espaço não é considerado como uma estrutura ou instância dotada de autonomia relativa, mas como um nível da sociedade, pelo fato de ser um reflexo das outras estruturas ou subsistemas ou instâncias, cujos dados ele, espaço, sintetiza. Interpretação falaciosa, pois qualquer que seja o subsistema ou a estrutura social, sintetiza igualmente os dados correspondentes as demais, isto é, a sociedade tomada em seu conjunto.

Estas afirmações permitem entender o espaço como um substrato da existência humana, e a sua organização como resultado direto de necessidades socialmente produzidas em cada momento histórico.

O processo de produção, surge como resultado do trabalho enquanto elemento de metabolismo orgânico com a natureza. Permite compreender um processo de mediação entre a formação das técnicas e organização da paisagem. Também representa como os objetos técnicos são dispostos no espaço (SANTOS, 1996 b), definindo o território a partir de seus diversos usos (SANTOS, 2005).

Para Marx (1988a, p. 142), “o trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Ainda segundo Marx (1988a, p. 146):

O processo de trabalho como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Então, o espaço enquanto resultado de uma determinada formação social, apresenta as suas características de funcionamento a partir da produção de necessidades socialmente estabelecidas. Estas necessidades se modificam em cada momento histórico, os fins deste processo vão sofrendo mutações a partir da criação de novas necessidades.

A produção espacial dentro do capitalismo se pauta não pela produção do espaço como valor de uso, mas sim a produção do espaço-mercadoria, que tem como função primordial a produção de mais-valia.

A mais-valia é resultado de um “processo de formação de valor prolongado além de certo ponto” (MARX, 1988a, p. 155), que além disso (MARX, 1988a, p. 156) “Depois como antes a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é em um caso o processo de produção de fios, em outro, o processo de produção de jóias”. O processo de produção de espaço, aparece como resultado também da apropriação do trabalho excedente.

Um dos aspectos importantes estudados no século XX com relação à formação da mais-valia é o papel que as formações espaciais exercem sobre este processo (HARVEY, 2005). É importante aqui entender como o desenvolvimento das forças produtivas se organiza espacialmente para permitir a acumulação de capital.

É fundamental o entendimento de como o processo de urbanização nas sociedades capitalistas, tem contribuído para organizar o processo produtivo. A análise em questão coloca em evidência a importância das formações urbanas no período pós revolução industrial, na consolidação do sistema capitalista em nível global (LEFEBVRE, 2002). O processo capitalista é resultado de uma concentração de meios de produção e centralização do capital (Moraes, 1984, p. 149), e a cidade se configura como elemento importante neste processo.

Em complemento a análise de Marx, podemos citar algumas especificidades das forças produtivas no espaço urbano formando valor. Dentre

elas, podemos citar a estruturação dos espaços nas cidades a partir de uma divisão social do trabalho que estabelece a distribuição dos fatores produtivos. É uma forma de distribuição que permite uma fluidez maior do espaço, com relação à integração: produção, circulação e consumo (MORAES, 1984, p. 122).

Para Lefebvre (2001) essa divisão social do trabalho operada no interior da cidade, permite uma maior conexão entre os diversos elementos constitutivos do capital. A cidade, como espaço onde os trabalhos que foram divididos passam a se completar, cria a necessidade de conexão entre eles.

Marx afirma ainda os processos de trabalho como momentos diferenciados, caracterizando fins diferenciados de acordo com a formação social que os determina.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias, como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 1988a, p. 155).

É na materialização destas necessidades que se processa a formação do que Santos (1996b) apresentou como evolução desigual dos espaços. A organização espacial, se apresenta como processo de materialização de uma divisão do trabalho, que permite distinguir as diversas formas espaciais a partir da dinâmica produtiva.

É necessário discutir sobre alguns elementos que explicam como o trabalho constrói a materialidade do espaço. Santos (1996a) apresenta em sua análise uma interatividade constante entre o trabalho e configurações espaciais.

Para Santos, (1996a, p. 64)

Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas [...]. A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem [...]. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas e políticas.

O trabalho determina uma forma espacial específica, que pode ser definida como uma forma assumida em determinado contexto sociohistórico. Significa dizer que apesar desta apresentar um caráter aparentemente imutável, esta passa a ser a expressão das heranças localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 1996a).

Estas heranças são materializadas em uma divisão do trabalho socialmente definidas, que definem os espaços em seus aspectos de heterogeneidades. É resultado do que Santos (1996a) entende como uma contraposição entre o mundo natural e o mundo histórico.

Segundo Santos (1996b, p. 105):

Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma função aos lugares.

Então, a produção de uma paisagem obedece a uma disposição socialmente determinada dos objetos técnicos produzidos. Esta disposição contribui sobremaneira para a construção de espaços desiguais no capitalismo. A paisagem aparece como expressão material das determinações da existência social.

A morfologia do espaço obedece a uma sistematização da divisão territorial do trabalho, que teria como função primordial a distribuição dos objetos de trabalho.

De acordo com Santos (1996a, p. 67) “Passamos dos objetos, geográfica e funcionalmente isolados, para os objetos agrupados sistematicamente e também sistêmicos”, o que contrastaria com um simples processo de diversificação natural (SANTOS, 1996a).

Em um breve trecho Marx descreve a forma como o processo de trabalho, executa uma transformação do meio (objeto de trabalho) a partir do desenvolvimento das técnicas (meio).

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso, uma maneira natural adaptada as necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado (MARX, 1988a, p.144).

É possível interpretar esta citação, relacionando-a com as formas objetivas criadas pelo processo de trabalho.

Segundo Milton Santos (1996b, p. 83):

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal [...]. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico-específico.

A paisagem também adquire um valor de uso (trabalho concreto que se distingue pela sua utilidade), valor este que se expressa na função que ela desempenha dentro da formação social. Esta transtemporalidade da qual fala Santos, seria o elemento que se materializa na sobreposição das formas.

São representações dos diversos momentos do trabalho, e sua organização no espaço. Marx (1988a, p. 145) retrata da seguinte forma “Quanto aos meios de trabalho, particularmente, a grande maioria deles mostra até ao olhar mais superficial os vestígios do trabalho anterior”.

Mas esta paisagem não aparece como um resultado de um instante, mas sim como resultado de um processo histórico-espacial. O surgimento de novas formas (como um parque ecológico ou um shopping-center), não acontece de uma só vez, mas sim por “acréscimos, substituições: a lógica pela qual se faz um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento” (SANTOS, 1996 a, p. 66). É resultado de novas necessidades, que vão surgindo, substituindo ou ampliando necessidades antigas.

É importante também o resgate que Santos (2005) propõe do território enquanto categoria, para entender a nova estrutura denominada de globalização.

Segundo Santos (2005, p. 255):

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso Quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

A realidade do capitalismo contemporâneo produz formas de organização social que são resultado direto de como a modernização ocorre nos espaços. As condições precárias de existência de grande parte das classes trabalhadoras, servem de substância para que o processo de desenvolvimento ocorra de forma eficaz.

O caso dos catadores de materiais recicláveis é típico deste processo, a função desta parcela da população trabalhadora é de garantir o reaproveitamento do “lixo” urbano a custos extremamente baixos para o capital. São miseráveis as suas condições de existência, se considerarmos seu precário acesso a moradia, aos equipamentos coletivos, ou de forma geral, o seu acesso a cidade.

Segundo Gonçalves (2005, p. 71):

Os catadores que atuam nas ruas das cidades, conhecidos como “carrinheiros”, disputam o espaço com os automóveis, a passagem nas calçadas com os pedestres (Foto 1), que por vezes se sentem incomodados com esses “seres” mal vestidos, de aparência física fragilizada, algumas vezes embriagados pelas condições socioeconômicas que levam a vida, noutras vezes pela cachaça. São personagens vistos pelos que administram a cidade como causadores de prejuízos à “ordem” e à estética da paisagem urbana, mas que não causam nenhum problema ou constrangimento à moral e à ética construída pelas referências ideológicas sob as quais se encontra baseada a sociedade do capital.

Este texto, cuja análise se propõe a estabelecer a relação entre a função desempenhada por esta parcela da população trabalhadora, e como isto contribui na manutenção e intensificação dos contrastes urbanos. Estes contrastes representam

no caso dos catadores, a ampliação do lumpemproletariado urbano a partir de uma condição de extrema miserabilidade existencial.

5 RECICLAGEM E CAPITALISMO: UMA NOVA FACE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo de produção social e que transformava os diversos ramos da produção, que se haviam naturalmente particularizado, em enigmas de uns para os outros e até mesmo para o iniciado em cada ramo. Seu princípio – dissolver cada processo de produção, em si e para si, e para começar sem nenhuma consideração para com a mão humana, em seus elementos constitutivos – produziu a bem moderna ciência da tecnologia.

O capital

Karl Marx

5.1 O papel do setor de reciclagem na dinâmica do capitalismo contemporâneo

A reciclagem como atividade econômica, aparece como um setor que se estabelece como atividade absorvedora de excedente de força de trabalho na sociedade contemporânea. Entretanto, a existência de pessoas que vivem da cata do “lixo” não é recente (BOSI, 2008; DIAS, TEODÓSIO, SANTOS, 2007), mas ganha evidência pelo fato do “lixo” se tornar mercadoria²⁶. Uma parte considerável do material descartado no consumo, passa necessariamente a ser reaproveitado com o matéria-prima para o capital industrial.

Segundo Marx (1987, p. 139):

Quando domina a produção capitalista, a mercadoria se torna a figura geral do produto, é de mercadoria a maior parte da produção, cresce portanto a massa de mercadorias, a parte da riqueza social que funciona como mercadoria.

²⁶Marx no primeiro capítulo do livro I do Capital, define que a riqueza da sociedade burguesa é constituída de uma imensa coleção de mercadorias. Portanto, partindo desta análise, o “lixo” deixa de ser lixo e se torna material reciclável, pois ele se torna mercadoria, pois adquire valor de uso e valor de troca e diante disso, passa a ser aproveitado dentro do circuito capitalista.

O capitalismo enquanto relação social, precisa necessariamente transformar quase tudo em mercadoria e é exatamente isto que acontece com o “lixo” . Segundo Marx (1987, p. 144) “O crescimento tanto absoluto quanto relativo da riqueza sob essa forma (ver livro primeiro, cap. XXIII, 2) caracteriza, acima de tudo, o modo capitalista de produção”.

O capitalismo precisa aumentar seu estoque de capital em forma mercadoria, pois com o desenvolvimento das forças produtivas é criada uma dinâmica de valorização que deve se manter de forma contínua. A riqueza social se materializa na forma mercadoria, e é exatamente a partir desta relação, que se aproveita da maior parte do “lixo” produzido no mundo.

Além disso, na produção de mercadorias, o determinante não é que exista uma procura, mas pela necessidade sempre determinante de valorização do capital. Grande parte do “lixo” produzido diariamente passa a ter esta função essencial no processo de valorização do capital.

Segundo Marx (1987, p. 147):

À medida que se desenvolve a produção capitalista, a escala de produção passa a ser menos determinada pela procura imediata do produto e mais pelo montante de capital de que dispõe o capitalista individual, pelo impulso de valorizar seu capital e pela necessidade de tornar seu processo de produção contínuo e expandí-lo. Desse modo, cresce, necessariamente, para cada ramo de produção, a massa de produtos que se encontra como mercadoria no mercado ou procura escoamento; aumenta a massa de capitais que se fixa como capital-mercadoria, durante mais ou menos tempo, e conseqüentemente o estoque de mercadorias.

Marx identifica sobre a necessidade de escoamento, ou seja, o “lixo” em seu processo de transmutação em mercadoria, precisa fluir. Para isto é importante que se crie todo um complexo que permita dar esta fluidez ao “lixo” enquanto mercadoria. Marx (1987, p. 149) afirma que: “Por conseguinte, enquanto a formação de estoques é parada na circulação, os custos de circulação daí decorrentes não acrescentam valor” .

Em seu processo de reprodução ampliada, o capital deve criar todas as condições de redução de seus custos. Uma das características do processo de reciclagem é exatamente de reduzir os custos de produção. Isto acontece de duas formas, através do aumento da velocidade de rotação do capital ou do barateamento do capital constante.

O estoque de mercadorias que se forma como riqueza social, deve ser potencializado pela circulação, pois segundo Marx (1987, p. 144):

O estoque de mercadorias só é normal enquanto fôr apenas condição de circulação de mercadorias e forma necessariamente surgida nessa circulação, enquanto essa estagnação aparente fôr portanto forma de giro, do mesmo modo que a formação de reservas de dinheiro é condição da circulação do mesmo.

É uma dinâmica que se caracteriza por dois aspectos. No primeiro caso, o capitalismo se estabelece a partir de uma intensa descartabilidade das mercadorias produzidas (MESZÁROS, 2002). No segundo caso, como o preço de venda do material coletado é muito baixo (Tabela 2), os custos do capital diminuem consideravelmente.

Como podemos observar na Tabela 2, o preço mais caro de papelão prensado e limpo que é um trabalho realizado nas cooperativas e associações de catadores chega a R\$ 250,00 em Blumenau. Outro caso é do alumínio, no qual o maior preço pago pela tonelada do material prensado e limpo, é R\$ 1.900,00 na cidade de Itabira, em Minas Gerais.

Estes preços são muito baixos se for considerado que na mercadoria vendida, não está embutido apenas o trabalho da catação. Está incluso também uma transformação prévia executada diretamente pelos próprios trabalhadores, seja em associações ou cooperativas. Isto pressupõe também a aquisição de máquinas e consumo de energia, tudo por conta dos próprios trabalhadores.

A característica do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo é a transferência de alguns custos de produção para os próprios trabalhadores. A figura

do trabalhador autônomo é fundamental para fetichizar este mecanismo, pois o trabalhador autônomo seria patrão dele mesmo.

Tabela 2 - Preço do material reciclável (Preço da tonelada em Real)

Cidade	Papelão	Papel Branco	Latas de Aço	Alumínio	Vidro Incolor (Continua)
Guarapará – ES	80L	90L	50L	1800L	-
Itabira - MG	160PL	380PL	230PL	1900PL	190PL
Lavras - MG	110	250	100	2000	-
Recife – PE	100PL	170PL	200	1000L	80
Porto Alegre - RS	140PL	450PL	160	1400PL	40
Blumenau – SC	250PL	250P	200P	2000P	40
Guarujá – SP	130PL	200PL	100L	1400L	130L
São Bernardo – SP	190PL	480PL	150PL	1500PL	120
Itabira -MG	170PL	1160PL	1000PL	1200PL	170PL
Lavras - MG	-	800PL	500	900	50P
Recife – PE	55	1100PL	500P	1000	-
Porto Alegre – RS	40	300PL	700PL	400P	100P
Blumenau – SC	50	200	800P	600	50P
Guarujá – SP	100L	800PL	850PL	700PL	100PL
São Bernardo – SP	60	900P	650P	800P	150P
São Paulo - SP	100	200L	750PL	400PL	120PL

L-Limpo; PL – Prensado Limpo; P – Prensado.

Fonte: CEMPRE, 2009

Além disso, na circulação de mercadorias, os custos de transporte também exercem um papel muito importante na realização do valor, pois Marx (1987, p. 154) afirma que:

A magnitude absoluta do valor que o transporte acrescenta às mercadorias, não se alterando as demais circunstâncias, está na razão inversa da produtividade da indústria de transporte e na direção das distâncias a percorrer.

Na reciclagem, os custos de transporte são consideravelmente reduzidos para a indústria. Uma grande parte no processo de circulação, o material coletado nas ruas é transportado diretamente pelo catador, muitas vezes carregando de 200 a 300 kg diariamente.

O depoimento de L. (45 anos, há três catando nas ruas de Goiânia) demonstra isto “Rapaz eu ando isso aqui tudo, uma hora eu tô na Vila Nova, outra hora tô no Negrão de Lima, eu tô em tudo que é canto aí” (Abril de 2009).

O trabalho da catação nas ruas, representa um importante item de redução de custos para a indústria com relação ao transporte. Os fluxos desenvolvidos pelos catadores nas ruas das cidades são fundamentais neste sentido.

O “lixo” produzido que se transforma em material reciclado está disperso pela cidade, e os catadores, por sua própria conta e risco fazem a junção deste material.

Exercem de forma muito barata a concentração das mercadorias em pontos específicos (em um primeiro momento, os depósitos que compram este material), e contribuem na formação de verdadeiras economias de escala.

Neste sentido, Marx (1987), p.155 afirma que:

O modo capitalista de produção diminui os custos de transporte para cada mercadoria com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, com a concentração (a magnitude da escala) do transporte. Aumenta a parte do trabalho social vivo e materializado, aplicada no transporte de mercadorias, primeiro transformando a grande maioria dos produtos em mercadorias e segundo substituindo mercados locais por mercados longínquos.

Uma das características essenciais deste setor é que o seu funcionamento se dá em grande parte, baseada no trabalho vivo. O fortalecimento deste negócio como lucrativo, não foi segundo Bosi (2008) pela falta de tecnologias disponíveis para a atividade de reciclagem.

Segundo o autor, desde a década de 1970 já existiam tecnologias disponíveis para isso – papelão e plásticos na década de 1970 e alumínio na década de 1980 – mas a reciclagem só se efetiva, com o surgimento de uma numerosa força de trabalho desocupada.

A característica do setor de reciclagem vem de encontro ao que Harvey (1992) define como um dos aspectos centrais do capitalismo, a exploração do trabalho vivo.

Segundo Bosi (2008, p. 103):

De outro modo, a expansão histórica desse setor guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores.

É um setor que surge como necessário para absorção deste excedente de força de trabalho, produzido com o desenvolvimento do capitalismo. Este procura constantemente novas formas de garantir a rentabilidade e quanto maior o nível de desenvolvimento, maior a fluidez de novos espaços.

Neste sentido, Marx (2004, p. 80) afirma que:

Contudo, o capital, em si, e para si, é indiferente em relação a particularidade de cada esfera de produção e só a maior ou menor dificuldade na venda das mercadorias deste ou daquele ramo de produção determinará onde aquele será investido, como será investido e em que medida passará de uma esfera de produção para outra, ou se modificará a sua distribuição entre os diferentes ramos de produção. Na realidade, esta fluidez do capital tropeça com fricções cujo exame pormenorizado não vem aqui ao caso. Porém, como veremos mais adiante, por um lado, procuram-se os meios para superar estas fricções, enquanto derivam apenas da natureza inerente à relação de produção; por outro lado, com o desenvolvimento do modo de produção que lhe é característico, o capital deita por terra todos os impedimentos legais e extra-econômicos que dificultam a sua liberdade de movimentos entre as diferentes esferas de produção.

A reciclagem é um setor do capitalismo que surge com a utilização de uma força de trabalho excedente de outros ramos. A fluidez do capital ordena novos territórios, que tem como objetivo a absorção dos excedentes produzidos.

Na verdade, o que podemos entender com a indústria de reciclagem é que a mesma se estabelece como resultado de diversos ajustes espaciais do capital (HARVEY, 2005). O capital na sua lógica de funcionamento, apresenta constantes deslocamentos no espaço e para que isso aconteça é necessário a criação e remodelação espacial, que crie vantagens para os diversos tipos de investimentos.

A reciclagem aparece integrada em setores como Alumínio, Papel e Celulose e Indústria de Plásticos. É um elemento satélite, que contribui consideravelmente na redução dos custos de produção.

Apesar da reciclagem, enquanto forma de se apresentar como novo, é na verdade um instrumento em essência não tão novo. A dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista precisa criar instrumentos que economizem os custos de produção. Marx (1988c) denomina isto de economia do capital constante, que se dá pelo aproveitamento dos “excrementos de produção”.

Neste sentido Marx (1988c, p. 61) afirma que:

Referimos-nos à retransformação dos excrementos de produção, seus assim chamados resíduos, em novos elementos de produção, seja no mesmo, seja em outro ramo industrial; aos processos mediante os quais esses assim chamados excrementos são relançados no ciclo da produção, e portanto do consumo – produtivo ou individual. Também esse ramo da economia, no qual entraremos posteriormente, é o resultado do trabalho social em larga escala, desses resíduos que os torna novamente objeto de comércio e, assim, novos elementos da produção. Só como resíduos da produção em comum, e portanto da produção em larga escala, eles ganham essa importância para o processo de produção, continuam a ser portadores de valor de troca. Esses resíduos – abstraindo os serviços que prestam com o novos elementos de produção – barateiam à medida que se tornam novamente vendáveis, os custos da matéria prima, nos quais sempre está calculado seu resíduo normal, ou seja, o quantum que acaba se perdendo em média para sua elaboração. A diminuição dos custos dessa parte do capital constante eleva portanto a taxa de lucro com dada grandeza de capital variável e dada taxa de mais-valia.

A reciclagem também ganhou evidência com o aumento da importância do movimento ambientalista. Ganharam importância também, temas como educação ambiental e coleta seletiva, é como se a reciclagem fosse resultado da ampliação da consciência ambiental.

Este aspecto, de certa forma mistifica o teor da reciclagem. Enquanto atividade econômica é criada a partir da ampliação das possibilidades de “recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito de consumo das mercadorias, conduz a uma desmitificação com relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados” (DIAS, TEODÓSIO, SANTOS, 2007, p.16).

Em um informativo do SEBRAE, isto aparece de forma bem evidente. A reciclagem é identificada como uma sinergia entre a necessidade de preservação ambiental e a possibilidade de formação de um negócio bastante lucrativo.

Significa aumentar a lucratividade do capital, mas avalizado pelo discurso de responsabilidade ambiental, que certamente reduz as resistências das classes trabalhadoras ao aumento da exploração.

Reciclagem é uma nova oportunidade de negócio
É necessário reintroduzir no sistema uma parte da matéria e da energia que se tornaria lixo. A reciclagem é um processo industrial que converte resíduos de processos, descarte de produtos e embalagens em produtos semelhantes ao inicial ou de outra natureza. Mais do que utilizar os materiais novamente, reciclá-los significa obter economia de energia, redução de custos, preservação dos recursos naturais e outros benefícios. O conceito de "reciclagem" foi introduzido na linguagem de negócios ainda na década dos anos 80, em função de recursos naturais como madeira, petróleo e minerais, que poderiam se esgotar em prazos não muito longos. A reciclagem surgiu como uma maneira de reintroduzir no sistema uma parte da matéria (e da energia) que se tornaria lixo. Assim desviados, os resíduos são coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de bens, feitos anteriormente com matéria-prima virgem. Dessa forma, os recursos naturais ficam menos comprometidos. Os resíduos sólidos, líquidos e gasosos podem ser classificados como orgânicos ou secos e inorgânicos ou secos, em função da sua origem e composição química. Na prática, toda reciclagem pode representar uma oportunidade de negócios. É uma atividade muito importante do ponto de vista econômico e deve ser um objetivo a ser perseguido, até tornar-se técnica e economicamente viável, como qualquer outro negócio. A reciclagem pode diminuir a poluição do solo, da água e do ar e preservar recursos naturais cada vez mais valorizados. A redução do desperdício traz por consequência a redução de custos. A reciclagem também pode trazer valor a produtos que já estão no lixo, sem aparente

valor comercial, e transformá-los em produtos aptos para novo consumo, hoje denominados produtos pós-consumo. Neste ponto torna-se uma atividade empresarial. No Brasil, é muito importante que as micro e pequenas empresas observem e adotem critérios de produção mais limpa, ecologicamente correta e principalmente economicamente viável, de forma a contribuir para sua sustentabilidade e desenvolvimento (www.sebrae.com.br).²⁷

As afirmações acima são importantes, porque estruturam de forma muito clara um discurso do desenvolvimento sustentável. Discurso este que tem sido colocado como pauta prioritária na ação dos diversos setores da economia mundial.

O retorno dos materiais que estão no “lixo”, abrem amplas possibilidades de novos negócios, o que reforça a afirmação que Marx faz no século XIX. Outro elemento importante na afirmação acima é a relação que faz entre redução do desperdício e redução dos custos.

Apesar do SEBRAE apresentar o conceito como novo, não esconde a essência do processo que é inerente ao desenvolvimento do capital industrial. Marx (1988c) dá alguns exemplos de como este processo já estava acontecendo em meados do século XIX na indústria têxtil inglesa, quando afirma que dobrou o uso de resíduos de seda, em detrimento do uso de seda crua.

Considerando a importância desta prática para o capitalismo, Marx (1988c, p. 75) afirma ainda que:

Com o modo de produção capitalista, amplia-se a utilização dos excrementos da produção e do consumo. Pelos primeiros entendemos os resíduos da indústria e da agricultura, enquanto pelos últimos entendemos em parte os excrementos oriundos do metabolismo natural do ser humano, em parte a forma em que sobram os objetos de consumo depois de terem sido consumidos[...]. O encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, incentivo para a utilização dos resíduos.

As análises de Marx podem contribuir de forma significativa para desmistificar a reciclagem enquanto resultado de formação de uma “consciência ambiental”. O que ocorreu foi uma intensificação deste processo, com o aumento da produtividade e a criação de uma sociedade baseada no desperdício (MESZÀROS, 2002).

²⁷Acesso em 09 de Novembro de 2008.

Além de ficar evidenciado a partir dos diversos depoimentos coletados na pesquisa, tem ocorrido também a degradação dos trabalhadores envolvidos na catação de materiais recicláveis.

Uma parte do “lixo” produzido tem-se tornado uma importante mercadoria, um mercado que passa a ser disputado por oferecer boas perspectivas de lucratividade. Como exemplo da atratividade que o lixo exerce enquanto perspectiva de negócio, na Europa alguns setores tem-se especializado na comercialização do “lixo”. Uma notícia no site www.dw-world.de/dw em 15 de Abril de 2008 intitulado “Disputa por reciclagem de papel já virou guerra na Alemanha”, mostra isto.

Há poucos anos, na Alemanha, empresas de reprocessamento de papel usado recebiam o produto quase de graça. Hoje, as mesmas chegam a pagar até 100 euros pela tonelada das aparas de papel. Desde que a coleta de papel velho se tornou um negócio bastante lucrativo no país, tribunais e calçadas alemãs têm presenciado acirradas disputas entre prefeituras e empresas privadas de recolhimento de papel não-funcional. A imprensa alemã comenta tal disputa como a “guerra do papel reciclado”²⁸.

É um fato que demonstra o quanto esta nova mercadoria, tem se tornado importante para alguns setores da economia mundial. Só que de forma diferenciada no Brasil, tem se aproveitado do grande excedente de força de trabalho que tem se formado em decorrência do aumento do desemprego. Serve também como elemento que permite reverter à tendência de queda nas taxas de lucro em outros setores (HARVEY, 2005).

Esta análise se torna possível quando estão indicadas as possibilidades de ganho da indústria de reciclagem, o que é percebido nas afirmações dos próprios empresários do setor. Existe uma valorização de parte do material encontrado no “lixo” enquanto oportunidade de negócios.

A reciclagem de “lixo” como oportunidade de negócios, é segundo o CEMPRE :

O segredo para o êxito de projetos de preservação ambiental está na sua sustentabilidade econômica. Os negócios que se concretizam nas diversas etapas envolvidas são a garantia para a perenidade e aperfeiçoamento de tais iniciativas. Neste contexto, a reciclagem tem-se mostrado excelente

²⁸ Acesso em 22 de Abril de 2009.

oportunidade de alavancagem de novos empreendimentos, traduzindo-se em geração de emprego e renda para diversos níveis da pirâmide social. Um aspecto que merece destaque é o fato de o mercado de materiais recicláveis – que conhecemos por lixo – e reciclados estar ao alcance do micro e pequeno empresário. Com investimentos da ordem de R\$ 140 mil reais é possível montar uma recicladora de plásticos diversos. Com R\$ 50 mil inicia-se um pequeno negócio no mercado de PET reciclável (ex. garrafas de refrigerantes, óleo comestível, etc), que tem-se mostrado promissor. Para um pequeno negócio de reciclagem de papel, visando a fabricação de artefatos de polpa moldada (ex. bandejas para ovos e frutas, calços para componentes eletrônicos, entre outros) o aporte é da ordem de R\$ 150 mil. Até o coco pode ser reciclado. Um pequeno negócio para transformação de fibras de coco em bancos para a indústria automotiva ou em carpetes de grande aceitação no mercado, requer um total de aproximadamente R\$ 60 mil de investimento inicial. Não podemos esquecer das cooperativas de catadores, alternativa de emprego e renda para grande parte da população brasileira. Os catadores, aliás, são os maiores responsáveis pelos altos índices de reciclagem de alguns materiais, tais como latas de alumínio (73%) e papelão (71%). Em ambos os casos o Brasil situa-se em posição de destaque no cenário mundial. Tais cooperativas têm se transformado em empreendimentos cada vez mais rentáveis. Entretanto, a falta de incentivos governamentais à atividade de comércio de sucatas e reciclagem tem sido um obstáculo a um crescimento mais acentuado do setor. Na verdade, antes de falar em incentivos é necessário eliminar os “desincentivos”, que não são poucos na esfera tributária, a nível federal, estadual e mesmo municipal. Do ponto de vista Federal pode-se destacar o IPI dos plásticos reciclados (12%) versus o IPI da resina “virgem” (10%); um contra-senso. Quanto ao ICMS, por que não dar créditos aos recicláveis e reciclados, comprados e vendidos? Neste sentido, o Governo do Tocantins está saindo na frente com uma legislação avançada a respeito. Apesar das dificuldades encontradas, a reciclagem de resíduos sólidos, tanto industriais quanto urbanos, ganha cada vez mais fôlego no Brasil, graças ao espírito empreendedor, movido pela “garra” e criatividade do empresário brasileiro. As oportunidades existem. Vamos então aproveitá-las. (www.cempre.org.br)²⁹.

O texto se apresenta como uma verdadeira apologia às perspectivas de sucesso do setor, principalmente para as micro e pequenas empresas. “Valoriza” o trabalho das cooperativas de catadores, mostrando o importante papel que estas exercem no ciclo da reciclagem. Além disso, é interessante notar também a evidência dada a “garra e criatividade do empresário brasileiro”, como forma talvez de descaracterizar ou mesmo esconder o intenso processo de espoliação que existe como um dos alicerces do setor.

²⁹Acesso em 30 de Março de 2009.

Na verdade, o que se pretende é formar pequenas empresas inseridas no circuito de reprodução do capital que funcionam a partir de uma grande oferta de trabalhadores desqualificados. É um setor que se caracteriza pela absorção de trabalhadores rejeitados por outros setores da economia.

5.2 A reciclagem na perspectiva da construção da “dignidade” no trabalho ou reprodução da miserabilidade do trabalhador?

A discussão estabelecida no capítulo se pauta na preocupação de como a reciclagem, enquanto setor de atividade, tem se estabelecido no capitalismo contemporâneo. É importante demonstrar também como se dá a construção da imagem deste setor, que é novo na forma, mas não em sua essência (como será apresentado mais adiante). São diversos projetos desenvolvidos, que se justificam como ações “educativas” e de construção de cidadania.

A reciclagem é então apresentada como um importante elemento a ser aproveitado com este objetivo. A construção de uma sociedade mais “solidária”, aproveitando-se das potencialidades dos “atores sociais” em um processo de integração social.

A realidade pode se apresentar de várias formas, que depende muito das percepções de classe que constroem esta mesma realidade (Marx e Engels, 2001). A realidade da reciclagem tem sido construída a partir de um discurso que a torna essencial para o processo de sobrevivência da própria humanidade.

É apresentada como um caráter obrigatório da existência social, como uma regra a ser seguida como alternativa de contraposição a um possível esgotamento dos recursos “naturais”. A reciclagem surge como salvaguarda da existência da humanidade enquanto espécie, mesmo que seus trabalhadores estejam em uma situação de “quase não humanos”, ou farrapos humanos.

Existe também uma explicação razoável para a consolidação da reciclagem como uma prática que constrói a dignidade e cidadania. São pessoas

que não tem mais “chance” alguma no mercado de trabalho, o que demonstra também um importante caráter de integração e sociabilidade da reciclagem.

A descrição se dá a partir desta vivência diária (principalmente através de depoimentos coletados) bem como de informações (uma delas são as garantias de rendimento), que demonstram a relação entre o que é proposto como resultado a ser conseguido com a reciclagem, e a perspectiva de sobrevivência dos catadores.

Vários projetos tem sido desenvolvidos no Brasil, com a função de apresentar uma série de perspectivas da reciclagem na construção de uma sociedade “ambientalmente correta”, mais “justa” e solidária”.

Como exemplo, um trecho do documento “Do Lixo a Cidadania: Estratégias para Ação”, apresenta as perspectivas que o Programa Nacional Lixo & Cidadania³⁰ (CEF, 2001) apresenta para a “inclusão” dos catadores:

Para alcançar os objetivos do Programa Nacional Lixo & Cidadania é necessário que a sociedade brasileira passe por uma transformação: que sejam alterados os valores culturais que levaram o País à situação atual em que parte da população é compelida a produzir e a consumir cada vez mais, deixando para a outra parte apenas o lixo gerado como fonte de sobrevivência. A educação ambiental é um dos instrumentos mais importantes para promover a mudança necessária nos cidadãos, provocando o incômodo de passá-los de desconhecedores dos problemas para espectadores; de espectadores para atores e produtores das soluções; de desinteressados para comprometidos e co-responsáveis pelas ações; de responsáveis pelos problemas para parceiros das soluções; de indiferentes para apaixonados pelo tema. (CEF, 2001, p. 24)

³⁰Com o objetivo de erradicação do trabalho infantil no lixo em todo o Brasil, foi lançado em junho de 1999 o Programa Nacional Lixo & Cidadania com a campanha “Criança no lixo, nunca mais” pelo Fórum Nacional Lixo & Cidadania. A iniciativa desse Programa foi do UNICEF, que se envolveu com a questão do lixo a partir de 1994, quando foi detectado que várias crianças que trabalhavam no lixão de Aguazinha, em Olinda, foram hospitalizadas com intoxicação por terem ingerido lixo. Suspeitava-se que havia carne humana no lixo hospitalar que era depositado a céu aberto com os demais resíduos da cidade. Iniciou-se, então, a participação do UNICEF na busca de soluções para o problema de milhares de crianças que, junto com suas famílias, sobrevivem do que colhem nos lixões do Brasil. Foram desenvolvidos 5 projetos em municípios do Nordeste e do Norte do País. A partir dessas experiências se consolidou uma proposta de tratar o lixo nas cidades, denominada Gestão Participativa do Lixo Urbano, diferenciada dos serviços exclusivamente de engenharia que compõem os sistemas de limpeza urbana tradicionais. Essas experiências, juntamente com outras iniciativas em outros estados brasileiros, inspiraram o Programa Nacional Lixo & Cidadania. Os representantes do UNICEF, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público Federal, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA e da Missão Criança integram a Secretaria Executiva do Fórum.

São afirmações que tem como objetivo, o resgate da “dignidade” do trabalho de catação, o que de certa forma se contrapõe a realidade vivida por esta categoria de trabalhadores. JM (68 anos, há 3 anos trabalhando como catador em Anápolis), afirma sobre a situação do catador que contrasta com esta realidade, “Eu trabalho doente, com muita dor na coluna. O preço caiu demais, a gente morre de trabalhar e não ganha nada na vida. Só quem ganha é o empresário” (Junho de 2009).

O trabalhador mesmo aposentado pelo INSS, afirma que precisa continuar trabalhando para garantir um mínimo em sua sobrevivência.

Tenho uma mulher doente, parálitica, aleijada, porque eu sou aposentado e ela também é, porque ela bebe remédio igual galinha comendo mio. O cumê dela não pode nem ve sinal de sal, e eu com esse problema na coluna, doente, dor nas perna, porque eu sou obrigado como é que eu vou fazer. O salário mínimo não dá pra nada não. Só trabalho porque eu peço muito a Jesus pra me dá força (Junho de 2009).

O relato deste trabalhador demonstra o quanto é difícil a situação nas ruas. E. (35 anos, há dez anos trabalhando como catadora em Anápolis) afirma que:

Eu começo a trabalhar de manhãzinha e vou até mais ou menos meio dia. Eu fui na Prefeitura, eu sou mãe de seis filho e fui na Prefeitura e a mulher disse que mesmo eu tendo seis fio só ia ganhar os mais veio, e eu deixei isso de lado, mas meu sonho é ter minha casinha né (Maio de 2009).

A afirmação de J. (57 anos, há 6 anos trabalhando como catador em Anápolis) expõe esta realidade.

Agora depois que fui atropelado de carro e passei a ser deficiente, a única coisa que sobrou pra eu faze foi isso, né. Eu e minha esposa sai de casa sete horas da manhã e chega em casa sete hora da noite. Eu tem vontade de conseguir uma casa pra mim, porque eu sou deficiente desse jeito e minha esposa foi atropelada de carro, ela é cardíaca, tem sopro no coração, tem coágulo na cabeça. Então nós luta pra comprar esse remédio aqui. Ela toma duaz vez por dia, um cedo e outro a noite. Sem esse remédio, ela desmaia, custa levantar e perde a fala e ela trabalha na rua também” (Maio de 2009).

O depoimento de L. (45 anos, há 4 anos trabalhando na catação em Goiânia) também demonstra a situação de miserabilidade quando afirma que:

Eu queria ter meu canto e uma saúde melhor. A gente mora em depósito, não tem uma roupa bacana. Você vai no médico, não tem endereço, não tem isso, não tem aquilo as vezes passa um remedinho. Eu to trabalhando muito fraco, estou doente e não tem como me tratar. É como Deus quiser” (Junho de 2009).

Estes depoimentos demonstram a situação de existência precária como resultado de um intenso processo de exploração. Alguns catadores trabalham inclusive doentes, pela necessidade de se manter sobrevivendo, mesmo que de uma forma cada vez mais precária. A necessidade do trabalho no capitalismo se apresenta como um sacrifício para o trabalhador (MARX, 2006), pois o mesmo enxerga no trabalho um verdadeiro suplício a ser executado.

O trabalho se torna além disso, algo estranho ao próprio trabalhador. O suplício nas atividades o faz estranhar a sua própria atividade, mesmo na sua dedicação diária o mesmo não consegue se apropriar do mínimo que precisa. O caso do catador que afirma nem poder ser atendido pelo médico, pode ser tomado como paradigmático.

É uma relação muito evidente no trabalho da catação, que faz parte de um estranhamento do trabalhador com seu objeto. Neste sentido, Marx (2006, p. 112) nos oferece uma visão deste processo quando afirma que:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que seu trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em relação a ele; que a vida que deu ao objeto se torna hostil e antagônica.

Mesmo doente, o catador sabe que precisa se esforçar em seu trabalho. Segundo L., para trabalhar e esquecer a dor é preciso inclusive se embriagar. “É porque para aguentar às vezes você toma uma dose, esquece um pouco a dor, a dor passa” (Junho de 2009). Este catador, como não tem outra forma de fugir, procura na bebida uma forma de aguentar o seu trabalho.

Esta relação se torna comum não só no caso dos catadores, mas para uma grande parte das classes trabalhadoras. Os mesmos estão inseridos em uma relação social de produção apenas como um apêndice produtivo, podendo ser trocados a qualquer momento (MARX, 1988b).

Além disso, o trabalhador no capitalismo não sente na atividade de trabalho, algo que potencializa o exercício pleno de suas faculdades humanas. O trabalho aparece como algo exterior a si mesmo e como forma de martírio.

Sobre esta relação entre o trabalhador e o trabalho Marx (2006, p. 114) afirma a seguinte relação:

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si [...]. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio.

É importante salientar aqui a relação que Marx faz a respeito da condição do trabalhador no capitalismo, independe do tipo de ocupação, ou mesmo se existe algum tipo de proteção social ao trabalhador (como as garantias trabalhistas por exemplo).

Alguns tipos de atividades mascaram melhor esta relação, principalmente as atividades de trabalho típicas dos setores médios. São os que ganham melhores salários, tem acesso a seguridade social e possibilidades de consumo ampliado.

Para os trabalhadores oriundos das camadas populares, dentre eles os trabalhadores na catção de materiais recicláveis, esta relação se torna mais perceptível. Não quer dizer, portanto, que isto possibilita uma percepção de sua condição de explorado.

A alienação do trabalho no capitalismo, lhes traz constantes perdas e sacrifícios. Mas no capitalismo, as condições de vida do trabalhador criam uma espécie de sinergia com as próprias condições de produção.

Marx (1988c, p. 65-66) afirma que:

Como o trabalhador passa a maior parte de sua vida no processo de produção, então as condições do processo de produção são, em grande parte, condições de seu processo ativo de vida, de suas condições de vida, e a economia nessas condições de vida é um método de elevar a taxa de lucro; exatamente como já vimos antes, o excesso de trabalho, a transformação do trabalhador numa besta de trabalho é um método de acelerar a auto-realização do capital, a produção de mais-valia [...]. A produção capitalista é, com toda a sua sovinice, completamente desperdiçadora do material humano, exatamente como, por outro lado, graças ao método da distribuição de seus produtos pelo comércio e sua mania de concorrência, procede de maneira desperdiçadora com os meios materiais e perde, por um lado, para a sociedade o que ela ganha, por outro, para o capitalista individual.

As ações que não passam necessariamente pela mudança nas relações de exploração, se tornam muitas das vezes discursos vagos, que não permitem uma nova realidade no âmbito do capitalismo.

As mudanças que se propõe, são via políticas públicas que não tem como objetivo romper com o processo de exploração. Apenas criar uma falsa expectativa de que a realidade do trabalhador possa ser transformada, sem romper com os padrões da organização capitalista do trabalho.

A ideia de que é necessário o envolvimento coletivo para a produção de riquezas que possa se reverter no bem-estar das classes trabalhadoras, já se mostrou fracassada enquanto perspectiva histórica. Sobre esta perspectiva de um projeto secular capitalista de construção do bem-estar, Harvey (2004a, p. 253-254) faz uma contundente crítica quando afirma que:

O projeto secular do crescente bem-estar material em todo o mundo mediante a acumulação ampliada do capital não conseguiu cumprir suas promessas. Não pôde satisfazer as necessidades, as carências e os desejos humanos nem liberar tempo e espaço para o desenvolvimento emocional e intelectual. Prometeu um consumismo ilimitado (por vezes até como um bem coletivo em termos de bem-estar social) como um caminho para a busca da felicidade, mas proporcionou benefícios na melhor das hipóteses unilaterais, e na pior, falsos. Produziu riqueza e poder substancial para uns poucos e desilusão, repressão, infelicidade e degradação para os outros.

Estas propostas colocadas, demonstram muitas vezes de uma forma simplista, que o processo de auto-organização se apresenta como elemento determinante para mudar esta realidade. Mas o processo de auto-organização dos

trabalhadores no âmbito do capitalismo, demonstra uma dificuldade enorme, pois isto acaba se tornando um projeto de caráter utópico.

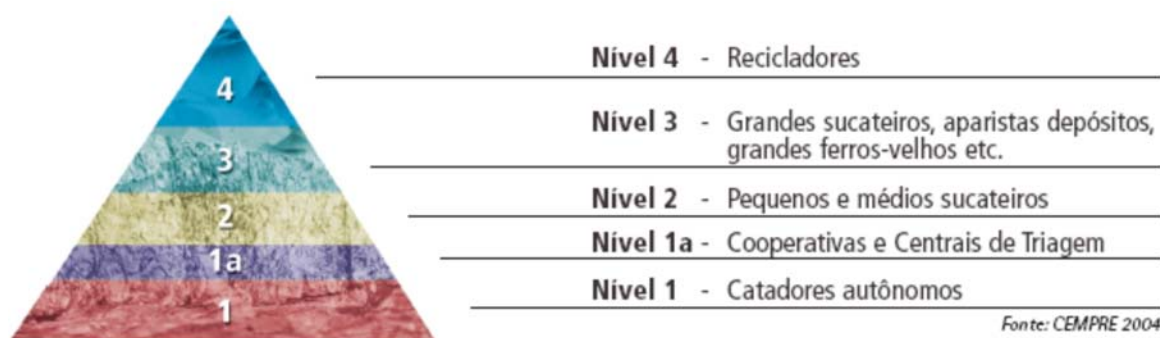
Estes processos não pressupõem em momento algum o controle social da produção pelos trabalhadores, mas apenas que estes se insiram de maneira formal neste mercado.

Sobre esta impossibilidade no capitalismo, Engels (1985, p. 60) afirma que:

A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Vimos que o modo de produção capitalista se introduziu numa sociedade de produtores de mercadorias, de produtores individuais, cujo vínculo social era o intercâmbio dos seus produtos. Mas toda a sociedade baseada na produção de mercadorias apresenta a particularidade de que nela os produtores perdem o comando sobre suas relações sociais.

O que Engels propõe é que, pensar uma relação social onde os trabalhadores tenham o controle sobre ela própria, é inviável sob o capitalismo. Qualquer proposta que não rompa com a lógica de exploração, se torna um elemento de utopia. Apesar de em determinados momentos amenizar algumas situações, não consegue de todo superar as mazelas produzidas pelas formas de trabalho no capitalismo. Outro documento importante que demonstra uma tentativa de incorporação dos catadores, é o que foi produzido pelo Instituto ETHOS.

Figura 7 – Cadeia da Reciclagem segundo O INSTITUTO ETHOS



Fonte: Instituto Ethos, 2007

Segundo a forma de entender a cadeia da reciclagem proposta na figura 7, esta constrói uma hierarquia entre os catadores. São diferenciados entre os que estão organizados em cooperativas, e os que estão nas ruas. Afirma que uma das soluções para “melhorar” a vida dos catadores seria a sua organização em cooperativas, como afirmado a seguir:

Na base da cadeia (Nível 1), a economia é informal, de sobrevivência e baseada na exploração da mão de obra de vários catadores, em sua maioria trabalhadores que perderam seus postos de trabalho nas mudanças do sistema produtivo. Eles coletam nas ruas, puxando carrinhos e carroças, e vendem os materiais para sucateiros, por preços muito baixos. Atuam em condições de trabalho e saúde precárias, auferindo a menor parte dos lucros gerados na cadeia. Já as organizações de catadores (Nível 1A) se encontram no setor formal da economia. Estruturadas em associações e cooperativas, estabelecem parcerias no contexto dos programas municipais de coleta seletiva, mas também atuam de forma independente do poder público. Não são remuneradas pelos serviços de coleta e triagem - sua renda é obtida, exclusivamente com a venda dos materiais recicláveis coletados (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 14).

Esta forma de apresentação da cadeia da reciclagem indica duas coisas. Em primeiro lugar, reforça a dicotomia entre trabalho formal e informal, apresentando a hipótese de que a inserção destes trabalhadores no mercado formal, seria uma condição necessária e suficiente para melhorar sua condição.

Esta falsa dicotomia (BOSI, 2008; SANTOS, 1978), cria uma falsa aparência de que a exploração do trabalho não acontece nos setores ditos formalizados. Nestes, se cria uma blindagem de direitos construídos que reduzem os níveis de exploração e degradação das classes trabalhadoras, uma espécie de emancipação pelo/no trabalho.

O documento deixa claro isto quando fala em exploração do trabalho apenas no primeiro nível citado. De certa forma, expressa o que Marx (2006) identifica que na ordem social burguesa, emancipação política não necessariamente leva a emancipação humana. Para Marx isto só pode acontecer pela supressão do trabalho assalariado.

Em segundo lugar, esta dicotomia pode também estimular a fragmentação entre estes trabalhadores, o que de certa forma cria dificuldades em

seu processo de organização. Os trabalhadores são colocados em níveis hierárquicos diferentes, o que cria uma situação de conflito entre os que estão “acima” e os que estão “abaixo” na cadeia produtiva.

O depoimento de algumas catadoras que trabalham em uma cooperativa de Anápolis, mas oriundas do Lixão da cidade se contrapõe a “estas” melhorias propostas no documento construído pelo Instituto ETHOS.

Segundo M.A. (56 anos, há dez anos como catadora, três anos na cooperativa e dez no Lixão de Anápolis) “Lá no aterro eu ganhava mais, toda semana eu tinha dinheiro, lá eu ganhava mais, a gente tem que falar o que é. Aqui na cooperativa, é mais limpinho, mais organizado, mas lá eu ganhava mais” (Maio de 2009).

De acordo com M.F. (66 anos, há 15 anos trabalhando em uma cooperativa em Anápolis como catadora).

Trabalho ficou mais ou menos um pouquinho, mas a canseira é a mesma. Lá no aterro a gente ganha mais, toda semana a gente tinha um dinheirinho. Trabaia um mês para receber uma mixaria, pra receber 130 real, o que se faz com 130 real. Lá no aterro, agente trabaia o dia que queria, quando não queria, não ia (Maio de 2009).

O MNCR divulgou em seu site (www.mncr.org.br) no dia 21 de Janeiro de 2009 um informativo intitulado “Atingidos pela crise, catadores de materiais recicláveis pedem providências”. O documento relata as dificuldades enfrentadas pelos catadores em todo o Brasil, devido a queda acentuada dos preços do material reciclável desde o final de 2008.

Representantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) denunciaram hoje (20) que a atividade foi sensivelmente prejudicada pela crise financeira internacional e que, se algo não for feito nos próximos 90 dias, muitos catadores migrarão para outras atividades informais, prejudicando as empresas compradoras desse tipo de material. “A situação está crítica, e todos os estados passam por problemas, principalmente os do Nordeste, que estão com maior quantidade de material parado. Nossa renda caiu vertiginosamente e até as cooperativas estão com dificuldades para pagar o custo operacional, após uma queda de 25% em suas receitas”, afirmou coordenador nacional do MNCR em São Paulo, Roberto Laureano. “Provavelmente muitas cooperativas vão falir se, em 90 dias, uma solução não for apresentada. Já estamos usando o nosso fôlego

final e, sem alternativas, praticamente todos os catadores abandonarão a atividade para trabalhar como marreteiros, na informalidade, e vendendo coisas nas ruas”, advertiu. Segundo Laureano, os preços pagos atualmente não permitem mais a sobrevivência dos catadores. “Em São Paulo, a queda dos preços do quilo de material chega a 62%, caso do ferro, que em setembro custava R\$ 0,42 o quilo e em novembro estava a R\$ 0,16”. Laureano informou que o papelão, no mesmo período, baixou 14%, passando de R\$ 0,28 para R\$ 0,24 o quilo. O plástico coletado também baixou, passando de R\$ 0,40 para R\$ 0,30 – uma redução de 25%. O alumínio, que estava a R\$ 3,40 em setembro, estava em novembro a R\$ 2,90. Atualmente, os catadores recebem das empresas apenas R\$1,80 por quilo do produto, uma queda de 47%. “Em dezembro sequer teve cota para o alumínio, uma vez que não houve comercialização do produto”, completou. Em Minas Gerais, a situação não é diferente, disse o coordenador nacional do MNCR no estado, Luiz Henrique da Silva. Segundo ele, entre setembro e janeiro, o preço do quilo de papelão especial baixou de R\$ 0,47 para R\$ 0,12; o papelão fino, de R\$ 0,37 para R\$ 0,10; o jornal, de R\$ 0,27 para R\$ 0,08; o papel misturado, de R\$ 0,15 para R\$ 0,01; e o papel branco, de R\$ 0,47 para R\$ 0,30 “O ferro, que em setembro custava R\$ 0,28, parou de ser comprado desde o dia 20 de novembro. Nossa expectativa é que, a partir do dia 26 de janeiro, vendamos esse tipo de material a R\$ 0,10 o quilo”, disse Luiz Henrique. O plástico também teve queda acentuada de preço em Minas, baixando de R\$ 1,00 para R\$ 0,60, o quilo. E o plástico de garrafas *pet*, de R\$1,20 para R\$0,60. “Teoricamente o preço do plástico é cotado pelo dólar, mas, como não existe ferramenta de controle, as empresas não repassam a alta do dólar para os catadores. E, quando a moeda está em baixa, elas também baixam os valores pagos. Infelizmente não temos nenhuma ferramenta para combater isso”, lamenta. “Do mesmo jeito que as empresas recebem incentivos fiscais e econômicos dos governos federal estadual e municipal, nós também queremos ajuda. Até porque são as cooperativas as verdadeiras geradoras de emprego. Estimamos que haja cerca de 800 mil catadores de material reciclável no país. A absoluta maioria não tem carteira assinada e é responsável por 90% do processo de reciclagem. No entanto, pelos cálculos do movimento, recebemos apenas 10% do lucro resultante desse tipo de comércio”, explica Luiz Henrique. A situação, segundo ele, está insustentável nas capitais. “E no interior está ainda pior, porque lá a atividade é mais forte em função da menor oportunidade de trabalho”. De acordo com ele, 71% dos catadores ainda estão nos lixões. Luiz Henrique lembrou que, na Lei de Saneamento, existe um artigo que dispensa as licitações quando as contratadas são cooperativas ou associações de catadores, mas disse que a norma legal não está sendo implementada porque, na prática, os municípios querem contratar empresas”, informou. “Prefeituras, estados e governo federal precisam aproveitar essa lei e contratar mais o serviço de cooperativas e associações, se desejam evitar uma crise ainda maior de desemprego”, completou o coordenador do MNCR em São Paulo, Roberto Laureano (www.mncr.org.br)³¹.

É justamente nos momentos de crise, que o capital condiciona os trabalhadores a se envolverem mais no processo produtivo. No caso dos catadores,

³¹Acesso em 18 de Abril de 2009.

estes precisam vender mais para compensar a queda nos preços, e isto significa um aumento na jornada de trabalho.

A crise é indiferente ao fato de os trabalhadores estarem ou não organizados em associações ou cooperativas. A preocupação com os efeitos da crise, vem justamente da parcela mais organizada dos catadores.

Sobre esta relação entre crise e aumento da exploração Marx (1988a, p. 185) afirma que:

Crises, durante as quais a produção é interrompida, trabalhando-se apenas “curto tempo” durante alguns dias da semana, não mudam em nada naturalmente o empenho de prolongar a jornada de trabalho. Quanto menos negócios são feitos, tanto mais deve ser o ganho sobre o negócio feito. Quanto menos tempo pode ser trabalhado, tanto mais tempo excedente de trabalho deve ser trabalhado.

Mesmo não existindo um patrão que os obrigue a trabalhar mais, a necessidade de sobrevivência faz com que o catador aumente a sua produtividade. O trabalhador “autônomo” precisa conseguir o máximo de material para ganhar o mínimo necessário. Mesmo Adam Smith (1988, p. 74) reconhece que “A condição dos trabalhadores é dura na situação estacionária e miserável quando há declínio econômico da nação”.

Os projetos apresentados como proposta de resgate da cidadania a partir da reciclagem se tornam equivocados. Eles não rompem em momento algum com a relação de exploração, independente da formalidade ou não do mercado de trabalho (SANTOS, 1978; BOSI, 2008).

O que tem ocorrido é que a evolução dos negócios no setor tem aumentado consideravelmente a rentabilidade do setor.

Segundo Stroh e Santos (2007, p.4)

A reintrodução dos materiais descartados aos processos industriais originais está projetada como altamente promissora em termos de ganhos do capital global (Calderoni, *op.cit*). De acordo com os dados do setor industrial, o Brasil ainda recicla menos de 5% de seu lixo urbano, frente ao percentual de 40% nos EUA e na Europa ocidental. O País é campeão mundial de reciclagem de latas de alumínio, das quais 85% são recicladas, e de papelão, cuja reciclagem é de 72%. No entanto, a reciclagem está restrita a poucos materiais, 21% de plástico e 38% de vidro e de papel (<http://www.cempre.org.br>, 18.05.2005). Neste novo setor de negócios, em

várias capitais brasileiras, ademais como suas congêneres latino-americanas, já estão implantadas **bolsas de valores de resíduos ligadas às federações estaduais da indústria, como é o caso de São Paulo (onde também há uma bolsa de valores de resíduos sólidos ligado ao sindicato dos trabalhadores na indústria química), Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Amazonas, Pará, Bahia, Ceará e Pernambuco.** Empresas de assessoria e consultoria atuam conectadas na internet, buscando nichos de mercado e de agregação de valor aos resíduos com maior capacidade de realização de lucros (Grifo meu).

Não pode ser esquecido que este aumento da rentabilidade é acompanhado pelo aumento da miserabilidade dos catadores. Neste sentido, uma situação que merece atenção, é com relação ao risco da miséria para o ordenamento social estabelecido (Conforme discutido no capítulo 3).

O capitalismo, mesmo em sua lógica excludente precisa garantir uma situação de segurança e estabilidade para todo o conjunto da população. Embora esteja na essência do capitalismo produzir conflito e miserabilidade (MARX, 1988, 2001, 2004).

Um grande exemplo desta situação é que dentro das políticas de “inclusão social”, a reciclagem/coleta seletiva de “lixo” estão colocadas como prioritárias na ordem do dia. Estas formas de inclusão, de acordo com Medeiros e Macêdo (2006), se apresentam na maior parte das vezes de forma bastante perversa.

Como forma de criar uma “imagem mais humanizada”, destes novos negócios, o discurso utilizado é de que a reciclagem não se pauta pela produção de valor. Existe a construção de um discurso socialmente aceitável, que apresenta a reciclagem como um setor que “foge” destas características.

Segundo o Instituto ETHOS (2007, p. 17):

Baseado em negócios sustentáveis, a cadeia produtiva da reciclagem rompe com o paradigma da cadeia de valor da reciclagem tradicional e propõe uma nova lógica de relações entre seus integrantes, fundamentada nos princípios do desenvolvimento sustentável e nos Objetivos do Milênio de redução da pobreza e uso sustentável dos recursos naturais. O modelo proposto pelo programa tem como principal característica ampliar as formas de interação e relação entre empresas socialmente responsáveis e as cooperativas de catadores. Além disso, estimula a integração dos

fornecedores e das empresas recicladoras, promovendo benefícios para todos os elos da cadeia.

Como forma de se contrapor a esta descrição da reciclagem, como uma atividade que cria uma espécie de “anti-valor” Layrargues (2002, p. 184) afirma que:

Com a supervalorização do aspecto ambiental da reciclagem, ela acaba tornando-se um alíbi, de forma que essa nova mercadoria aparece ao consumidor com um valor unicamente simbólico (de proteção da natureza, camuflando-se seu real valor econômico).

Esta camuflagem descrita pelo autor apresenta a reciclagem como algo naturalmente essencial. Os argumentos apresentados não condizem com a realidade dos catadores, principalmente se considerarmos os ganhos dos catadores no Brasil (Em média, menos que um salário mínimo).

O desalento de D.(41 anos, há 3 anos catando nas ruas de Goiânia) demonstra esta realidade quando se refere a sua situação:

Eu moro na rua, dentro do carrinho, eu durmo aonde paro, eu boto ele ai e durmo dentro dele, agora ele tá quebrado me eu não tenho dez real pra arruma ele. Mas eu sou pedreiro, quero trabalhar de pedreiro, eu até já arrumei emprego, mas não tenho onde morar, mas mentir é pior né (Maio de 2009).

A reciclagem então vista como grande absorvedor de força de trabalho excedente, pode aparecer de duas maneiras. Em primeiro lugar, como elemento de inclusão para trabalhadores que não tem chance no jogo formal do mercado.

Podemos caracterizar esta parcela das classes trabalhadoras ,como parte estagnada da superpopulação relativa (MARX, 1988b).

Segundo Marx (1988b, p. 199), esta parte da população se apresenta como:

A terceira categoria da superpopulação relativa,va estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo tempo de serviço e mínimo tempo de salário.

Exatamente como Marx afirma, os catadores se apresentam como uma inesgotável fonte de recursos para o capital investido na reciclagem. As condições de vida estão bem abaixo de outros setores das classes trabalhadoras, o que caracteriza uma disponibilidade para um máximo tempo de trabalho.

Em segundo lugar, estas características vão fazer que se crie dentro desta categoria de trabalhadores, as condições de reprodução do lumpemproletariado, ou como situação de lumpem (Conforme argumentado no Capítulo 3).

Foi necessário também criar uma forma de reconhecimento legal por parte do Estado que justifique o desenvolvimento deste setor. A partir do ano de 2002, estes trabalhadores conquistaram “avanço” segundo Medeiros e Macêdo, (2006), pois conseguiram seu reconhecimento enquanto categoria profissional no CBO (Código Brasileiro de Ocupações) do Ministério do Trabalho.

Embora a simples inclusão como categoria profissional reconhecida não irá garantir a melhoria de suas condições de existência. Este “reconhecimento” não pode também amenizar o grau de exploração a que estão submetidos, pois segundo a descrição das atividades (www.mtecbo.gov.br)³²:

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

O que se apresenta então como “avanço”, não é nada mais do que construção de estratégias que condicionem de forma legal o processo de exploração. Os aspectos qualitativos da exploração não se alteram pelo fato do trabalhador estar condicionado ou não a um determinado tipo de estrutura de reconhecimento legal.

³²Acesso em 22 de Maio de 2008.

Além disso, é importante lembrar ainda que o “reconhecimento” do trabalho do catador pelo Ministério do Trabalho e do Emprego está restrito aos catadores que estão organizados, seja em associações ou em cooperativas.

Severo (2008, p. 33) destaca este aspecto afirmando que:

No entanto, o cooperativismo e associativismo dos catadores é restrito a uma minoria de trabalhadores do setor, não correspondendo à divisão do trabalho proposta para o conjunto da categoria, mesmo que abarcando parte do trabalho destes. Assim, a proposta normativa do MNCR agrega os catadores organizados de forma associativa, uma das principais bandeiras deste movimento, servindo, inclusive, como alternativa para aumentar seus rendimentos e agregar valor, realizando tarefas que se encontram sob responsabilidade dos atravessadores. No entanto, a proposta não chega àqueles que não se encontram organizados, situação da maioria dos trabalhadores.

É importante considerar também a grande dificuldade na organização dos catadores, principalmente os que atuam de forma isolada. Estes aspectos pontuais, colocados como avanços na condição dos catadores de materiais recicláveis, não conseguem reverter a sua situação de degradação material. Deve ser desconsiderado a desproporção entre o trabalho realizado e o que estes conseguem auferir como resultados.

Todas as propostas a respeito da situação dos catadores e sua relação dentro da cadeia produtiva da reciclagem, justificam uma relação sempre de vir a ser. Sempre existe uma perspectiva futura de melhoria de suas condições existenciais.

Este vir a ser gera uma expectativa diante de uma situação que pode ou não se concretizar. As condições para um processo de desmobilização da resistência ao processo de exploração se tornam concretas. Os objetivos primordiais são os de ser aceitos dentro da lógica de funcionamento do mercado. Para isso, devem se enquadrar nos critérios pré-estabelecidos pelo setor empresarial, como forma de estruturar um processo de organização dos catadores.

Neste sentido, Freitas (2004, p. 147) demonstra que:

Com o advento do fundamentalismo do mercado, as classes trabalhadoras são enfraquecidas em seu poder de disputa na divisão socioespacial do trabalho, porque passam a dividir espaço com outras frações de classe na criação das territorialidades.

A realidade dos catadores, produz uma necessidade de inclusão nas estruturas socialmente produzidas e não a necessidade de sua superação. São elementos que desviam o caráter histórico da luta de classes.

É situação de letargia nas classes trabalhadoras, as suas ações estão sempre pautadas pela espera pelas ações de terceiros. Está colocada a necessidade de parcerias como forma de estabelecer uma “harmonia” produtiva na cadeia da reciclagem. A inserção formal do catador no processo produtivo não altera em nada a essência da relação de trabalho que se impõe.

É formada uma relação bastante assimétrica, pois se considerarmos a relação entre faturamento das empresas e ganhos dos catadores, nos dá uma ideia das disparidades formadas.

Segundo A.D. (48 anos) há 11 anos trabalhando nas ruas como carrinheiro:

Eu trabalho para um depósito, o carrinho não é meu, é do dono e ele sempre paga o que ele quer. A balança dele tá viciada, sempre pesa menos do que o real, já tentei compra o carrinho mas ele não vende. As vezes me sinto um escravo nas mãos dele”(Maio de 2009).

É uma relação muito comum entre os carrinheiros, pois uma parte deles ficam vinculados aos atravessadores, mas nem todos tem esta percepção de exploração. É uma relação quase de propriedade sobre o trabalhador, o que aparece no depoimento de um dono de depósito de Anápolis que afirmou “esperar o meu catador chegar com o material” (Maio de 2009). Existe uma relação de propriedade não só com o carrinho, mas também com o próprio trabalhador.

Os processos de reciclagem/coleta seletiva de “lixo” aparentam uma importante função social: gerar emprego e renda, inclusão social e preservação ambiental. Ela esconde por trás, enormes possibilidades de ganhos de capital, além

de garantir uma massa enorme de força de trabalho disponível a custos baixos, segundo Andrade (2006) e Stroh e Santos (2007).

Com relação a este discurso, o Cempre em sua página afirma que:

A questão social ganha força a cada dia, principalmente pelas novas oportunidades de trabalho e renda oferecidas a uma parte da população, infelizmente excluída do mercado de trabalho face ao seu baixo grau de especialização; e mesmo de alfabetização. Os catadores de materiais recicláveis passaram a ter um papel fundamental na sociedade. É na coleta de materiais recicláveis que encontram fonte regular de renda que lhes permite uma vida digna. A organização em cooperativas tem permitido um salto significativo na qualidade do trabalho desempenhado pelos catadores, tornando-os legítimos empreendedores. **Através da coleta seletiva estes indivíduos têm sua cidadania resgatada. O setor empresarial brasileiro também encontrou no catador o parceiro ideal para o exercício de parte de sua responsabilidade social e ambiental. O ganho médio do catador está em 1,5 salários mínimos nas regiões Sudeste e Sul e em 1 salário mínimo nas demais regiões. O investimento em galpões de triagem e/ou cooperativas está em torno de R\$ 2.500 por posto de trabalho gerado** Acessado em 20 de Outubro de 2008 em Evolução da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos no Brasil (www.cempre.org.br)³³ (Grifo meu).

A afirmação em negrito demonstram uma verdadeira “parceria” entre trabalhadores e patrões. Os primeiros entram com uma dose de sacrifício consideravelmente maior, inclusive com péssimas condições de saúde (PORTO et al, 2004). O processo de reciclagem se constitui em um aspecto degradante do trabalho que “desumaniza o Homem” (MÉSZÁROS, 2002; MARX; 2001).

Não se pode deixar de considerar a característica destrutiva da produção capitalista. Esta característica pode ser entendida também pela sua constante necessidade de destruição de ativos, tanto capital como trabalho (HARVEY, 2005).

Em consonância com esta análise, Gonçalves (2006, p. 98) afirma que:

Esse trabalhador ao realizar o seu trabalho informal e individualizado de catação se encontra “amarrado” aos atravessadores e às indústrias, mas essa relação de trabalho não significa uma afinidade de reconhecimento mútuo e com responsabilidades por parte dos controladores do circuito. Pelo contrário, a informalidade do negócio é um elemento que possibilita a quem compra e a quem beneficia as mercadorias desses catadores, sua isenção de qualquer responsabilidade. Assim, os catadores, vistos no circuito

³³Acesso em 12 de Janeiro de 2008.

econômico como trabalhadores autônomos, representam na verdade a forma mais cruel de precarização do trabalho, pois trabalham indiretamente para os atravessadores e para a indústria da reciclagem, mas são considerados trabalhadores por conta própria. Na informalidade não tem acesso aos benefícios sociais mínimos, sendo que sua condição de reprodução não significa aumento do custo do trabalho para empresas do setor, que graças à lógica excludente do modo de produção capitalista têm sempre um exército de trabalhadores nesta condição a sua disposição.

Por não possuírem o controle social da produção, os catadores ficam sujeitos aos preços que os diversos atravessadores impõem. O seu poder de negociação se torna bastante reduzido perante as empresas que controlam o setor. A questão mais importante a ser colocada, não é a perspectiva de serem incluídos ou não no mercado formal, mas sim como obter o controle da cadeia produtiva.

A posição dos catadores dentro da reciclagem lhes cria uma série de inconvenientes. Esta condição os deixa extremamente vulneráveis às condições impostas por outros agentes, que participam no mercado da reciclagem.

Segundo Layrargues (2002, p. 190):

Isso ocorre porque enquanto os catadores e os sucateiros operam na situação de concorrência perfeita, por não terem condição de determinar os preços praticados no mercado da reciclagem, a Latasa, única empresa que compra dos sucateiros as latas de alumínio vazias e também a única fornecedora de latas de alumínio para o mercado de bebidas, possui um extraordinário poder de negociação. Essa relação configura a exploração do trabalho pelo capital de modo selvagem e revela uma das engrenagens responsáveis pela concentração de renda no país.

É importante salientar que mesmo entre catadores e sucateiros, esta relação de concorrência perfeita não existe. A situação de mercado é mais favorável para os segundos, pois estes se apresentam não só como intermediários. Os sucateiros muitas vezes são donos dos próprios instrumentos de trabalho (os carrinhos fornecidos aos carrinheiros para catar o material nas ruas das cidades).

De forma geral, o que se pretende colocar é exatamente como o mercado em concorrência perfeita pode trazer vantagens a todos que nela participam. O discurso que prevalece é que, mesmo dentro de um mercado desigual como o da

reciclagem, os princípios da liberdade e igualdade de oportunidades sempre predominam na construção do bem-estar.

Isto é importante ser afirmado, pois levanta uma questão: Como podem os trabalhadores conseguir avanços significativos, se não obtêm o controle social da produção?

Mesmo no capitalismo, várias concessões são feitas para as classes trabalhadoras, mas o controle social da produção (espinha dorsal), em momento algum pode ser modificada. Quando isto acontece, se modifica toda a estrutura da ordem social vigente. A Tabela 3, mostra o faturamento da indústria de alumínio no Brasil, que cresceu de forma impressionante na segunda metade da década de 1990. Só no mercado de alumínio, o faturamento em 2000 foi de 129 milhões de dólares, valor este que é resultado principalmente do baixo custo da força de trabalho atuante neste setor (como demonstra os números do Cempre).

Tabela 3 - Faturamento do mercado de reciclagem de alumínio no Brasil – 1995 – 2000.

LATAS DE ALUMÍNIO				
Composição	(A)*	(B)**	(C)***	Faturamento****
1995	31204	49694	62,8	53
1996	40763	66459	61,3	55
1997	61744	96462	64	92
1998	82355	126394	65,2	101
1999	86409	118578	72,9	106
2000	102852	131586	78,2	129
* - Consumo de sucata de latas (t)				
** - Disponibilidade de latas no mercado interno (t)				
*** - Índice (A) / (B) %				

Fonte: CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

A ideia de racionalidade econômica não está necessariamente ligada a perspectiva de que a produção tenha uma demanda suficiente. Porque como o valor

de troca se constitui como o elemento de sua principal determinação, este processo se estabelece prioritariamente no processo produtivo.

É neste momento e não prioritariamente no processo de circulação que se encontra o ponto central da produção do valor (MARX, 1987). Esta tem a ver principalmente com o tempo de trabalho excedente, e não com a demanda, como o principal elemento de determinação (MÉSZÁROS, 2002).

Sobre esta dinâmica, Marx (2003a, p. 47) afirma que:

Desta forma, o valor relativo, medido pelo tempo de trabalho constitui, fatalmente, a fórmula da escravidão moderna do operário, em vez de ser, como pretende o Sr. Proudhon a “teoria revolucionária” da emancipação do proletariado.

Se a reciclagem for pensada só em seus aspectos pontuais e isolados, nas “chances” oferecidas ao catador ou na proposta de um “ambiente mais limpo e saudável”, a análise fica incompleta. É importante considerar este setor da produção capitalista como uma cadeia em que o catador aparece como o elo mais fragilizado deste circuito econômico.

É um setor que ganhou uma considerável importância no atual estágio do capitalismo, mas baseado em uma força de trabalho degradada.

A análise de Gonçalves identifica que (2006, p.21):

O trabalho na catção de resíduos recicláveis é na atualidade o elemento fundamental deste circuito econômico, sendo a base, como demonstraremos no decorrer do trabalho de sustentação dos índices de reciclagem de resíduos e dos ganhos que a indústria brasileira envolvida neste setor vem alcançando nos últimos anos [...]. A verdadeira legião de trabalhadores, que no Brasil sobrevive a partir da comercialização dos resíduos recicláveis que interessam à indústria e aos agentes que compõem os circuitos que daí se estruturam, desenvolve suas atividades, na maioria dos casos, à margem do mercado de trabalho formal, sem nenhum tipo de vínculo empregatício com os comerciantes ou as indústrias recicladoras. Na maior parte dos casos encontrados, o desemprego de longa duração e a necessidade de obter meios de sobrevivência levaram estes trabalhadores (homens, mulheres, idosos, crianças) a buscar este tipo de trabalho.

É um setor de atividade que tem, pelo menos no discurso, representado a vanguarda no processo de recuperação ambiental. Mas a produção de desperdício

aparece como um componente funcional e estrutural do desenvolvimento capitalista (MÉSZÁROS, 2002).

Segundo Gonçalves (2006, p. 22) este processo é inerente ao processo de produção capitalista porque:

Diante do contexto do crescente desperdício do qual o lixo é símbolo, o processo de reciclagem comparece como uma ação detentora de uma capacidade de redimir toda a sociedade do capital do processo destrutivo gerado pelo consumismo e pelo descarte dos resíduos. Apesar dos benefícios que pode proporcionar, a reciclagem não dá conta de resolver o crescente problema da geração de resíduos e de lixo. Isso porque, dentro da sociedade do capital, não há como esse circuito econômico, que transforma, beneficia os resíduos recicláveis para revitalizar os materiais para outros usos, contrapor a própria lógica destrutiva, ou seja, a reciclagem industrial e em grande escala só se aplica nos casos em que a reprodução do capital estiver garantida, não podendo esse processo ser aplicado indistintamente a todo e qualquer tipo de resíduo, mesmo que esse seja potencialmente reciclável.

O setor tem se apresentado então como uma das salvaguardas do processo de desperdício, quando as empresas do setor constroem todo um discurso de “responsabilidade social e ambiental”. Apresenta à sociedade uma alternativa viável ao intenso processo de desperdício gerado, pois o desperdício aparece como um comportamento irracional da humanidade. A educação e conscientização ambiental se tornam elementos necessários e suficientes ao melhor manejo dos recursos do planeta.

O discurso do presidente da ABAL (Associação Brasileira de Alumínio) representa isto quando afirma que “O processo movimenta a economia, gera empregos e promove a educação dos cidadãos para a preservação ambiental” (ABAL, s/d). A responsabilidade segundo a afirmação acima, não é da forma degradante da expansão capitalista, mas sim da falta de consciência ambiental.

Existe uma atuação benéfica do capital no sentido de garantir a formação desta consciência. O texto fala de melhorias, mas as melhorias no capitalismo não refletem necessariamente em redução da exploração do trabalho (HARVEY, 2005).

Mas, ao falar de melhoria, talvez tivessem também os economistas pretendido falar desses milhões de operários que tiveram de perecer, nas Índias Orientais, para proporcionarem ao milhão e meio de operários ocupados em Inglaterra na mesma indústria três anos de prosperidade em dez (Marx, 2001, p. 91).

As possíveis melhorias proporcionadas pela reciclagem de “lixo” não levam em conta a precariedade dos catadores. O discurso que se apresenta hegemônico é que esta atividade não tem como objetivo principal o lucro, mas a construção de uma sociedade mais limpa e saudável.

O “lixo” pode ser utilizado como elemento de cidadania e as territorialidades dos catadores – principalmente em formas de associações ou cooperativas - teriam como resultado a formação de verdadeiros “espaços de esperança” (HARVEY, 2004a). Estes se apresentariam como fontes de emprego e renda para uma parcela da população sem alternativas. É a formação de uma dinâmica espacial não do “lixo”, mas espaços de cidadania e muitas vezes do resgate do direito à cidade.

5.3 Situação da indústria da reciclagem no Brasil

O setor de reciclagem no Brasil tem apresentado uma evolução significativa nas últimas décadas, o que justifica a euforia que tem tomado conta do setor empresarial brasileiro. É importante então analisar o desempenho de três setores específicos – alumínio, papel e celulose e pet – e diante disso, entender quais são as características que possibilitam a evolução do setor.

Os números apresentados no Quadro 1, demonstram a relação desproporcional entre produção e apropriação de riqueza na reciclagem. O crescimento do faturamento, entre 2006 e 2007, está ligado principalmente a redução dos custos com geração de energia para a produção de alumínio, pois a economia para a indústria chega aos 95%.

Quadro 1 – Resultados da indústria brasileira de alumínio

Faturamento (U\$)	
2006	6,3 bi
2007	7,8 bi
Energia Poupada na produção de alumínio a partir de 270 mil ton material reciclado – 2004	3.900 GWH
Volume de Alumínio Reciclado	
1990	65 mil ton
2004	270 mil ton
Economia de custos em relação ao processo original de alumínio	95,00%
Economia das reservas de Bauxita por 1 tonelada de alumínio reciclável	0,0179% Reservas Brasileiras 0,0138%da s Reservas Mundiais

Fonte: Abal– Associação Brasileira do Alumínio; Abralatas – Associação Brasileira de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade; Layrargues, 2002

Segundo Layrargues (2002) os números da indústria de alumínio demonstram que o discurso de sustentabilidade se apresenta também de forma equivocada. De acordo com o autor, mesmo que o Brasil já tenha alcançado o surpreendente índice de 95% de alumínio reciclado, isto representa uma redução de menos de 0,2% na exploração das reservas de bauxita situadas em território nacional.

Estas informações, indicam que a reciclagem de alumínio contribui de forma pouco significativa para a conservação do ambiente. A produção do alumínio e a consequente exploração das reservas de bauxita dependem sobremaneira do potencial do mercado.

De acordo com Layrargues, (2002, p. 187):

O fato é que o Brasil não deixou de extrair bauxita, nem reduziu sua produção de alumínio primário em função da reciclagem. Ocorre que, como qualquer outro negócio, o investimento na produção de alumínio depende da demanda interna ou externa [...]. É preciso lembrar ainda que o alumínio

é o metal mais abundante existente na Terra (Brasil, 1972, Tayra, 1998), aliás o ferro e o alumínio são os únicos metais que podem ser considerados praticamente ilimitados (Meadows, et al, 1992). segundo Penna (1999), em 1992 estimava-se em 222 anos a longevidade das reservas mundiais de bauxita. O autor, recorda, porém, que nas duas últimas gerações foram utilizados mais minerais do que em toda a história humana, e muitos deles poderão se esgotar ainda antes da metade do século XXI [...].Porque então a preocupação com a reciclagem focalizada no alumínio, se outros metais vitais para a civilização industrial possuem longevidade expressamente inferior? Se existe de fato uma genuína preocupação empresarial com o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis, não seria mais sensata a existência de uma “força-tarefa” do setor produtivo direcionada para a reciclagem destes outros minerais?

Os questionamentos levantados pelo autor expressam a contradição entre o que a reciclagem propõe e sua práxis. Existe a primazia da rentabilidade sobre quaisquer outras questões que possam ser elencadas. Outro elemento interessante para análise é a economia de energia proporcionada pela reciclagem de alumínio.

De acordo com Layrargues (2002, p. 189):

Para Ramos (1982), embora haja aspectos ambientais importantes na reciclagem do alumínio, o mais significativo é a economia de energia para a empresa. Já que 70% da energia consumida no processo de redução eletrolítica dá-se sob a forma de eletricidade, reduzir custos em energia elétrica significa reduzir custos de produção. Portanto, a tendência natural é que a reciclagem tenha cada vez maior importância, pois ela elimina o processo de redução eletrolítica na fase de produção. De fato, o autor lembra que a *Reynold Metals* já declarava em 1980 que a empresa objetivava aumentar a tonelada de material reciclado. É muito mais econômico reciclar latas de alumínio do que produzi-las a partir de metal novo. E, assim, a lata de alumínio vazia torna-se a mais fácil e lucrativa fatia da reciclagem.

Embora a citação acima não deixe de destacar o aspecto ambiental – muito questionado neste trabalho – deixa evidente o aspecto importante que a reciclagem tem na redução dos custos de produção. Isto corrobora Marx (1988c), quando o mesmo trabalha na perspectiva do reaproveitamento de material como uma forma eficaz que o capitalismo encontra para reduzir os custos de produção.

Layrargues (2002, p. 191) ainda afirma que “Entretanto, a busca de

eficiência que se traduz na racionalidade econômica não pode ser confundida com consciência ecológica nem com responsabilidade social”.

É uma afirmação que serve como referência para questionar o papel da indústria da reciclagem no capitalismo contemporâneo. Esta aparece travestida como resultado da construção de uma consciência de responsabilidade socioambiental, o que justifica seus atuais níveis de rentabilidade.

Quadro 2 - Resultados da indústria de papel e celulose no Brasil

Faturamento (Mil reais)		
2006	2007	Tx Crescimento
23.345.378	24.593.465	5,30%
Salários (Mil reais)		
2006	2007	
1.392.146	1.449.100	4,00%
Impostos e Taxas (Mil reais)		
2006	2007	
2.041.158	2.132.382	4,50%
Taxa de Recuperação de Papel Reciclável		45,00%

Fonte: Bracelpa – Associação brasileira de Celulose e Papel

Com relação a indústria de papel e celulose, o Quadro 2 nos oferece importantes elementos de análise. Enquanto o faturamento no período entre 2006 e 2007 cresceu 5,3%, os salários (diretos e indiretos) cresceram 4%. A taxa de material reciclável utilizado pela indústria de papel e celulose é bastante considerável (45%). É resultado direto da atuação dos catadores, ou seja, os números apresentados indicam que a participação dos catadores neste processo acontece de forma muito intensa.

Tabela 4 - Resultado da indústria pet no Brasil

Ano	Reciclagem (Kton)	Capacidade de Reciclagem (Kton)	Taxa de Utilização da Capacidade Reciclada
2004	167	-	-
2005	174	241	69,30%
2006	194	242	71,90%
2007	231	269	72,10%

Fonte: Abipet

Com relação ao PET, a Tabela 4 demonstra um crescimento considerável tanto na capacidade de reciclagem como na taxa de utilização da capacidade reciclada. O crescimento segundo a ABI PET representa um reflexo da recuperação do mercado que vem ocorrendo desde 2005. O aumento do volume de reciclado colocou o Brasil na segunda posição mundial perdendo apenas para o Japão, segundo a ABI PET.

Tabela 5 – Porte das empresas pela capacidade de processamento

Capacidade de processamento	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008
Até 50 ton	15	13	12	12
De 51 a 100 Ton	25	23	21	17
De 101 a 200 Ton	26	27	29	23
De 201 a 500 Ton	23	26	28	29

Fonte: Abipet

Já a Tabela 5 demonstra a perspectiva de concentração no setor, se for considerado que as maiores empresas – com capacidade acima de 200 toneladas – apresentaram um crescimento maior do que as empresas menores. Não pode deixar

de ser considerado que esta é uma característica da dinâmica capitalista: concentração e centralização.

5.4 Reciclagem e desenvolvimento capitalista.

Para se considerar o desenvolvimento capitalista, deve-se considerar também como o mesmo constrói suas espacialidades de ações. Pois pensar o desenvolvimento capitalista é refletir como se dá a sua dinâmica de espacialização, e suas formas desiguais de ocorrência. É definida então uma materialidade das relações sociais, que está representada nas diversas manifestações ou configurações espaciais (paisagem, território, lugar, região, etc.).

Tal materialidade é resultado direto da forma como o trabalho se configura em dois níveis: tanto como relação metabólica do homem com o meio natural, bem como atua na relação espacial entre homem e sociedade (THOMAZ JÚNIOR, 2002 ; 2005; MOREIRA, 2001).

É a partir da análise como isto se materializa no território (THOMAZ JÚNIOR, 2002a), que permite entender a construção de uma totalidade social. Uma análise que consiga perceber os diversos espaços a partir da ideia de formações socioespaciais. É importante identificar como os recursos vão sendo alocados, permitindo o desenvolvimento do processo de produção/reprodução espacial.

Segundo Thomaz Júnior (2002a, p. 2):

Sendo, pois, que o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e regulação sociedade/espço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender dialética existente entre **dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho**, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica, pois tanto a necessidade de refazermos os caminhos da interlocução com os demais áreas do conhecimento científico, quanto com outras formas de conhecimento, são de uma reflexão profunda e necessária que nos propomos apontar nesse ensaio (Grifo meu).

A parte em destaque, na citação acima, ajuda na elucidação das principais ideias norteadoras deste trabalho, pois apresenta a relação entre a dinâmica do trabalho e suas formas de territorialização. O trabalho de catação representa neste sentido, uma das novas territorialidades na dinâmica do capitalismo.

Isto não pode estar desconectado da análise de como se estabelece a indústria da reciclagem em seus aspectos macro, e como se desenvolve o trabalho de catação. Este é um dos aspectos consideráveis dos “mundos” do trabalho no atual momento histórico. Existe a produção/reprodução de diversas formas socioespaciais, que são refletidas na intensificação da divisão do trabalho, bem como da maior fragmentação das classes trabalhadoras.

De acordo com Moreira (2001, p. 12) o capitalismo estabelece esta fragmentação quando constrói uma sociedade:

Dividida em mundos do trabalho e do não-trabalho, surge a sociedade do trabalho (a sociedade industrial do capitalismo avançado), fragmentária e organizadora da existência humana num arranjo espacial de configuração extremamente estilhaçada.

Esta fragmentação e estilhaçamento da sociedade contemporânea, fruto de uma nova reordenação dos “mundos” do trabalho, resulta em um maior acirramento das contradições. Existe também uma intensificação do fetichismo social, porque a necessidade da produção de valor se agudiza, mas sempre permeada de um velamento da realidade social produzida.

A reciclagem não é vista em sua totalidade, como um conjunto de atividades que se tem como uma de suas principais formas de ganho a exploração dos catadores. A reciclagem é apresentada em seu aspecto fragmentado, não como criador de uma nova realidade espacial ou uma nova formação socioespacial.

Esta tem como um de seus objetivos principais, a produção de valor a partir de diferentes usos do espaço, o que caracteriza as diferentes formações socioespaciais. Não deve ser deixado de lado como são ordenadas espacialmente estas mesmas forças produtivas.

É este aspecto que permite a materialidade da existência social. Milton Santos (1996b) defende que a ideia de formação socioespacial seria um elemento muito mais completo para compreender a realidade do que o conceito de modo de produção. O autor entende que cada atividade representa uma parte que o mesmo define como “fenômeno social total” (SANTOS, 1996b, p. 107).

A produção espacial, vista como a relação homem-sociedade mediada pelo trabalho (BATISTA de DEUS, 2003), representa a dinâmica de construção dos elementos necessários à existência humana. Neste sentido, Santos (1996b) entende a categoria formação socioespacial como substancial para compreender a dinâmica da produção do espaço, quando afirma que:

Também os recursos de um país formam uma totalidade. As diversas disciplinas buscam enumera-los, segundo suas próprias classificações mais ou menos específicas, mais ou menos detalhadas e, até certo ponto, mais ou menos enganosas. Mas, de fato, nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto, seja ele um estoque de produtos, de população, de emprego ou de inovações, ou uma soma de dinheiro [...]. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso, a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de cada país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 1996, p. 106-107).

Mas, diferente do autor, considero que as duas categorias – modo de produção e formação socioespacial – atuam de forma complementar para melhor permitir o entendimento da realidade. Não dá para entender a dinâmica de um determinado modo de produção sem compreender as diversas espacialidades que o definem.

Mesmo porque Santos (1996a, p. 110) considera que a noção de formação socioespacial é entendida a partir de como os diversos tempos concorrentes se conectam a partir de uma lógica de funcionamento conjunta.

A reciclagem, neste sentido, nos dá uma dimensão de como isso ocorre no capitalismo, pois convivem lado a lado indústrias modernas, baseadas nos catadores “sujos e desqualificados”. Estes trabalhadores, estão desprovidos dos

símbolos da modernidade capitalista, como o acesso a shopping-centers e uso de equipamentos considerados como essenciais a vida em sociedade.

A formação socioespacial poderia neste sentido também ser entendida como a maneira como os objetos técnicos, informações e força de trabalho, são dispostos no espaço para produzir determinada existência social.

Os tempos considerados são os tempos do trabalho que se constituem de forma integrada na realidade concreta. A conceituação que Marx e Engels (2001, p.11-12) apresentaram para modo de produção, nos dá uma medida desta complementaridade, pois os mesmos entendem que:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência, depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da vida física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já um modo determinado da atividade física desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado [...]. Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho. Na medida em que esta divisão do trabalho não é mera extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas anteriormente (o aproveitamento das terras incultas, por exemplo), qualquer força produtiva nova nos traz como consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho.

A organização de uma determinada formação socioespacial, comporta em si a conjugação de diversas formas de produzir a existência humana. Os modos de produção apresentam como elemento de determinação principal, uma forma de relação de trabalho que se torna hegemônica.

Isto depende sobremaneira da forma como a força de trabalho é utilizada, e o capitalismo se desenvolve quando o processo de trabalho se torna processo de valorização (MARX, 1988a).

O avanço das forças produtivas definem formações socioespaciais que conjugam os diversos modos de vida, conforme os interesses da classe dominante. A categoria formação socioespacial se torna completa então, quando procuramos

entender como o trabalho e suas diversas formas de organização se materializam no espaço. São criadas as diversas territorialidades do trabalho, o que permite também apreender a realidade socialmente construída.

Marx (2004, p. 74) afirma que:

Na medida em que o processo de produção não é mais do que um processo de trabalho, o operário consome ele mesmo os meios de produção como simples meios de subsistência do trabalho. Em contrapartida, na medida em que o processo de produção é simultaneamente processo de valorização, o capitalista consome no seu decurso a capacidade de trabalho do operário, ou, por outra, apropria-se do trabalho vivo, como sangue e vida do capital.

Este processo se estabelece em um determinado espaço, que de acordo com seus usos vão sendo definidos os distintos territórios (SANTOS, 2005). O processo de trabalho aparece apenas como meio, enquanto o processo de valorização aparece necessariamente como fim (MARX, 2004).

A relação entre formação socioespacial e modo de produção nos dá a base para entender o dinamismo da produção capitalista. É um movimento contraditório de organização espacial, que cria o capital através da exploração do trabalho.

Thomaz Júnior (2002b, p. 15) considera que:

Encimado no cenário mercantil, por excelência fundado na produção/extração de mais valia, o capital tece dialeticamente seu mundo (re)construindo relações de subordinação, de controle e de mando, que fundamental na relação capital-trabalho. E desse mundo, no interior da luta de classes que também somos chamados o desafio de entendermos (des)territorialização dos atores sociais envolvidos nesse processo, que na rabeira da expansão do parque fabril à escala planetária, anuncia um fase específica do capitalismo. Esse processo sempre foi acompanhado da resistência do trabalho, ora dos camponeses para não saírem da terra, ora dos já proletarizados trabalhadores para não perderem o emprego, vide a rica história do movimento operário e camponês nos quatro cantos do planeta.

Esta forma de produção social apresenta, como um de seus princípios norteadores, uma intensa produção de excedentes. Diante disso é que podemos entender o intensivo grau de descartabilidade da sociedade contemporânea. Esta

descartabilidade ocorre inclusive com o próprio detentor da força de trabalho, o que leva também a um intensivo aumento da produção de “lixo” no mundo. Mas que, de uma forma ou de outra, deve ser necessariamente reaproveitado no sentido de garantir a reprodução do capital.

A produção de “lixo” está intrinsecamente ligada ao atual estágio de desenvolvimento capitalista. As formas de comportamento, baseadas em um consumismo desenfreado garantem, em níveis aceitáveis, o processo de circulação de mercadorias.

A sustentabilidade ambiental no capitalismo aparece mais como elemento de retórica do que propriamente um fato com possibilidades de efetivação. Representa também uma das facetas do capitalismo contemporâneo, que é a produção de riqueza acompanhada de um alto grau de descarte de produtos.

Tabela 6 – Produção diária de lixo (ton) Brasil, Goiás e municípios selecionados

Brasil	157.708
Centro-Oeste	10.727
Goiás	4.342
Anápolis	200
Aparecida de Goiânia	228
Catalão	24
Goiânia	1.279
Itumbiara	70

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2000

Os números informados no Tabela 6 acima, para Goiás, demonstram esta relação entre crescimento econômico e produção de “lixo”. Segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (Tabela 6), os municípios informados estão entre os dez maiores PIBs municipais, sendo que Goiânia e Anápolis estão respectivamente em primeiro e segundo lugar.

Os oito municípios representam aproximadamente 56% do PIB estadual e aproximadamente 46% de todo o lixo produzido em Goiás, o que demonstra uma relação direta entre produção de riqueza e produção de “lixo” no capitalismo.

Uma questão precisa então ser colocada: a sustentabilidade ambiental seria possível sem a superação do próprio sistema do capital? Como resposta negativa a esta questão, Mészáros (2002) afirma que o capitalismo contemporâneo em sua lógica de funcionamento, produz mercadorias com uma “taxa de utilização decrescente”. O processo de produção capitalista, na atualidade, apresenta a tendência hegemônica de produção de desperdício.

Segundo Mészáros (2002, p. 639-640)

A taxa de utilização decrescente está, em certo sentido, diretamente implícita nos avanços realizados pela própria produtividade. Ela se manifesta em primeiro lugar, na proporção variável segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de consumo rápido (por exemplo, produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam utilizáveis (isto é, reutilizáveis) por um período de tempo maior: uma proporção que obviamente tende a se alterar em favor dos últimos. Sem essa alteração seria inconcebível um desenvolvimento sustentável e potencialmente emancipatório. É, portanto extremamente problemático afirmar que, ultrapassado certo ponto na história do “capitalismo avançado”, este processo – intrínseco ao avanço produtivo em geral – seja completamente revertido da mais intrigante forma: em que a “**sociedade dos descartáveis**” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para sua contínua reprodução, somente se ela puder “consumir” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam a categoria de bens relativamente duráveis. (Grifo meu)

Um outro aspecto que merece ser discutido é a relação que se faz entre desperdício e a possível existência de necessidades ilimitadas da espécie humana. A crise ambiental é vista como resultado direto de uma produção ilimitada, como garantia de atendimento de necessidades ilimitadas da espécie humana.

As necessidades são apresentadas como se fossem naturais, e não fruto de um determinado momento sociohistórico. É o capitalismo que cria uma quantidade de necessidades como forma de garantir a sua própria existência.

Sobre a relação entre produção e necessidades ilimitadas, Foladori (1999, p. 35) afirma que:

A tendência exclusiva mais geral é a produção ilimitada. Uma das “queixas”, se assim podemos chamá-la, do movimento ambientalista, que tem sido dirigida à sociedade moderna, é seu crescimento ilimitado. O crescimento ilimitado da sua produção seria a causa de uma poluição e depredação também ilimitadas e segundo alguns autores de uma sobrecapacidade de carga do Planeta. Mas esta tendência ilimitada à produção não é uma consequência natural da espécie humana e sim particular da produção capitalista. É claro que a teoria econômica neoclássica e keynesiana têm se encarregado de divulgar o suposto sobre o qual elas se construíram, isto é, que o ser humano tem necessidades ilimitadas. Mas isto jamais foi demonstrado. Pelo contrário, tanto a história econômica como a antropologia têm mostrado este equívoco. A tendência à produção ilimitada é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista. Por isso, também, resultam fúteis as críticas à produção ilimitada que não encaram, ao mesmo tempo, as críticas à organização capitalista da sociedade humana.

O aproveitamento deste “lixo” passa a ter um caráter de essencialidade na produção de valor. O mesmo precisa ser transformado em matéria-prima que garanta um custo reduzido de reprodução. É de extrema necessidade, o aproveitamento “racional” dos recursos, no caso o “lixo” que se torna enquanto tal. A racionalidade não significa uma preocupação com a sobrevivência da espécie humana, mas sim com a produção de valor. Significa o “lixo” se transformar em matéria-prima para a obtenção de novas mercadorias.

Segundo Marx (2004, p. 69):

Matéria-prima e produto são, ambas, determinações que correspondem a uma coisa relacionada com o processo de trabalho e, em si e para si, não têm nada a ver com sua determinação enquanto capital, embora ambos, a matéria-prima e o produto, representem capital, tão-só o capitalista se apodera do processo de trabalho.

Esta análise permite contextualizar a produção de “lixo” dentro da lógica da produção capitalista. O processo de reciclagem é apropriado pelo capital, apesar de, na aparência, esta se apresentar como “alternativa” digna de sobrevivência para os trabalhadores da reciclagem. O “lixo”, enquanto mercadoria, se torna viável pelo processo de intensificação na produção.

Isto garante o aparecimento da reciclagem como um importante setor da atividade econômica. A reciclagem constrói nos espaços urbanos uma dinâmica de diversos territórios, que vão ter o “lixo” como o elemento determinante e seu uso (SANTOS, 2005). Os “lixões”, ³⁴ por exemplo, tem se tornado um território da atividade dos catadores, nos espaços urbanos.

Segundo Stroh e Santos (2007,p.3):

Estima-se que a massa diária de produção mundial de lixo urbano atinja atualmente a marca de 3 bilhões de quilos/ dia, dos quais o Brasil responde com 125 a 130 milhões, perto de 0,4% do total mundial. Na cidade de Nova York, cada pessoa produz, em média, 3 kg/dia de lixo e na cidade de São Paulo, 1,5 kg/dia (<http://www.ambiente.sp.gov.br>). A média brasileira de produção de lixo por pessoa está estimada entre 500g a 1Kg, variando segundo fatores sócio-econômicos microrregionais. Em 2003, a cidade de São Paulo produziu disparado cerca de 9 mil toneladas/dia; Salvador, 1900 mil toneladas/dia; Fortaleza, 1430 mil toneladas/dia e Maceió 110 toneladas diárias de lixo (GERSRAD, 2004).

Diante das informações e afirmações elencadas, pode-se considerar que a produção de “lixo” faz parte de uma verdadeira estrutura produtiva, que existe como forma de reproduzir este setor no capitalismo.

5. 5 Estrutura produtiva do “lixo” no Brasil

Ao longo do capítulo, o debate feito tem sido o de pensar o “lixo” enquanto uma nova mercadoria que tem sido quase todo aproveitado com o para garantir a rentabilidade do capital. Pois segundo Harvey (2005), o capitalismo precisa

³⁴ Gonçalves (2006, p. 31) afirma que “De acordo com o Instituto de Pesquisa Tecnológica (1995), o lixão é uma forma inadequada de disposição de resíduos sólidos, geralmente com a simples descarga sobre o solo, ou em locais sem manejo adequado, como por exemplo, sem a cobertura diária dos resíduos. Os lixões estão associados à presença de animais e de catadores no local. Assim, utilizaremos o termo lixão para os locais de aterro onde há catadores”. Portanto, estes espaços tem se tornado um território usado por diversos grupos de catadores como garantia de sua precária sobrevivência.

de forma contínua criar novos setores, que possam contrabalançar as possíveis tendências de queda na taxa de lucro.

Por isso, pensar em uma estrutura produtiva do “lixo”, pode ser de importância considerável para entender a reciclagem. As informações apresentadas no Quadro 3 são importantes para se conhecer a “produtividade” do setor no Brasil.

Quadro 3 – Municípios com coleta seletiva, residências atendidas, lixo coletado (ton) dia

Brasil/UF	Municípios com coleta seletiva	Residências atendidas	Lixo coletado Toneladas/dia
Brasil	451	2.680.383	4290
Norte	1	500	-
Nordeste	27	38.771	199
Sudeste	140	1.308.687	2225
Sul	274	1.274.381	1677
Centro-Oeste	9	58.044	189

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2000

A ideia muito difundida, da coleta seletiva, aumentou o volume de material que pode ser reaproveitado pela indústria, como forma de reduzir seus custos. A “consciência ecológica” esconde o real significado da indústria da reciclagem (LAYRARGUES, 2002).

Tabela 7 – Relação entre lixo domiciliar urbano gerado por dia, produção per capita de lixo urbano por dia e classe de população dos municípios brasileiros.

Classe de população dos municípios	Total Lixo Urbano Gerado (Ton)	Produção per capita de lixo urbano
0 a 9.999 hab	9.184,80	0,66
10.000 a 19.999 hab	11.473,10	0,58
20.000 a 49.999 hab	18.281,60	0,64
50.000 a 99.999 hab	14.708,10	0,71
100.000 a 199.000 hab	13.721,70	0,84
200.000 a 499.000 hab	21.177,30	0,91
500.000 a 999.999 hab	21.645,30	1,72
Mais de 1.000.000	51.635,20	1,50
Total	140.649,80	0,95

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 2000.

A pesquisa nacional de saneamento básico (Tabela 7) demonstra uma clara relação entre o grau de urbanização e a produção de lixo urbano. A urbanização é um dos aspectos do processo de modernização capitalista e a produção de “lixo” aparece como uma das formas, como se estabelece o desenvolvimento urbano.

A relação entre desenvolvimento e “lixo” tem se materializado nos aglomerados urbanos. Este fato se dá, principalmente pelas necessidades que o capitalismo tem de produzir mercadorias cada vez mais descartáveis. É a necessidade de garantir uma relação entre menor tempo de vida das mercadorias, e uma maior velocidade na rotação do capital (Mészáros, 2002).

Seguindo a lógica da afirmação acima, o entendimento que se tem deste processo é que o desenvolvimento capitalista produz o desperdício. O capitalismo, como uma formação social que tem por finalidade a criação de uma riqueza objetiva, não tem como elemento de maior determinação o consumo ampliado, mas sim a apropriação de trabalho excedente socialmente produzido (MARX, 1988 a; 1988b; 1988c).

O desenvolvimento da indústria da reciclagem é necessário na dinâmica do capitalismo moderno. A reciclagem possibilita uma considerável redução nos custos de reaproveitamento da matéria prima “lixo”. Ocorre um processo de extração de mais-valia, com o uso intensivo de trabalho vivo neste processo.

É importante levar em consideração que uma das contradições centrais do capitalismo. O aumento da composição orgânica do capital - Razão entre capital constante e capital variável - (MARX, 1988a) com a conseqüente redução do capital variável no processo produtivo geram duas situações.

Como forma de solucionar esta contradição, a reciclagem aparece de duas formas. A primeira é aumentar a jornada de trabalho (mais-valia absoluta). Para que isto, é necessário grande disponibilidade de força de trabalho.

Segundo Marx (1988b, p.178):

Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa sempre ser retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho.

Este fundo adicional de trabalho passa a ser necessariamente e aproveitado só que através de outras formas de inserção na estrutura produtiva.

Uma segunda situação demonstrada por várias pesquisas realizadas nos últimos anos (ANDRADE, 2006; MEDEIROS & MACÊDO, 2006; STROH & SANTOS, 2007), demonstram que a reciclagem aparece como elemento absorvedor de força de trabalho dispensada em outros setores.

De acordo com Medeiros e Macêdo (2006, p. 65) algumas das análises estabelecidas, entendem a inserção do catador pelo fato de não encontrarem chances em outros setores de atividade.

Segundo as autoras:

Magera (2003), IPT (2003) e Miura (2004), relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho e também ao aumento do desemprego. Para esses autores, alguns trabalhadores da catção constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho.

É uma forma de entender a reciclagem, inserida em uma dinâmica socioespacial, baseada na intensa mobilidade da força de trabalho. Esta mobilidade se apresenta não só nas ruas, mas principalmente entre os diversos setores capitalistas. Isto é importante para elucidar como se estrutura a produção de “lixo” no capitalismo. Esta produção tem se tornado um importante fornecedor de matéria-prima a custos cada vez baixos, para manter funcionando a dinâmica de acumulação.

É importante destacar que a criação destes “novos” setores, como a reciclagem, são importantes para manter os ritmos de acumulação capitalista.

Entretanto esta “novidade” aparece como uma sobreposição da aparência sobre a essência, em que o objetivo central é o de criar formas mais eficientes de exploração das classes trabalhadoras. Toda a estrutura da reciclagem está colocada, não deixando ainda de considerar o efeito nocivo para os catadores em sua reprodução, o que nesta pesquisa ficou definido como uma situação de lumpemproletariado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 14 de março às três horas menos um quarto da tarde, deixou de pensar o maior pensador de nossos dias. Mal o deixamos dois minutos sozinho, e quando voltamos foi para encontrá-lo dormindo suavemente em sua poltrona, mas para sempre [...]. Cooperar, de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições políticas por ela criadas, contribuir para a emancipação do proletariado moderno, a quem ele havia infundido pela primeira vez a consciência de sua própria situação e de suas necessidades, a consciência das condições de sua emancipação: tal era a verdadeira missão de sua vida.

Discurso diante da sepultura de Marx
Friederich Engels

Desde a conclusão da dissertação de mestrado no ano de 2004, duas questões tem norteado as minhas reflexões. Primeiro, como refazer o caminho metodológico proposto por Marx, sem correr o risco de cair nas armadilhas do dogmatismo e do sectarismo. Para isto, foi necessário priorizar a leitura dos estudos marxianos e não só me concentrar em leituras “marxistas” ao longo do Século XX.

A segunda questão, foi buscar nos elementos “desorganizados” da sociedade, as possibilidades potenciais ou não da superação de exploração de classe. Os resultados apresentados no final da dissertação, demonstraram que os setores “organizados” - no caso, os movimentos sociais urbanos – no Século XXI estavam, gradativamente, perdendo seu potencial revolucionário.

Portanto, fazer a relação do meu objeto de pesquisa – a situação de lumpemproletariado dos catadores de materiais recicláveis – com Marx, foi importante para estabelecer a atualidade e validade do materialismo dialético.

Foi o refazer de um caminho metodológico que considerou os diversos obstáculos e elementos inesperados (LEFEBVRE, 2001) que poderiam dificultar a

relação proposta. Os obstáculos estão expressos principalmente nas diferenças consideráveis na existência das classes trabalhadoras, entre os séculos XIX e XXI.

O trabalho no entanto, foi importante porque criou alguns incômodos. Estes incômodos surgiram por causa do rompimento de uma leitura dogmática e muitas vezes, panfletária de Marx. A preocupação em todos os momentos foi justamente esta, a de refazer o caminho metodológico proposto por Marx sem cair nos possíveis “detours” (KOSIK, 1985) de leituras intermediárias.

A preocupação também foi a de não reinventar categorias ou conceitos (LESSA, 2007), mas sim a de absorver os pressupostos metodológicos do materialismo dialético. Por isso, a escolha do objeto da pesquisa foi um trabalho duro e penoso por dois motivos.

Em primeiro lugar, na identificação de qual parcela das classes trabalhadoras estaria mais próxima de uma situação de lumpemproletariado, se considerarmos as dificuldades em caracterizar o que é o trabalhador no século XXI. Esta dificuldade está expressa em uma materialidade cada vez mais heterogênea dos trabalhadores, o que estabelece uma hierarquia que fragmenta a totalidade.

Um segundo elemento foi o de trazer para a Geografia a relação entre condição de classe e as diversas formas de expressão territorial do trabalho. Para isto, foi de fundamental importância os elementos de análise propostos por Thomaz Júnior (2000, 2002a, 2002b, 2003, 2005, 2006). Este garantiu o referencial que me permitiu esta relação.

Diante destas considerações prévias, é importante estabelecer uma análise que permita um entendimento não conclusivo, mas explicativo dos objetivos que foram propostos no início da pesquisa.

O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas tem construído uma realidade dramática para grande parte das classes trabalhadoras. Está ocorrendo o aumento do grau de exploração (representada pelo aumento da mais-valia relativa e absoluta), e da espoliação (negação do direito ao trabalhador ao pleno exercício das faculdades humanas).

A forma social contemporânea tem apresentado um considerável grau de aumento de desumanização. Isto implica em um acirramento da “barbárie” social em níveis nunca antes vistos na história da humanidade. Em contrapartida, o volume de produção da riqueza tem alcançado níveis também grandiosos.

Portanto, não é a falta de capital ou desenvolvimento que explica a disseminação da miséria, mas justamente o contrário. Quanto mais se ampliam os investimentos capitalistas, mais se ampliam as condições de miserabilidade das classes trabalhadoras.

A “barbárie” imposta pela ordem social burguesa - se considerarmos que as forças produtivas adquirem um caráter destrutivo nesta forma social - se apresenta de forma mais explícita nas periferias das cidades de todo o mundo.

Diante desta realidade, temos visto um grande aumento da violência não só nas cidades, mas também no campo. Uma violência que, em muitos momentos, não aparece na grande mídia ou quando aparece, acontece de forma preconceituosa. É uma forma de criminalização da pobreza, imputando a vítima o papel de réu. É uma violência implícita nas próprias condições que os trabalhadores desenvolvem suas atividades. O exemplo dos catadores ficou muito bem demonstrado nos depoimentos coletados ao longo da pesquisa.

O que estamos vivenciando não é só uma violência de grupos “excluídos” contra o resto da sociedade, mas uma violência que é resultado direto da luta de classes. É uma luta de classes que, segundo Marx e Engels (s/d), ou termina em uma transformação revolucionária ou ocorre a destruição das classes em luta.

A perspectiva revolucionária tem-se mostrado cada vez mais difícil de se concretizar, o que dificulta a superação da realidade predatória do capitalismo. A perspectiva revolucionária se apresenta como uma possibilidade histórica que precisa ser transformada de potência em efetividade.

Por outro lado, são diversas as formas de degradação. São encontradas nas favelas do Rio de Janeiro, nas palafitas de Recife ou São Luis, nas Banlieus de Paris ou nos Guetos de Nova Iorque. Os catadores de materiais recicláveis que “sobrevivem” nos lixões e nas ruas das grandes cidades, barateando o custo da

matéria prima para a grande indústria, aparecem como as “novas paisagens geográficas” do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2004a).

Não podemos esquecer também o eldorado do agronegócio (que faz esquecer o Eldorado dos Carajás); a cana no Oeste paulista, em Alagoas e Goiás, que tem obtido altos graus de produtividade.

A miséria se intensifica a passos largos, menos evidenciada, portanto, onde a produção da riqueza capitalista se torna mais evidente, pois a riqueza “mascara” o seu outro polo (MARX, 1988b). Isto acontece com a ampliação dos investimentos em infra-estrutura (saneamento básico, asfalto, moradias populares, etc.), além da plena utilização dos “restos” da sociedade de consumo, de onde os catadores alcançam sua “dignidade” pelo e no trabalho.

A análise se pautou na identificação do sujeito histórico que constrói sua práxis cotidiana e as dinâmicas que podem ser alternativas de superação da práxis do capital. Além disso, esta práxis deve ser uma práxis territorial, ou seja, a construção de horizontalidades (SANTOS, 1996b) que se contraponham às verticalidades espoliativas da grande indústria capitalista.

Na relação entre a grande indústria da reciclagem e os catadores, os elementos efetivos para a superação da exploração estão cada vez mais distantes, isto por causa da situação de lumpemproletariado em que se encontram.

Esta situação estabelece um não uso de seu território, porque o uso do território está relacionado diretamente com a capacidade do controle de sua produção, o que é pressuposto para o controle de sua existência.

Em vários momentos da pesquisa, foi demonstrado que a produção de valor na reciclagem está relacionada diretamente com a precariedade nas formas territoriais dos catadores. Além disso, as propostas de “inclusão” dos catadores, construção de sua “dignidade”, através de seu trabalho em cooperativas ou associações, serve como elemento de fetiche da realidade social produzida. Isto dificulta ainda mais a construção de resistências às formas de exploração.

As políticas de “inclusão” para os catadores são uma das formas como tem se organizado as forças produtivas na indústria da reciclagem. É uma

reprodução precária para o trabalhador, a reprodução de sua situação de lumpemproletariado.

São formas que apresentam a “autonomização” do catador, que passa pela construção do espírito de empreendedorismo, e como uma alternativa de emancipação. Mesmo construindo uma forma organizativa de resistência (como MNCR), isto não tem se mostrado suficiente no processo de resistência efetiva. Apesar do discurso de unidade de classe e autodeterminação (expresso em seu caderno de formação), a práxis hegemônica do movimento tem se tornado cada vez mais conciliatória.

A pretensa “autonomização” das forças produtivas no século XXI, constrói a ideia que o trabalho passou a ser um elemento dispensável para a humanidade. A redução nos níveis do assalariamento formal tem conduzido várias análises a sugerir uma nova ordem. Uma ordem pretensamente baseada não na autovalorização do capital, mas sim no atendimento imediato das necessidades e desejos dos produtores individuais.

Esta forma de reprodução das forças produtivas, garante um intensivo processo de atomização social. Esta nova ordem é denominada de uma sociedade baseada não na “tradicional” compra e venda de força de trabalho, mas no “ócio criativo” e no “trabalho imaterial”.

É a transformação da natureza em níveis cada vez mais intensos, o que justifica a indústria da reciclagem e a existência do catador. A produção do “lixo” produz também o sujeito que se torna lixo. É um sujeito que, a despeito de seu papel fundante na reciclagem, não tem garantido a sua reprodução enquanto ser humano, mas sim enquanto farrapo humano.

Todas estas considerações são importantes, porque permitem entender o porque desta pesquisa. Ela identificou no catador uma das expressões máximas de degradação das classes trabalhadoras.

Esta sua condição indica uma dificuldade na superação de sua situação de lumpemproletariado. Isto não quer dizer também que esta condição esteja efetiva

para outras frações das classes trabalhadoras. As mutações que tem ocorrido nos “mundos” do trabalho, tem dificultado seu processo de autodeterminação. A materialidade existencial dos catadores expressa isto de forma bem clara.

Esta dificuldade expressa um momento de “desterritorialização” do trabalho, porque este se mostra cada vez mais fragmentado e disperso. Ao mesmo tempo, a “desterritorialização” do trabalho constrói territórios precarizados e espoliados.

Os catadores estão cada vez mais “desterritorializados”, porque a sua atividade dispersa não permite a construção de uma identidade territorial, muito menos a construção de horizontalidades (SANTOS, 1996b) que garantam a consecução de estratégias e táticas de resistência.

Isto deve ter como pressuposto, a construção também de uma identidade de classe. Esta é fundante no sentido de fazer não só o catador, mas todas as frações das classes trabalhadoras consigam se perceber em sua condição de classe.

Assim, poderá ser afirmado novamente a existência de uma classe trabalhadora e não de classes trabalhadoras (como foi afirmado em todo o trabalho). Ao mesmo tempo, esta deve se apropriar efetivamente dos elementos potenciais de superação da sociedade do capital. Para isso, é necessário segundo Harvey (2004a) da construção de “espaços de esperança” que permitam a construção de alternativas para esta possível superação.

Diante disso, como forma de levantar elementos para os debates que envolvam os futuros e destinos das classes trabalhadoras, é necessário uma reflexão. Esta deve ter como mote não apenas a construção de uma análise crítica do processo social. Mas sim uma crítica, que não seja desconectada de uma práxis que se coloque como revolucionária, como afirmam Marx e Engels (2001; 2003c). Esta crítica deve dar conta de construir os elementos necessários que possam romper com a perspectiva de aprofundamento da barbárie.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SAES Sylvia; SOUZA, Maria Célia; MAGALHÃES, Reginaldo. **Mercado do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortês, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho, São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO - ABAL. **Relatório de Sustentabilidade da Indústria do Alumínio**. São Paulo: ABAL, s/d. Disponível em: <http://www.abal.org.br/servicos/biblioteca/rel_sustentabilidade.asp>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2008..

BAHIA, Andréia. **Vivendo do lixo**: o outro papel da cidadania. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques1&idjornal=66>> Acesso em: 15 Jul. 2009.

BATISTA de DEUS, João Batista de. **O sudeste goiano e desconcentração industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas.

BECKER, Berta K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOSI, Antônio. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n.. 67, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: Acesso em 22 de Fevereiro de 2009..

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. O Engendramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, out./2001. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão ubana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Fome: um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEF. **Do lixo a cidadania**: estratégias para ação. Brasília, 2001.

CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas. **Trabalhadores**, n. 6, p. 2-22, Campinas: Associação Cultural do Arquivo Cultural Edgard Leuenroth. Unicamp/IFCH, 1990.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória sobre o pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1332.pdf>. Acesso em: 12 Fev. 2009.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

DANIEL, Charles. **Catadores sofrem para viver do lixão**. Disponível em: <http://www.hojenoticia.com.br/editoria_materia.php?id=22464>. Acesso em: 21 jan. 2009.

DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. Papel dos catadores no Brasil: possibilidades e desafios na cadeia reversa. **Revista de Administração da FEAD-Minas**, v. 4, n. 2, dez./2007.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

ENGELS, Friederich. **Classes sociais necessárias e supérfluas**. In: Revista Temas de Ciências Humanas, n. 3. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7 ed. São Paulo: Global editora, 1985.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

_____. **Humanização do macaco pelo trabalho**. In: ENGELS, Friederich. A dialética da natureza. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Como a burguesia resolve o problema da habitação**. In: MARX, Karl. Marx; ENGELS, Friederich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

Estenssoro, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FOLADORI, Guillermo. Capitalismo e crise ambiental. **Revista Raízes**, Ano 18, n. 19, maio 1999. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2008.

FREITAS, César Augustus L. L. de; SILVA, Maryanne V.; XAVIER; Glauber Lopes. Modernização capitalista e as contradições no processo de construção da democracia e cidadania. **Revista Plurais**, Anápolis, n. 1 e 2, v. 3, jan./dez., 2006.

_____. **Vale dos Sonhos**: movimentos sociais urbanos e disputa pelo espaço em Goiânia. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em 2004) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

GOMES. Paulo César da Costa. **A condição urbana**. São Paulo: Bertrand, 2001.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n. 1, v. 6, Jun./2005. Disponível em: <[http:// www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)>. Acesso em: 22 Out. 2007.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. O movimento nacional de catadores de resíduos recicláveis no Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n. 2, v. 6, Nov./2005. Disponível em: <[http:// www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**: Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la accion comunicativa**. Madri: Taurus (1987).

HAESBERT, Rogério. **Território territórios**. Niterói: PPGeo; UFF/AGB, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana em capitalismo tardio. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. 1996.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004 b.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, Agnes. **Teoria de las necesidades em MARX**. Barcelona: Península, 1978.

HOBSBAWM, Erich. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **A era do capital**: 1848 a 1875. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Era dos extremos**: O breve século XX: 1914-1991. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **A era dos impérios**: 1875-1914. 7ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo; Curitiba: Hucitec, 1988.

_____. **Estado e capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INSTITUTO ETHOS. **Vínculo de Negócios Sustentáveis em Resíduos Sólidos**. São Paulo, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LAYRARGUES, Philippe. **O cinismo da reciclagem**: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 1991;

_____. **A cidade do capital**. São Paulo: DP&A, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora, 1985.

LESSA, Sérgio. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. **Crítica Marxista**, v.15, São Paulo, 2002.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e novas desigualdades**. São Paulo: Paulus, 2002.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Ômega (s/d).

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Teorias da Mais-Valia**: História Crítica do Pensamento Econômico Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, v. 1.

_____. **Salário, Preço e lucro**. 4 ed., São Paulo: Global editora, 1985.

_____. **O dezoito Brumário e Cartas a Kugelman.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **O Capital:** crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo I (Prefácios e capítulos I a XII). São Paulo: Nova Cultural, 1988a. (Coleção Os Economistas)

_____. **O Capital:** crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo II (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Nova Cultural, 1988b. (Coleção Os Economistas)

_____. **O Capital:** crítica da economia política: livro terceiro: o processo global da produção capitalista: tomo I (parte primeira). São Paulo. Nova Cultural, 1988c. (Coleção Os Economistas)

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política: Processo de circulação do capital: Livro Segundo. São Paulo: Difel, 1987.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital.** São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Miséria da filosofia:** resposta a filosofia da miséria do senhor Proudon (1847). São Paulo: Centauro Editora, 2003a.

_____. O que foi a Comuna de Paris? In: COGGIOLA, Osvaldo. **Escritos sobre a Comuna de Paris.** São Paulo: Xamã, 2003 b.

_____. **A sagrada família ou crítica da Crítica crítica.** São Paulo: Boitempo, 2003 c.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

MEDEIROS, Luiza Ferreira R.; MACEDO, Kátia .B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, mai./ago. 2006. Disponível em:

<<http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/.../viewarticle.php?id.>>. Acesso em: 02 de Maio de 2008.

MNCR. **Programa de Formação do Movimento Nacional de Catadores**. Junho de 2005.

MENEGAT, Marildo. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, set. 2005. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

MÉZSÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Rui. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Ano 7, Bauru, v. 3, n. 20, p. 10-13, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Avelino de Rosa. **Marx e a exclusão**. Pelotas - RS: Seiva Publicações, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. São Paulo: Herder, 1968.

REYNALS, Cristina. **De cartoneros a recuperadores urbanos**. In: ENCUESTRO ABIERTO SOBRE CARTONEROS Y GESTIÓN DE RESÍDUOS DOMICILIARIOS, JORNADAS PENSAR EL PRESENTE, Centro Cultural Rojas, 16 out. 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In:_____. **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidades. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

SAES, Décio. **Estado e democracia:** ensaios teóricos. Campinas - SP: Gráfica do ICHF/UNICAMP, 1994. (Coleção Trajetórias)

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1992.

_____; SOUZA, Maria Adélia A. de Souza; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **As metamorfoses do espaço habitado.** 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo; razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____; SOUZA, Maria Adélia A. de Souza; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 2001.

_____. **Economia espacial.** São Paulo: Edusp, 2003.

_____. O retorno do território. Debates: Território y movimientos sociales, **OSAL** 251 año vi nº 16 enero-abril 2005. <<http://www.ufmt.br-gpea-pub.pdf>>. Acesso em:

12 de janeiro de 2007.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: UNESP, 1990.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas: Situações de Trabalho**. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas- RS, 2008.

SILVA, Marcelo Kunrath; MICHELOTTI, Fernando Canto. Entre a igualdade e a distinção: lutas por reconhecimento na modernidade periférica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais eletrônicos**. Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT6%20Democracia%20e%20Desigualdades%20Sociais/SBS-Rosangela.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2008.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

SOUZA, Marcelo José. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.da; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STROH, Paula Yvone; SANTOS, Michela Araújo dos. lixo, trabalho e cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais eletrônicos**... Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/.../GT29%20Trabalho.../Microsoft%20Word%20->

%20paper_SBS_Paula_Stroh,_Michela_A_Santos.pdf >. Acesso em: 5 de maio de 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Qualificação do trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma Contribuição para o Entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital”. **Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: Os limites da leitura geográfica. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, out. 2002a. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

_____. Por uma Geografia do Trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.2, n. 3, jul. 2002b. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, Nov. 2003. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

_____. “Leitura” geográfica da práxis social do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

_____. Os Limites da teoria e a plasticidade do trabalho: (Repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 17 Nov. 2007.

VIANA, Nildo. Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. **Revista Estudos**, Goiânia, n. 3, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo**. In: GENTILLI, Pablo. Globalização excludente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 3º ed.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo** – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANEXOS